

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO-PDTU

ECOTURISMO DE GRUPOS INDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS
SUSTENTÁVEIS?

Luiza Elayne Correa Azevedo

Belém
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO-PDTU**

Luiza Elayne Correa Azevedo

**ECOTURISMO DE GRUPOS INDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS
SUSTENTÁVEIS?**

**Tese apresentada ao Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos NAEA/UFPA à
obtenção do grau de Doutor em Ciências
do Desenvolvimento Socioambiental**

Orientador: Prof. Dr. David McGrath

**Belém
2005**

Azevedo, Luiza Elayne Correa

Ecoturismo de grupos indígenas: experiências sustentáveis? / Luiza Elayne
Corrêa Azevedo - Belém, 2005.

fl.: 292

Orientador: David McGrath

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)

1Ecoturismo 2Sociedades indígenas 3Sustentabilidade 4Impactos

UFPA/NAEA

LUIZA ELAYNE CORREA AZEVEDO
ECOTURISMO DE GRUPOS INDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS?

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David McGrath - NAEA/UFPA, Orientador

Prof.Dra. Tereza Ximenes - NAEA/UFPA, Examinadora

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca - NAEA/UFPA, Examinador

Prof. Dra. Rosineide Bentes- Museu Goeldi, Examinadora

Prof. Dra. Joana D'Arc Ribeiro - INPA, Examinadora

Aos Deuses *Tupã, Niamisu, Yus, Goyakatu, Pavá*

À Janaína

À Analaura

Aos povos indígenas que procuram fazer
de suas experiências de ecoturismo
um *marketing* de visibilidade às suas condições atuais

Dedico

À Universidade Federal do Amazonas
Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA/UFPA
A David McGrath
Ao financiamento da WWF - Brasil e PAP - Programa de Áreas
Protegidas e Apoio ao ARPA

Agradecimentos

Awery
Pagrachu

RESUMO

O trabalho avalia sob quais condições o ecoturismo pode se constituir em uma alternativa econômica aos grupos indígenas envolvidos a partir da perspectiva de sustentabilidade territorial, econômica, sociocultural e ambiental. No teste das hipóteses: 1 **iniciativas coletivas não são viáveis entre os indígenas do ponto de vista de mercado e eficácia de gestão, mas proporcionam resguardo de territórios; 2 o ecoturismo tem potencial para gerar benefícios aos grupos indígenas; a minimização dos danos depende da coesão interna do grupo, do poder de negociação e de sua capacidade/articulação de defender seus interesses junto às parcerias; 3 culturas indígenas podem ser vulneráveis aos impactos socioculturais através do ecoturismo, contudo há condições que podem ser trabalhadas no sentido de minimizar esses impactos**, a coleta, a análise e discussão de dados teve como localidades: 1 Reserva Pataxó da Jaqueira, Porto Seguro-BA; 2 Napo Galeras, Napo-Ecuador; 3 Napo *Wildlife Center* (NWC), Napo-Ecuador; 4 Pucani, Ucayali-Peru; 5 *Heah River Wildlife Center* (HRWC), Madre de Díos-Peru. Com uso de pesquisa bibliográfica e observação participante, se validou as hipóteses para quatro dos cinco estudos de casos, sob cenários diferentes: a implantação dos empreendimentos é para assegurar territórios; independente do tipo de investimento e modelo de gestão, todos receberam apoio técnico durante a implantação e operação; a eficácia de gestão administrativa, mercadológica e de fluxo turístico depende da facilidade de acesso, da logística e da proximidade do mercado consumidor e do grau de conhecimentos da comunidade na prestação de serviços e atendimento. Os benefícios em todos os níveis e sua redistribuição ocorrem de maneira mais equitativa quando a comunidade tem poder de negociação, capacidade de intervenção junto as suas parcerias e quando a coesão interna supera as rivalidades interétnicas. Sob estas condições, o

ecoturismo pode se constituir sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental aos grupos indígenas com todos seus benefícios e tensões.

ABSTRACT

This work evaluates the conditions under which indigenous eco-tourism constitutes an economic alternative for indigenous groups from the perspective territorial, economic, social, cultural and environmental sustainability. Through the analysis of five case studies, the Pataxó Reserve of Jaqueira in Porto Seguro, Bahia; Napo Galeras, Napo Ecuador; Napo Wildlife Center (NWC), Napo Ecuador; Pucani, Ucayali, Peru; Heath Wildlife Center (HRWC), Madre de Dios, Peru, three hypotheses were tested: 1) indigenous collective initiatives are not viable in terms of market and management efficiency, but do contribute to territorial protection; 2) eco-tourism has the potential to generate benefits for indigenous groups; minimizing damages depends on the internal cohesion of the group, its negotiating power and its ability to defend its interests with partners; and 3) indigenous cultures may be vulnerable to social and cultural impacts of ecotourism, however, there are ways of mitigating these impacts. Through bibliographic research and participant observation, the three hypotheses were validated for four of the five case studies, under different conditions: all the initiatives were implemented with the objective of securing territories; independent of the type of investment and management model, all received technical assistance during the period of implantation and operation; management efficiency, marketing and volume of tourists depended on ease of access, logistics and proximity to a consumer market and the community's knowledge of the kinds of services and overall consumer attention required. The benefits at all levels and their distribution occurred in a more equitable manner when the community had the capacity to negotiate and intervene with partner institutions and when internal cohesion overcame interethnic rivalries. Under these conditions, eco-tourism constitutes a new alternative for indigenous groups with its benefits and tensions.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Cartograma com localização das áreas de estudos.....	86
Mapa 2- Localização da Reserva da Jaqueira	144
Mapa 3- Terra Indígena Coroa Vermelha e Reserva Pataxó da Jaqueira.....	144
Mapa 4- Localização do EBC Napo Galeras.....	165
Mapa 5- Localização de Napo <i>Wildlife Center</i> – NWC.....	184
Mapa 6- Localização de Centro Pucani.....	202
Mapa 7- Localização de <i>Heath River Life Center</i> - HRWC	217

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Conjunto Cultural. Fonte: Azevedo, 2003.....	89
Foto 2 - Posto Saúde Pataxó. Fonte: Azevedo, 2003.....	89
Foto 3 - Oficina Fitoterápica. Fonte: Azevedo, 2003.....	90
Foto 4- Sala de Aula Pataxó. Fonte: Azevedo, 2003.....	90
Foto 5- <i>Tambu Las Galeras</i> . Fonte: Azevedo, 2003.....	99
Foto 6 - <i>Tambu Las Galeras</i> . Fonte: Azevedo, 2003.....	99
Foto 7- Escola de 1ª a 5ª séries. Fonte: Azevedo, 2003.....	100
Foto 8- Escola Ensino Fundamental. Fonte: Azevedo, 2003.....	100
Foto 9 - Comedor das Crianças Fonte: Azevedo, 2003.....	100
Foto 10- <i>Tambus Añagu</i> .- Bocana Fonte: Azevedo, 2004.....	103
Foto 11- Casa Asháninka. Fonte: Azevedo, 2003.....	114
Foto 12- Casa Yine-Piro. Fonte: Azevedo, 2003.....	114
Foto 13- Escola Secundária <i>Libertad</i> . Fonte: Azevedo, 2003.....	116
Foto 14- Escola Fundamental <i>Libertad</i> . Fonte: Azevedo, 2003.....	116
Foto 15- Atual Escola Pucani. Fonte: Azevedo, 2003.....	116
Foto 16- Ex-escola Pucani. Fonte: Azevedo, 2003.....	116
Foto 17- Casa Ese'Eja. Fonte: Azevedo, 2003.....	121
Foto 18- Casa Ese'Eja e Painel Solar . Fonte: Azevedo, 2003.....	121
Foto 19- Posto de Saúde. Fonte: Azevedo, 2003.....	123
Foto 20- Escola Fundamental. Fonte: Azevedo, 2003.....	123
Foto 21- Ritual “ <i>Awê</i> ”. Fonte: Azevedo, 2003.....	146
Foto 22- Armadilha. Fonte: Azevedo, 2003.....	146
Foto 23- Viveiro. Fonte: Azevedo, 2003.....	146
Foto 24- oficina Artesanato. Fonte: Azevedo, 2003.....	146
Foto 25- “ <i>Kijeme</i> ” artesanato. Fonte: Azevedo, 2003.....	147
Foto 26- Trilha Lagoa Seca. Fonte: Azevedo, 2003.....	147
Foto 27- Entrada Reserva. Fonte: Azevedo, 2003.....	147
Foto 28- “ <i>Kijeme</i> ” palestra/ritual. Fonte: Azevedo, 2003.....	147
Foto 29- “ <i>Kijeme</i> ” pajé. Fonte: Azevedo, 2003.....	148
Foto 30- “ <i>Kijeme</i> ” cozinha. Fonte: Azevedo, 2003.....	148
Foto 31- Lavagem Ouro. Fonte: Azevedo, 2003.....	167

Foto 32- Pesca Camarão. Fonte: Azevedo, 2003.....	167
Foto 33- Confeção Cesto. Fonte: Azevedo, 2003.....	168
Foto 34- Limpeza <i>chacra</i> . Fonte: Azevedo, 2003.....	168
Foto 35- Passeio Canoa. Fonte: Azevedo, 2003.....	168
Foto 36- Ritual. Fonte: Azevedo, 2003.....	168
Foto 37- Cabana Turística. Fonte: Azevedo, 2003.....	169
Foto 38- Cabana Turística. Fonte: Azevedo, 2003.....	169
Foto 39- Comedor. Fonte: Azevedo, 2003.....	169
Foto 40- Cozinha. Fonte: Azevedo, 2003.....	170
Foto 41- Reservatório Água. Fonte: Azevedo, 2003.....	170
Foto 42- Refeições. Fonte: Azevedo, 2003.....	170
Foto 43- Torre. Fonte: Azevedo, 2003.....	186
Foto 44- Torre. Fonte: NWC, 2004.....	186
Foto 45- Cabana Pajé. Fonte: Azevedo, 2003.....	186
Foto 46- Artesanato. Fonte: Azevedo, 2003.....	186
Foto 47- Passeio Canoa. Fonte: Azevedo, 2003.....	187
Foto 48- <i>Colpa</i> . Fonte: NWC, 2004.....	187
Foto 49- Cabana Turística. Fonte: Azevedo, 2003.....	188
Foto 50- Dormitório. Fonte: Azevedo, 2003.....	188
Foto 51- Descanso. Fonte: Azevedo, 2003.....	188
Foto 52- Cabana. Fonte: Azevedo, 2003.....	188
Foto 53- Reservatório Água. Fonte: Azevedo, 2003.....	188
Foto 54- Comedor. Fonte: Azevedo, 2003.....	188
Foto 55- <i>Minga</i> . Fonte: Azevedo, 2003.....	203
Foto 56- Artesanato Pucani. Fonte: Azevedo, 2003.....	203
Foto 57- Artesanato <i>Libertard</i> . Fonte: Azevedo, 2003	203
Foto 58- Futebol Pucani. Fonte: Azevedo, 2003.....	203
Foto 59- Posto Saúde Pucani. Fonte: Azevedo, 2003.....	204
Foto 60- Comedor. Fonte: Mujica, 2004.....	205
Foto 61- Atual cabana turística. Fonte: Mujica, 2004.....	206
Foto 62- Artesanato. Fonte: Azevedo, 2003.....	219
Foto 63- <i>Colpa</i> . Fonte: <i>Inka Natura Travel</i> , 2003.....	219
Foto 64- Anta. Fonte: <i>Inka Natura Travel</i> , 2003.....	219
Foto 65- Visita Aldeia. Fonte: Azevedo, 2003.....	219

Foto 66- Passarela. Fonte: Azevedo, 2003.....	220
Foto 67- Cabana turística. Fonte: Azevedo, 2003.....	220
Foto 68- Comedor. Fonte: Azevedo, 2003.....	220
Foto 69- Varanda. Fonte: Azevedo, 2003.....	220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Receita com base no fluxo turístico Reserva da Jaqueira.....	150
Tabela 2- Dados referentes ao fluxo turístico nas três estações.....	151
Tabela 3 - Receita com base no fluxo turístico Napo Galeras.....	172
Tabela 4 – Receita com base no fluxo turístico NWC.....	191
Tabela 5- Receita com base no fluxo turístico Pucani.....	207
Tabela 6 – Receita com base no fluxo turístico HRWC.....	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Ciclo de evolução da região turística.....	132
Gráfico 2- Ciclo de evolução do produto ecoturístico Reserva Pataxó da Jaqueira.....	159
Gráfico 3- Ciclo de evolução do produto ecoturístico Napo Galeras.....	173
Gráfico 4- Ciclo de evolução do produto ecoturístico NWC.....	191
Gráfico 5- Ciclo de evolução do produto ecoturístico Pucani.....	208
Gráfico 6- Ciclo de evolução do produto ecoturístico HRWC	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Interesses e ameaças referentes aos ecoturistas.....	138
Quadro 2 - Interesses e ameaças ao governo.....	138
Quadro 3 - Interesses e ameaças às operadoras de ecoturismo.....	138
Quadro 4 - Interesses e ameaças às comunidades.....	139
Quadro 5 - Localização Áreas de estudos.....	85
Quadro 6 - Características áreas de estudos.....	126
Quadro 7 - Benefícios e custos econômicos Reserva Pataxó da Jaqueira.....	154
Quadro 8 - Benefícios e custos sociais.....	157
Quadro 9 - Benefícios e custos culturais.....	161
Quadro 10 - Benefícios e custos ambientais.....	162
Quadro 11 - Benefícios e custos econômicos Napo Galeras.....	175
Quadro 12 - Benefícios e custos sociais.....	177
Quadro 13 - Benefícios e custos culturais.....	179
Quadro 14 - Benefícios e custos ambientais.....	181
Quadro 15- Benefícios e custos econômicos NWC.....	193
Quadro 16 - Benefícios e custos sociais.....	194
Quadro 17 - Benefícios e custos culturais.....	196
Quadro 18 - Benefícios e custos ambientais.....	210
Quadro 19 - Benefícios e custos econômicos Pucani.....	212
Quadro 20 - Benefícios e custos sociais.....	212
Quadro 21 - Benefícios e custos culturais.....	214
Quadro 22 - Benefícios e custos ambientais.....	214
Quadro 23- Benefícios e custos econômicos HRWC.....	225
Quadro 24 - Benefícios e custos sociais.....	226
Quadro 25 - Benefícios e custos culturais.....	228
Quadro 26 - Benefícios e custos ambientais.....	229
Quadro 27 - Atividades componentes do turismo ecológico.....	235
Quadro 28 - Atividades componentes do turismo cultural	236
Quadro 29 - Atividades mistas.....	236
Quadro 30 – Número de atividades oferecidas por cada pacote.....	236
Quadro 31 – Cenários propícios à geração de benefícios econômicos.....	247
Quadro 32 – Análise de SWOT.....	264

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIDA – expressão utilizada na área de *marketing* referente ao processo de *atenção, interesse, desejo e ação*, fases que antecedem o comportamento de compra
- AMAZONASTUR – Empresa Amazonense de Turismo
- ASEC - Associação Equatoriana de Ecoturismo
- CAAAP - Centro Amazônico de Antropologia e Aplicação Prática
- CART - Central Asháninka do Rio Tambo
- CBTS - Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
- CCNN - Lei de Comunidades Nativas e de Promoção e Desenvolvimento da Floresta
- CEDIA - Centro de Desenvolvimento dos Indígenas Amazônicos
- CETUR - Corporação Equatoriana de Turismo
- CI - *Conservation International*
- CIDEIBER - Centro de Informação e Documentação Empresarial sobre Iberoamérica
- CIMI – Conselho Missionário Indigenista
- CIRABO - Central Indígena da Amazônia Boliviana
- CNDES – Centro Indígena para o Desenvolvimento Sustentável
- CODENPE - Conselho de Desenvolvimento das Nacionalidades e Povos do Equador
- COICA - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
- CONAIE - Confederação Nacional dos Indígenas do Equador
- CONFENIAE - Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador
- CPRs - *Common pool resources*
- CRETIART - Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié
- CST - Programa de Certificação para a Sustentabilidade Turística
- CUNISECP - Conselho de Unificação Indígena da Selva Central
- EBC- Ecoturismo com Base em Comunidade
- ECORAE- Instituto para o Ecodesenvolvimento Regional Amazônico
- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
- FCUNAE - Federação Quichua do Médio e Baixo Napo
- FENAMAD - Federação Indígena do Rio Madre de Díos
- FIDA- Fundo de Investimento Internacional de Desenvolvimento Agrário
- FINAE - Federação Equatoriana da Nacionalidade Achuar
- FOIN- Federação das Organizações Indígenas do Napo Runa
- FSC – *Forest Stewardship Council*
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- GEF – Fundo de Meio Ambiente Mundial
- GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
- HRWC - *Heath Wildlife Center*
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis

ICT - Instituto de Turismo da Costa Rica
IFC - Cooperação Financeira Internacional
INCAE- Instituto Centro Americano de Administração de Empresas
INCRAE - Instituto de Colonização da Região Amazônica Equatoriana
INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos do Equador
INEFAN - Instituto Equatoriano Florestal e de Áreas Naturais.
INEI - Instituto Nacional de Estatística e Censo do Peru
ISA - Instituto Sócio Ambiental
MMA - Ministério do Meio Ambiente do Brasil
MMAE - Ministério do Meio Ambiente do Equador
MRTA – Movimento Revolucionário *Túpac Amaru*
MTE - Ministério de Turismo do Equador
NWC - *Napo Wildlife Center*
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONHAE - Organização de Nacionalidade Huaorani da Amazônia Equatoriana
PACA - Proteção Ambiental Cacoalense
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PROECOTUR- Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal
PROMPERU - Órgão Responsável pela Divulgação do Peru no Exterior
PRONEC - Programa Nacional de Certificação para o Ecoturismo
REDTURS - Rede de Turismo Sustentável
RFE - *Rainforest Expeditions*
RICANCIE - Rede Indígena de Comunidades do Alto Napo para a Coexistência Intercultural e Ecoturismo
RPC - Recursos em Propriedade Comum
RPPN's - Reservas Particulares de Patrimônio Natural
SCT – Secretaria de Cultura e Turismo
SDE- Desenvolvimento Empresarial para o Ecoturismo
SINAMOS - Sistema Nacional de Mobilização Social
SINNAN - ONG Alemã
S L - Sendero Luminoso

SUDETUR – Superintendência do Desenvolvimento do Turismo

SWOT – sistema de análise das forças, fraquezas, ameaças, oportunidades utilizado na área de *marketing*

TIES - Sociedade Internacional de Ecoturismo

TI's - Terras Indígenas

UCR - Universidade da Costa Rica

UET - Universidade de Especialidades Turísticas

UICN - União de Conservação de Natureza de Áreas Protegidas

USAID - Agência para o Desenvolvimento Internacional

WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo

WWF - *Wildlife Foundations*

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE MAPAS

LISTA DE FOTOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	25
1 INDÍGENAS, ECOLOGIA, ECOTURISMO: DIMENSÕES.....	33
1.2 INDÍGENAS, ECOLOGIA, TERRITÓRIOS E RECURSOS COMUNS.....	33
1.3 ECOTURISMO.....	50
1.3.1 Ecoturismo, Políticas Públicas.....	50
1.3.2 Ecoturismo, dimensões e impactos.....	56
1.3.3 Ecoturismo, apropriação de espaços, de valores simbólicos.....	68
1.3.4 Ecoturismo com Base em Comunidade (EBC).....	73
1.3.5 Ecoturismo, Ong's, Doações.....	78
1.4 Formulação do Problema, Objetivos e Hipóteses.....	81
2 METODOLOGIA	83
2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDOS.....	87
2.1.1 Pataxó – Bahia- Costa do Descobrimento- Reserva da Mata Atlântica.....	87
2.1.2 História.....	88
2.1.3 Características da comunidade: uso atual e potencial dos recursos naturais.....	88
2.1.4 Reserva Pataxó da Jaqueira.....	92
2.1.2 Quichua - Equador (rio alto e baixo Napo).....	93
2.1.2.1 Equador, Amazônia, Indígenas e Turismo.....	93
2.1.2.2 História	97
2.1.2.3 Características da comunidade <i>Las Galeras</i> : uso atual e potencial dos recursos naturais	98

2.1.2.4 Características da comunidade <i>Añangu</i> : uso atual e potencial dos recursos naturais	102
2.1.2.5 Napo Galeras	105
2.1.2.6 Napo <i>Wildlife Center</i> - NWC	106
2.1.3 Asháninka e Yine-Piro – Peru (rio Urubamba)	107
2.1.3.1 Peru, Amazônia, Indígenas e Turismo	107
2.1.3.2 História	109
2.1.3.3 Características das comunidades: uso atual e potencial dos recursos naturais	112
2.1.3.4 Pucani	117
2.1.4 Ese'Eja - Peru (rio Heath)	118
2.1.4.1 Peru, Amazônia, Indígenas e Turismo	118
2.1.4.2 História	119
2.1.4.3 Características da comunidade <i>Sonene</i> : uso atual e potencial dos recursos naturais	121
2.1.4.4. <i>Heath River Wildlife Center</i> - HRWC	124
2. 2. AUDITORIA DO AMBIENTE DE <i>MARKETING</i>	127
2.2.1 Análise das Tendências do Macro Ambiente: fatores externos	127
2.2.1.1 Tendência Demográfica	127
2.2.2.2 Tendência Econômica	128
2.2.2.3 Tendência de Ambiente Natural	128
2.2.2.4 Tendência Tecnológica	129
2.2.2.5 Tendência Política	129
2.2.2.6 Tendência Sociocultural	129
2.2.2 O Ambiente do Marketing: fatores internos	130
2.2.2.1 Produto Básico, Oferta Ampliada; Serviço	130
2.2.2.2 Qualidade no produto/serviço turístico	131
2.2.2.3 Diferenciação; Posicionamento	131
2.2.2.4 Nível de Maturação do Produto	132
2.2.2.5 Demanda; Mercado	134
2.2.2.6 Segmentação de mercado	134
2.2.2.7 Fluxo	135
2.2.2.8 <i>Marketing</i>	136
2.2.2.9 Comportamento do consumidor; Motivações; Necessidades	136
2.2.2.10 Perfil; Poder de Compra	139

2.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	142
3	RESULTADOS.....	144
3.1	RESERVA DA JAQUEIRA- PORTO SEGURO-BRASIL.....	144
3.1.1.	Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações.....	144
3.1.2	Natureza do empreendimento.....	145
3.1.3	Gestão.....	148
3.1.3.1	Administrativa.....	148
3.1.3.2	Financeira e de fluxo turístico.....	150
3.1.3.3	De <i>Marketing</i>	153
3.1.4	Benefícios e custos.....	154
3.1.4.1	Econômicos.....	154
3.1.4.2	Sociais.....	157
3.1.4.3	Culturais.....	160
3.1.4.4	Ambientais.....	162
3.1.5	Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento.....	163
3.2	NAPO GALERAS- EQUADOR- ALTO RIO NAPO.....	165
3.2.1	Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações.....	165
3.2.2	Natureza do empreendimento.....	166
3.2.3	Gestão.....	170
3.2.3.1	Administrativa.....	170
3.2.3.2	Financeira e de fluxo turístico.....	172
3.2.3.3	De <i>marketing</i>	175
3.2.4	Benefícios e custos.....	175
3.2.4.1	Econômicos.....	175
3.2.4.2	Sociais.....	177
3.2.4.3	Culturais.....	180
3.2.4.4	Ambientais.....	180
3.2.5	Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento.....	182
3.3	NAPO WILDLIFE CENTER- EQUADOR - BAIXO RIO NAPO.....	184
3.3.1	Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações.....	184
3.3.2	Natureza do empreendimento.....	185
3.3.3	Gestão.....	189

3.3.3.1 Administrativa.....	189
3.3.3.2 Financeira e de fluxo turístico.....	190
3.3.3.3 De <i>marketing</i>	192
3.3.4 Benefícios e custos.....	193
3.3.4.1 Econômicos.....	193
3.3.4.2 Sociais.....	194
3.3.4.3 Culturais.....	196
3.3.4.4 Ambientais.....	197
3.3.5 Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento	200
3.4 PUCANI - PERU- BAIXO RIO URUBAMBA.....	201
3.4.1 Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações.....	202
3.4.2 Natureza do empreendimento.....	203
3.4.3 Gestão.....	206
3.4.3.1 Administrativa	207
3.4.3.2 Financeira e de fluxo turístico.....	209
3.4.3.3 De <i>marketing</i>	208
3.4.4 Benefícios e custos	208
3.4.4.1 Econômicos.....	208
3.4.4.2 Sociais.....	210
3.4.4.3 Culturais.....	212
3.4.4.4 Ambientais.....	213
3.4.5 Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento	216
3.5 HEATH RIVER WILDLIFE CENTER- PERU- RIO HEATH.....	217
3.5.1 Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações.....	218
3.5.2 Natureza do empreendimento.....	218
3.5.3 Gestão.....	221
3.5.3.1 Administrativa.....	221
3.5.3.2 Financeira e de fluxo turístico.....	222
3.5.3.3 De <i>marketing</i>	224
3.5.4 Benefícios e custos.....	225
3.5.4.1 Econômicos.....	225
3.5.4.2 Sociais.....	226
3.5.4.3 Culturais.....	230

3.5.4.4 Ambientais.....	228
3.5.5 Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento.....	230
4 DISCUSSÃO.....	232
4.1 Localização, acesso e logística.....	232
4.2 Natureza e componentes da oferta ecoturística.....	234
4.3 Resguardo de territórios.....	238
4.4 Eficácia de gestão administrativa e gerenciamento de mercado.....	239
4.5 Benefícios e custos econômicos.....	244
4.6 Benefícios e custos sociais.....	250
4.7 Benefícios e custos culturais.....	258
4.8 Benefícios e custos ambientais.....	260
4.9 ANÁLISE DE SWOT.....	262
4.9.1 Reserva da Jaqueira.....	264
4.9.2 NWC.....	265
4.9.3. Napo Galeras.....	265
4.9.4 Pucani.....	266
4.9.5 HRWC.....	267
4.10 Viabilidades e perspectivas dos empreendimentos.....	267
CONCLUSÕES.....	270
REFERÊNCIAS.....	274
ANEXOS	
ANEXO A- ARMADILHAS PATAXÓ.....	289
ANEXO B- PLANTAS MEDICINAIS QUICHUA ALTO NAPO.....	290
ANEXO C- MAPA-MEMÓRIA RESERVA DA JAQUEIRA.....	289
ANEXO D- MAPA-MEMÓRIA NAPO GALERAS.....	291
ANEXO E- MAPA-MEMÓRIA CENTRO PUCANI.....	292

INTRODUÇÃO

No Brasil, 12% das terras estão reservadas aos povos indígenas. A Amazônia Legal abriga 99% dessas terras e 60% das populações indígenas. Estas dependem da floresta para perpetuarem seu modo de vida e sua cultura. Segundo estudos de Balée (1993), Chase Smith (1995), Posey (1996), Descola (1997) durante muitos anos as sociedades indígenas da Amazônia desenvolveram e disseminaram um conjunto de estratégias adaptativas que lhes têm permitido conservar a biodiversidade e alcançar uma estabilidade social e sustentabilidade ambiental através de uma visão apropriada de mundo e de natureza. A referida visão de mundo permitiu o manejo e a manipulação dos diversos ecossistemas de uma maneira muito própria, diferente da sociedade envolvente.

Conforme Chase Smith (1995, 2002), baixa densidade, modos de produção (agricultura de subsistência, coleta, caça e pesca, todos voltados ao autoconsumo), modos de reprodução (relação de parentesco, famílias extensas, confecção artefatos culturais utilitários, uso de plantas medicinais e relações de intercâmbio para bens e serviços) fluíam através de várias dimensões próprias. Dentre estas, se encontravam a economia de troca, a redistribuição do excedente da produção entre os grupos locais - através do parentesco -, o intercâmbio informal do trabalho, o intercâmbio simbólico para os rituais e cerimoniais e a rede de intercâmbio formal para os artigos manufaturados. Valores como reciprocidade, equidade, não acúmulo individual de riquezas, coletividade, solidariedade e o respeito pelo saber dos mais velhos sustentavam o manejo da economia indígena, fornecendo os principais alicerces, destinados a manter os laços de parentesco entre os grupos locais. Todos estes elementos formatavam, assim, a função social dessas populações.

Ainda, segundo Chase Smith (1995; 2002) a vida econômica e social era parte integrante da vida cotidiana, se voltava à satisfação das necessidades locais de abrigo,

alimentação, ferramentas e artefatos culturais. Entretanto, com o passar dos anos houve um contato maior com diversos atores. Processos de colonização, constantes invasões, degradação ambiental de seus ecossistemas, ausência de políticas públicas fomentadoras de sustentabilidade demonstraram aos povos indígenas a necessidade de aprenderem novas alternativas econômicas que lhes pudessem propiciar renda, conservação ambiental e revitalização de seus modos produtivos e reprodutivos.

Tais contatos operaram mudanças no modo de vida das populações indígenas, deixando-lhes sem alternativas econômicas, exigindo dessas sociedades novas técnicas de produção e reprodução mediante a possível inserção na economia de mercado. Nesse sentido, as visões de Wesche e Drumm (1999), Cauper, (2001), Colvin (2001), Azevedo (2002) e Smith (2002) demonstram que o ecoturismo parece ter sido uma estratégia mais viável às sociedades indígenas para unirem: geração de renda, criação de novos postos de trabalho, incremento ao comércio de artesanato, fixação dos jovens nos locais, conservação dos ecossistemas através de formas mais adequadas aos valores produtivos e reprodutivos desses povos.

Apesar de enfatizarem o ecoturismo como uma estratégia atual e com possibilidades de êxito aos povos indígenas, conforme Brandon (1996), Cauper (2001), Colvin (2001) e Azevedo (2002), o ecoturismo pode trazer, também, vários tipos de repercussões negativas: uso e acesso de recursos de maneira inadequada, ameaça aos valores e tradições, maior necessidade de objetos de consumo, transformação das danças/rituais em *performances* culturais montadas especificamente à observação dos turistas, além da padronização dos artefatos visando à comercialização.

Em face disso, indaga-se, o ecoturismo é desejável pelos os povos indígenas, uma vez que suas culturas já estão bastante vulneráveis aos impactos danosos de diversos atores sociais? Os empreendimentos em terras indígenas, mas sem envolver diretamente os indígenas acabam por lucrar com seus conhecimentos, costumes, ignorando, assim, seus interesses e

necessidades. Nesse sentido, as culturas indígenas se tornam importantes elementos na venda de ecodestinos para estrangeiros, sendo também um fator primordial quando se trata de alavancar investimentos dos organismos internacionais e Ong's à infraestrutura turística. Além disso, elas podem ter o viés promissor à instalação de operadoras internacionais de ecoturismo em locais potenciais ao desenvolvimento das atividades: as florestas tropicais.

Questiona-se: as experiências de ecoturismo indígena podem conservar os ambientes, reproduzir os modos de vida indígena, e, ao mesmo tempo, proporcionarem viabilidade econômica? Entende-se viabilidade a partir da concepção estabelecida por Chase Smith (1995, p. 226) ao argumentar que a idéia seja compreendida e incorporada no subconsciente cultural do indígena amazônico e posta em prática em suas iniciativas orientadas ao mercado.

O autor enfatiza que a viabilidade depende de dois fatores: fatores globais externos como condição política e condição econômica; fatores internos relacionados com o projeto como um bom desenho e desempenho do mesmo, ademais as competências das pessoas e a continuidade do trabalho das mesmas no projeto.

De acordo com Lima (1977) as comunidades locais, ou seja, os parceiros devem garantir a sustentabilidade do uso, a partir de regras de manejo, e atuam como vigilantes para assegurar a sustentabilidade de processos evolutivos e manutenção da biodiversidade nas áreas intocadas.

Aplicando-se as idéias de viabilidade e sustentabilidade para o Ecoturismo, esta atividade pode representar uma relação importante e fundamental entre o desenvolvimento sustentável e as sociedades indígenas com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados. O respeito pela natureza, pelos ambientes e principalmente, pelo saber local/cultural das populações indígenas pode fazer do ecoturismo uma atividade lucrativa e duradoura, se antes de tudo, desenvolver bases à sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e étnica das referidas populações (AZEVEDO, 2002, 2004).

Este estudo pretende investigar fatores e condições que contribuem ao sucesso ou não das experiências de ecoturismo envolvendo grupos indígenas no nordeste brasileiro e na Amazônia equatoriana e peruana, dentro da perspectiva de desenvolvimento étnico, econômico, sociocultural e ambiental. O contexto de “sucesso” segue os cenários traçados pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2004) ao explicitar que os objetivos e estratégias dos projetos de ecoturismo devem integrar as áreas protegidas e os objetivos de conservação nos planos e programas de desenvolvimentos regionais e locais; conscientizar as comunidades locais sobre os benefícios e impactos potenciais do ecoturismo; em resumo, as experiências de sucesso, devem desenvolver sistemas institucionais, instrumentos legislativos e normativos que favoreçam a conservação e garantam a participação da comunidade nos benefícios gerados pelo ecoturismo.

Objetiva, também, analisar em que condições podem se dar as padronizações das culturas indígenas através das atividades de ecoturismo. Ao mesmo tempo, pretende analisar fatores minimizadores de impactos socioculturais, além de verificar se o ecoturismo pode ser um forte elemento propulsor da recriação/fortalecimento das manifestações culturais indígenas.

Enfoca-se cinco estudos de casos, levando-se em conta cinco fatores: 1. o fato de todos os projetos serem denominados de Ecoturismo Baseado em Comunidade; 2. o tipo de fontes de financiamento; 3. o tipo de administração da empresa coletiva; 4. o tempo de vida da experiência; 5. as escalas de espacialidade/localização, ou seja, (1) um de escala nacional; (4) quatro de escala internacional. O primeiro consiste no estudo da Reserva Pataxó da Jaqueira, em Porto Seguro, no extremo sul da Bahia. Atualmente, a experiência tem 4,5 anos de duração, é gerenciada pela Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR). É a única do gênero no Brasil e os investimentos à sua implantação e operação, sob forma de doação, foram oriundos do programa governamental Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal

(PROECOTUR), diferentemente dos demais projetos que receberam doações e investimentos captados de organismos internacionais captados por Ong's e Fundações.

O segundo consiste no estudo de Napo Galeras, no rio alto Napo, região do Napo, Equador. Hoje, com 10 anos de duração, é gerenciada pela Rede Indígena de Comunidades do Alto Napo para a Coexistência Intercultural e Ecoturismo (RICANCIE) e pelos Quichua da comunidade *Las Galeras*. Sua implantação e apoio técnico se deram através de doações de organismos internacionais de USAID/GTZ e parcerias com a Universidade da Califórnia. RICANCIE, Federação das Organizações Indígenas do Napo Runa (FOIN), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COICA) e Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONFEANAIE) implementaram na Amazônia equatoriana, nos anos 90, projetos de Ecoturismo de Base Comunitária (EBC) como estratégias para buscar alternativas econômicas, face às pressões das companhias petroleiras e ao turismo desordenado.

O terceiro diz respeito ao Napo *Wildlife Center* (NWC), no baixo rio Napo, região Orellana, Equador. Com 1,5 anos de existência, é gerenciado pelos Quichua da comunidade *Añangu*, em sociedade com a Fundação Eco Equador; esta tem como parceiras, a Ong Peru Verde e a Fundação Bio Brasil. Os investimentos, sob forma de empréstimo, foram captados por Eco Equador junto à *Tropical Nature*.

O quarto é um estudo da experiência Pucani, no baixo rio Urubamba, município de Atalaya, região Ucayali, Peru. O projeto tem 2,5 anos de duração, gerenciado pelos líderes comunitários das etnias Asháninka e Yine-Piro de Centro Pucani e *Nueva Libertad de Pukani* em parceria com Ong Peru Verde. Os recursos, sob forma de doação, destinados à sua implantação e apoio técnico foram captados pela Peru Verde junto a sua sócia, *Tropical Nature*.

O quinto se refere ao *Heah River Wildlife Center* (HRWC), no rio *Heath*, estado Tambopata, região Madre de Díos. A iniciativa tem 2,5 anos, é gerenciada pelos Ese'Eja da comunidade *Sonene* e a empresa de ecoturismo privada *Rainforest Expeditions* (RFE) e a

operadora de ecoturismo privada *Jungle Lodge*. Os recursos, sob forma de empréstimo, se originaram do programa de Desenvolvimento Sustentável para Populações Indígenas da *Rainforest Action Network*. Diferentemente, das demais iniciativas, HRWC tem um modelo onde combina duas empresas privadas e comunidade.

Para estabelecer conexão entre os elementos norteadores das hipóteses e objetivos, dividiu-se a tese em quatro capítulos, descritos a seguir:

Capítulo I - INDÍGENAS, ECOLOGIA, ECOTURISMO: DIMENSÕES, composto por duas seções. Na primeira seção **Indígenas, Ecologia, Territórios e Recursos Comuns**, examina-se situação dos indígenas em relação à ecologia e o gerenciamento dos recursos comuns. Em essência, grande parte dos territórios e recursos naturais está nas mãos de grupos indígenas; estes, no México, no Equador, no Peru e no Brasil estão procurando desenvolver alternativas econômicas nas áreas de manejo florestal, conservação, certificação, produção e colheita de fibras naturais, plantas medicinais, comestíveis e ornamentais e, especificamente, atividades de ecoturismo. Nestas iniciativas, o manejo de recursos comuns está demonstrando bases favoráveis de sustentabilidade aos integrantes em relação à possível ruína dos bens. A segunda seção enfatiza o **Ecoturismo** dentro de suas políticas, dimensões, impactos, modelos de gestão de empreendimentos e investidores. Neste contexto avalia-se a razão pela qual o ecoturismo está se revelando como uma estratégia particularmente atraente aos países em desenvolvimento, por ser, desde que bem planejado, uma melhor alternativa aos grupos indígenas em detrimento à mineração, à extração de madeira e à silvicultura. Na terceira seção, deste capítulo, se realiza uma Auditoria do Ambiente de *Marketing*, avaliando as tendências e as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relativas à oferta, mercado, posicionamento, qualidade de serviços, comportamento do consumidor, suas motivações e poder de compra, já

que as empresas e consumidores recebem através da mídia várias influências das atividades de ecoturismo como importante fonte de renda e conservação.

O **capítulo II, METODOLOGIA**, está formatado por três seções. Na primeira faz-se uma **Caracterização das áreas de estudos**, onde se verifica que os grupos indígenas envolvidos nos empreendimentos de ecoturismo, sejam os Pataxó, Quichua do alto e baixo rio Napo, Asháninka, Yine-Piro e Ese'Eja sob perspectivas políticas, territoriais, econômicas, socioculturais e ambientais se organizaram em associações e federações. Na segunda seção realiza-se uma Auditoria do Ambiente de *Marketing*, avaliando as tendências e as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relativas à oferta, mercado, posicionamento, qualidade de serviços, comportamento do consumidor, suas motivações e poder de compra. A terceira estabelece os procedimentos metodológicos necessários e pertinentes às hipóteses formuladas com vistas a alcançar resultados.

No capítulo III, **RESULTADOS** se introduzem categorias operacionais para a obtenção de dados acerca do histórico e da natureza do empreendimento, bem como avaliar os recursos naturais, históricos e culturais utilizados como atrativos, arquitetura da infraestrutura turística, equipamentos, logística, tipos de serviços oferecidos, fluxo e receita. Este capítulo fornece indicadores referentes ao desempenho organizacional, administrativo, financeiro, comercial e de *marketing* de cada iniciativa sob vários enfoques de pontos relacionados com tipos de investimentos, modelos de parcerias e de gestão, grau de intervenção e poder de articulação dos comunitários. Também realiza uma abordagem dos benefícios e custos econômicos, sociais, culturais e ambientais; esta se permeia pelo fato do ecoturismo poder se constituir uma alternativa econômica para gerar postos de trabalhos, fortalecer as atividades produtivas e redistribuir equitativamente os benefícios. Nos aspectos sociais, investiga-se aplicação de investimentos e melhorias em serviços essenciais locais, o fortalecimento da organização social e na relação de gênero a inclusão da mulher no mercado de trabalho. Nos aspectos culturais,

examina-se a valorização dos modos produtivos e reprodutivos nos atrativos e o processo de revitalização cultural, bem como o uso de rituais e *performances* culturais. Nos aspectos ambientais, a adoção de medidas redutoras de impactos, sensibilização/orientação aos turistas e os principais danos ocorridos/possíveis em ou com cada projeto.

No capítulo IV, **DISCUSSÃO** sistematiza-se dados relacionados com a natureza do empreendimento, capacidade de gestão administrativa e de recursos humanos, recursos financeiros e de fluxo turístico e de *marketing*. Também avalia as condições de como se deram os benefícios e danos econômicos, sociais, culturais e ambientais e como os indígenas e as parcerias envolvidas estão trabalhando ou não em medidas minimizadoras dos custos. Para fundamentar melhor os processos, enfoca-se o método de SWOT, onde se analisa as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças voltadas à posição da oferta ecoturística diante do diante de condições críticas de: modelo de gestão e tipo de investimento, capacidade de negociação dos comunitários, gestão de mercado, resguardo de território e vulnerabilidade socioculturais dos indígenas.

1 INDÍGENAS, ECOLOGIA, ECOTURISMO: DIMENSÕES

1.2 INDÍGENAS, ECOLOGIA, TERRITÓRIOS E RECURSOS COMUNS

*“Curumim,
estas terras nunca nos pertenceu,
não é de ninguém
não têm dono, nem deus...”*

Segundo Silva (1999), Cunha e Almeida (2001) duas linhas de argumentação analítica têm dominado os estudos referentes à Amazônia, a primeira na busca de modelos de desenvolvimento que ao mesmo tempo enfoque um reordenamento de acesso e uso de espaços; a segunda, procurando enfatizar as dimensões ecológicas, socioespaciais, socioculturais, político-econômicos das populações tradicionais.

A hipótese sustentada pelos autores acima é de que a Amazônia, em grande escala, sempre serviu de “ocupação” e de fronteira de recursos aos projetos desenvolvimentistas, às hidrelétricas, aos madeireiros, aos organismos internacionais, às Ong’s, aos ambientalistas. Em menor escala, foi e, continua sendo ocupada por indígenas, seringueiros, castanheiros, pescadores, remanescente de quilombos, povos que procuram se relacionar com os recursos naturais “capital natural” de acordo aos seus próprios modos de produção e reprodução.

De acordo com Silva (1999), na realidade, essas populações têm ficado à margem do trajeto nacional do desenvolvimento. Apesar dessa premissa, esses povos agora, estão sob a condição de serem “guardiões da biodiversidade amazônica”, através dos famosos produtos eco-verdes. Hoje, a Amazônia pode compor tanto um ideário de bem-estar dos consumidores de melhores produtos de todo o mundo como um patamar civilizatório de propostas ambientalistas “politicamente corretas” da cidadania mundial.

Silva (1999) enfatiza que os indígenas têm experimentado um grande processo de transformação pela globalização, pela velocidade das tecnologias, pelo redesenho do cenário político, econômico, social, cultural e ambiental. Consubstancia-se o pensamento de Silva (1999) ao argumentar que essa transformação deu sustentação à mudança de perspectiva referente aos indígenas vistos anteriormente como “bons selvagens” e natos conservadores dos ecossistemas,

teses sustentadas pelo Romantismo do século XIX, através da identidade do indígena-herói nacional.

Da passagem do ‘bom selvagem’ ao reivindicador de seus direitos, mediante à busca da demarcações de suas terras e a parceiros e autogestores de alternativas econômicas, a exemplo dos projetos de ecoturismo desenvolvidos no extremo sul da Bahia, na Amazônia equatoriana e peruana, passou-se um bom espaço de tempo de lutas. Estas, baseadas inicialmente em demarcação de territórios acabaram por adquirir a premissa da conservação dos recursos naturais, uma vez que 60% das populações indígenas da Amazônia Legal (CUNHA, 2001) e 80% da Amazônia equatoriana e peruana depende dos recursos florestais para sua sobrevivência física e cultural (CHASE SMITH, 1995; SMITH, 1996, 2001, WESCHE; DRUMM, 1999, VALEREZO, 2002).

Silva (1999), Cunha, (2001), pesquisas da Coordenação Indigenista Missionária (CIMI), Instituto Sócio Ambiental (ISA) e do Programa Amazônia (1998) referenciam que os movimentos indígenas foram legitimados em 1992, com a Eco-Rio e mais tarde pela Agenda 21 Nacional e as agendas locais. A partir daí, o cenário começa a se modificar: as lutas dos povos indígenas pelos seus direitos e posse de territórios passam pelas linhas ecológica e econômica, na busca da conservação de ecossistemas e sustentabilidade.

Sobre esse aspecto, Gray (1995), Fernandes Silva (1995), Programa Amazônia (1998) e Silva (1999) observaram: primeiro, a sociedade não-indígena deve reconhecer formalmente a existência de uma pluralidade étnica e cultural dos povos indígenas; segundo, não se pode integrar as economias indígenas dentro de padrões de racionalidade econômica dominante; terceiro, é necessário inserí-los no mercado, mas através da construção de nova matriz econômica ecológica, levando em conta suas diferentes unidades ambientais de produção (economia de subsistência, de pequena escala) e seus códigos culturais.

Depois da Eco 92 e a inserção dos indígenas como “ grupo socialmente vulnerável” na Agenda 21 Nacional, nunca se falou tanto em povos indígenas, conhecimento tradicional, a importância dos medicamentos da floresta, a biopirataria e a necessidade de ‘conservação’ dos diversos ecossistemas (SILVA, 1999). A partir de quais condições se deram esses cenários? O quadro de miséria, a ausência de perspectivas às populações indígenas tornou-se grave, apesar de algumas ações pontuais de instituições como FUNAI e IBAMA; mais sistemáticas, de alguns organismos internacionais e Ong’s.

Uma linha dominante de pesquisas enfatiza que esses cenários se fortaleceram através da ocupação de terras por projetos de agricultura, projetos de agropecuária, plantio de soja mecanizada e extração de minério. Além destes fatores, conforme dados do ISA (2005) com a sobreposição de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação restou poucos territórios para migrações de etnias e de sobrevivência de etnias já ali residentes, seja pela agricultura de subsistência e/ou pelo extrativismo.

De acordo com Chase Smith (1995), Smith (2000), mediante aos contatos interétnicos os indígenas perderam grande parte de seus costumes, tradições, relações de parentesco e compadrio. Vieram doenças, prostituição, alcoolismo, subserviência, assistencialismo, desejo pelo consumo de objetos tecnológicos, evangelizações, missionários, empresas madeireiras, de mineração e de petróleo. Contudo, também vieram outros atores com novas maneiras de pensar a natureza e a sociedade, dentro de uma abordagem mais voltada a um novo extrativismo e à inserção no mercado internacional.

A partir dos cenários acima descritos, se discute a premente necessidade da inserção de outras atividades aliadas ao extrativismo, à pesca, à agricultura de subsistência, a exemplo do ecoturismo, reivindicado por Cauper (2001) e Colvin (2001) como uma melhor alternativa de renda aos indígenas, com menos impactos ambientais negativos. Na medida em que os cenários foram se concretizando, chegou-se a vários impasses: Cunha (2001) indaga: afinal, os povos

indígenas são ou não conservacionistas? Por sua vez, Oliveira Filho (1995), questiona um chavão muito utilizado nos anos 80: há muita terra para pouco índio? São inúmeras as teses discutidas sobre a questão indígena. Optou-se por discutir três: 1 os povos indígenas são parceiros ideais à conservação da natureza, porque são ecologistas natos; 2 com a inserção no mercado internacional, as sociedades indígenas vão provocar mudanças culturais inevitáveis e, em consequência, haverá a superexploração dos recursos naturais; 3 há muita terra para pouco índio.

Em relação ao primeiro paradigma, a idéia dos povos indígenas através da imagem de ecologistas natos resultou do paradigma de “*o mito do bom selvagem ecológico*” de Redford (1992). A esse respeito, o autor afirma que muitas populações tradicionais dentre eles, alguns grupos indígenas exploram a fauna, chegando a promover sua redução, inclusive até à extinção local, de espécies caçadas intensivamente, embora nem toda a caça de subsistência aconteça do mesmo modo.

Em relação ao assunto Yost e Keley (apud Redford, 1997) argumentam que os números de animais caçados à subsistência pode ser bastante expressivo; a respeito, cita o seguinte exemplo: em menos de um ano, os 230 habitantes de três aldeias Huaorani, no Equador, mataram 3 165 animais entre mamíferos, aves, répteis. Hoje, os Huaorani têm um projeto de ecoturismo em suas terras, entretanto, enfrentam problemas de ausência de animais à contemplação dos ecoturistas.

Para Redford (1992, p. 46), os povos indígenas não são “*os nobres selvagens ecológicos*” que os tornamos e a única maneira de conservar a biodiversidade é abolir todos os tipos de comportamento humano: construção de estradas, extração de madeiras, extrativismo vegetal e a caçada indígena. Pergunta-se, será necessário também abolir o ecoturismo em sociedades indígenas, mesmo porque o turismo, conforme pesquisas/experiências já consagradas, traz mais impactos negativos socioculturais do que os impactos econômicos positivos? Para se explicitar, o assunto, cita-se o caso dos povos nômades da África: estes gradativamente têm seus estilos de

vida tradicionais alterados em função de se proteger a vida selvagem da qual depende a indústria do turismo local.

Recorre-se, então, à noção de *wilderness* - vida natural/ selvagem-, subjacente à criação dos parques, no final do séc. XIX, com a idéia de grandes áreas não-habitadas, sobretudo após o extermínio dos índios e, a expansão da fronteira para o oeste. Refutando a noção de *wilderness* (GOMEZ-POMPA; KAUS, 1992, apud DIEGUES, 1996) alegam “*que os indígenas dos trópicos têm a floresta tropical como sua casa [...]; a natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos são freqüentemente personificados e endeusados através dos mitos locais [...]*”.

Em vista disso, Cunha (2001) defende haver possibilidades de populações indígenas viver em seus territórios e/ou unidades de conservação sem necessariamente se produzir depredação ou conservação pura e simplesmente, mesmo porque o conservacionismo não se limita apenas a uma prática, ele é composto por um conjunto de processos, atores, políticas, investimentos e mercados. Endossa-se o autor, esclarecendo: conservação se amalgama com políticas públicas, investimentos e programas adequados.

Dentro da linha de raciocínio de povos tradicionais poderem viver em seus territórios, ao mesmo tempo conservando seus ecossistemas Balée (1993), Posey (1996); Descola (1999) sugerem que a diversidade de espécies, de ecossistemas e de genética não é um fenômeno natural, mas sim cultural, resultado da ação humana. De acordo com esses estudos, as populações humanas convivem com a floresta, também a manejam e manipulam seus componentes orgânicos e inorgânicos.

Ressalta Balée (1993, p.386) os índios agricultores da Amazônia fizeram alteração no ambiente, porém, em lugar de terem provocado extinções, parecem ter na verdade, contribuído para o aumento da diversidade biológica; esta aparente ação diversificadora se estende desde os

tempos do Neolítico até o presente e seu mais notável testemunho é a série de espécies domesticada e semi-domesticada presentes na Amazônia.

Viveiros de Castro (1992) apóia a tese quando esclarece que a floresta amazônica condicionou tanto a vida humana quanto foi condicionada por ela; a Amazônia que vemos hoje é a que resultou de séculos de intervenção social, assim, como as sociedades que ali vivem são o resultado de séculos de convivência com a Amazônia. Todavia refuta a tese filtrada e reforçada por alguns antropólogos e etnoecólogos dos “indígenas serem ecologistas natos.”

Chase Smith (1995) refuta o segundo paradigma, esclarecendo, que no passado, devido à cultura tradicional, à baixa densidade e ao isolamento os indígenas exploraram seus recursos de maneira ‘sustentada’; nos dias de hoje, alguns padrões de comportamento mudaram em função de contatos interétnicos, do aumento da densidade demográfica e da ausência de alternativas econômicas compatíveis seus modos de produção.

Por sua vez, Balée (1993) resume: as sociedades indígenas amazônicas não possuem uma política explícita de conservação, nem associações voluntárias devotadas à preservação da biodiversidade, talvez pela simples razão que suas atividades econômicas nunca as tornaram necessárias.

Corrobora-se com Balée, porém, entende-se o seguinte: na atualidade, as novas atividades econômicas das sociedades indígenas seja pelo neoextrativismo, seja pelo ecoturismo estão colocando-as, em contato com grupos de atores sociais com diferentes interesses. Disto podem resultar políticas públicas mais eficientes, mais investimentos, mais apoio técnico, mas também, danos socioculturais.

Em relação ao segundo paradigma, “com a inserção no mercado internacional, as sociedades indígenas vão provocar mudanças culturais inevitáveis e, em consequência, haverá a superexploração dos recursos naturais”, enfoques muito usados na teoria dos recursos comuns. Mais conhecidos através de suas denominações na literatura em inglês, “*commons*” ou “*common*

pool resources” (CPRs), os termos “recursos comuns” ou Recursos em Propriedade Comum (RPC), são utilizados para descrever uma gama de modalidades de apropriação ou regimes de propriedade, distintas tanto da propriedade pública como da propriedade privada, podendo-se caracterizar como modelo “intermediário” entre estes dois regimes.

Grupos indígenas controlam a maior parte da propriedade de recursos comuns no mundo. Indaga-se: sob quais condições esses povos manejam os recursos comuns? Como são criadas, mantidas, transformadas ou perdidas as instituições de propriedade comum de recursos? Quais experiências podem oferecer bases de sustentabilidade ao manejo de recursos comuns?

Existe um ativo debate científico, teórico e prático sobre o papel efetivo e potencial dos regimes de propriedade comum em relação à sustentabilidade dos modelos de uso dos recursos naturais renováveis. Duas posições extremas se confrontam neste debate. A primeira, assimilando a propriedade comum ao livre acesso, defende a necessidade de transformar todo regime de propriedade existente em propriedade pública ou privada, para prevenir as tragédias coletivas de modelos de exploração insustentáveis. A segunda, destacando as diferenças entre propriedade comum e livre acesso, enfatiza a eficácia e o potencial da propriedade comum em proporcionar modelos historicamente concretos de sustentabilidade, em vários casos, países e regiões do mundo.

Nesse sentido, a teoria da Tragédia dos Comuns de Hardin (1968) tem sido muito utilizada em estudos ambientais, inclusive para formular leis de manejo de recursos, pois trabalha com a idéia principal: os recursos pertencentes a um bem comum, como oceanos, rios ou florestas são sujeitos à degradação massiva. O modelo de Hardin (1968) é um dos três principais grupos de teorias de ação coletiva, no sentido de buscar entender a relação entre o indivíduo e o grupo do qual faz parte. Ao ser membro de grupo, o indivíduo ganha todo o benefício, mas o custo é distribuído entre todos os outros membros do grupo. O benefício e o custo acontecem quando todos os recursos de propriedade comum são ou serão superexplorados. O indivíduo

racional possui o estímulo de extrair o máximo possível antes de alguém fazê-lo; como “tudo” pertence a todos, ninguém se sente estimulado a assumir responsabilidade pelo recurso.

Hardin (1968) sugere o seguinte: as pessoas fechadas na lógica da propriedade são livres apenas para provocar a ruína universal; assim que elas percebem a necessidade da coerção mútua, tornam-se livres para perseguir outros objetivos. A autonomia de cada um só será interessante quando for para perseguir seus próprios objetivos e quando estes forem apoiados por leis/acordos aceitos pela maioria dos indivíduos afetados.

McGrath (1993) ao analisar a evolução do manejo comunitário da várzea em lagos do rio Tapajós, no baixo Amazonas, verificou que a gestão comunitária obteve sucesso no manejo de recursos comuns. O exemplo se deu com uma adaptação do varzeiro ao novo cenário econômico imposto mediante ao aumento de pesca profissional e das grandes fazendas de várzea. Tal cenário gerou aumento de pressão sobre os estoques, ocasionado diminuição de oferta de pescado a sua subsistência. Os varzeiros não capitalizados aplicaram estratégias de uso múltiplo de recursos, também em resposta a oportunidades econômicas e ao se sentirem ameaçados e incapazes de competir com o pescador mais equipado. Suas respostas às regras impostas pela capitalização de alguns pescadores foi a de manter o acesso de pescadores a áreas de lagos comunitários. O controle comunitário do lago, baseado na propriedade comum da margem do lago pelos membros da comunidade impôs regras de uso/pesca (manejo) a serem respeitadas. Através do respeito, da adoção de regras, pode-se conseguir que o uso recursos comuns possam reduzir os impactos negativos, evitando desse modo, a superexploração de todos.

Um outro exemplo similar é da Pousada Ecológica Aldeia dos Lagos, em Silves (AM). A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e Cooperativa de Turismo (COOPTUR) trabalham com 22 comunidades de ribeirinhos com atividades tradicionais de agricultura e pesca e de ecoturismo. À pesca foram estabelecidos três tipos definidos através do sistema estratégico: Lagos de Procriação - santuários com proteção total à reprodução natural dos

peixes e repovoamento; Lagos de Manutenção: onde é permitida a pesca artesanal de subsistência para garantir renda comunitária e alimentação; Lagos de Exploração Pesqueira: onde a pesca comercial é permitida, respeitando algumas restrições regulamentadas por leis federais, estaduais e municipais. No ecoturismo, os roteiros incluem uma aproximação intercultural com os ribeirinhos (AZEVEDO, 2000).

Com a adoção da Teoria de Hardin em relação ao ecoturismo, há um argumento a favor de cada operadora de turismo procurar maximizar seu próprio lucro, extrapolando a capacidade de carga (compreendida como o nível e uso que uma área pode suportar com o alto grau de satisfação para o visitante e o baixo impacto sobre os recursos). A relação entre extrapolar a capacidade de carga está estreitamente ligada à concepção de sustentabilidade.

A sustentabilidade pode ser compreendida mediante a noção de um recurso ou de um ecossistema dependente de um equilíbrio entre os ritmos da extração, destinada a assegurar um mínimo de renovabilidade para o recurso. Críticas são feitas à tese, dentre elas a de Rediclift (1987), porque insistem na seguinte premissa: não se pode pensar nas gerações futuras, quando parte das gerações no presente não têm suas necessidades básicas atendidas. No entender dos opositores, o desenvolvimento sustentável se utiliza de duas tradições conflitantes: capacidade de suporte e o potencial dos ecossistemas, não reconhecendo que os limites de sustentabilidade têm origens estruturais e naturais. Quais são esses limites para o ecoturismo? Como não extrapolar a capacidade de carga dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, conseguir renda e indicadores sustentáveis?

A sustentabilidade na maior parte da literatura especializada é vista como um termo mediador e encarregado de construir uma ponte entre as diferenças ideológicas e políticas dos *lobbies* ambientalistas e desenvolvimentistas, ou seja, um paradigma fundamentado na oposição do ecocentrismo e do antropocentrismo. A primeira corrente sustenta que as entidades não-humanas são de valor igual ao da espécie humana; é uma ética da natureza amplamente

intrínseca. A segunda corresponde ao uso normativo ou dominante dos seres humanos se relacionarem com a natureza; nela, a natureza é vista predominantemente como um conjunto de recursos que a humanidade é livre para empregar às suas próprias finalidades. É uma visão instrumental e utilitarista. A última versão aponta a natureza sob o paradigma de “mercadoria” consumível e usufruída como qualquer outra matéria prima, a exemplo do turismo e do ecoturismo.

A partir desse entendimento desenvolvimento, sustentabilidade e recursos comuns podem adquirir noções de termos contraditórios, resultando assim, na insustentabilidade do ecoturismo para as populações envolvidas. Quais as contradições dos termos? Conforme, Rodrigues (2001), desenvolvimento é uma meta que implica - no mundo pós-moderno - a produção de mais e mais mercadorias. A produção contínua necessita tanto dos recursos naturais - extraídos de algum lugar - como de lugares/depósitos para colocar os resíduos, destruindo ou pelo menos transformando a natureza em depósitos de resíduos. Esse desenvolvimento contínuo é insustentável, tanto pela rapidez dos processos produtivos, quanto pela nova forma adquirida pela natureza: a de mercadoria.

Ainda, segundo, Rodrigues (2001, p. 117-172) sustentabilidade significa manutenção de condições – situação nada viável num sistema de produção contínua de mercadorias -. O turismo produz territórios e mercadorias, justamente por esta “produção” destrutiva, é que Rodrigues (2001) conclui que o turismo é em sua própria essência, incompatível com idéias de sustentabilidade, conservação e desenvolvimento sustentável.

Caso sustentabilidade signifique manutenção das condições, como pode promover viabilidade num sistema de produção incessante de novas mercadorias? O ecoturismo é uma atividade baseada em ofertas, o consumo de paisagens será contínuo. A partir destas constatações, o ecoturismo pode tornar incompatível com a noção de desenvolvimento

sustentável, porque focaliza suas ofertas no consumo aos lugares “exóticos”, transformando-os em mercadorias a serem comercializadas através de povos e costumes diferentes.

Como mensurar a sustentabilidade? Sachs (1997) aponta cinco dimensões à sua mensurabilidade: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. A dimensão social é o estabelecimento de um processo de desenvolvimento na busca de conduzir a um padrão sustentável de crescimento, com uma distribuição mais eqüitativa da renda. A dimensão econômica poderá ser possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além do manejo eficiente dos recursos naturais.

A ecológica implica na expansão da capacidade de suporte do capital natural, mediante intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, com o mínimo de deterioração. Já a geográfica, corresponde à busca de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e do estabelecimento de uma rede de reservas da biosfera. Por último, a cultural é a dimensão mais difícil de ser concretizada porque implica que a modernização deve aliar mudanças exógenas com soluções locais, adaptadas a cada caso específico.

O que vem a ser sustentabilidade aos indígenas? Como aliar sustentabilidade às novas alternativas econômicas trabalhadas por estes povos, a exemplo de manejo florestal, atividades pesqueiras e de ecoturismo? Conforme os grupos indígenas foram adquirindo direitos territoriais, a preocupação central passou ser a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento possível de integrá-los na economia de mercado nacional em termos mais lucrativos e pertinentes aos seus modos produtivos e reprodutivos. Na realidade, as mudanças são muitas, principalmente, econômicas. Em que medida essas mudanças têm afetado a capacidade dos indígenas para manter sua integridade cultural e dos ecossistemas, sem que isto necessariamente provoque a superexploração dos ecossistemas?

Há alguns exemplos de indígenas e/ou camponeses manejando e comercializando recursos comuns, sob formas de comunidades florestais, certificação, ecoturismo, produção e colheita de

fibras naturais, plantas medicinais, comestíveis e ornamentais. Nestas, o manejo de recursos comuns está demonstrando bases favoráveis de sustentabilidade aos integrantes em relação à possível ruína dos bens.

No México citam-se dois casos: em Santa Maria Huatulco, na Serra sul e costa de Oaxaca. Nesta experiência se está desenvolvendo um conjunto de estratégias intercomunitárias para o controle e manejo de território agrário e seus recursos naturais dentro da bacia hidrológica Huatulco-Copalita, principal abastecedor de água para o complexo turístico *Bahías Huatulco*. O segundo se desenrola em Ixtlán, uma das mais avançadas comunidades florestais de Oaxaca. A experiência combina manejo de bosques, atividades de transporte e ecoturismo. O projeto recebeu certificado da *Forest Stewardship Council (FSC)*.

Há outros exemplos de iniciativas combinando ecoturismo e conservação na América Latina. Uma delas é a da Pousada Amazonas, no Peru, gerenciada pela comunidade indígena Ese'Eja *Infierno Verde* e a operadora de ecoturismo privada *Rainforest Expeditions* dentro da Zona de Reserva Amazônica Peruana Tambopata-Candamo. Pousada Amazonas emprega mais de 50 membros da comunidade, que ganha 38% a mais do que com a caça e agricultura (UGARTE, 2000; DORIA, 2004).

No Equador, uma experiência inovadora é a de *Kapawi*, em Pastaza, sul oriental do Equador. Seu conceito está baseado numa proposta *joint venture* entre a comunidade indígena Achuar e a empresa privada de ecoturismo Canodros, funcionando desde 1996. *Kapawi* é um luxuoso complexo de 20 cabanas e com modernas tecnologias para proteger o meio ambiente. Com uma inversão inicial de USD\$ 2 milhões, Canodros, paga adicionalmente, a soma de USD \$ 2 mil/mês à Federação Equatoriana da Nacionalidade Achuar (FINAE) pelo uso do território, onde está previsto o incremento de 7% anual. A FINAE recebe adicionalmente USD \$10 dólares por cada turista; os membros da comunidade participam da administração, serviços de hotelaria, sendo permanentemente capacitados. Ao cabo de 15 anos (2011), a administração e operação

serão transferidas em sua totalidade à comunidade. Kapawi Ecolodge & Reserve ganhou o prêmio *Ecotourism Excellence Award 2000*, da *Conservation International*.

As experiências acima através de uma série de regulamentos, acordos, sistema de impostos, incentivos estão procurando responder de forma mais adequada à possível ruína dos bens comuns.

O terceiro e último argumento se refere ao à discussão dos anos 80, quando a extensão das terras indígenas no Brasil parecia exagerada e alguns setores da sociedade nacional alegavam o seguinte: “há muita terra para pouco índio”. Hoje, segundo o Instituto Sócio Ambiental em sua publicação Povos Indígenas no Brasil - 1991-1995, há uma população de 154, 004 mil indígenas na Amazônia Legal e os indígenas têm direito constitucional a quase 12% do território brasileiro, com terras distribuídas em 574 áreas diferentes, abrangendo, desse modo, 20% da Amazônia brasileira (ISA, 2001).

No Brasil, a posse de terras indígenas está assegurada pela Constituição, como propriedade da União, da mesma forma que os recursos minerais do seu subsolo, cabendo à União, com a anuência do Congresso, autorizar sua exploração. A vigilância dos mesmos, no entanto, é deficiente. Em relação à situação jurídica das terras indígenas, há três tipos segundo a legislação brasileira:

a) terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e comunidades indígenas.

Trata-se de bens patrimoniais da União, cuja definição é dada pela própria Constituição Federal de 1988, 9º (art., 231, §1.º), que as reconhece enquanto expressão dos usos, costumes e tradições indígenas;

b) terras reservadas, de que trata a lei n.º 6.001, de 19.12.73, o Estatuto do Índio (artigos 26º a 31º), ainda em vigor. São as reservas, as colônias agrícolas e os territórios federais indígenas. São criadas pela União e geralmente, destinam-se aos casos em que

determinados indígenas perderam, irremediavelmente, as suas terras de ocupação tradicional, a exemplo dos casos de submersão por reservatórios de Usinas Hidrelétricas;

c) **terras dominiais**, aquelas cuja propriedade pertence às próprias comunidades ou, indivíduos indígenas, que as adquiriram segundo as formas prescritas pela legislação civil (compra, adoção, usucapião etc). Não se confundem com as terras tradicionalmente ocupadas, nem podem incidir sobre estas, sua previsão encontra-se no Estatuto do Índio, artigos 32 e 33.

Os recursos naturais das Terras Indígenas (TI's) são implicitamente reconhecidos como de propriedade comum. Na medida em que as TI's pertencem à União, mas ao mesmo tempo é reconhecido coletivamente aos índios o direito originário à posse permanente destes espaços e ao usufruto exclusivo de seus recursos naturais, o tipo de propriedade de fato existente e reconhecida não é nem privada, nem pública, no sentido clássico dos termos. Por outro lado, para Filho Marés (2001) a Constituição Brasileira reconhece, nas Terras Indígenas, a vigência do direito indígena, e mais especificamente, a vigência das *regras indígenas de apropriação e uso dos recursos naturais*, e de resolução dos conflitos relativos. O autor, ainda, afirma o seguinte: “*a terra indígena é propriedade da União, logo, bem público. [...] a terra indígena é indisponível ao poder público, não passível de utilização por ele, e vedada ao uso comum de todo o povo brasileiro, mas tão-somente ao uso do próprio povo indígena, segundo seus usos costumes e tradições...*”

Em relação ao assunto há dois fatos geradores de conflitos: primeiro, os povos indígenas controlam grande parte da propriedade recursos comuns no mundo; segundo, os indígenas são os “donos legais” dos recursos. Ambas as situações supõem um certo constrangimento à construção de estruturas administrativas legais, beneficiadoras do reconhecimento dos direitos coletivos dos indígenas sobre seus territórios, recursos naturais, práticas culturais. Nestes contextos, os

territórios reconhecidos como propriedades coletivas (comunitárias) são motivos de intervenção dos Estados, mediante aos processos econômicos baseados na extração e exportação de matéria prima, promotores de concessão de subsolos, bosques a empresa nacionais e transnacionais petrolíferas, mineradores, madeireiras, pesqueiras, dentre outras.

Não obstante alguns grupos indígenas terem obtido reconhecimento legal sobre seu território, seus direitos de propriedade intelectual, estes direitos são tipicamente definidos em condições estabelecidas pela sociedade nacional, ou seja, grande parte das terras demarcadas está invadida por madeireiros, garimpeiros, posseiros e colonos ou pretendida por interesses públicos (por meio de obras de infraestrutura) e privados (requerimentos de empresas de mineração). Segundo pesquisas do CIMI (2001), no Amazonas, onde está a maior parte da população indígena, infiltram-se pelo menos 300 mil garimpeiros. Estes são ameaça constante aos indígenas.

O argumento mais contundente para reforçar a invasão, a exploração e o descaso das políticas públicas quanto às terras indígenas tem apoio na afirmação de que no Brasil há “muita terra para pouco índio”, tese que escamoteia as extremas desigualdades sociais em relação às minorias étnicas. Sobre o assunto, Aitlon Krenac - MG argumenta (informação pessoal, 2000): “*o povo indígena não é nada, não é ninguém sem suas terras*”.

À alegada posição, soma-se as idéias de Balée (1993) Posey (1996): a terra para os povos indígenas um espaço não apenas de sobrevivência física, com plantio, coleta de alimentos e caça, mas também, o local de toda a sua elaboração mitológica. A terra é espaço vital, a garantia de existência e reprodução ou reconstituição, enquanto povos e como coletividades específicas diferenciadas.

Segundo Viveiros de Castro (1992) a terra indígena ultrapassa o mero significado de uma questão espacial ou ambiental. Sua própria demarcação para ser entendida num contexto mais amplo, deve incorporar noções de sustentabilidade, políticas públicas e recursos e territorialidade.

Nesse sentido, torna-se esclarecedora a entrevista com Adalberto Macuxi-RR, (agosto/2000), onde o mesmo deu destaque à questão de terras, sua sustentabilidade, o descaso dos governos federal, estadual e municipal quanto às políticas públicas.

Sobre o assunto, ressalta Macuxi (2000):

por que tanta terra para os índios, se eles são incapazes? O índio precisa de terra e muitas vezes já tem suas terras homologadas e demarcadas, entretanto, ainda vive num estado de miséria lastimável, porque faltam políticas públicas voltadas principalmente às atividades produtivas. O que adianta termos recursos naturais, se não temos recursos financeiros para nossos projetos? A maior parte dos recursos tanto humano quanto financeiro que recebemos para nossas áreas não são dos governos, são de Ong's, de organismos internacionais que têm mostrado muito mais sensibilidade e solidariedade à causa indígena. Os índios são capazes de desenvolver projetos de sustentabilidade, desde que, tenham apoio, recursos e políticas de desenvolvimento.

Embora desenvolvendo uma relação com a natureza diferente da relação dos não-índios, a degradação ambiental e as alterações socioculturais exigiram dessas sociedades a necessidade do aprendizado de novas técnicas de produção e sua inserção na sociedade de mercado. Se antes, as populações indígenas amazônicas foram alijadas do processo de desenvolvimento nacional, hoje, o cenário é outro.

Uma coisa é certa: os povos indígenas aprenderam através dos massacres, do desrespeito, a escrever suas leis com as leis dos brancos e, inclusive, a pensar como eles. Podem ser até como os brancos, aprenderem seus códigos, mas continuam sendo povos indígenas, com toda a sua diversidade étnica, cultural e social! Houve o tempo das malocas, o tempo das correrias, o tempo do cativeiro. Agora, é o tempo dos direitos e da conservação de seus recursos através da geração de renda e qualidade de vida.

1.3 ECOTURISMO

1.3.1. ECOTURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS

Atualmente, considera-se o turismo como a maior indústria do mundo. O turismo mundial cresceu cerca de 260 % entre 1970 e 1990 (OMT, 1990), representando uma receita bruta de mais de US\$ 3,5 trilhões por ano, ao empregar cerca de 127 milhões de pessoas no mundo inteiro, conforme o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 1995). Segundo estimativas do

Conselho, a indústria turística mundial já empregaria 10% da população economicamente ativa; seu produto bruto deverá atingir US\$ 7,9 trilhões até 2005 (WTTC, 1995). Acerca do ecoturismo (WTTC, 1997) informa para o ecoturismo um crescimento entre de 10% e 15%, nível mundial. Por sua vez, a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2003), alega um crescimento de 6% ao ano para o ecoturismo no Brasil.

É provável que essas cifras dêem argumentos necessários ao ecoturismo como uma ferramenta atraente para os governos, em especial, pela possibilidade de ser uma alternativa à silvicultura, à mineração, à extração madeireira e petroleira, além de sua capacidade de gerar divisas, dentro da perspectiva de desenvolvimento regional. Para Epler Wood (2002) em alguns países o desempenho do ecoturismo se expandiu dobro entre 1986-1988: Equador 17%, Costa Rica 42%, Belize 25%, Botswana 19% e África do Sul 108% por ano. O incremento se deu por serem conhecidos como estáveis, com parques silvestres bem desenvolvidos e infraestrutura razoável. Nos anos 90, se incrementou aparentemente em poucos países que podiam cumprir estas condições: Costa Rica. Este quadruplicou seu fluxo de turistas, passou de 246.737, em 1986, para 1.031.585, em 1999 (ICT, 2001).

Para Carter e Moore (1991) o ecoturismo encontra-se no estágio de crescimento do seu ciclo de negócios; sua popularidade permanecerá em expansão enquanto continuarem prosperando questões a respeito de congestionamentos e superlotação das cidades, poluição do ar, tempo dedicado ao lazer, opções de trabalho mais flexíveis, *stress* relacionados com trabalho e meio ambiente. As pessoas, cada vez mais, estão recebendo estímulos de mensagens relacionadas à fragilidade dos ambientes e à singularidade de seus povos com costumes e tradições.

As previsões e estimativas dos especialistas tendo em mira o crescimento do ecoturismo dentre eles Epler Wood (2004) e McKercher (2002), resultam ineficientes e conflitantes ao entendimento de seu alto crescimento. O ecoturismo teve seu crescimento acelerado em países

apenas que conseguiram demonstrar legislações e regulamentos mais eficientes, a exemplo da Costa Rica na América Central e do Equador, na América do Sul.

De acordo, com Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), para a América Latina, onde o ecoturismo começa a despontar, a atividade se reveste de extrema importância aos esforços nacionais de promoção do desenvolvimento econômico e social. O adequado aproveitamento dos variados ecossistemas existentes, pouco explorados, propiciará a abertura de novas alternativas econômicas e a consequente melhoria das condições de vida das populações diretamente envolvidas, além de reduzir alguns impactos negativos causados pelo turismo tradicional, devido ao perfil e às expectativas dos visitantes que normalmente viajam em pequenos grupos em comparação com o turismo de massa (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

Conforme documentos da EMBRATUR/IBAMA (1994), o Brasil é o maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica no gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seus sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.

No Brasil, a primeira atividade para a ordenação de atividade ocorreu em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional, composta pelo IBAMA e pela EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e sustentáveis. Em 1994, criou-se o Grupo de Trabalho, integrado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pelo IBAMA, pela EMBRATUR. O grupo deveria desenvolver, além de propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo. Na Amazônia ficou encarregado o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR).

O PROECOTUR tem como estados beneficiários Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Seu objetivo é transformar os recursos naturais da Amazônia em produto turístico de forma a garantir-lhe desenvolvimento sustentável. O estudo de Linhas Básicas para um programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica, (SUDAM/OEA, 1995, p. 27-8) reforça a proposição do PROECOTUR, ao Apresentar o ecoturismo incorporando o seguinte: [i] que o desenvolvimento do mesmo deve operar com o mínimo de impacto ambiental, deve ser utilizado à proteção e à conservação das áreas visitadas; [ii] que a conservação dos recursos naturais deve servir para benefícios às comunidades locais como alternativa para eliminar práticas de sobrevivência incompatíveis com a conservação ambiental. [iii] (sic) que o turismo seja concebido dentro de uma perspectiva de sustentabilidade dos recursos e das comunidades envolvidas.

Documentos tanto PROECOTUR (1994) quanto da SUDAM/OEA (1995) reforçam a tese de que a natureza na Amazônia está disponível com uma diversidade de ambientes à disposição de ecoturistas. Apesar das alegações do ecoturismo ser uma estratégia de conservação e melhoria de qualidade de vida aos residentes pelos dois programas, as atividades de ecoturismo desenvolvidas na Amazônia Legal ainda, têm um caráter pontual e o desenvolvimento das atividades não estão consolidadas sob a perspectiva de políticas públicas. As experiências mais consolidadas no Amazonas (Pousada Ecológica Aldeia dos Lagos -Silves e Mamirauá -Tefé) e Rondônia (Vale do Guaporé) receberam investimentos de organismos internacionais e apoio técnico de Ong's.

Então, interroga-se, sem mecanismos de políticas públicas através de investimentos, legislações e regulamentos na Amazônia Legal, o ecoturismo conseguirá concretizar respeito ao ambiente e renda às populações envolvidas? Sob quais condições podem ocorrer tais cenários? Qual a importância de políticas públicas voltadas aos empreendimentos de ecoturismo?

Segundo perspectivas de EplerWood (2002, 2004) algumas ferramentas devem ser adotadas pelas políticas governamentais visando diminuir os problemas ambientais provocados pelo turismo: legislação, regulamentação, controle, coordenação de políticas e programas, infraestrutura e incentivos e planejamento com promoção entre os âmbitos locais e nacionais de empreendimentos de ecoturismo. Países com política pública voltada ao turismo e ao ecoturismo terão mais credibilidade e possibilidades de alcançar suas metas, a exemplo da Costa Rica e do Equador.

Outro assunto pertinente ao planejamento de desenvolvimento do turismo se refere à certificação. Esta sob a ótica da WWF (2003) é um mecanismo voluntário de controle social sobre os produtos, serviços, destinos turísticos, baseado numa avaliação independente dos desempenhos sociais, econômicos e ambientais.

Processos de certificação de turismo podem representar um papel importante ao trazer mais responsabilidade e competitividade ao setor privado do turismo. Configuram-se pela formulação e adoção de um plano de ações objetivando o aperfeiçoamento dos negócios e um incentivo de mercado, em forma de selo. O selo, ou logotipo de *marketing* será fornecido para negócios que alcançaram um padrão de eficiência e desempenho, demonstrando as suas credenciais ambientais e sociais que permitam aos consumidores a identificar companhias responsáveis socialmente e ambientalmente (WWF, 2003).

O Programa de Certificação para a Sustentabilidade Turística da Costa Rica (CST) coloca este país da América Central como um dos únicos, na vanguarda do turismo ecológico e suas políticas começam a ganhar adeptos na América Latina, a exemplo do Equador. Na Costa Rica, a idéia de certificar negócios turísticos rentáveis, com características de respeito ao meio ambiente e aos direitos sociais, surgiu em 1993, por iniciativa do Instituto Costarricense de Turismo (ICT), do Instituto Centro-Americano de Administração de Empresas (INCAE) e da Universidade da Costa Rica (UCR). O processo envolve aspectos de desenvolvimento sustentável com base em

quatro fatores: o ambiente natural, o uso da área de serviço, o cliente externo e fatores socioeconômicos.

No Equador, o Programa Nacional de Certificação para o Ecoturismo (PRONEC) é um conjunto de ferramentas desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMAE), Ministério de Turismo do Equador (MTE), Universidade de Especialidades Turísticas (UET) e Associação Equatoriana de Ecoturismo (ASEC). A norma jurídica tem como objetivo apoiar o desenvolvimento sustentável do Ecoturismo no Equador, devendo ajudar aos empresários e comunidades a melhorar o uso e manejo de seus recursos naturais, a ter um acesso real ao mercado, a otimizar e baixar os custos de energia, água, insumos e materiais. A regulamentação deverá permitir aos visitantes escolher operações responsáveis, com alto nível de qualidade e comprometidas com processos de conservação.

O Programa se iniciou em 1999 com base num convênio com a União de Conservação de Natureza de Áreas Protegidas (UICN) e um trabalho coordenado pelo Ministério de Turismo do Equador.

No Peru, embora ainda não se tenha algum regulamento normativo à certificação, uma parceria entre Organização Internacional do Trabalho (OIT), Desenvolvimento Empresarial para o Ecoturismo (SDE) e a Rede de Turismo Sustentável (REDTURS) tem realizado uma série de diagnósticos em dezenove projetos de turismo comunitário existentes tanto no Peru, no Equador e na Bolívia. O documento concluiu que a Bolívia, o Peru e o Equador têm uma imagem de turista internacional relativamente definida, os países têm três recursos complementares: a riqueza e diversidade das culturas nativas com uma população indígena e com um forte contingente (turismo cultural); a diversidade biológica e geográfica (turismo de natureza); os aglomerados urbanos múltiplos que datam do tempo colonial, com característica de atratividade de arquitetura civil e religiosa, arte escultural e pictórica (turismo histórico urbano). Em cima

destas conclusões, está sendo elaborado um regulamento normativo para atender às necessidades das iniciativas do Peru e da Bolívia.

No Brasil, a certificação em turismo sustentável é coordenada pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) e Instituto da Hospitalidade (IH), em Salvador, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O CBST é o órgão executivo e consultivo da certificação e promotor e controlador do processo. A entidade vem procurando dar consistência técnica e mercadológica ao esquema brasileiro de certificação por meio de planejamento e implementação de uma estratégia de certificação que seja participativa, independente e voluntária. O Programa de Certificação deu especial atenção para as experiências do Roteiro de Charme e Hóspedes da Natureza no Brasil, bem como os modelos adotados na Costa Rica e na Austrália.

Para a WWF (2003), em termos de legislação, o Brasil encontra-se entre os países do mundo que criaram a maior jurisprudência para controle e preservação dos recursos naturais, porém, as leis criadas não foram acompanhadas de mecanismos eficientes. Conclui que a ausência destes mecanismos fortalece a falta de embasamento técnico e os empreendimentos que conseguem atingir a nível melhor acerca do assunto possuem perfil geograficamente ou setorialmente limitado. Isto pode causar confusão e descrédito no empresariado e no consumidor.

De um modo em geral, o turismo é incentivado em sua maior parte pelo governo e/ou pelas empresas com ausência de estratégia global, sem atenção adequada à legislação - responsável pelo planejamento adequado e leis de proteção à natureza -, sem a consulta ou inclusão das comunidades locais e sem projetos eficientes de gerenciamento da área de proteção.

1.3.2 Ecoturismo: Dimensões, Impactos

A partir das perspectivas de Pérez las Heras (1999), Wearing e Neil (2001), McKercher (2002), o ecoturismo, na indústria do turismo e viagens, é o segmento que apresenta maior crescimento, resultando num incremento contínuo de ofertas e demanda por ecodestinos. Nos últimos anos, o ecoturismo tem se difundido por todos os países, inclusive o Brasil, na maior parte, sem planejamento adequado, sem envolvimento direto das populações. Ademais, várias indefinições, definições contraditórias e sobreposição de atividades favorecem o caráter de confusão do ecoturismo, rótulo que, hoje, muitas empresas de turismo particulares e governamentais reivindicam para seus pressupostos ecodestinos.

Em função de o ecoturismo ser tudo e, nada ao mesmo tempo, sem políticas públicas adequadas ao assunto, o ecoturismo vem sendo vendido por setores governamentais, não-governamentais, pela mídia como um conjunto de produtos naturais e históricos, produzidos de maneira sustentável, praticamente à disposição de uma minoria seleta, com alto poder aquisitivo e do primeiro mundo (AZEVEDO, 2001).

Em torno dessa panacéia, muitos autores argumentam novas denominações ao ecoturismo: *turismo alternativo* Mieczkowski (1995), *desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável*; Beni (1998); *turismo de natureza* Ruschmann (1999); *turismo sustentável* Swarbrooke (2000); *turismo responsável* Honey (1999) e SOCIEDADE INTERNACIONAL DE ECOTURISMO (TIES, 2000).

O turismo alternativo apontado por Mieczkowski (1995, p. 03) é um conjunto de atividades opostas ao turismo de massa, com formas não associadas ao turismo convencional de larga escala. Beni (1998) adota a categoria *desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável* porque enfoca o turismo sendo parte integrante de uma estratégia global do desenvolvimento sustentável, além de abordar que a *sustentabilidade* deve ser definida com base no sistema total do ser humano e do meio ambiente.

Para Ruschmann (1999) as características do turismo de natureza, ainda não estão bem

definidas, existem dúvidas e incertezas quanto à sua prática reservada a uma clientela elitista ou à abertura para todo o público, afirmando, que o produto turístico natural se baseia na venda de aspectos ambientais das localidades: a estrutura receptiva deve ser refinada, pequena, integrada e harmoniosa em relação ao meio.

Para exemplificar o assunto, cita-se o caso do *Ariau Towers*, no Amazonas, considerado o maior hotel de selva do mundo, com mais de 300 apartamentos suspensos em torres de oito andares até plataformas flutuantes, acomodações de luxo, heliporto e até uma pirâmide para extraterrestres. Sua arquitetura e mobília - inclusive plantas de plástico - podem até ter características de refinamento ou de 'luxo rude', porém, não têm nenhum viés de interação harmoniosa com o ambiente. A arquitetura, em geral, rompe com a ecologia e opta por recintos fechados à paisagem e pelo uso de mobílias industrializadas. O desmatamento da mata ciliar no entorno e a poluição do rio Ariáú demonstra ausência de cuidados com o ambiente. Além disso, o escoamento do lixo e dos refugos para o rio é uma constante ameaça aos 'ecoturistas', visitantes do hotel (AZEVEDO, 2004).

Medidas cabíveis para sanar ou até diminuir tais problemas, até o momento, ainda não foram tomadas pelo proprietário do maior hotel de selva do mundo. É preciso trabalhar com a perspectiva de experiências de sucesso, a exemplo do Projeto da Praia do Forte, litoral norte da Bahia, que através de entidades de Salvador e a Prefeitura local implantaram a coleta seletiva de lixo na Vila, construindo um galpão de estocagem para a venda de papel, vidro, metal e plástico.

A expressão "turismo sustentável" começou a ser usada por professores dos cursos superiores de turismo, a partir do final dos anos 80 a partir das implicações do Relatório Brundtland em suas próprias atividades. Nos anos 90, a expressão "turismo sustentável" passou a ser usada com mais frequência. Para Swarbrooke (2000) não há uma definição completamente aceita de turismo sustentável, é um assunto amplo, complexo, com limites muito incertos e o turismo sustentável deve satisfazer ao mesmo tempo as necessidades da indústria do turismo e

das comunidades locais, sem, no entanto, comprometer a capacidade das futuras gerações para satisfazerem suas próprias necessidades.

Para a Sociedade Internacional de Ecoturismo, turismo responsável é uma viagem a áreas naturais para apoiar a conservação do ambiente e a melhoria do bem-estar das comunidades locais. Honey (1999) elenca uma série de características para definir turismo responsável: minimiza os impactos; promove uma consciência ecológica; prevê benefícios financeiros à conservação e ao fortalecimento das comunidades locais; respeita a cultura local; dá apoio aos direitos humanos e aos movimentos democráticos.

Afinal, o que vem ser realmente ecoturismo? Em que pese existir certa confusão sobre o assunto, segundo Wearing e Neil (2001) o ecoturismo está evoluindo para um tipo de viagem especializada, incorporando uma diversificada (e, muitas vezes, infindável), lista de tipos de turismo desde observação de pássaros, estudo científico, safáris fotográficos, *trekking*, mergulho, canoagem, caminhada na mata e até recuperação de ecossistemas danificados.

Conforme Boo (1992), Lindberg e Huber (1995), Ceballos-Lascuráin (1996), Pérez de las Heras (1998), Wearing e Neil (2001) ecoturismo é viajar a áreas naturais relativamente tranquilas ou sob proteção, encorajando a compreensão, a apreciação e a conservação dos diversos ecossistemas da área. Enfatizam também a noção do ecoturismo contribuir e/ou melhorar as condições à conservação da área de destino ou da comunidade anfitriã.

Os mesmos autores apontam para o ecoturismo características fundamentais:

- a) **Baseado na natureza:** viagem a áreas naturais, principalmente para países em desenvolvimento, a fim de estudar, desfrutar ou prestar ajuda voluntária com respeito à flora, à fauna, à geologia e ao ecossistema de uma área;
- b) **Indutor de conservação:** visa levar grupos pequenos a áreas naturais ou de proteção, com um mínimo de impacto sobre os ambientes físico, social e cultural.

- c) **O ecoturismo tem um papel educativo:** é um veículo para o aumento da compreensão dos valores ambientais, surgido devido à mudança fundamental no modo de como a natureza era vista pela sociedade;
- d) **Envolvimento** comunitário e das populações tradicionais desde o início até à implantação e operação;
- e) **Sustentabilidade** sociocultural, econômica, ecológica e étnica às populações envolvidas e/ou residentes;
- f) **Capacidade** de carga: os grupos de visitantes devem ser adequados aos ambientes para reduzir impactos ambientais; o ecoturismo requer a determinação da capacidade de carga e seu controle.

Independente de interpretações conflitantes e de um oportuno aproveitamento do termo 'ecoturismo' pela indústria do turismo, há uma linha dominante argumentando um crescimento acelerado para o ecoturismo, junto à premissa de considerar o turismo, nos dias hoje, como a maior indústria do mundo. Nisto, o turismo supera, inclusive, as indústrias do petróleo e do automobilismo.

Embutido desta visão, o turismo tornou-se elemento central na estratégia de desenvolvimento de muitos países do Terceiro Mundo por diversas razões: geração de renda, geração de emprego, infraestrutura, desenvolvimento regional e local. Países com baixo crescimento, mas com inúmeros 'atrativos naturais quase inalterados' a exemplo do Brasil, Equador e Peru.

Acredita-se, na maioria das vezes, que o ecoturismo exija menos investimentos do setor público em infraestrutura do que o turismo convencional, embora possa haver uma quantidade de menos benefícios às comunidades locais. Sob este aspecto, ecoturismo em sua dimensão econômica acaba se ligar às principais correntes filosóficas e sociais antropocêntricas e

ecocêntricas. Estas discutem o valor econômico e o valor simbólico da natureza como mercadoria.

A corrente denominada de Antropocentrismo tem suas raízes na tradição judaico-cristã, constituindo, no modo normativo ou dominante de como os seres humanos se relacionam com a natureza. Nela, a natureza é vista como um conjunto de recursos aos qual a humanidade é livre para empregar às suas próprias finalidades. Já a visão ecocêntrica, com raízes mais modernas no ambientalismo, tem por afirmação o seguinte: o ser humano é tão importante quanto aos seres não humanos; o homem não tem direitos de dominação nas outras espécies. Os princípios desta corrente estão fundamentados na ecologia profunda. Seus opositores alegam que os problemas ecológicos têm raízes nas questões sociais, diretamente ligadas à sobrevivência ou não das populações tradicionais dos países do Terceiro Mundo.

Seguiram-se outras abordagens a exemplo do Ecologismo Social, definido pela luta de manter o acesso aos recursos naturais dos territórios das populações tradicionais, valorização do extrativismo e dos sistemas de produção baseados nas tecnologias alternativas. Nos anos 60, o Eco-socialismo abordou a natureza vista como um objeto de consumo ou um meio de produção.

No final da década de 80, emergiu o conceito de estratégias de Ecodesenvolvimento, focalizada através da análise da satisfação das necessidades primárias das populações mais pobres, com relevância para questões de habitação, alimentação, educação e saúde. Os referidos elementos serviriam de base à adaptação das tecnologias e dos modos de vida às particularidades dos macro-ecossistemas, à valorização dos dejetos, à eliminação de desperdícios e à exploração dos recursos pela concepção de sistemas integrados. Sachs (1997) destaca para este tipo de desenvolvimento autosustentado o problema do poder político, talvez, a questão fundamental do desenvolvimento hoje.

A publicação, em 1987, do Relatório da Comissão Mundial em Ambiente e Desenvolvimento (“Nosso Futuro Comum”) popularizou os termos “desenvolvimento

sustentável”, onde “*os sistemas naturais da terra têm capacidades finitas para apoiar produção humana e o consumo e que a continuação de riscos de políticas econômicas causariam um dano irreversível aos sistemas naturais do quais a vida depende*”.

Nos últimos anos, a noção de desenvolvimento sustentado/sustentável tem servido para agrupar diferentes interesses e múltiplas recomposições. Deste então, sob uma mesma denominação, abrigam-se, amparam-se mutuamente diferentes conceitos e práticas. Nos dias de hoje, turismo sustentável, turismo ecológico, turismo de aventura e ecoturismo abrigam-se, e amparam-se dentro de um mesmo rótulo de turismo mais responsável e, por conseguinte, nem sempre por aspectos de sustentabilidade.

A questão dos impactos do turismo sobre o ambiente, somente, começou a ter relativa importância de pesquisa a partir dos anos iniciais de 80, quando se começou a trabalhar com a perspectiva de estudar o turismo e seus impactos ambientais, sob um caráter multidisciplinar e holístico.

Com o aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável ampliou-se a questão da sustentabilidade em turismo, fator tornado prioritário na Europa e mais tarde no Brasil, quando o PROECOTUR advoga para o ecoturismo o desenrolar de atividades mais organizadas e planejadas no Brasil, sendo o Pantanal Mato-grossense, o Amazonas e alguns parques nacionais os principais ecodestinos.

Quais são os benefícios e danos econômicos trazidos pelo turismo? Para os benefícios Brandon (1996), Pérez de las Heras (1999), Swarbrooke (2000a), Wearing e Neil (2001) elencam os seguintes fatores: aumento de divisas e de receita, estímulo de investimento em infraestrutura de serviços essenciais (educação, saúde, lazer), incremento de novos mercados de economia informal (comidas, artesanato, roupas típicas). A principal dimensão econômica defendida pelos especialistas é a ótica do turismo se constituir a principal fonte de divisas e geração de renda para os residentes.

Nesse sentido, turismo e mais recentemente o ecoturismo acabam por serem vistos sob a condição de estratégias para solucionar alguns problemas nos países em desenvolvimento, em decorrência de crescimento econômico inadequado. Os benefícios econômicos dentro de uma linha dominante de pensamento são os mais fáceis de mensurar, por serem mais tangíveis, mesmo em curto prazo. A dimensão econômica do turismo e do ecoturismo é responsável por atrair investimentos para melhorias de serviços, principalmente, de aeroportos, estradas, hotéis e restaurantes.

Mesmo sendo uma atividade portadora de benefícios, o turismo implica uma gama de custos na dimensão econômica, mencionados por Brandon (1996), Pérez de las Heras (1999), Swarbrooke (2000a), Wearing e Neil (2001) como: monocultivo do turismo, desvio e evasão fiscal, abandono das atividades produtivas, ausência de mecanismos reguladores à atividade, raro investimento em serviços de saúde e educação, subempregos e sazonalidade.

Questiona-se, então, quais são os benefícios econômicos e custos induzidos pelas atividades de ecoturismo aos grupos indígenas envolvidos? Colvin (1999), Wesche e Drumm (1999), Smith (2000) analisaram projetos de ecoturismo desenvolvidos por indígenas no Equador, verificando as seguintes implicações: na maioria das iniciativas os impactos econômicos positivos podem acontecer mediante oferta de postos de trabalho, melhoria nos serviços essenciais e incentivos de diversificação de renda. Entretanto, sua concretização só se dará através de algumas condições: controle e envolvimento das comunidades em todas as etapas da iniciativa, desde seu planejamento até a sua operação; o fato dos residentes já possuírem capital social e a efetiva capacitação da comunidade na implantação e no decorrer da iniciativa.

Contextualizando a dimensão econômica, Ugarte (2000) em sua análise sobre a Pousada Amazonas, no Peru verificou que o turismo era uma nova alternativa econômica aos indígenas Ese'Eja de *Infierno Verde*; em decorrência, houve oportunidades de diversificação de fontes de

ingresso mediante aos serviços de porto, logística, preparação de alimentos locais e produção de animais domésticos à alimentação dos turistas.

Doria (2004) avaliou dez experiências de manejo florestal e ecoturismo na Amazônia Legal, no nordeste e na Amazônia peruana; com bases em seus resultados, traçou três cenários. O cenário A se respalda por grande fluxo turístico, situação próxima aos grandes centros e o ecoturismo é a principal fonte de renda. Neste, o ecoturismo é capaz de gerar melhoria da qualidade da comunidade nos itens: emprego e renda, aspectos de higiene, saúde, moradia, capacitação; a autosuficiência é alcançada a curto prazo.

O cenário B, com médio fluxo, proximidade dos grandes centros e o ecoturismo como renda complementar a agricultura e ao manejo florestal, é capaz de gerar melhorias na qualidade de vida no tocante a emprego e renda; porém os aspectos de higiene, saúde e moradia não foram contemplados; a autosuficiência pode ser alcançada em médio prazo. O cenário C, com pequeno fluxo, situação de mercado distante dos grandes centros, com as atividades tradicionais sendo a principal fonte de economia e o ecoturismo complementar, o ecoturismo pode trazer melhorias e custos similares ao cenário B; a autosuficiência do ecoturismo poderá ser alcançada em longo prazo.

Os impactos econômicos tanto os positivos quanto os negativos são os mais visíveis (tangíveis) e os mais convincentes quando se trata de alavancar investimentos para melhoria em serviços de aeroportos, estradas, porque geram uma resposta mais rápida de acordo com o desenvolvimento turístico local.

Quanto aos impactos socioculturais, apenas recentemente, se voltou a discutir questões relacionadas aos danos sociais trazidos pelo turismo e segundo Butler (1980) em raras ocasiões os benefícios são uniformes em relação aos envolvidos com a indústria do turismo

Conforme Wearing e Neil (2001, p. 117) os impactos sociais são definidos pelas mudanças nas relações sociais entre membros de uma comunidade, sociedade, instituição

resultantes de uma mudança externa; os benefícios sociais levados às comunidades podem acarretar o crescimento global dos padrões de vida em função dos benefícios econômicos. Para Swarbrooke (2000a, p. 110) na dimensão social, os impactos negativos ocorrem de maneira vagarosa e discreta, de maneira quase invisível, ao contrário dos econômicos. Porém, quando ocorrem, são permanentes com pouca ou nenhuma oportunidade de se revertê-los.

Conforme Pérez de las Heras (1999), Swarbrooke (2000a) e Wearing e Neil (2001) os benefícios sociais induzidos pelo turismo às localidades se referem: geração de empregos, aumento no padrão de vida, capacitação, parcerias com diversos atores sociais e fortalecimento da organização social. Para os custos, alegam subempregos, ausência de capacitação da comunidade como um todo, interferência nas organizações sociais, aumento de criminalidade e prostituição, excessiva dependência de tecnologias, além de abandono das atividades produtivas.

Em relação aos indígenas envolvidos em iniciativas de ecoturismo, quais os benefícios e custos sociais promovidos? Brandon (1996) e Zeppel (1997) apontam seis custos: 1 sobre a estrutura social; 2 sobre as mudanças culturais; 3 uso inadequado de territórios; 4 não envolvimento e controle da comunidade sobre a iniciativa; 5 diferenças de níveis econômicos entre os hóspedes/locais; 6 a escala do desenvolvimento turístico. Por sua vez, alegam que parte destes custos pode ser minimizada diante de processos de: 1 ofertas de emprego; 2 coesão da comunidade e de sua estrutura; 3 distribuição equitativa dos benefícios e dos custos; 4 melhorias nos serviços essenciais locais; 5 desenvolvimento mais lento das atividades de ecoturismo; 5. habilidade em separar o sagrado do profano.

No tocante aos impactos ambientais, segundo Wearing e Neil (2001) o estudo de impacto ambiental é um método de análise objetivando prever as possíveis repercussões de uma grande projeto de desenvolvimento sobre o ambiente social e físico da área circundante. Quais os impactos positivos e negativos do ecoturismo em sua dimensão ecológica? Recentemente nos

debates sobre ecoturismo e biodiversidade, o elemento comunidade local, bem como os impactos socioculturais e ambientais negativos sofridos pelas populações residentes começaram a ser estudados.

As discussões sobre o assunto ganharam destaque devido ao fato de especialistas começarem a notar a estreita relação dos danos ambientais com os sociais; a conservação não existe por si só, está interrelacionada com uso da natureza de forma social. Enquanto uns defendem a ausência das populações nos ambientes para dar lugar aos animais, outros alegam ser possível ambos viverem juntos sem haver necessariamente custos. As atividades de ecoturismo bem sucedidas devem procurar apoiar a conservação da fauna e flora, bem como promover melhorias na qualidade de vida dos residentes.

Pérez de las Heras (1999), Swarbrooke (2000a) e Wearing e Neil (2001) enumeram para os impactos ambientais positivos: conservação de ecossistemas; adequado acesso e uso dos recursos naturais; menos depredação em relação às atividades de extração de minérios, madeira e petróleo; uso de tecnologias locais; capacidade de suporte adequada; infraestrutura turística aos moldes e com material regional; medidas para reduzir os dejetos. Por outro lado, para os negativos, elencam: extrapolação da capacidade de suporte; contaminação da água; poluição do ar; incêndios; erosão do solo; lixo; uso de motores potentes nos barcos; destruição de mata ciliar.

Por sua vez, Smith (2000) enfatiza que os projetos de ecoturismo devem ter um tipo de zoneamento em relação aos ambientes a serem ocupados, denominado de Plano de Aproveitamento. Este tipo de Zoneamento foi utilizado no Território da Comunidade Quichua da Praia de Cuyabeno na Reserva de Produção Faunística Cuyabeno em conjunto com os órgãos INEFAN, PROFORS e GTZ. Neste, se define as áreas em (7) zonas:

- a) Zona de Uso Intensivo indígena (UI): a área destinada aos centros de povoados, plantios e hortas das comunidades indígenas;

- b) Zona de Caça, Pesca de subsistência (CP): destinada à caça, à pesca e a outros usos de recursos silvestres;
- c) Zona de Caça (UI e CP): a caça de não deverá matar espécies consideradas em perigo de extinção;
- d) Zona de Turismo Intensivo (TI): infraestrutura e operações turísticas permanentes; uso de canoas motorizadas.
- e) Zona de Turismo de Mínimo Impacto (TM): se permite turismo que cause menor impacto, excursões a pé ou a remo;
- f) Zona de Administração (A): área administrativa, manutenção, lavanderia;
- g) Zona de Máxima Proteção (MP): área de maior grau de conservação da flora e da fauna e dos processos naturais. Estudos de investigação poderão ser permitidos com a devida permissão.

Grande parte deste Plano de Aproveitamento, em versões apropriadas aos ambiente foi aplicado nas iniciativas da Amazônia peruana (Pucani e HRWC) e equatoriana (Napo Galeras e NWC).

Ugarte (2000) Doria (2004) e Ugarte (2000) sugerem que o ecoturismo pode trazer benefícios à gestão ambiental local, estimulando a criação de novas áreas de conservação e/ou preservação. Para Dória (2004) o projeto de ecoturismo São Jorge do Alto Paraíso, em Goiás favoreceu a criação de oito novas reservas de Patrimônio Particular Natural. Nos casos da Pousada Amazonas e do Centro de Investigações Tambopata foi ampliada a área e houve a criação da zona tampão- Tambopata Candamo Reserved Zone (Madre de Díos-Peru) do Parque Nacional Bahuaja Sonene, motivada pelo turismo científico na região que deu suporte científico à ampliação (UGARTE, 2000).

Dentro de sua filosofia, um dos princípios do ecoturismo é gerar receita para cobrir os custos de conservação da área, no entanto, poucos benefícios ambientais à comunidade e às unidades de conservação são gerados (BOO, 1995; BRANDON, 1996) através do ecoturismo. Isto só aconteceria com alto fluxo turístico, ingressos com altos preços e políticas governamentais de incentivo para custear a proteção destas áreas, como a Costa Rica.

1.3.3 Ecoturismo: apropriação de espaços, de valores simbólicos

*“Quando se romantiza
a respeito de uma cultura nativa,
se perde a perspectiva
de que é uma cultura em desenvolvimento,
viva, e não um produto fabricado.”*

(Chefe de interpretação do Parque Nacional
Histórico de Sitka-Alasca. Fonte: Wearing e Neil, 2000)

Os turistas procuram atrativos não integrados no seu trivial: o exótico, uma situação diferente. Na perspectiva de Pelegrino Filho (1983, p. 126-9), o desenvolvimento do turismo no Brasil, inseriu as manifestações do folclore ou cultura popular em “*ofertas diferenciadas*”.

Em alguns circuitos acadêmicos são veiculadas determinadas análises e debates no sentido do turismo promover a descaracterização e a padronização das expressões culturais. Outros preferem adotar uma diferente, e entre eles (PELEGRINO FILHO, 1983, p. 127), compartilha a idéia de poder haver substituições e recriações, num processo dialético, sem trazer necessariamente padronização e descaracterização às manifestações culturais.

Pretende-se discutir a vertente do ecoturismo como difusão cultural, a partir de sua abordagem na dinâmica do processo social vivido ou não pelas populações indígenas enquanto sujeitos históricos, na medida em que se reconhece que mesmo as expressões culturais indígenas passam por processos de mudança. O turismo na realidade contemporânea cria condições ao estabelecimento de uma relação de confronto/aproximação entre o artesanal, enquanto reino do primitivo, do exótico e do original e o industrial, enquanto reino da produção em série, do comum. Como os turistas e ecoturistas enxergam as culturas indígenas? Na maioria dos casos, os turistas vêem as culturas indígenas e as comunidades locais sob visão de produtos da experiência turística, prontos para serem consumidos junto com os outros elementos da sua viagem. Ao pagarem o pacote, os turistas se sentem no direito de observar e fotografá-los. Segundo os especialistas, os grandes impactos socioculturais negativos decorrem daí. Além disso, as manifestações culturais realizadas pelos locais através da venda de artesanato, realização de festas e rituais é vista como expressões não autênticas pela maioria dos turistas e pelas operadoras, uma vez que essa suposta autenticidade, na maioria das vezes, é encenada, especialmente, para satisfazer a curiosidade dos turistas.

Na nossa concepção, as expressões culturais locais se constroem autênticas e sob a forma de *performances* aos olhos e à câmera do turista. É uma estratégia utilizada por muitas comunidades para, de certa forma, conservar a manutenção de seus verdadeiros rituais. As *performances* são, com freqüência, estimuladas pelas operadoras e líderes indígenas envolvidos no turismo. Os especialistas em turismo divergem no assunto: para uns as *performances* culturais são *shows* com propósitos meramente comerciais; ao satisfazerem as expectativas dos visitantes, perdem o sentido real à população indígena. Daí, o pensamento de descaracterização e padronização. Em conseqüência, as tradições acabam por dar lugar a *performances* montadas exclusivamente aos turistas.

Discorda-se das visões e se recorre às idéias de MacCannell (1976) quando salienta que as aldeias indígenas não estão sendo destruídas, mas transformadas pelos turistas. Segundo MacCannell (1976, p.176), se trata de um processo “tão avançado” que não estaria afetando apenas as comunidades reais, mas “produzindo” pseudocomunidades à atenção turística. Dentro da ótica do autor, as *performances* culturais das experiências pesquisadas não estão voltadas apenas ao turismo, mas nessa arena se fazem e se moldam conforme as expectativas que os próprios indígenas se impõem.

Endossa-se o referido pensamento, enfatizando que os indígenas com planejamento põem as peças artesanais e outros elementos definidores de sua identidade à mostra e à venda aos turistas. Tal processo busca autoafirmação, renda e manter territórios e pode ser definido sob o viés de *marketing* de visibilidade. A esse respeito, Kotler, Rein e Stoller (1999) comentam: a procura pela alta visibilidade é um reflexo das pressões de um mercado saturado e competitivo. Um nome, uma marca pode dar a um produto muito mais poder de reconhecimento e credibilidade. A nossa cultura é uma cultura baseada na celebridade, onde as recompensas e os benefícios da fama ofuscam o anonimato.

O *marketing* de visibilidade procurado pelos indígenas envolvidos nas experiências de ecoturismo tem vários objetivos: resguardo de territórios, novas fontes de renda, gerenciamento de recursos naturais e revitalização das “*formas simbólicas*”. As últimas entendidas a partir da compreensão de Thompson (1995, p. 79): construtos significativos, inseridos em contextos e processos socio-históricos e específicos; estruturados de diversas maneiras, perpassados por relações assimétricas de poder, por acesso diferenciado a recursos e oportunidades e por mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção. As “*formas simbólicas*” por funcionarem em contextos estruturais de apreciação adquirem o “*valor simbólico*” e “*valor econômico*”, quando são trocadas no mercado. A valorização econômica é um processo

desenvolvido historicamente e, nas sociedades atuais, assumiu o papel de “*mercadorias*” ou “*bens simbólicos*”; podendo ser comprados, vendidos ou trocados de qualquer modo no mercado.

Um das hipóteses formuladas neste trabalho trata da concepção de que indígenas estão utilizando seus valores simbólicos para conseguirem autogerenciamento através das atividades de ecoturismo. A mencionada tese se consubstancia na visão de Leff (1999), para quem a cultura, desse modo, está se convertendo num princípio ativo ao desenvolvimento de forças produtivas em um paradigma alternativo de sustentabilidade. A cultura assume valores-significados à natureza através de suas formas de cognição, de seus modos de nominação e de suas estratégias de apropriação dos recursos. Em resumo, a natureza é ao mesmo tempo um recurso econômico e um patrimônio cultural – através da apropriação social da natureza (LEFF, 2001 p. 66).

A tese esboçada pelo autor acima confere à natureza um meio de produção, objeto de apropriação social e atravessada por relações de poder, ao se correlacionar com a visão de Rodrigues (2000): o turismo compreende produção, consumo, atividades secundárias e terciárias, todas articuladas. Nessa operação o turismo se apropria de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais e históricas”, transformando-os em lugares a serem observados com vistas à obtenção de conhecimentos culturais, históricos ou não. Conclui, Rodrigues (2000, p. : toda esta articulação se dirige aos consumidores/turistas com poder aquisitivo para usufruir dessas vantagens. Aqui, se insere o ecoturismo, conhecido por uma oferta única, diferenciada e com preço mais alto em relação ao turismo convencional.

As considerações dos autores mencionados remetem à formulação tese de que as formas simbólicas, mesmo se transformando em *performances* culturais destinadas ao usufruto dos ecoturistas carregam, mesmo com todas as recriações, significados tanto para os detentores (os indígenas) quanto para os que usufruem (os turistas). Quais são os significados? As formas simbólicas dos indígenas inseridos no contexto do turismo, hoje, deixaram de serem perpassadas apenas, pelo valor simbólico; passaram por um processo de valorização econômica. Ao

incorporarem mais este elemento da comercialização, passaram a enfatizar um intenso campo de interação onde pontes são criadas entre o turismo, a cultura, as tradições e a etnicidade.

Em resumo, as *performances* estão sendo reconstruídas, reinventadas através da memória coletiva, salientada por se constituir um instrumento revelador às intenções e experiências individuais. A memória coletiva é uma esfera de comunicação, causa e efeito de uma comunidade. Ela abre espaço à paixão, ao afeto, à comunicação do ser/estar junto através o “*sentimento de pertencer*” de Feuerstein (1999). O mesmo processo se traduz na necessidade vital de permanência no presente e no futuro da “*tribo*” de Maffesoli (1999, p. 111-4), onde o aspecto de *coesão* busca a partilha sentimental de valores, de lugares ou de idéias, absolutamente circunscritos ao localismo, no entanto, encontrados, sob diversas modulações, em numerosas experiências sociais.

Para reforçar os argumentos acima, se adota a tese: as festas, o artesanato, os divertimentos estão perpassados pela totalidade das relações capitalistas. A tradição é penetrada e modificada, nos elementos essenciais, como nos mostra Canclini (1983) sobre o culto dos mortos no México. Antes, o culto estabelecia um vínculo entre os homens e seus ancestrais. Hoje, o culto transformou-se em uma festa, na qual a tradição e um tratamento de economia monetária (inclusive com a exploração do turismo) se encontram amalgamadas. Em resumo, as “*formas simbólicas*” das etnias inseridas nas atividades de ecoturismo são metamorfoseadas como mercadorias; funcionam como estratégias alimentadoras de etnicidade, ecoturismo e renda.

Para Azevedo (2000) ao apresentarem suas *performances* culturais como atrativos ecoturísticos, os indígenas desdobram lendas e tradições numa espécie de jogo executado onde o passado, as origens e as tentativas de sustentabilidade econômicas se misturam em táticas para buscar novos passos e canções, ajustadas às novas configurações. Os indígenas se expõem vestidos com os símbolos étnicos - tanga, colares, cocares e maracás - como deuses ou heróis, narrando suas vidas antepassadas, numa simulação do passado e da atualidade. Neste jogo

invertem as relações de força, garantem um espaço de sobrevivência diante da ordem estabelecida pela sociedade envolvente: ausência de alternativas econômicas compatíveis aos seus modos de vida.

Hoje, há uma importante associação das manifestações culturais, das tradições e do patrimônio cultural com o turismo. A esse respeito, Azevedo (2001; 2002) esclarece: as manifestações culturais na Amazônia e no Nordeste, a exemplo do Bumbá de Parintins-AM, o *Çairé* de Santarém-PA, o *Toré* dos Potyguara-PB e o *Awê* dos Pataxó-BA são ferramentas atuais na busca de reafirmação do sentimento de unidade do grupo por meio dos rituais que expressam uma ferrenha disputa no gerenciamento dos recursos naturais, culturais e econômicos. Na medida em que são encenados, os indígenas demarcam seus territórios, aproximam as tradições da pós-modernidade e ganham visibilidade.

1.3.4 Ecoturismo Baseado em Comunidade (EBC): tipos de investimentos e modelos de gestão

Segundo a Convenção de nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), destinado a promover os direitos fundamentais dos povos indígenas, o artigo 7 enfatiza: *“os povos indígenas interessados deverão ter direito de decidir suas prioridades no que pese ao processo de desenvolvimento, na medida em que este afete suas vidas, crenças, instituições, bem estar espiritual e as terras que ocupam [...]; deverão participar na formulação, aplicação e, evolução dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional [...].”*

A OIT tem formulado demandas explícitas destinadas a conhecer e a tomar consciência dos efeitos de um número cada vez mais crescentes de projetos de turismo executados com as comunidades ou sem elas. Sua maior preocupação se dá em dois aspectos: o primeiro se refere aos efeitos do turismo sobre as condições de vida, dos recursos naturais e da cultura das

comunidades; o segundo diz respeito à viabilidade dos projetos comunitários resultantes desta nova corrente turística. Em resposta a estas demandas, a OIT tem planejado um programa junto ao Serviço de Desenvolvimento Empresarial (SDE) e à Rede do Turismo Sustentável (REDTURS) para o turismo comunitário. A rede é composta pela Bolívia, Peru e Equador.

Para a OIT, as novas condições econômicas, tecnológicas e produtivas exigiram dos povos indígenas esforços para levar adiante novas iniciativas produtivas, surgindo assim, os pilares do Ecoturismo baseado em Comunidades no Equador, Peru e Bolívia. De acordo com a OIT (2001) o EBC consiste na oferta de serviços aos viajantes com alto poder aquisitivo para compartilhar experiências vivenciais com comunidades indígenas em seu hábitat natural. A organização justifica o conceito na razão da especificidade da oferta comunitária composta essencialmente de produtos culturais, herança das civilizações ancestrais e não simplesmente como atrativos vinculados à natureza ou ao ecoturismo.

De acordo com a WWF (2003) o EBC é uma nova tendência de turismo, aonde a comunidade tem controle significativo, envolvimento, desenvolvimento, administração e os benefícios permanecem no local. Conforme Drumm e Wesche (1999) o turismo baseado em comunidade se aproxima do turismo cultural, étnico, do patrimônio cultural, se concentrando nas tradições e nas populações locais.

O ecoturismo de base comunitária foi uma estratégia de turismo desenvolvida nos anos 90 com as etnias Quichua (Napo e Pastaza), Huaorani, Cofan, Shuar na Amazônia equatoriana; estes povos se especializaram em mostrar seus modos produtivos e reprodutivos. Segundo (COICA/CONFENIAE, 1993) o EBC é um tipo de turismo localizado em terras indígenas, operado por povos, organizações e federações indígenas em parceria com organismos internacionais e Ong's. Para as federações, este segmento de turismo já demonstrou aos indígenas da Amazônia uma nova perspectiva para conservação de territórios e de cultura. Nessa

direção, é importante que o EBC seja gerenciado em termos definidos pelas comunidades anfitriãs, devendo haver também monitoramento dos impactos culturais negativos.

Segundo Drumm e Wesche (1999) as vantagens dos EBC se dão através dos seguintes fatores: número pequeno de turistas; nova alternativa aliada aos modos de produção e reprodução tradicionais; potencializa a comercialização dos cultivos, das plantas medicinais e do artesanato; proporciona controle de território; revitaliza as manifestações culturais; faz frente ao turismo descontrolado na Amazônia oriental.

Para Drumm e Wesche (1999) há quatro modelos de EBC: no primeiro, a comunidade é dona das terras, gerencia o projeto com apoio das associações/federações indígenas, recebeu doações e apoio técnico de organizações internacionais e Ong's, destinados à implementação e à operação: é o caso de Napo Galeras, onde os Quichua são donos das terras da comunidade *Las Galeras*, onde dois guias indígenas e moradores do local, junto com a RICANCIE fazem uma gestão compartilhada.

O segundo envolve terras indígenas, associações indígena local, Ong local, encarregada de captar investimentos e apoio técnico, também, responsável pelo gerenciamento, transporte, divulgação e comercialização. A Ong é sócia da associação indígena e recebe concessão de uso do albergue por um determinado tempo. É o caso de Napo *Wildlife Center* (NWC).

No terceiro, as terras pertencem à comunidade indígena que mantém parceria com uma Ong local, responsável pela captação de investimentos e apoio técnico, transporte, divulgação e comercialização. É o caso de Pucani. O quarto se compõe de empresas de ecoturismo privadas e associação indígena, sendo as operadoras responsáveis pela captação de investimentos, comercialização, transporte, logística e equipamentos. As operadoras são sócias da associação e têm um período estabelecido de concessão de uso do albergue. É o caso de *Heath River Wildlife Center* (HRWC).

No caso da Reserva Pataxó da Jaqueira, o modelo de EBC não contempla o projeto. O mesmo é gerenciado por uma associação indígena local, na implantação não recebeu apoio técnico de Ong, os investimentos à infraestrutura turística se originaram do programa governamental, o PROECOTUR.

Para Drumm e Wesche (1999), as atividades de ecoturismo podem se tornar especialmente sedutoras às comunidades indígenas se opções de trabalho forem visíveis ou se os residentes o captarem como um vetor responsável por ajudar a proteger seus recursos e territórios. Em relação a modelos de gestão e tipos de financiamentos, se indaga, qual o melhor modelo de gestão e de parceria às iniciativas de ecoturismo, no sentido de concretizarem benefícios territoriais e ao mesmo tempo, assegurarem renda, conservação, revitalização cultural e envolvimento das populações? Burneo (2002), Heher (2003) e o Manual de compilação de boas práticas (OMT, 2004) esclarecem que o modelo de gestão e parceria entre empresa privada e comunidade tem mais possibilidades de êxito, porque supõe mais eficácia de gestão e o investimento não é uma doação, mas um empréstimo a ser pago.

Em função disto, reconhecem: em geral, a empresa privada foi e é mais eficiente em termos de comercialização. Os empréstimos com reembolso – mesmo com subsídios mediante taxas de juros reduzidas ou períodos longos de pagamentos – são, geralmente, a forma mais apropriada de apoio aos empreendimentos.

Para explicitarem sua defesa referenciam o modelo do *Kapawi*, no Equador: comunidade e empresa privada de ecoturismo. *Kapawi* alcançou um objetivo importante em relação à forma de parceria ao implantar um projeto ecoturístico com uma fórmula pioneira, entre a empresa privada Canodros e a Federação Indígena de Nacionalidades Achuar do Equador (FINAE), considerada difícil de ser alcançada por muitos especialistas. É um *ecolodge* com tecnologias de baixo impacto ambiental; seus resultados indicam uma fórmula eficiente de manejo de ambientes, responsabilidade social e geração de renda aos indígenas Achuar. O *lodge* é objeto

de estudos de Conservação Internacional e Sociedade Internacional de Ecoturismo para aplicação em outras áreas.

Por sua vez, Smith (1995) demonstra através de vários estudos de casos de manejo florestal no Peru, no Equador e na Colômbia a seguinte tese: em geral, as empresas coletivas (implantadas através de doações) não são viáveis, sendo a falta de sentido de propriedade pessoal e a natureza das atuais condições das sociedades indígenas na Amazônia as suas principais razões de insucesso. Segundo Chase Smith (1995), a estrutura da comunidade atual é uma forma de organização social como estratégia política para defender a terra e os recursos, diante das agressões de vários atores. A comunidade não foi organizada como uma unidade econômica, insistir, talvez por razões ideológicas que esta organização política assuma função de uma empresa comercial capaz de competir na economia de mercado, é um erro que se tem cometido com bastante freqüência.

Clay (2002) sobre as atuais condições das populações da Amazônia reforça a tese de Smith (1995), ao declarar que os empreendimentos na região enfrentam grandes obstáculos referentes às grandes distâncias dos principais mercados, acesso limitado ao capital e à informação, infraestrutura deficiente e escassez de pessoal adequadamente treinado.

Ainda, sob a visão de Clay (2002), as iniciativas coletivas podem ser entendidas como aquelas sempre necessitadas de insumos e boa vontade para subsidiar seus custos e permitir-lhes sobreviver na economia de mercado. Porém, o referido auxílio não pode substituir a experiência prática, a capacitação e o conhecimento empresarial, particularmente na área de *marketing*. Conclui com a seguinte tese: na maioria das vezes os projetos administrados por associações comunitárias, os dirigentes cobrem seus gastos pessoais com a receita da iniciativa. Há pouca expectativa de responsabilidade contábil pelo uso dos fundos doados

Endossando o pensamento do autor acima, Smith (1995; 2002) afirma que as empresas coletivas indígenas são estabelecidas, primeiramente, com objetivos de assegurar territórios,

acesso e uso de recursos. Mais tarde, são pensadas para fomentarem alternativas econômicas, socioculturais e ambientais às populações. Nesse sentido, dificilmente, se encontra comunitários preparados para trabalhar com atividades diferentes de seus modos de produção e reprodução tradicionais, a exemplo do ecoturismo.

Para McCay e Jentoft (2002) ausência da intervenção do Estado e as forças internas e externas se constituem nas principais falhas das iniciativas coletivas. O Estado tem um papel legítimo para cumprir no manejo dos recursos naturais, entretanto, a maioria de suas intervenções não provoca mais erosão na comunidade do que benefícios.

1.3.5 Ecoturismo, Ong's, Doações

As Ong's desempenham um papel cada vez mais importante na gestão e no desenvolvimento do ecoturismo, especificamente, nos países em desenvolvimento. Para (DRUMM; MOORE, 2003), as Ong's preocupadas com as questões ligadas à conservação, descobriram no ecoturismo um processo mantenedor de muitos dos elementos positivos em relação à conservação porque pode atenuar os impactos negativos no meio ambiente natural e gerar renda significativa aos residentes.

As Ong's têm conexão direta entre ecoturismo e conservação; ofertam treinamento e conhecimentos técnicos e captam recursos de fontes externas. Este último é o papel mais importante no contexto do ecoturismo, porque sem investimento dos organismos internacionais não há como desenvolver os projetos, na medida em que não há políticas públicas governamentais de investimento ligadas ao assunto.

Conforme Drumm e Moore (2003) e Burneo (2004) grande parte da transferência de fundos e da assistência técnica são oriundas do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e da

Corporação Financeira Internacional, através do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). Há Fundações financiadoras e interessadas no turismo sustentável a exemplo das Fundações Ford, MacArthur, Rockefeller, bem como Ong's internacionais ativas em conservação tais como Conservação Natureza e Conservação Internacional. Os receptores são setores governamentais, organismos internacionais e Ong's nacionais e o Programa de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD). O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Agência para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) são atualmente os mais ativos doadores.

Petras (2000) discorda do papel das Ong's, enfatizando que as mesmas se converteram no "rosto comunitário" do sistema neoliberal e se relacionando com as cúpulas. Mostraram-se criativas e abertas à criação de projetos privados; sabotam democracia ao extrair programas sociais das mãos das comunidades e de seus líderes oficiais para simplesmente criar mais dependências.

Agreda (2004) reforça o argumento de Petras ao declarar que as Ong's são atualmente "salvadoras" dos indígenas do mundo, padrinhos protetores, circulando com o bilhete verde que presumem ser de tradição humanitária. Resume: *"as Ong's às vezes sem se darem conta trabalham pelos e para os indígenas, porém sem os indígenas"*.

Independente dos argumentos, conforme Smith (2002) na América Latina a maioria dos projetos tem dependido de uma maneira ou de outra de doações captadas pelas Ong's. Em duas das cinco experiências pesquisadas, as Ong's desempenharam um papel determinante através da captação de recursos, de apoio técnico e parceiros objetivando a implantação e a operação das iniciativas de ecoturismo pesquisadas.

Pelo exposto acima se percebe uma necessidade cada vez mais crescente dos povos indígenas buscarem novas alternativas econômicas mais condizentes com suas formas de pensar e parcerias com novos atores sociais. Não basta apenas se conseguir a demarcação das terras, a efetiva territorialidade indígena deve promover novas formas de subsistência de modo a atender à

atual densidade demográfica, aos novos padrões de consumo, às atuais condições de produção e reprodução.

A economia tradicional dos povos indígenas na Amazônia era essencialmente uma economia de troca, uma economia de intercâmbio que combinava atividades de caça, pesca, coleta e de agricultura, fundamentais à economia de subsistência familiar.

Por sua vez, a economia de mercado impôs diferentes obrigações e pressões e diminuiu os laços de cooperação. No momento, os grupos indígenas estão adentrando na economia de mercado e, desse modo, enfrentam demandas e expectativas contraditórias à sua economia tradicional. Hoje, as comunidades indígenas modernas tendem a se organizar em torno da economia de mercado, onde as relações parentesco não definem as condições de mercado.

Atualmente, os padrões de habitação, organização, produção e consumo se modificaram; hoje, mais de 70% dos habitantes indígenas tem formado algum tipo de organização representativa, a maioria com uma federação étnica, ligada a redes regionais, nacionais e internacionais. As organizações buscam assegurar direitos territoriais, modelos alternativos econômico, financiamentos e parcerias para seus projetos.

Muitas destas novas propostas advêm das atividades ecoturismo; são vários grupos indígenas trabalhando com estas atividades, mesmo porque o produto ecoturístico se insere num cenário muito propício ao *marketing* ecológico reivindicado pelos consumidores nos dias de hoje. Como se dão realizam esses projetos de ecoturismo? Quais são os níveis de intervenção e controle dos grupos indígenas? Quais são aos modelos de gestão e tipo de investimentos adotados?

1.4 Formulação do Problema

Em que condições o Ecoturismo pode se tornar uma proposta compatível com a sustentabilidade dos povos indígenas? Como medir a sustentabilidade econômica, sociocultural, ecológica e territorial das sociedades envolvidas como gestores ou, não nas experiências ecoturísticas? Quais os indicadores a serem monitorados? Em que medida o Ecoturismo pode deixar de ser uma fonte instável de renda, caso seja agregado às atividades: piscicultura, artesanato, extrativismo e agricultura familiar? Quais são os melhores modelos de parcerias para garantir mais viabilidades aos locais e às iniciativas? Em que bases ocorrem as descaracterizações e padronizações das culturas indígenas? Quais são os fatores minimizadores dos impactos socioculturais?

Objetivo Geral

Investigar sob quais condições o ecoturismo pode se constituir em uma alternativa econômica aos grupos indígenas a partir da perspectiva de sustentabilidade territorial, sociocultural e ambiental.

Objetivos Específicos

- 1 Identificar as mudanças socioculturais nos grupos indígenas resultantes de seus envolvimento nas iniciativas de ecoturismo;
- 2 Avaliar dos benefícios e custos econômicos, sociais, culturais e ambientais induzidos pelas atividades de ecoturismo aos grupos indígenas;
- 3 Analisar sob quais condições os indígenas podem gerenciar e obterem condições de êxito nas iniciativas de ecoturismo.

Hipóteses:

- a) As iniciativas coletivas indígenas proporcionam o resguardo de territórios e dos recursos naturais;
- b) As experiências coletivas indígenas apresentam problemas do ponto de vista de mercado e eficácia de gestão;
- b) O ecoturismo gera benefícios e danos econômicos, sociais, culturais e ambientais aos grupos indígenas;
- c) Culturas indígenas são vulneráveis aos impactos socioculturais através do ecoturismo.

2 METODOLOGIA

O processo de investigação aborda duas fases: 1 Caracterização política, territorial, econômica, sociocultural e ambiental dos cinco grupos indígenas envolvidos em empreendimentos de ecoturismo; 2 Auditoria do Ambiente de *Marketing*. Na seleção das iniciativas para estes estudos se considerou os seguintes critérios: escala nacional e escala internacional; tempo de período do projeto; o fato de serem considerados experiências de ecoturismo de base comunitária (EBC); o tipo de modelo de gestão. Em escala nacional, (1) Reserva Pataxó da Jaqueira, Porto Seguro - Bahia; Em escala internacional: (2) Napo Galeras, rio alto Napo - Equador; (3) Napo *Wildlife Center* (NWC), baixo rio Napo - Equador; (4) Pucani, baixo rio Urubamba - Peru; (5) *Heath River Wildlife Center* (HRWC), rio *Heath* - Peru, Quadro 5.

Todas as abordagens têm como base pesquisa documental e bibliográfica, análises de estudos publicados/diagnósticos, visitas às áreas, entrevista informal, observação participante, histórias de vida e contatos por correio eletrônico/internet.

O processo investigativo relativo à observação participante se efetuou em dois períodos de tempos: o contato com a Reserva Pataxó da Jaqueira ocorreu nos meses de março a maio de 2003; em outubro, novembro, dezembro de 2003 e janeiro de 2004; com o Napo Galeras,

Pucani e HRWC no mês de setembro de 2003 e setembro de 2004; com NWC, no mês de agosto de 2004.

Na primeira fase, para a caracterização das etnias envolvidas no processo de ecoturismo, se realiza uma contextualização dos modos de produção e reprodução de cada grupo indígena, sua articulação com o mercado, seus padrões de consumo e mudanças. Tal exercício visa enfocar suas histórias através dos mais diferentes contatos com atores sociais e, conseqüentemente, as mudanças tanto benéficas quanto negativas ocorridas em seus modos produtivos e reprodutivos e novos padrões de consumo através da inserção no mercado de ecoturismo.

Aborda-se, também, condições e fatores componentes do processo promotores ou não da inserção do turismo mediante promoção de políticas públicas, doações de organismos internacionais, parcerias com Ong's, formação de territórios regulamentados e não-regulamentados, poderes locais e os processos políticos, econômicos, socioculturais e ambientais.

No segundo passo se realiza uma Auditoria do Ambiente de *Marketing*, vista como um meio de avaliar as oportunidades e ameaças, no sentido de monitorá-las numa adaptação constante dos produtos turísticos às mudanças ambientais. A Auditoria se compõe de dois estágios: 1 Análise das tendências do macroambiente: fatores externos; 2 O ambiente do *marketing*: fatores internos. Nestes, se aborda as diversas tendências responsáveis pelos programas de *marketing*, visando ao desenvolvimento de produtos de sucesso, dentre eles o produto ecoturismo, uma vez que as empresas e consumidores estão cada vez mais impactos pelas atividades de turismo, sob a imagem de uma importante fonte de geração de renda.

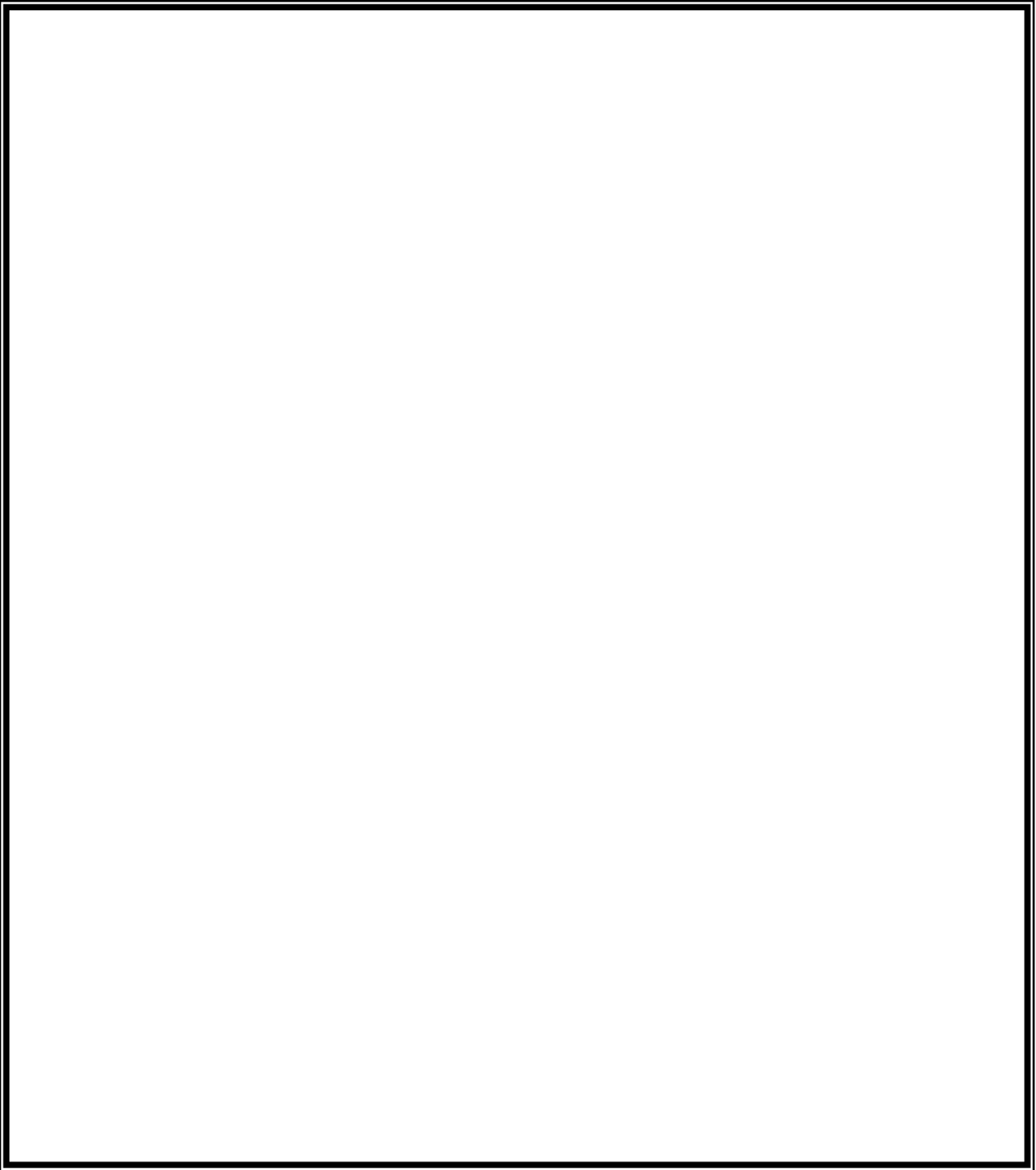
A Auditoria permite identificar vários fatores exógenos que afetam o macroambiente através do desenvolvimento financeiro, mudanças sociais e demográficas, inovações tecnológicas, fatores políticos, legislativos e regulamentadores. Correlacionado com os fatores

internos, o enfoque deste passo é no produto turístico, sua segmentação e posicionamento no mercado; no comportamento do consumidor serão observados: fluxo, motivações, necessidades, interesses, perfil e poder de compra.

Os referidos cenários são suportes aos procedimentos metodológicos, no sentido de estabelecer categorias de análises para obtenção de dados gerados pelas experiências a partir o tipo de investimento, modelo de gestão, níveis de gerenciamento dos recursos administrativos e humanos, recursos financeiros e de fluxo turístico, recursos de promoção e distribuição. Uma avaliação das condições de como se efetivam os benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais é um de nossos objetivos.

Quadro 05- Localização áreas de estudos

	Localização	Escala	Período	EBC	Modelo
Reserva Pataxó Jaqueira	Porto Seguro BA- Brasil	nacional	4,5 anos		Associação comunitária/ Doação governo
Napo Galeras	Rio alto Napo Napo Equador	internacional	10 anos	X	RICANCIE/Associação comunitária/ Doação USAID/GTZ
Napo Wildlife Center (NWC)	Rio baixo Napo Coca Equador	internacional	1,5 anos	X	EcoEquador/Associação comunitária Empréstimo Tropical <i>Nature</i>
Pucani	Rio baixo Urubamba Ucayali Peru	internacional	2,5 anos	X	Ong Peru Verde/ Associação comunitária Empréstimo Tropical <i>Nature</i>
Heath River Wildlife Center (HRWC)	Rio <i>Heath</i> Tambopata Peru	internacional	2,5 anos	X	<i>Rainforest Expeditions Jungle Lodge/Associação Indígena Empréstimo Tropical Nature</i>





Mapa 1- Cartograma com localização das áreas de estudos

2 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDOS

2.1.1 Pataxó, Bahia, Costa do Descobrimento – Reserva da Mata Atlântica

Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SECTBA, 2004), dentre seus pólos turísticos, se destaca o da Costa do Descobrimento. Considerado o mais novo Sítio do Patrimônio Mundial Natural Brasileiro, a Costa do descobrimento é um trecho de Mata Atlântica com manguezais, restingas, dunas, praias, ilhas, costões rochosos, baías, brejos, falésias, estuários, recifes de corais e os Parques Nacionais do Pau Brasil, do Monte Pascoal e do Descobrimento.

A Costa do Descobrimento se transformou ao longo da década de 1990, num dos maiores Pólos receptores de turistas do país e internacional; desde a década de 70, o turismo vem se desenvolvendo na região, sendo, atualmente, a sua principal atividade econômica. Neste sentido, se destaca Porto Seguro, onde oficialmente o Brasil foi descoberto. Este é vendido por seu turismo de sol, praia, mar, passeios de escuna e a “passarela do álcool” (avenida à beira mar onde se concentram restaurantes, pousadas e casas de dança). Conforme (SECTBA, 2004), possui o segundo maior número de leitos do país, depois de São Paulo, aeroporto internacional, restaurantes e, principalmente, casas de dança.

Apesar da consolidação do fluxo turístico da Costa do Descobrimento, os Pataxó não conseguiram se inserir em seus benefícios, principalmente, no que tange à oferta de empregos. Logo após a demarcação de suas terras, em 1998, um grupo de dez indígenas iniciou a construção de parte da infraestrutura turística do que hoje, se denomina Reserva Pataxó da Jaqueira. Em 2000, o *marketing* de visibilidade fomentado pela mídia aos 500 anos do Descobrimento do Brasil fomentou os primeiros investimentos governamentais ao projeto.

2.1.2 História

A demarcação da Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, no extremo sul da Bahia, ocorreu em março de 1997. Durante este período o povo Pataxó vivenciou sérios conflitos com o governo federal, fazendeiros, grileiros e posseiros por extensões de terras agriculturáveis. Como resultados destes embates, os Pataxó foram expulsos de seus territórios para dar lugar aos projetos agropecuários, à construção de estradas e em 1951, à criação do Parque Monte Pachoal pelo governo federal. Em 1981, foram aldeados na aldeia mãe, Barra Velha. Durante o período de 1861 a 1961, os indígenas de Barra Velha viveram de roça e a coleta em manguezais. Em 1951, ocorreu um brutal massacre, muitos indígenas foram dizimados. Aos poucos, se formaram outras aldeias, surgindo assim Coroa Vermelha.

Neste contexto, inviabilizados na utilização de suas terras tradicionais, os Pataxó foram levados a se engajar como mão-de-obra nas novas atividades econômicas implantadas na região. Conforme Sampaio (1999), estimulados, na década de 70, por pesquisadores, funcionários dos órgãos indigenistas e comerciantes, os Pataxó se voltaram à produção e à comercialização de artesanato. Atualmente, a maioria dos Pataxó localizados em dezesseis aldeias, com cerca de 10 300 indígenas (FUNASA, 2004) vive praticamente da venda do artesanato.

2.1.3 Características da comunidade: uso atual e potencial dos recursos naturais

Coroa Vermelha, sítio histórico do Território Indígena Pataxó, com 1 493 hectares localizada entre a praia e a pista da BR 367, a 8 km ao sul da sede do município de Santa Cruz de Cabrália e a 15 km ao norte da sede do município de Porto Seguro, se posiciona como o único núcleo urbano, turístico, com serviços essenciais e alta densidade demográfica. Segundo a FUNASA (2004) 4 500 indígenas vivem em Coroa Vermelha.

A aldeia turística é delimitada pelo rio Itinga¹ (em Pataxó: “*Kramimôã Baway Txiãgá*”), sua nascente se localiza na Estação Vera Cruz. A TI Pataxó se constitui por duas Glebas, a “A” (77 hectares) corresponde à área urbana e litorânea, que se inicia na BR 364 e vai até à praia de Coroa Vermelha. Do outro lado, situa-se a Aldeia Nina, uma quadra de não-indígenas. No lado dos indígenas, próximo à BR 364, se localiza o Conjunto Cultural Pataxó (foto 1), formado pelo Posto Médico da Funasa (foto 2), por cinco “*kijemes*” (em Pataxó: casas tradicionais, feitas com uma mistura de taipa, barro, seixos, lama e areia, cobertas com palhas de piassava), lugares onde funcionam a Escola Indígena de 1ª a 7ª séries (foto 4) , um auditório, uma Oficina Fitoterápica² (foto 3), cinco pequenos chalés, num deles funciona a sede da Associação Pataxó de Ecoturismo. Perto do complexo situa-se a área de preservação ambiental de 12 hectares, denominada de “*Maturembá*” (em Pataxó: mata grossa). As ruas e a única avenida de Coroa Vermelha são todas de barro vermelho, sem pavimentação, sem serviço de esgoto. Na BR 364 se localizam os estabelecimentos comerciais e a escola não indígena. No km 8, inicia-se o município de Porto Seguro.



Foto 1- Conjunto Cultural
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 2 - Posto Saúde
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 1: Centro Cultural

Foto 3 - Oficina Fitoterápica
Fonte: Azevedo, 2003

Foto 4 - Sala de Aula
Fonte: Azevedo, 2003

A gleba B está repartida em dois setores: o primeiro, com 588 hectares de capoeira para cultivos agrícolas; o segundo, constituído por porções de mata secundária, de tabuleiro, restinga e recifes de corais compõe os 827 has. (correspondentes a 56% da TI Pataxó) da Reserva Pataxó da Jaqueira. Antes, a área da Reserva pertencia ao Empreendimento da Góes Cohabita.

Ex falantes da família Maxacali, Tronco-Jê, atualmente, os Pataxó abandonaram sua língua original, expressando-se no português regional. Recentemente, foram recriadas quase oitocentas (800) palavras substantivas e adjetivas compostas a partir do léxico Maxacali e aplicadas a uma estrutura gramatical portuguesa; o resultado é difundido pelo grupo como a língua Pataxó³. As palavras têm alguns lugares circunscritos: na venda de artesanato, nos cantos dos rituais, na Reserva da Jaqueira e nas aulas de língua da Escola Indígena.

Hoje, a principal fonte de renda dos Pataxó é a comercialização do artesanato de gamelas de madeira e colares de sementes. As aposentadorias dos mais velhos constituem, também, um dos principais suportes às famílias com mais poder aquisitivo. Outra renda, porém em menor escala, advém da produção da farinha. A base alimentar dos Pataxó, em geral, é feijão com pedaços de carne seca, farinha, frango, pão, bolacha, café, banana da terra, gomos de jaca e mangas. As famílias pescadoras consomem os peixes menores; os maiores são comercializados.

³ Em Pataxó, *Patxohã* (*Pat-* originária da palavra Pataxó, *patxohã-* língua, *xohã-* guerreiro: língua do guerreiro Pataxó)

Os diversos ambientes de Coroa Vermelha já enfrentam, embora em pequena escala, a depredação e a poluição. Mesmo havendo um sistema regular de coleta de lixo, à beira da Lagoa do Descobrimento amontoam-se cascas de coco, garrafas de plástico, restos de comida, outros dejetos. Os monturos convivem com as águas captadas pela Embasa, Estação de Captação de Água da região. Quando as marés sobem, se misturam ao lixo, jogando os detritos na água do mar.

A área “*Maturembá*”, cortada pelo rio Mutari, embora seja tida como área de preservação ambiental, está ameaçada pela presença de 400 barracos de pedaços de madeira e plástico. Devido ao crescimento desordenado de barracos, na ausência de serviços essenciais (água encanada e esgoto), o rio Mutari, um dos principais rio da área, começa a adquirir o apelido de depósito de dejetos. Entranhando-se no cotidiano dos moradores, o Mutari é lugar de trabalho, de sobrevivência, de lazer, de lavagem de roupa, corpos e utensílios domésticos. É um constante ir e vir de crianças e mulheres com latas d’água. A algazarra das crianças no banho, com suas brincadeiras é um espetáculo à parte. Essa parte deveria ir nos resultados sobre impacto ambiental

Os Pataxó de Coroa Vermelha, especificamente, os da Reserva da Jaqueira passaram do estágio de coletores, pescadores, caçadores, produtores de farinha, mesmo esta sendo sua principal fonte de proteína. Hoje, seus novos modos de produção e reprodução provocadas por diversos contatos com atores sociais, pela comercialização de artesanato, pela consolidação do turismo na Costa do Descobrimento nos anos 90 e em decorrência da infraestrutura construída pelas comemorações aos 500 anos de Descobrimento do Brasil fizeram mudanças nos padrões de consumo do referido grupo.

2.1.4 Reserva Pataxó da Jaqueira

A implantação e operação da infraestrutura da Reserva Pataxó da Jaqueira se realizou mediante doação de R\$ 130 mil do PROECOTOUR. Desde 2000, o projeto é gerenciado pela Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR). A infraestrutura turística se compõe de (13) “*kijemes*” (anexo B). A visita à Reserva Pataxó da Jaqueira tem duração de 2 horas, de segunda a sábado, das 9 às 16h30, aos preços de R\$ 35 (Brazil Travel, turistas internacionais) e R\$ 25 (Pataxó Turismo, Grou, Curuípe e ASPECTUR, turistas nacionais). Os atrativos são: caminhada, demonstração das armadilhas, oficina de artesanato, degustação do peixe na patioba e do *cauim*, jogo de arco e flecha e ritual “*Awê*”.

A oferta ecoturística é consumida, principalmente, por visitantes internacionais (Holanda, Alemanha, Portugal e Itália) e, em menor escala, por nacionais (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), voltados ao turismo de sol, mar e praia de Porto Seguro e Trancoso. A visita se realiza após o usufruto das ofertas típicas do turismo litorâneo baiano: axé, passeios de escunas e passarela do álcool.

Reserva Pataxó da Jaqueira é uma experiência que introduz visitantes nacionais e internacionais do turismo litorâneo em recursos naturais de lagunas, costões, restingas, mangues e tabuleiros da mata Atlântica, combinando grande acessibilidade com o desenvolvimento de atividades culturais e atrações baseadas nos antigos modos produtivos e reprodutivos dos Pataxó. A iniciativa consegue aliar paisagens naturais com atrações tradicionais numa infraestrutura inspirada nos moldes e matérias primas regionais dos “*kijemes*”.

Através do usufruto dos atrativos da Reserva da Jaqueira os turistas podem adentrar numa nova prestação de serviços de interpretação de atrações dos diversos níveis. Estes traduzidos na observação de controle de território e desenvolvimento de atividades promotoras de geração de renda, capacitação e revalorização das formas simbólicas Pataxó num recinto perto de todo tipo de infraestrutura de serviços essenciais necessários ao conforto e à facilidade de acesso dos visitantes.

2.1.2 QUICHUA- EQUADOR, RIO ALTO NAPO; SUL RIO NAPO

2.1.2.1 Equador, Amazônia, Indígenas e Turismo

No Equador, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC, 1994; 1996), a etnia predominante é a Quichua, localizada na região amazônica oriental (72.528). Para o Centro de Informação e Documentação Empresarial sobre Iberoamérica (CIDEIBER, 1999; OEA-Napo, 2003), os indígenas enfrentam dificuldades de repetência, educação bilíngüe incipiente e deserção escolar feminina; predominância de atividades primárias com a incorporação de crianças e jovens; altos índices de pobreza, fertilidade e mortalidade infantil, além de condições precárias de saúde, de educação e de habitação.

A maioria dos indígenas Quichua se encontra assentada nas regiões de Napo e Coca. Apesar de estas regiões concentrarem maior parte dos poços petrolíferos do Equador, conforme (OEA-Napo, 2003), o crescimento econômico de ambas não tem sido equilibrado; existem sérias limitações na área de transporte, nas telecomunicações e nos serviços de energia elétrica, além de deficiências nos setores de saúde, moradia, educação e infraestrutura sanitária.

No Equador, conforme Wesche e Drumm (1999) e Smith (2002) o ecoturismo começou oficialmente em 1969, nas Ilhas Galápagos, com ênfase na sua proteção e conservação. Na Amazônia equatoriana, começou em 1976 em *Limoncocha*, através do Instituto Lingüístico de Verão. Napo e Coca se constituem as regiões mais propícias do desenvolvimento de atividade de ecoturismo por apresentam abundantes recursos naturais, áreas de conservação e a maioria da população indígena.

Atualmente, as atividades de ecoturismo na Amazônia, se centralizam em 72% dos projetos de Ecoturismo com Base em Comunidades, implementados nos anos 90 no oriente pela CONFENIAE e pela COICA. Estes EBC eram estratégias a serem desenvolvidas pelas federações e comunidades para enfrentar a pressão acelerada sobre terras indígenas por parte de petroleiras e mineradoras e organizar as atividades de turismo desenvolvidas de modo desorganizado por algumas comunidades rurais Quichua ao receberem grupos de visitantes trazidos por operadoras turísticas particulares.

Com as estratégias de organizar projetos de ecoturismo EBC, implementados por COICA/COFENAIE nos anos 90, na Amazônia, a FOIN criou a RICANCIE, encarregada de fazer articulações, captar recursos e apoiar a implantação dos EBC no rio alto Napo.

Antes da fundação de RICANCIE, algumas comunidades rurais Quichua já recebiam grupos de turista trazidos por operadoras particulares, embora esse processo não se constituísse em vantagens econômicas aos comunitários. Em 1991, através de apoio técnico e político da FOIN e doação financeira da Fundação Jatun Sacha, Capirona, uma comunidade rural Quichua com 24 famílias começou a desenvolver um projeto comunitário de ecoturismo.

Em vista do sucesso do empreendimento e de acordo com os princípios dos Quichua, onde todos devem ter poder de decisão e participarem do mesmo processo, nasceu a idéia de se construir em sistema de trabalho conjunto “*minga*” mais (8) EBC ao longo rio alto Napo, sob influência das unidades de conservação Reserva Biosfera Sumaco e Parque Nacional Sumaco-Galeras. Para se efetivar a decisão era necessário ter uma forma legal organizativa, então, em 1993, FOIN fundou a RICANCIE; esta em sua fundação teve apoio de articulação política da COICA, CONFENIAE e apoio técnico e financeiro da Fundação Jatún Sacha.

RICANCIE através de suas parcerias conseguiu captar recursos financeiros da USAID e da Sociedade de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), parceiros na área técnica para implantar e organizar 09 projetos de EBC. Atualmente, RICANCIE é composta de (9) EBC em

comunidades com média de 20 famílias e segundo os dirigentes da RICANCIE os EBC beneficiam mais de 200 famílias Quichua, oferecendo pacotes de (2) a (5) dias para vivenciar os modos de produção e reprodução dos indígenas, bem como a observação de animais, passeios etnobotânicos, turismo de aventura, grutas com inscrições rupestres e ambientes amazônicos e subandinos.

Capirona por ser a localidade mais próxima de Tena e com maior facilidade de acesso, recebe visitantes para curtas visitas. Ademais, em dias atuais, Capirona se distingue dos demais porque além de proporcionar atividades de ecoturismo com relativo conforto, oferece serviços e espaço para eventos nacionais e internacionais que mesclam o conforto de um ar condicionado e a degustação de bebidas geladas à paisagem tropical e à observação de macacos e tucanos.

Todos os EBC têm preços iguais USD\$ 35 pessoa/dia e em suas ofertas constam transporte fluvial, atrativos, três refeições e alojamento em cabanas com dormitórios individuais. *Río Blanco* se destaca dos EBC pelo seu número alto de visitantes e pela parceria com Universidades estrangeiras no recebimento de alunos para estudarem os ambientes e as plantas medicinais. Napo Galeras, cerca de 30 min. de caminhada de *Río Blanco* se posiciona por ser o EBC mais distante e por apresentar cerimônias de xamamismo e jardins plantas medicinais.

De 1993 até 2002, RICANCIE teve investimentos da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), apoio técnico e de capacitação da Universidade da Califórnia, do Instituto para o Ecodesenvolvimento Regional Amazônico (ECORAE), do Fundo de Investimento Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA) e apoio político de COICA, CONFENIAE e FOIN. Hoje, RICANCIE tem apoio técnico de ECORAE e do organismo internacional espanhol *Ayuda en Acción* através da *Fundación Acción Amazonía* e apoio político de FOIN e COICA.

Por sua vez, o envolvimento dos Quichua do baixo Napo com o turismo se deu a partir de 1979, quando Parque Nacional Yasuní, foi decretado Reserva Mundial da Biosfera pela Unesco, com uma extensão de 982 000 hectares. Nele, se iniciaram as primeiras atividades de turismo por operadoras internacionais junto aos empreendimentos particulares como *Sacha Lodge*, *La Selva* e *Casa del Suizo* que se instalaram na região do rio Coca, em torno do Parque. Grande parte dos Quichua do baixo Napo trabalhava como empregados nos estabelecimentos.

Em setembro de 2000, Eco Equador levou Peter English, da *Tropical Nature* para conhecer a comunidade “*Añangu*” para conservar com a Associação local e dar início a uma parceria visando à construção de um *lodge* de primeira classe. A comunidade se posicionou que participaria desde as fases do acordo, na construção e na operação. Escolheu-se um local perto do lago *Añangu* por ser uma área com belezas cênicas e por estar sob pressão dos caçadores de animais silvestres e aves raras.

Até o junho de 2001, várias reuniões se procederam e em setembro de 2001, foi firmado o contrato. Na ocasião Victor Emanuel da *Nature Tours*, junto com os autores e 18 convidados lançou o livro *Birds of Ecuador* de Ridgely e Greenfield. Em junho de 2002, a construção das cabanas já sido concluída. Em novembro se deu início ao restaurante e à torre de madeira junto do mesmo. Em março de 2003, foram recebidos autoridades, coordenadores da *Tropical Nature*, proprietários de empresas nacionais e internacionais que trabalham com o segmento de observadores de pássaros e jornalistas do *Tribune Herald*.

Em agosto de 2004, se iniciaram as operações, tendo o *lodge* recebido em agosto de 2004 uma jornalista especializada do New York Times; no mesmo mês, o Programa Planeta Terra da BBC esteve filmando o empreendimento e fauna.

2.1.2.2 História

Os Quichua se autodenominam “*Runa*”, com significado “gente” e falam uma variante do Quichua. Para Wesche e Drumm (1999), Perreault (2002); Terrones (2002) e Valarezo (2002) os indígenas foram quichuizados pelos espanhóis para efeito da educação missionária e de escravização. Os espanhóis, os conquistadores das cidades indígenas se repartiram entre si terras e indígenas, convertendo-os em escravos. Os indígenas cansados dos excessos buscaram a proteção da selva na beira dos rios Mishualli, Tena e Napo para formar seus povoados.

Em 1880, o Oriente foi dividido por diversas ordens missionárias, ficando os Josefinos em Napo. Estes promoveram a disseminação da agricultura entre os indígenas. Entre 1880 e 1914, os indígenas foram vendidos às explorações da borracha, com a queda da borracha, os comerciantes não-indígenas iniciam o período das fazendas no alto Napo, incorporando os indígenas como empregados. A partir de 1964, o Estado considera os territórios indígenas como terras baldias e distribui 50 hectares a cada família de colonos e indígenas.

Depois de 1967, com o descobrimento de petróleo, a política de integração à economia nacional impulsionada pelo Estado se centralizou em ocupar os territórios indígenas por colonos, madeireiras, mineradoras e companhias petroleiras a exemplo da Texaco. Em 1977, o governo militar emitiu a Lei de Colonização da Região Amazônica e criou o Instituto de Colonização da Região Amazônica Equatoriana (INCRAE) para implementá-la. Segundo Perreault (2002) foi o desenvolvimento petroleiro e a enorme rede de caminhos e infraestrutura os elementos apoiadores da reforma agrária que permitiram o assentamento em grande escala nas partes remotas da Amazônia equatoriana.

Entre os anos 80 e 90, a maioria dos indígenas do Equador inicia a formação de suas organizações: CONFENIAE; CONAIE; COICA; FOIN, objetivando reivindicações territoriais, educação bilíngüe, plurinacionalismo, representação política, direitos políticos ampliados, concessão de companhias petroleiras e do Estado para extração de recursos em territórios indígenas.

2.1.2.3 Características da comunidade *Las Galeras*: uso atual e potencial dos recursos naturais

A comunidade Las Galeras foi fundada em 1971 e as terras são tituladas. 677 hectares de bosques secundários são destinados às residências dos locais e às “*chakras*” (em quichua: roças), sendo 25 has., destinadas à ocupação intensiva de cada família. 100 has. de bosque primário perto da Cordilheira Napo Galeras são considerados área de conservação, com vários pisos ecológicos entre 600 a 3.000 m.s.n.m. Neles se encontram animais de várias espécies e formações vegetais correspondentes aos ambientes subandinos e amazônicos, se destacando árvores medicinais com de sangue de dragão (*Cróton lechleri*).

Conforme dados de campo (2003) *Las Galeras* tem 40 famílias, 180 pessoas, todas da etnia Quichua. Há (14) “*tambus*” (em quichua: moradia), (09) de madeira com teto de zinco e (05) com o teto de palha *toquilla* com paredes de bambu, piso de paxiúba e buritirana (*Mauritiella aculeata*), pilares e vigas de cedro e pupunheira (foto 6). Em sua parte grande, elas têm um *altillo* (espécie de palafitas) para abrigo dos animais domésticos e dos produtos agrícolas (foto 5).



Foto 5: **Tambu Las Galeras**
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 6: **Tambu Las Galeras**
Fonte: Azevedo, 2003

Através do sistema de manejo rotativo e de descanso do solo (de seis meses a 3 anos) fazem cultivos de mandioca, milho, mamão, café, banana, cacau, bacaba, pupunha, mamão, abacaxi, goiaba, abiu, laranja da terra. Cacau, banana, milho, ouro e sangue de dragão se destinam à venda para a compra de alimentos, material escolar, ferramentas dentre outros. Nos arredores, principalmente, atrás do alojamento dos turistas se encontram jardins de plantas medicinais utilizadas pelos sete (7) *shámanes*, dois (2) ervateiros e duas (2) parteiras.

A dieta alimentar consiste de “*lumu*” (em quichua: mandioca), banana, peixes (acari bodó⁴, *vieja*⁵), atum em conserva, arroz, frutas silvestres, “*ucui*” (em quichua: formigas) e “*kuru*” (em quichua: caracóis, larvas). Raramente se consome carne de caça. A “*aha*” (em quichua: bebida fermentada à base de mandioca) representa a principal fonte de carboidratos e calorias bem como a guayusa.

Usam roupas ocidentais, nos ritos de iniciação ou de passagem usam “*cushma*” (em quichua: similar a um poncho, tecido em algodão com desenhos geométricos à base de tintas naturais) e “*pillu*” (em quichua: cocares). Os artefatos culturais são compostos por armadilhas, cestos, bolsas de fio de algodão e cocares de fibras. Na aldeia existem duas escolas bilíngües, Ensino Fundamental (foto 7) e outra de 5ª e 6ª séries (foto 8). Os dois (2) professores são indígenas de Archidona e percebem salário de (R\$ 900). Ao lado das escolas se encontra o comedor das crianças (foto 9).



Foto 7 - Escola de 5ª e 6ª séries



Foto 8- Escola de ensino fundamental

⁴ Nome científico: *Liposarcus* sp.; quichua: *shiglli*; espanhol: *carachama*

⁵ Nome científico: *aequidentes tetradmerus*

Fonte: Azevedo, 2003

Fonte: Azevedo, 2003



Foto 9 - Comedor crianças

Fonte: Azevedo, 2003

As escolas não recebem material escolar do governo, os pais compram-no com o dinheiro arrecadado das vendas de produtos em Tena e do ecoturismo. A esse respeito, na festa de despedida os turistas são convidados a fazer doações à compra de materiais escolares.

Não existe um posto de saúde. Segundo Francisco Aguinda, guia, *sháman* e chefe da comunidade os problemas de saúde são: diarreia, febre, gripe, malária, picadas de víboras, parasitos intestinais, enfermidades dos órgãos femininos, anemia e desnutrição. A maioria das enfermidades é tratada pelas ervateiras e pelos curandeiros, quando o estado se agrava, procuram o posto de saúde do EBC *Río Blanco*, cerca de 20 minutos de caminhada. Os mais graves são levados para Tena.

A comunicação entre aldeia e Tena se dá por radio transistor equipado com baterias. A comunidade não tem luz elétrica, utilizam lamparinas a querosene, velas e lanternas. Quando há festas e visitantes, é ligado o gerador, comprado com dinheiro do ecoturismo. Não há água encanada, somente no alojamento dos turistas.

No rio *Huambuno* são realizados o banho, a lavagem de utensílios domésticos, roupas e de ouro. O *Huambuno* se presentifica de forma marcante no imaginário local, através de suas histórias, lendas e práticas cotidianas, seja por ser fonte de proteína, espaço de jogos lúdicos, lugar vital de circulação de pessoas, mercadorias, novidades. Ele proporciona a ida, à roça, à caça, à cidade.

As manifestações culturais englobam jogos desportivos de futebol e voleibol, festa de fundação do povoado a cada dois anos (29 de janeiro), batizados, primeira comunhão e crisma, além de casamentos. Os habitantes de *Las Galeras* consideram-se católicos, recebem a visita de um padre uma vez ao ano para cumprir os ritos. A população construiu um cemitério a uns 100 m de distância da comunidade; nele são cumpridos ritos de velório e de enterro. Na aldeia tem uma destilação de aguardente (mandioca ou banana), os responsáveis vendem aos turistas um pequeno vasilhame de plástico por RS\$ 3.

Os diversos ambientes, principalmente, ao redor das cabanas já possuem um estágio diminuto de lixo, a exemplo das latas de conservas. Não se encontram vasilhames plásticos porque servem para enchê-los de aguardente.

As mulheres se ocupam cada vez mais das atividades relativas à economia de subsistência e às lides domésticas. Em função dos homens estarem ocupados com tarefas relacionadas com o mundo externo, as mulheres assumem a *chacra* individual e comunitária, cuidam dos filhos, elaboram artefatos utilitários e para comercialização.

O consumo da *chicha* e da *guayusa*, a língua Quichua, o conhecimento e o uso de plantas medicinais em *Las Galeras* são os marcadores étnicos mais importantes deste grupo localizado no alto rio Napo. A percepção dos residentes em relação às atividades de ecoturismo é bastante benéfica, não somente para os que ocupam os postos de trabalhos no albergue Napo Galeras, mas também a maioria dos residentes acredita que esta nova atividade lhes traz vantagens com a oferta de empregos e melhorias em *Las Galeras*.

Ademais, os ambientes e, principalmente, os recursos naturais da área de proteção estavam sofrendo pressões oriundas não somente das mineradoras, petroleiras e também dos indígenas na ausência de uma outra alternativa econômica para estes últimos. As pessoas da comunidade estavam caçando animais silvestres para venderem as peles e a carne, mercadorias valiosas na troca por objetos de primeira necessidade, em Tena.

2.1.2.4 Característica da Comunidade *Añangu*-Bocana: uso atual e potencial dos recursos naturais

Na área da comunidade “*Añangu*”-Bocana se encontram floresta de platô e floresta de baixio. A riqueza hidrológica está representada pelos rios Napo, Coca, Tiputini e pelo lago *Añangu*. Segundo Holdridge (1967) nas mencionadas áreas há zonas de vida correspondentes a bosque úmido tropical e bosque muito úmido tropical, com predominância de bosques de baixio (ou florestas de igapó), compartilhados com a floresta de terra firme (platô) propriamente dita. Na diversidade animal se destaca o macaco *chichico* (*Saguinus tripartitus*), a marca turística do *lodge*. Turisticamente, os motivos de vista se voltam às belezas cênicas e à observação de inúmeras espécies de aves e a apreciação do lago *Añangu*.

De acordo com dados de campo (2004), a comunidade Bocana possui 25 mil hectares, 27 famílias Quichua, com 160 pessoas. As casas (foto 10) são de cedro, de ucuúba, paredes de bambu, piso de paxiúba e tetos de palha (*Cardulovica palmata* e *Genoma* sp.).



Foto 10 - *Tambus Añangu* -Bocana
Fonte: Azevedo, 2004

Cultivam mandioca, banana, milho, cacau, feijão, bacaba, pupunha, buriti, cacau, fruta pão, amendoim, cará, inhame, batatas, laranjinha, sorva, graviola, abacaxi, urucum, pimenta, tangerina. A laranjinha, abacaxi, amendoim, tangerina, milho, feijão são destinados à venda. A base alimentar consiste de banana, mandioca, cará, inhame, batatas, peixes (piranha⁶, bagre⁷, curimatã⁸) constituem a principal fonte protéica, bem como da coleta de caracóis e larvas comestíveis. Na pesca fazem uso de anzóis e rede de malha.

Na área educacional possuem uma Escola Bilíngüe Telecurso de 1º a 6º graus, com dois professores da comunidade, uma Escola Fundamental com dois professores de Pompeya, pagos pela comunidade. A ENCAN, companhia de petróleo do Canadá veio à comunidade em agosto de 2004 para propor um acordo: ficaria encarregada do pagamento dos soldos dos professores. A comunidade rejeitou o acordo, para não se sentir dependente da companhia como acontece com os Huaorani.

Bocana não possui botica de medicamentos e nem agentes de saúde. Possuem canteiros de plantas medicinais, utilizam os trabalhos das ervateiras e do curandeiro. No caso de doenças graves, recorrem aos cuidados dos médicos do hospital de Coca.

A exemplo de *Las Galeras*, as mulheres Quichua do baixo Napo se encarregam cada vez mais de tarefas pertinentes às atividades extrativistas, dos cuidados domésticos e dos filhos. Elaboram artefatos utilitários, são responsáveis pela confecção de artesanato visando à comercialização, se dividem em *mingas* nas *chacras*, na limpeza da escola, da sede da Associação e na limpeza dos terrenos. Este acúmulo de tarefas se dá pelo fato dos homens estarem ocupados em seus contatos com o mercado. Os indígenas de *Añangu* compartilham com os de *Las Galeras* o consumo da *chicha* e da *guayusa*, o uso da língua Quichua, o conhecimento e o uso de plantas medicinais, elementos importantes em seu fortalecimento étnico.

⁶ Nome científico: *serasalmus marginaturas*

⁷ Nome científico: *pimelodus ornatus*

Relativa à percepção do turismo, os residentes de *Añangu* se sentem orgulhosos por estarem administrando um *lodge* que lhes pertence e oferece empregos com salários maiores aos recebidos quando trabalharam em outros empreendimentos.

2.1.2.5 Napo Galeras

Napo Galeras é parte integrante dos Projetos de Ecoturismo com Base em Comunidade idealizados por COICA/CONFENIAE, junto à FOIN e à RICANCIE. A implantação e operação se deram mediante doação de recursos por USAID/GTZ em parceria com CONFENIAE/FOIN. Desde 1994, Napo Galeras é gerenciada coletivamente por RICANCIE e os Quichua da comunidade de *Las Galeras*, da região do alto rio Napo. A infraestrutura turística se compõe de (3) cabanas em madeira, bambu, paxiúba e palha com capacidade total, (2) servem de dormitório com capacidade para (12) pessoas e a outra serve de comedor-cozinha.

Uma visita típica a Napo Galeras com duração de 4dias/3noites, ao preço de R\$ 105/dia /pessoa, tem os seguintes atrativos: visita à *Las Galeras* para conhecê-la, aprender a falar algumas palavras Quichua com as crianças. Histórias e lendas da comunidade contadas pelos mais velhos. Visita aos jardins de plantas medicinais. Caminhadas e demonstração das armadilhas para capturar pequenos roedores. Ida até o mirador da Cordilheira Napo Galeras, para observar as paisagens e fauna. Passeio de canoa no rio *Huambuno*: aprender a remar e a pescar, fazer lavagem de ouro e banhar-se. Jogo de arco e flecha com as crianças. Ida à *chacra* para aprender a plantar mandioca, fazer limpeza do terreno e a colheita. Demonstração da elaboração da *chicha* de mandioca. Cerimônia do *sháman* com ervas para limpar e purificar o corpo. Festa de despedida: jantar típico, apresentação de danças, canções, instrumentos musicais e oferta de *guayusa*. A aldeia participa do baile, dançam com os turistas, ensinam as danças;

depois cada turista conta ou canta alguma coisa típica de seu país. No outro dia, saída em bote canoa até o Museu Amazônico para conhecê-lo. A entrada ao Museu já está incluída no pacote.

A oferta ecoturística utiliza o fluxo de turistas oriundos da Alemanha, Canadá, França e Espanha, interessados na riqueza e biodiversidade de Galápagos; depois da ida a Galápagos, viajam à região Amazônica motivados em projetos que ofereçam experiências de usufruto de paisagens naturais e observação de animais.

Napo Galeras é uma oportunidade de vivência intercultural no desfrute de recursos naturais do Parque Nacional Sumaco-Galeras e da Reserva Biosfera Sumaco inseridos em ambientes montanhosos, de terra firme e de várzeas, com vales, cascatas, rios. Napo Galeras combina estes elementos com atrações históricas e culturais baseadas totalmente nos modos produtivos e reprodutivos dos indígenas Quichua de *Las Galeras*, como cerimônias de xamamismo e conhecimento de plantas medicinais, numa infraestrutura cômoda, sem luxo, comida típica, num lugar isolado dos grandes centros e de seus serviços de infraestrutura.

2.1.2.6 Napo Wildlife Center - NWC

NWC é o mais recente e luxuoso *lodge* da Amazônia equatoriana. A implantação e operação receberam apoio financeiro de USD\$ 1,3 milhões da Tropical *Nature*, captados por sua sócia, a Fundação Eco Equador. Desde 2004, a experiência é gerenciada por Eco Equador e os Quichua da comunidade *Añangu*, no baixo rio Napo. A infraestrutura turística se compõe de (10) cabanas em adobe, madeira e palha com capacidade total para 20 pessoas; (1) um amplo restaurante, cozinha, alojamento para empregados, casa administrativa, lavanderia, áreas de manutenção e almoxarifado.

Uma visita típica com duração de 4 dias/3 noites tem o preço R\$ 1 775/pessoa (passagem aérea de R\$ 360 ida/volta ao encargo do passageiro) com os seguintes atrativos:

visita aos jardins de plantas medicinais, caminhadas, observação de animais das duas torres, passeio de canoa no lago *Añangu*, natação, focagem de jacaré, jogo de arco e flecha, demonstração da elaboração da *chicha* de mandioca e cerimônia de xamamismo. O produto está dirigido fundamentalmente ao mercado estrangeiro, principalmente, da Suíça, vindo diretamente ao *lodge*.

NWC é uma oportunidade para desfrutar os recursos naturais do Parque Nacional de Yasuní, onde se destaca ambientes de terra firme, de várzea e de baixio, uma rica diversidade de aves com aproximadamente 560 espécies inventariadas, macacos e a família da lontra gigante. O *lodge* combina arquitetura e materiais regionais com uso e uso de tecnologias de baixo impacto, num ambiente de conforto e luxo, com oferecimento de culinária de padrão internacional. Aliado aos recursos naturais, NWC oferece uma experiência intercultural baseada em alguns modos de produção e reprodução dos Quichua de *Añangu*.

2.1.3 ASHÁNINKA E YINE-PIRO- PERU –BAIXO RIO URUBAMBA

2.1.3.1 Peru, Amazônia e Indígenas

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Informação (INEI, 1993) uma minoria da população indígena no Peru se concentra no Departamento de Ucayali (40,463). Os Asháninka e Yine-Piro possuem uma estrutura extremamente jovem, produto de seu elevado nível de fecundidade; enfrentam problemas de educação bilíngüe incipiente, taxa de analfabetismo menor em relação dos demais indígenas, pobreza extrema, migração dos jovens às cidades, diminuição das atividades do setor nível primário, mortalidade infantil e ondas de violência desencadeadas por Sendero Luminoso (SL) e Movimento Revolucionário *Tupac Amaru* (MRTA).

Na Amazônia peruana, 7,5 milhões de hectares são propriedades das Comunidades Nativas - CCNN -, termo surgido, em 1974, com o Decreto Lei N. 20653 que regulamentou a “Lei de Comunidades Nativas, de Promoção e Desenvolvimento da Floresta”. Para Vargas (1993) foi um mecanismo formal para os indígenas obterem acesso legalmente a uma parte de seu território tradicional tradicionalmente usufruído pelos Asháninka. As CCNN enfrentam problemas relativos à degradação da floresta, exploração de petróleo, saúde, educação e ausência de gerenciamento nos espaços de decisão onde são implementadas as políticas de controle de recursos naturais.

De acordo com a OIT (2003) e a PROMPERU (2003) Ucayali é o departamento mais recente no Peru, criado em 1980. Localizado na floresta central oriental peruana, é tido como a principal porta comunicante do país com a Amazônia peruana. Dentre seus principais recursos se encontram a exploração de madeira, cultivos (mandioca, milho, feijão amendoim, pimenta), fauna frutífera, caça e criação de gado zebu. As comunidades indígenas usam a navegação pelos rios Ucayali, Urubamba, Tambo, Ene e outros como seus únicos meios de transporte.

A vegetação da região está coberta por uma floresta tropical densa, vales, várzeas, rios e lagos, recursos naturais ao desenvolvimento de atividades de ecoturismo. Apesar deste cenário promissor, a maioria dos projetos de ecoturismo do Peru se encontra nos estados de Manu e Tambopata, região de Madre de Díos, locais aonde se encontram várias unidades de conservação.

Com isso, os Asháninka e Yine-Piro, localizados em Ucayali, ficaram sem apoio dos ambientalistas para desenvolverem outras alternativas econômicas. Os rios Ucayali, o baixo Urubamba e o baixo Tambo são considerados locais de grandes conflitos entre os indígenas e o Sendero Luminoso. Além destes fatores, os povoados perto destes rios não possuem infraestrutura adequada, meios de transporte e de comunicação regulares. Os serviços de transporte, em grande parte, são realizados via pequenos aviões, no entanto, os custos das

passagens têm preços elevados e o serviço é deficiente, depende em grande parte, das condições climáticas da região.

O contato entre os indígenas Asháninka e Yine-Piro e Peru Verde ocorreu mediante a intermediação do vice-presidente Organização Indígena da Região do Atalaya (OIRA), Emílio que já tinha tido contato com a Ong em seus outros projetos de ecoturismo nas regiões do Manu e Tambopata. A partir de 2000, se iniciaram as negociações visando buscar investimentos à construção e operação de um albergue dentro da perspectiva de um programa de ecoturismo que combinasse proteção à vida silvestre, conservação de bosques tropicais e vivência intercultural de duas etnias, consideradas inimigas no passado.

Mesmo sem o albergue construído, Peru Verde conseguiu recursos financeiros junto para desenvolver programas de conservação de aves, um dos principais atrativos da região. Os primeiros turistas e voluntários começaram a chegar em Pucani em agosto de 2002 e na ausência de alojamento, as pessoas se hospedavam no posto de saúde de Centro Pucani. Em 2004, a infraestrutura turística de Pucani foi concluída.

Segundo PROMPERU (1998) e Chacaltana (2003) o turismo receptivo do Peru está dirigido fundamentalmente aos estrangeiros motivados pela riqueza arqueológica e cultural do Peru; depois da visita a esses locais, aproveitam para conhecer a selva.

2.1.3.2 História

Os Asháninka se autodenominam Asháninka, falam o idioma Asháninka, pertencente à família lingüística Arawak. De acordo com Vargas (1993), a partir de 1845, o estado e a sociedade peruanos tomaram medidas para promover a ocupação dos espaços tradicionalmente habitados pelos Asháninka e outros povos da selva. Com isso, se investiu na colonização da com a população nacional da serra e com camponeses europeus. Outro exemplo desta política

foi a concessão de terras, em 1891, já em 1980, a empresa de café da Corporação Peruana Ltda. determinou novos padrões de assentamento, de formação do mercado e de gestão das comunidades nativas atuais no Peru.

Apesar da resistência indígena contra a colonização e as atividades extrativistas de recursos em seus territórios, em 1914 o vale de Perené estava ocupado por 14 mil colonos e no ano de 1938 cerca de dois mil Asháninka trabalhavam como assalariados dos colonos. Com os anos, os novos ocupantes conseguiram incorporar em parte a população Asháninka no mercado e também avançaram na ocupação de suas terras com a obtenção de títulos legais.

A partir dos anos 50 os Asháninka conseguiram escolas bilingües em diversos lugares. Nos anos 70, quando se iniciou a titulação, os “núcleos povoados” serviram de base territorial para o reconhecimento das comunidades. O próprio processo, nos anos 80, fomentou bases organizativas e se iniciou o processo de criação de associações indígenas Asháninka; atualmente, existem 9 delas e no rio Tambo, se implantou a Central Asháninka do Rio Tambo (CART). Em 1986, o Centro Amazônico de Antropologia e Aplicação Prática (CAAAP) se encarregou do Projeto de Educação Bilíngüe Bicultural para os Asháninka do rio Tambo. Em 1986, um projeto de saúde financiado pelo Governo Inglês, *Saving Children*, foi responsável pela formação de pessoas aos postos médicos nas comunidades do rio Tambo.

No final da década de 80, Sendero Luminoso desencadeou uma série de violências no rio Tambo. Os Asháninka armaram-se e liberaram parte de seu território. Estes atos levaram ao *desplazamiento* (termo em espanhol), que de acordo com Vargas (1993) ocorre quando grupos humanos em circunstâncias de perigo abandonam apressadamente suas terras de origem e seus pertences em busca de proteção imediata para sua vida. Como resultado, surgiu o termo “núcleo populacional” para se diferenciar das comunidades nativas. Hoje, nos centros povoados dos rios Ene e Tambo devido à posição estratégica dos lugares como pólos econômicos, setores de

abastecimento alimentício e energético, se registram um constante clima de tensão e conflito entre os indígenas e o Sendero Luminoso.

Durante a década de 80, no rio Tambo, se implantou a Central Asháninka do Rio Tambo (CART). Em 1986, o CAAAP se encarregou do Projeto de Educação Bilíngüe Bicultural para os Asháninka do rio Tambo. Em 1986, um projeto de saúde financiado pelo Governo Inglês, *Saving Children*, foi responsável pela formação de pessoas aos postos médicos nas comunidades do rio Tambo.

Para Vargas (1993) e Rojas (1994) a deterioração da qualidade de vida e vulnerabilidade atual dos Asháninka, hoje, se origina em grande medida através do desmembramento do seu território, além da depredação ecológica por parte de outros atores econômicos.

Por sua vez, os Yine-Piro se autodenominam “a humanidade”. Falam Yine “*yneru-tokanu*”, “o idioma da gente”. O “*yineru-tokanu*” é uma língua ameríndia da família lingüística Arawak. Os Yine são considerados excelentes navegadores, têm uma cultura de várzea, sem dúvida suas duas características mais destacadas.

De acordo com Terrones (2002) e Bisso (2003) as primeiras notícias acerca dos Yine provêm do explorador Juan Salinas de Loyola, em seu encontro em 1557 no Alto Ucayali, quando os descreveu como gente sociável, bons navegantes e mais civilizados do que outros grupos indígenas, inclusive os Asháninka. Relatos das missões Franciscana (1676) nos rios Ucayali, baixo Urubamba e Tambo voltaram-se a se referir sobre eles. Na segunda metade do século XIX, os missionários os reportaram como os mais valentes e porque possuíam os melhores tecidos.

Os Piro tiveram seu primeiro contato com os espanhóis no rio Tambo. Em 1785, foi fundada a primeira missão Piro; em 1809, a segunda no Ucayali. Em XVIII os missionários franciscanos entraram nas terras dos Piro, no alto Urubamba alto; então, ali várias missões se estabeleceram. No começo do século de XVIII se estabeleceram relações entre os coletores de

borracha e os indígenas. A partir daí, os Yine começaram a se relacionar, a se casar com não-indígenas e também com outros grupos indígenas: Campa, Arawak e Machiguenga. O grupo poderia acercar-se a uma cifra real de 3.000 pessoas (GEF/PNUD/UNOPS, 1997).

Em 1991, através de programas governamentais e com ajuda de Ong's, se aplicou algumas estratégias sociais, de infraestrutura e de serviços essenciais de água potável, drenagem, energia elétrica, moradia e desnutrição infantil. A partir dos anos 90, com a formação das organizações, tendo como maior aglutinador o Conselho de Unificação Indígena da Selva Central (CUNISECP) a busca por direitos políticos e novas alternativas econômicas se processaram. Nos últimos anos se elegeram vários prefeitos municipais Asháninka. As principais demandas formuladas são defesa territorial, criação de unidades de conservação, infraestrutura básica, apoio técnico e financeiro para projetos produtivos e alternativos. Com isso, os Asháninka mantiveram seus primeiros contatos com organismos internacionais e nacionais para viabilizar projetos de alternativas econômicas.

2.1.3.3 Características das comunidades Centro Pucani e *Nueva Libertad de Pukani*: uso atual e potencial dos recursos naturais

As CCNN Pucani-Asháninka e *Nueva Libertad de Pukani*-Yine-Piro se localizam na selva central do Peru, na confluência do baixo rio Urubamba e rio Tambo, no município de Atalaya, estado Raymondí, região de Ucayali. As terras das atuais CCNN foram tituladas em 1998, mediante ao Projeto Especial de Titulação desenvolvido por COICA, GTZ e uma organização da Dinamarca. O território total tem 9 mil hectares, Pucani (4,5 has.) e *Nueva Libertad de Pukani* (4,5 has.). Um espaço de floresta com um riacho temporário e duas pontes são os limites entre as CCNN, embora as duas compartilhem um mesmo território.

Os Asháninka e Yine-Piro são considerados os representantes dos territórios que encontram em um estado intermediário entre o bosque úmido tropical e o hábitat das várzeas e terrenos aluviais dos vales dos rios Ucayali e Tambo e das margens e terrenos cheios de colinas ao largo dos rios Pichis, Perené e Ene (ROJAS, 1994).

Nos ambientes se encontram anta, capivara, paca, ariranha, boto, araras, papagaios dentre outros; espécies madeiráveis como cedro, seringa e palmas do gênero *Gulielma*, *Iriarteia*, *Bactris*, *Mauritia* e medicinais, unha de gato⁹ (*Uncaria tormentosa*) e sangue de dragão¹⁰. A temperatura anual varia entre o 29 °C e o 20 °C. No tempo de secas, (de março a novembro) há abundância de caça e pesca. Nas cheias, o tempo crescente das águas, (dezembro a março) a caça e a pesca diminuem.

Nas várzeas dos rios Urubamba e Tambo, se cultivam milho e amendoim. Nas terras firmes, se cultivam milho, associado às palmeiras *pona* (*Iriarteia palus*) e jarina (*Phitelephas macrocarpa*); no solo avermelhado onde há uma mistura de areia e barro é empregado no cultivo da mandioca.

Pucani e *Nueva Libertad de Pukani* são banhadas pelo rio Pucani. Conforme dados de campo (2003), em Pucani existem 22 famílias, 190 pessoas, 15 residências. O chefe comunitário é Bernardino. *Nueva Libertad de Pukani* possui 20 famílias, 180 pessoas, 15 casas. A chefe comunitária é Rosário Elizabety.

As duas etnias usam o sistema de roça e queima nas suas roças de mandioca, banana, mamão, milho, feijão, arroz, amendoim, cacau, café, batata doce, inhame, cará, pimenta doce e picante, jenipapo, urucum e frutíferas como laranja, abiu, melancia, mamão, abacate, manga, ingá, goiaba, graviola, fruta pão. Poucos cultivam algodão. Milho, café, feijão, arroz, amendoim, melancia, mamão são destinados à comercialização. As roças são cultivadas,

⁹ Em Asháninka: *saventarotsa*

¹⁰ Em Asháninka: *irariki*

principalmente pelas mulheres, individualmente ou em grupos; os homens estão ocupados na tarefa de patrulheiros e nos contatos externos.

Na pesca se utiliza anzol, tarrafa, redes de malha e armadilhas; quando precisam de produtos para uma festa ou venda, usam pesticidas naturais. Os peixes mais comuns são: acará bodó, bagre, pacu (*Colossoma marcopomum*), curimatã, piranha e arraia (*Potamotrygon hystrix*). Próximo às casas, existe currais improvisados para animais domésticos: patos, galinhas e porcos. Os mesmo são vendidos ao albergue para alimentação dos visitantes ou trocados com os regatões. Os Yine tem pequenos pastos com criação de gado zebu e fazem extração de madeira (cedro, caoba, virola) para venda. A dieta alimentar é composta de mandioca, banana, peixe, carne de caça, macarrão, atum em conserva, feijão e frutas silvestres. Embora a caça esteja proibida por questões de seguridade, notou-se o consumo de carne de caça nas duas aldeias.

Tanto em Pucani (foto 11) quanto em *Nueva Libertad de Pukani* (foto 12) as moradias têm pilares de cedro, *pona* e buritirana, pisos de fibras da pupuheira brava (*Bactris microcarpa*) e de paxiúba; as paredes de bambu, os telhados de palha *toquilla* e do gênero *Genoma*.



Foto 11- Casa Asháninka
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 12 - Casa Yine-Piro
Fonte: Azevedo, 2003

As mulheres acumulam tarefas entre os cultivos, lides domésticas e *mingas* (trabalhos coletivos nas roças, escolas, posto de saúde e sedes das associações). Ademais, confeccionam esteiras, abanos, esteiras, cestos da palma de buriti, cerâmicas e bolsas de fio de algodão ou

fibras de tucum. Nas duas comunidades existem bombas de água perto das escolas, construídas (1997-1999) e doadas por uma Missão Evangélica Em Pucani, há um posto de saúde de madeira e telhado de palha, com um promotor de saúde Asháninka; seu salário se faz através de produtos. Os medicamentos foram comprados com ganhos advindos das atividades de ecoturismo.

Em *Nueva Libertad de Pukani*, construído por missionários, o posto é maior, em tijolo e cimento e com um sortimento maior de medicamentos. O promotor de saúde recebeu treinamento e é empregado municipal. Dentre as doenças mais correntes estão: diarreia, malária, anemia, gripe, urticária, parasitos intestinais, enfermidades dos órgãos femininos e desnutrição calórica-proteica.

Nos dias atuais não usam plantas medicinais, desconhecem grande parte delas. Cada comunidade tem uma parteira. O “*shiripiari*” (em Asháninka: curandeiro) responsável pelo rito de “*kamalapi*” (em Yine-Piro: *ayahuasca*) vive longe, a 4 horas de barco das comunidades. Dificilmente, o mesmo é consultado pelos moradores de ambas aldeias.

Em Pucani, a Escola Centro Pucani é bilíngüe, de 1ª a 4ª séries (fotos 15 e 16), possui dois professores: Miqueas Gómez, Asháninka e Bety Juez, mestiça, empregados públicos municipais, percebendo salário mensal de (\$ 900 soles = R\$ 900). Em *Nueva Libertad de Pukani* há uma Escola de 1º grau, com dois professores; outra, de 2º grau, com seis professores, mestiços de Atalaya. Os professores recebem salário igual ao de Pucani. Apoiada nas visões de Terrones (2002) e dos professores, a educação recebida pelos indígenas é insuficiente em qualidade e forma, devido a uma série de fatores: falta de pessoal capacitado, ausência de material escolar apropriado às etnias, ausência quase constante dos professores para reuniões e compras em Atalaya e um professor para séries diferentes no mesmo período.



Foto 13- Escola Secundária Libertad
Fonte: Azevedo, 2003

Foto 14- Escola. Fundamental Libertad
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 15 - Atual Escola Pucani
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 16 - Ex-escola Pucani
Fonte: Azevedo, 2003

Nas duas aldeias há geradores de luz, em Pucani foi comprado com o ganho das atividades de turismo. Em Nueva Libertad de Pukani foi doado por uma missão. Os geradores só trabalham em dias de festas ou quando há grupo de visitas, porém por um breve período de tempo (2 horas por dia). As comunicações são feitas pelos rádios a transistores nas duas aldeias.

Pucani possui dois barcos equipados com motor. *Nueva Libertad de Pukani* dois barcos a motor. Em Pucani, o professor Miqueas tem em sua casa uma pequena venda de doces, caramelos, chicletes e bolachas. Em *Nueva Libertad de Pukani*, uma irmã de Elizabety tem uma

pequena tenda com a venda de pilha, açúcar, café, óleo, doce, bolacha, arroz, macarrão, azeite, refrigerante e aguardente.

As manifestações culturais celebram Carnaval, Natal, Final de Ano, Dias das Mães e dos Pais e torneios de futebol; os últimos se constituem na atividade cultural principal de quase todos os habitantes.

Devido às inúmeras tarefas ocupadas pelos homens das etnias Asháninka e Yine-Piro, as mulheres acabaram por se encarregar das principais atividades produtivas e domésticas. Contudo, longe de ter um maior *status*, a extensão do trabalho feminino no âmbito produtivo corre o risco de passar despercebida, porque na maioria dos casos este tem somente um valor de uso e não valor de câmbio (HEISE, LANDEO, BANT, 1999). A situação muda no grupo Yine, aonde a mulher ocupa lugar central, no mesmo patamar do homem. Mesmo com papéis diferentes, as mulheres Asháninka e Yine-Piro continuam sendo o elemento mais estável e conservador da sociedade: cabem-lhe a conservação da cultura e os costumes tradicionais.

2.1.3.4 Pucani

Em 2004, a implantação e operação da infraestrutura de Pucani foi por intermédio de doação de USD\$ 10mil da *Tropical Nature*, captados pela Ong Peru Verde, parceira da *Tropical Nature* em programas de conservação e ecoturismo na Amazônia peruana. Desde 2002, Pucani é gerenciado pelos dois chefes comunitários Bernardino (Pucani) e Rosário Elizabety (*Nueva Libertad de Pukani*), em parceria com Peru Verde. A infraestrutura turística é formada por (3) cabanas em madeira e palha, sendo (2) destinadas ao dormitório e (1) ao comedor-cozinha.

Uma visita típica com a duração de 7 dias, ao preço de USD\$ 35/dia por pessoa, (passagem aérea de USD 50 ida/volta ao encargo do passageiro), consta de transporte fluvial e terrestre, alojamento, alimentação e dos seguintes atrativos: banhos no rio Pucani, visita à *Nueva*

Libertad de Pukani, oficina de artesanato, partida de futebol com as crianças, participação em uma *minga*, ida à *colpa*¹¹ de araras, periquitos e papagaios e passeio etnobotânico. As atrações requerem de médio a grande esforço físico.

A oferta ecoturística se destina aos turistas internacionais depois de sua visita a Cusco, Macchu Picchu, dentre outros. Combina usufruto de paisagens amazônicas, em sua maioria, ambientes de várzeas, recursos históricos e culturais, poucas atrações baseadas nos modos de produção e reprodução das etnias e ênfase na observação de animais.

2.1.4 ESE'EJA – RIO *HEATH-SONENE* -TAMPOPATA

2.1.4.1 Tambopata, Amazônia, Indígenas e Turismo

A maioria dos Ese'Eja se encontra assentada nas várias comunidades dos rios Tambopata, *Heath*, Madre de Díos (Peru) e Beni (Bolívia). A região de Madre de Díos está localizada na parte sul oriental do Peru, compreende os estados de Tambopata (várzea), Tahuamanu (selva alta) e Manu (montanhas), tendo como principal meio hidrológico o rio Madre de Díos.

Alexíades e Peluso (2003) afirmam que a Lei de Comunidades Nativas e o Sistema Nacional de Mobilização Social (SINAMOS) contribuiu para agrupar os Ese'Eja em territórios definidos e demarcados e atraiu nas últimas décadas serviços estatais como escolas, postos de saúde e novos mecanismos formais de comunicação e organização. Mesmo com a oferta dos serviços estatais, os Ese'Eja enfrentam problemas de educação bilíngüe incipiente, fuga escolar da maioria das mulheres, pobreza extrema, migração dos jovens às cidades, predomínio das atividades de extrativistas e compartilhamento de territórios com colonos.

¹¹ local argiloso, às margens de um rio, com reservas naturais de sais minerais que ajudam a liberar as toxinas das frutas verdes consumidas pelas aves; no Equador, o termo mais utilizado é *saladero*

Os Ese'Eja de *Sonene* (em ese'eja: quebrada) estão situados no rio *Heath*, estado de Tambopata, região de Madre de Díos. O local se encontra na área de influência de três unidades de conservação, Reserva Nacional de Tambopata (1 073 998 has.), Parque Nacional de Nacional *Bahuaaja-Sonene-Peru* (1 091 416 has.) e Parque Nacional *Maddi*-Bolívia.

2.1.4.2 Historia

Segundo Alexíades e Peluso (2003), durante os séculos XVIII e XIX no rio Madre de Díos ocorreram rotas comerciais objetivando a extração das cascas de quinina empregada mundialmente ao tratamento de malária. Na metade do século XIX, alguns Ese'Eja se instalaram ao largo do baixo rio Madre de Díos, ficando ali, até a violenta incursão dos exploradores de borracha na zona. O descobrimento do Istmo de Fitzcarrald, em 1884, marcou a abertura do rio Madre de Díos à economia do mercado internacional. Com o colapso da borracha, Madre de Díos entra num período de declínio econômico e demográfico. Com isto, a extração da castanha do Brasil e a caça de animais silvestres passam a ser as principais atividades econômicas da região.

Em 1943, os Ese'Eja decidiram se assentar nas barracas e missões, tendo como resultado uma série de epidemias, resultando na dizimação de grande parte dos indígenas. Com isto, os indígenas resolver abandonar as missões e começam a efetivar repetidos deslocamentos de retorno às cabeceiras dos rios. Em 1965, a abertura da estrada Cusco-Porto Maldonado abre as portas de Madre de Díos à mineração e à exploração de madeira, com importantes repercussões culturais e ambientais regionais, produzindo uma série de conflitos entre os povos indígenas e colonos sobre os o acesso e uso de recursos naturais (GRAY, 1996).

A carência de vias de comunicação direta com o resto dos rios amazônicos proporcionou um isolamento geográfico ao departamento de Madre de Díos por um período prolongado, tal

fato contribuiu à conservação de seu potencial biológico. Nos anos 80, os indígenas começam a se organizar em torno de associações e federações, surgindo, então, a Federação Indígena do Rio Madre de Díos (FENAMAD).

Neste período, os Ese'Eja recebem biólogos e antropólogos interessados na organização social e na possibilidade de exploração do ecoturismo na região de Madre de Díos e estados de Tambopata, como fonte de desenvolvimento sustentável. Conforme Alexíades e Peluso (2003) em 1991, este contato criou um novo marco de relações interétnicas entre as populações indígenas e as entidades governamentais e Ong's nacionais e internacionais.

Começaram a chegar as primeiras equipes de ambientalistas que com apoio de FENAMAD iniciam um processo de obtenção de financiamentos junto aos organismos internacionais para desenvolverem programas de conservação da biodiversidade. Os programas se destinavam à proteção da grande diversidade biológica da região da Zona Reservada Tambopata Candamo e do Parque Nacional *Bahauja* Sonene com pisos ecológicos que variam entre 250 e 3 300 mm sobre o nível do mar, em uma vasta área de bosques tropicais que pouca intervenção humana.

Nos anos 90, através destes programas se iniciou a construção de *lodges* através de parcerias entre *Rainforest Expeditions*, empresários peruanos e comunidades indígenas para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo com ênfase na observação de animais. Com isso se implanta vários empreendimentos, dentre eles Pousada Amazonas, *Sandoval Lake*, HRWC e *Pampas del Heath*. Atualmente, uma média de 40 a 50 turistas chega diariamente a Porto Maldonado, embarcando e seguindo pelo rio Tambopata para usufruir dos atrativos dos *lodges* (PROMPERU, 2003).

2.1.4.3 Características da comunidade Ese'Eja-Sonene: uso atual, potencial dos recursos naturais

A superfície total do território *Sonene* é de 3.588 has, 400 do quais são ocupados por HRWC. Trata-se de ambientes de terra firme e, principalmente, de várzeas, correspondendo às zonas de vida de bosque úmido tropical e bosque fluvial montano baixo (HOLDRICHE, 1967). Nestas, se encontram cedro, caoba e tornillo. As terras foram compradas dos antigos colonos e tituladas em 1986. Conforme dados de campo (2003) a *Sonene* possui 22 famílias (16 de colonos e 06 indígenas), perfazendo um total de 124 pessoas. As 24 moradias, em madeira (cedro, pupuheira), têm teto de palha (*Astrocaryum*, *Genoma* sp. e *Bactris*), paredes de bambu, piso de paxiúba (foto17). A maioria das casas não possui banheiros. Aproximadamente 18 casas têm luz elétrica gerada por painéis solares (foto 18) comprados mediante financiamento do Governo.



Foto 17: Casa Ese'Eja
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 18 - Casa Ese'Eja e painel solar
Fonte: Azevedo, 2003

Cada família cultiva um “*chaco*” (em ese'eja: roça) entre (1) a (2) hectares por família, se destacando os cultivos de mandioca, arroz, milho, pimenta picante, banana, melancia, laranja, mamão. Arroz, mamão, melancia, laranja, milho, melancia são comercializados em Porto Maldonado.

Atualmente, a principal proteína consumida é dos peixes curimatã, pacu, junto com o consumo de mandioca, banana, macarrão e atum em lata. Na pesca usam redes, anzóis e linhas e venenos. A coleta é de frutos de buriti, bacaba, larvas comestíveis (em ese'eja: *soso*), mel de abelha (em ese'eja; *wini*), cogumelos (em ese'eja: hi), ovos de aves e de tartaruga (em ese'eja: *ejá*).

A extração de madeira (mogno peruano, cedro, macacaúba e virola) se efetua mediante permissão do Ministério da Agricultura (N. 086-87-DFPN) para subsistência e fins comerciais para um total de 105.000 árvores por ano.

Na comunidade há um posto de saúde (foto 19), com agente sanitário, os medicamentos são doados pelo governo, mas vendidos à comunidade. As enfermidades se relacionam com: anemia, malária, gripe, desnutrição, urticárias, picadas de cobra, inflamações nas gengivas, parasitoses, doenças dos órgãos femininos, tuberculose e desnutrição. Os indígenas não fazem uso de plantas medicinais.

Em *Sonene*, há duas Escolas (foto 20) não-indígenas 1ª a 4ª séries, com dois professores não-indígenas e originários de Porto Maldonado; estes percebem um salário de R\$ 900 do município. Os principais problemas de ensino são: número reduzido de professores, ausência de livros no idioma Ese'Eja e evasão das crianças na época do plantio e colheita.



Foto 19: Posto Saúde
Fonte: Azevedo, 2003

Foto 20- Escola Fundamental
Fonte: Azevedo

A comunidade já tem um regular nível de e depredação dos ecossistemas, muitas latas de conservas, de óleo são encontradas perto das hortas, das casas e das escolas. Quanto ao artesanato, praticamente, há uma idosa que se encarrega dá confecção de chapéus de *palmiche* para vender em Porto Maldonado. As principais fontes de renda dos Ese'Eja são a venda de madeira, coleta da castanha do Brasil (ouriço e amêndoa), venda de carne e pele de animais silvestres, peixes lisos e ovos de tartaruga.

Desde sua origem, em 1986, *Sonene* tem um conflito social aberto entre os Ese'Eja e os colonos por diferenças importantes, tanto em âmbito econômico quanto no sociocultural. Esta situação em particular foi analisada em relação à Pousada Amazonas, com a comunidade Ese'Eja de *Infierno Verde*, por Ugarte (2000).

De modo similar, os Ee'Eja de *Sonene* aceitaram compartilhar as terras e sua titulação com os colonos que viviam ali há alguns anos, porque foram convencidos pelos funcionários estatais de que esta era a única forma de conseguir a titulação das terras. Contudo, existe um conflito latente com tendências a se agravar, pois as condições econômicas e sociais dos colonos continuam a ser superiores às dos indígenas, mesmo com a implantação do *lodge*.

Os problemas se refletem no albergue, cujas atividades não têm ajudado a melhorar a coesão da comunidade para fortalecer os mecanismos internos de participação e tomada de decisão.

2.1.4.4 Heath River Wildlife Center -HRWC

A implantação e operação do HRWC se realizaram através do investimento (empréstimo) de USD\$ 140mil do Programa de Desenvolvimento Sustentável da *Rainforest*

Action Network, captados pelas operadoras de ecoturismo privadas *Rainforest Expeditions* e *Jungle Lodge*. Desde 2002, a iniciativa é gerenciada pela Empresa *Comunal Indian Lodge*, junto com seus sócios *Rainforest Expeditions* e *Jungle Lodge*. A infraestrutura turística é formada por (6) cabanas com capacidade total para (12) pessoas, feitas em adobe, madeira e palha, um restaurante, alojamento para empregados, casa administrativa e áreas de lavanderia, geração de energia e manutenção.

Uma visita típica com duração de 4 dias/3 noites tem o preço estipulado em R\$ 1.520/pessoa, com oferta de transporte terrestre e fluvial, alimentação, hospedagem e atrativos como caminhadas e passeios etnobotânicos, visita à aldeia *Sonene*, passeio de bote, ida às diversas *colpas* da região para observação de araras, periquitos e papagaios, observação noturna do *tapir* (anta) e visita a uma das unidades de conservação.

A oferta ecoturística se aproveita principalmente do fluxo de visitantes de Cusco e Cusco (*Macchu Picchu*), Nazca, Puno, norte de Trujillo e *Chachapoya* (Templo *Kuelap*); em menores proporções, atinge o mercado nacional.

HRWC oferece recursos naturais de áreas subandinas e amazônicas, com relativa facilidade de acesso por vias aérea e fluvial com ênfase na observação de animais, especificamente de aves numa infraestrutura cômoda e semi-luxuosa.

2.2 AUDITORIA DO AMBIENTE DE *MARKETING*

2.2.1 Análise das Tendências do Macroambiente: fatores externos

O Relatório *Popcorn* (1992) define tendência como uma direção ou seqüência de eventos que ocorre em algum momento, promete durabilidade e tem longevidade. Dezesesseis (16) tendências irão influenciar o mercado, sua segmentação no atendimento das necessidades e na satisfação das expectativas dos mais variados clientes, turistas ou não.

Escolheu-se quatro por considerá-las mais pertinentes à questão entre mercado de ecoturismo e seus consumidores: **1 Retorno às origens e fuga da rotina:** escape de lugares estressantes passar as férias em lugares com muito “verde”, longínquos, com pessoas e costumes exóticos; **2 Salve o Social:** o social é motivo para tornar as comunidades mais responsáveis ambientalmente e socialmente; **3 Consumidores individuais:** produtos diferenciados, singulares, individualizados, mesmo pagando um preço alto para consumi-los; **4 Retardamento do envelhecimento:** os “*baby boomers*” (nascidos no *boom* pós-guerra, entre 1946 e 1964) significa uma tendência demográfica importante ao lazer e ao turismo.

Em função do exposto, as empresas de turismo devem pesquisar e colocar aos clientes-turistas produtos/serviços como respostas às seis grandes tendências: demográficas, econômicas, naturais, tecnológicas, políticas e sócio-culturais.

2.2.1.1 Tendência Demográfica

Conforme Kotler (1996), nesta tendência, as pessoas representam os mercados. As características para segmentar esta tendência são: crescimento populacional, composto etário, composição étnica e racial, níveis dos grupos educacionais, padrões de moradia, mudanças geográficas da população e fragmentação do mercado de massa em micro-mercados. Esta última respalda os motivos que levam as pessoas a viajar e/ou escolherem determinados lugares, nos motivos influenciadores de compra dos pacotes turísticos.

2.2.2.2 Tendência Econômica

Na perspectiva de Horner e Swarbrooke (2002), as tendências econômicas correspondem aos fatores que afetam o poder de compra e aos padrões de gastos dos consumidores. Encurtamento das distâncias, velocidade das informações e as novas tecnologias viabilizaram o turismo como um das maiores indústria do mundo. Diante disso, o turismo e o ecoturismo assumem noções de serem estratégias de desenvolvimento para países com renda *per capita* menor, distribuição desigual de riquezas, elevados índices de desemprego e subemprego, baixos níveis de industrialização, grande dependência da agricultura e da exportação de produtos primários, mas com atrativos naturais “quase intocados”, além de populações indígenas.

2. 2.2.3 Tendência Ambiente Natural

Para MacKercher (2002) corresponde às perspectivas de defender a conservação de ecossistemas, tornando as pessoas mais conscientes nos cuidado dos recursos naturais. Hoje, o ecoturismo pode compor um “nicho” de mercado da indústria do turismo. Entende-se por “nicho” um grupo menor, com necessidades claramente estabelecidas e que está à procura de

uma combinação especial de benefícios (KOTLER, 1996). Para satisfazer esse conjunto de expectativas, os interessados pagarão um preço especial, considerado até proibitivo para os consumidores do turismo convencional.

2.2.2.4 Tendência Tecnológica

Na ótica de Horner e Swarbrooke (2002), no turismo, a televisão a cabo, transmissores via satélite, imagens instantâneas, digitalização da radiodifusão, sistemas de reservas computadorizadas, vendas mais diretas, mais exposição à mídia proporcionaram meios nos quais os viajantes planejam seus destinos com mais rapidez e diretamente com os responsáveis. Além disso, os *sites* viabilizam informações na ausência de agência emissiva, no caso dos projetos de ecoturismo visitados.

2.2.2.5 Tendência Política

Para a WWF (2003) e a OMT (2004) estratégias devem ser adotadas pelas políticas governamentais visando diminuir os problemas ambientais provocados pelo turismo: legislação, regulamentação, controle, coordenação de políticas e programas, infraestrutura, incentivos e planejamento com os residentes. Caso, o país tenha uma política voltada ao turismo e ao ecoturismo, as atividades desenvolvidas neste país terão mais credibilidade, podendo gerar mais renda e benefícios aos residentes do referido país.

2.2.2.6 Tendência Sociocultural

Segundo Kotler (1995) existem cinco abordagens consagradas ao desenvolvimento: econômico, comunitário, *design*, planejamento (infraestrutura) e planejamento estratégico de

marketing. No ecoturismo o desenvolvimento comunitário procura focar: valorização sociocultural; capacitação; proteção ao patrimônio histórico e cultural; fortalecimento de associações de classe, incentivo às manifestações culturais e à valorização de produtos locais.

Por outro lado, Kotler (1995, p. 78) afirma que o desenvolvimento comunitário não pode servir como única solução para melhorar a viabilidade e atratividade de um local. Tal razão se deve a três motivos: primeiro, o local pode não ter recursos necessários para realizar os planos de investimento; segundo, as verbas podem ser motivos de rixas entre os diversos grupos da população; por último, o desenvolvimento comunitário deve se basear num raciocínio de dentro para fora, de vez de fora para dentro.

2.3 O AMBIENTE DE *MARKETING*: FATORES INTERNOS

2.3.1 Produto Básico e Ampliado, Oferta agregada; Serviços

Pela sua natureza, segundo Beni (2000), McKercher (2002), Swarbrooke e Horner (2002) o produto turístico é complexo e apresenta elementos tangíveis (leitos, alimentação); intangíveis (serviços de entrega, ou seja, a realização dos sonhos); experiência integral (antecipação, consumo e memória).

Para Middleton (2002), a oferta original turística corresponde ao conjunto de equipamentos, bens, serviços de alojamento, de alimentação, de recreação, de caráter artístico, cultural e social ou de outros tipos. No ecoturismo, a oferta original é determinada pelo conjunto de recursos naturais porque são eles que provocam a afluência dos turistas. Na oferta ampliada, agregam-se os serviços facilitadores e adicionais produzidos para dar mais consistência ampla, diferencial e competitiva ao seu consumo. Incluem-se, também, bom atendimento, confiabilidade, credibilidade, solução de problemas, acesso e comunicação. Num pacote

ecoturístico, esses serviços se traduzem em paisagens não depredadas e animais para serem observados.

Já que turismo é intrinsecamente serviço, faremos um paralelo entre as características do turismo e as de serviços, tendo como base as visões de Grönroos (1995) e Middleton (2002):

- a) intangível: no turismo, a característica de *intangibilidade* é explicada especialmente por um conceito de **abstrato**: o produto não pode ser tocado ou avaliado facilmente no ponto de venda antes do consumo. Daí sua semelhança, com um elemento mais vendido no turismo: as ilusões e as promessas de férias inesquecíveis;
- b) heterogêneo: o caráter *heterogêneo* do serviço encontra apoio nas ofertas de vários tipos de pacotes turísticos para atender às necessidades e aos desejos de diversos consumidores;
- c) inseparável, produzido e consumido simultaneamente: a *inseparabilidade* respalda-se no fato de que as atividades de turismo só podem ser consumidas nos lugares e espaços destinados e no tempo determinado para isto;
- d) perecível: significa que os pacotes turísticos têm um tempo limitado e não são estocáveis; a *pericibilidade* pode ser traduzida pela sazonalidade;
- e) os clientes participam do processo de produção, pelo menos até certo ponto: os clientes-turistas participam ativamente da produção através do usufruto dos atrativos.

Em síntese, no turismo, os sonhos de uma viagem ecoturística são entregues e consumidos nos destinos escolhidos. Quando os desejos adquirem o valor de “sonhos realizados”, tornam-se relevantes elementos a uma oferta agregada.

2.3.2 Qualidade no produto/serviço turístico

A partir dos contextos de McKercher (2002) e Swarbrooke e Horner (2002) o mercado do ecoturismo não é unificado: sua heterogeneidade de interesses e necessidades sofre influência dos estilos de vida e de modismos. No ecoturismo, os clientes querem experiências

únicas, feitas sob medida para satisfazer seus gostos, mesmo pagando um preço diferenciado e mais alto, porque acreditam que este preço é resultado de benefícios tornados tangível a eles e às populações envolvidas.

2.3.3 Diferenciação e Posicionamento

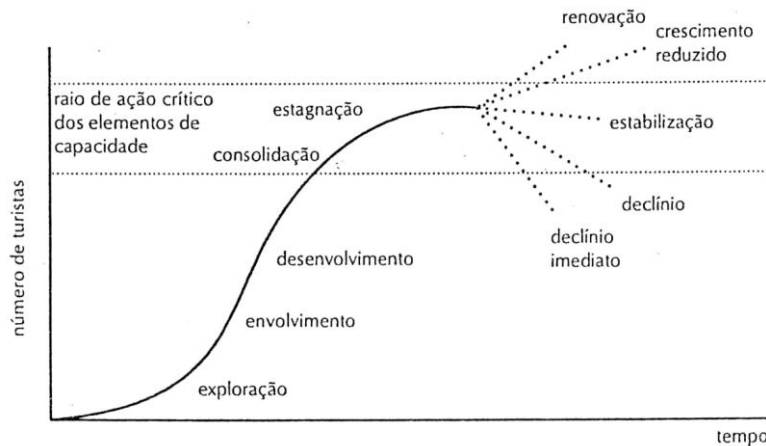
Para Kotler e Armstrong (1996) uma estratégia de posicionamento corresponde ao ato de desenvolver a oferta e a imagem da empresa, de forma a ocupar um lugar distinto e valorizado nas mentes dos consumidores. O correto posicionamento de um produto se traduzirá em seu reconhecimento pelo consumidor como distinto e único, principalmente, pela imagem e pela marca turística. Por outro lado, a imagem de um local é a soma das crenças, das idéias e impressões que as pessoas têm do local.

No turismo, a imagem e a marca representam a “promessa” da entrega de um conjunto de atrativos, benefícios e serviços aos consumidores. O produto ecoturístico se caracteriza especialmente por ser uma “promessa” de usufruto de paisagens, recursos históricos e culturais. A visibilidade da “promessa” deverá vir embutida de sua própria mitologia de imagens, símbolos e sensações associados através da marca turística para reforçar prestígio, conservação e singularidade. Somente Napo Galeras e Napo Wildlife Center possuem marcas turísticas desenhando suas identidades.

2.3.4 Nível de maturação do produto

A tese foi sugerida por Butler (1980) em seu modelo do “ciclo de vida de uma região turística”, apresentado por quatro estágios do ciclo de vida do produto e o ciclo de vida da região turística. O modelo está ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Ciclo de Evolução de uma região turística



Fonte: Butler (1980)

O modelo de Butler tem efeitos relevantes no turismo sustentável, especialmente porque indica em cada estágio do ciclo implicações positivas e negativas. Ao mesmo tempo, o ciclo de vida de uma região turística mostra que os complexos turísticos podem declinar, constituindo-se assim, numa ameaça à idéia de sustentabilidade, produzindo fatores como: diminuição da renda e redução de empregos; subutilização da infraestrutura, subutilização ou até mesmo o abandono dos edifícios; desmoralização da população local.

Um outro modelo chamado de *Irridex* foi desenvolvido por Doxey (1976). Este modelo é usado por cientistas sociais para explicar os impactos sociais do turismo, focalizando as diversas escalas de sentimentos experimentados pelos residentes ao lidar com turistas. Eis o modelo:

- a) **Fase da euforia:** as pessoas ficam entusiasmadas e emocionadas; acolhem os estrangeiros, existe um sentimento mútuo de satisfação; há oportunidades de trabalho para a população local e o dinheiro flui paralelamente à chegada dos turistas;

- b) Fase da apatia:** o fluxo de turistas vai se expandindo e a população local começa a considerar a presença dos turistas como um fato consumado; o contato pessoal começa a ficar mais formal;
- c) Fase da irritação:** o turismo no local está se aproximando do ponto de saturação ou, quando há extrapolação da capacidade de carga;
- d) Fase do antagonismo:** os residentes vêem os turistas como a causa de todos os males e são duramente criticados;
- e) Fase final:** as pessoas esquecem o fato de que o que antes valorizavam no início era exatamente o que atraía aos turistas; se a destinação for suficientemente grande para agüentar o turismo de massa, ela continuará prosperando.

2.3.5 Demanda; Mercado

A demanda e o mercado no turismo de acordo com Beni (2001) e McKercher (2002) é uma composição de bens e serviços, complementares entre si. O mercado de ecoturismo procura se fixar mais na oferta, no sentido de fixar uma capacidade de carga para ecossistemas frágeis, contudo dois problemas afetam a demanda para tais destinos: por ser um produto quase de modismo, poderá deixar uma destinação com uma massa de turistas ou deixá-la vazia por motivos políticos, de moda e de preços. Outro prejuízo à oferta é a sazonalidade, caracterizada pela concentração de turistas em certas localidades, em determinadas épocas do ano e por sua ausência quase total nas outras. Nos ecodestinos da maioria dos países tropicais, a sazonalidade é caracterizada, principalmente, pela estação chuvosa.

2.3.6 Segmentação de mercado

Para Middleton (2002) segmentar é viabilizar uma atividade de *marketing* mais rentável por meio do desenvolvimento, da promoção e da distribuição de produtos visando ao atendimento das necessidades dos grupos-alvos. Na segmentação de mercado, se utilizam características do consumidor e as respostas dos consumidores. Nas características do consumidor, são usadas informações geográficas, demográficas e psicográficas. Nas respostas, são examinados benefícios percebidos, ocasiões de uso e marcas. As empresas de turismo e de ecoturismo devem procurar uma combinação de todas as segmentações para atingir um nível de satisfação otimizado para os consumidores-turistas e ecoturistas.

2.3.7 Fluxo

De acordo com a WWF (2003), para americanos e canadenses, o Brasil era, em 1998, o terceiro destino de preferência, segundo dados sobre turismo na América Latina e suas principais fontes de pesquisa para o planejamento da viagem foram informações prestadas por amigos (60%), agências de viagem (57%), Internet (47%) guias turísticos (36%).

De acordo com a EMBRATUR (2000) são os parques nacionais eles os primeiros destinos ecoturísticos buscados pelos fluxos nacionais e, principalmente, pelos internacionais. A entrada de turistas no Brasil, em 2000 foi de 5,3 milhões, tendo 14% deles, considerado o ecoturismo como fator decisório da visita. Destes, o Amazonas – considerado pelo Ministério do Meio Ambiente, desde 1996, como Estado de Referência para o Ecoturismo – recebeu, 27 mil e o Mato Grosso do Sul, 121 mil. Em 2001, o Brasil recebeu 4,8 milhões de turistas, ficando o Amazonas com 28 mil e, o Mato Grosso do Sul com 108 mil. Apesar do percentual de pessoas

que vieram fazer ecoturismo no ano de 2000 ter sido de 14%, em 2001 teve-se um decréscimo, ficando em torno de 13,2% o total de ecoturistas (EMBRATUR, 2002). Em 2002, 67.591; em 2003, o fluxo ficou em aproximadamente 4,1 milhões de turistas estrangeiros, um aumento de 8,52% em relação a 2002 (ANUÁRIOS EMBRATUR, 2001, 2002, 2003).

Referidas cifras favorecem o otimismo do 2º Boletim de Desempenho Econômico do Turismo divulgado em maio de 2004, quando aponta que o desembarque internacional no Brasil passou de 1,28 milhão, no primeiro semestre de 2003, para 1,51 milhão, no primeiro semestre de 2004, portanto um aumento de 17,51%.

Na Amazônia, área aonde se concentra a maior parte das Unidades de Conservação, consideradas pela Embratur como ecodestinos, os números decrescem gradativamente nos estados potenciais ao ecoturismo: Amazonas e Mato Grosso do Sul. Por sua vez, indicadores da Empresa Amazonense de Turismo (AMAZONASTUR, 2003) demonstram que o número de visitantes dos hotéis de selva, diminuiu consideravelmente: em 2001, 36.635, em 2002, 25.413, em 2003, 16.452.

Um dos maiores empecilhos à expansão dessa atividade tanto no Amazonas quanto no Mato Grosso do Sul é o custo, nem sempre proporcional à qualidade dos equipamentos e serviços. Tudo é muito dispendioso, da passagem aérea ao meio de hospedagem, elementos apontados como os grandes obstáculos ao desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, especialmente para os brasileiros, com moeda de menor valor no mercado.

2.3.8 Marketing

Conforme Beni (2001); Kotler; Bowen; Mean (2003); Swarbrooke e Horner (2002) o *marketing* turístico compreende a descoberta do produto turístico desejado (pesquisa de mercado), o desenvolvimento de serviços adequados (planejamento do produto), atribuição do

valor (preço), a informação aos turistas sobre as disponibilidades (promoção) e a orientação sobre os pontos/locais onde podem comprar os serviços (canais de distribuição).

Nos anos 90, o *ecomarketing* passou a se vincular no *marketing*. Entendido a partir das concepções de Jöhr (1994), Kotler e Zaltman (1971), Silveira (1998) o mesmo se manifestou através do interesse e da busca de alternativas eficazes na defesa da conservação do meio ambiente. Em resumo, a interface do ecoturismo com o *ecomarketing* deve buscar a conservação, geração de renda e envolvimento direto dos locais.

2.3.9 Comportamento do consumidor; motivações; necessidades; interesses

Para Middleton (2002, p. 63) a motivação se origina nas atitudes, vistas como um subconjunto de uma visão mais ampla e um enorme consenso sobre a qualidade de vida desejada e como conseguiu-la. A pesquisa motivacional identificou os fatores “empurrão” e “puxão”, como peças fundamentais na motivação dos turistas. O fator “empurrão” é interno ao indivíduo e estabelece o desejo pela viagem. O mesmo se relaciona com fuga do ambiente mundano, relaxamento, prestígio, intensificação dos relacionamentos afins. O fator “puxão” origina-se a partir do local de destino e justifica a escolha do destino, se relacionado com novidade e educação.

Epler Wood (2004) indica que o maior interesse dos ecoturistas quando viajam a países em desenvolvimento é ver a natureza silvestre, subir montanhas, fazer caminhadas etnobotânicas, visitar parques e, por último, a cultura. Enfatiza, que grande maioria de ecoviajantes quer se conectar à natureza. Nesse sentido, as tradições culturais têm sido eclipsadas pelo usufruto de paisagens, observação de animais. Sumarizando, as culturas indígenas não se constituem no principal motivo de “puxão”, no ecoturismo, a ênfase é a vida silvestre.

As motivações se interligam a pirâmide hierárquica de necessidades desenvolvida por Maslow (1954), agrupadas em cinco níveis: a) fisiológico: fome, sede, proteção, sexo; b) segurança: proteção contra danos físicos e emocionais; c) social: afeição, socialização, aceitação, amizade; d) estima: interna (auto-respeito, autonomia, realização) e externa: *status*, reconhecimento, atenção; e) realização pessoal. Quando relacionados ao turismo, as pessoas têm motivações ou desejos por recreação, lazer, marcas específicas e produtos diferenciados.

Em síntese, uma reduzida carga de suporte, a probabilidade de mínimos impactos ambientais, o interesse pela vida silvestre, a geração de divisas e investimentos à infraestrutura, oferecimento de ofertas singulares e retorno financeiro significativo redefinem, moldando papéis e regras aos ecoturistas, ao governo, às operadoras de ecoturismo, às comunidades conforme seus interesses (Quadros 1, 2, 3 e 4).

Quadro 1 - Interesses e Ameaças referentes aos ecoturistas

Interesses	Ameaças
Paisagens naturais 'intocadas' e não-depredadas	Paisagens depredadas
Infraestrutura adequada à tradição local	Infraestrutura não-adequada
Guias experientes, locais, bilíngües	Guias não-experientes e não-locais
Luxo "rude"	Luxo e escassez excessiva
Financiamentos flexíveis	Financiamentos rígidos
Relativa interação com a comunidade	Pouco tempo de interação com a comunidade
Experiências exóticas	Mesmices
Aprendizagem/costumes referentes cultura local	Shows folclóricos para inglês ver
Grau de esforço físico compatível com as atividades	Esforço físico inadequado
Trilhas interpretativas	Ausência de sinalização
Preços justos	Preços exorbitantes
Informações objetivas, claras, detalhadas sobre o destino de interesse	Informações confusas e conflitantes
Distribuição, ponto acessível	Má distribuição e pontos inacessíveis
Publicidade na internet	Ausência de publicidade
Contato direto com as empresas/operadoras	Intermediários

Fonte: adaptado de: Brandon (1999); Pérez de las Heras (1999); Swarbrooke (2000a); Wearing; Neil (2000)

Quadro 2 - Interesses e Ameaças referentes ao governo

Interesses	Ameaças
Fonte de divisas	Fuga de divisas
Aumento do Produto Interno Bruto	Não incremento do PIB
Infraestrutura: aeroportos, rodovias, estradas, hotéis	Ausência serviços essenciais.
Uma atividade à geração de renda/emprego	Afastamento das atividades produtivas
Mais investimentos organismos internacionais	Investimentos precários/temporários
Sistema integrado de legislação, regulamentos	Ausência de mecanismos reguladores
Diversificação dos empreendimentos turísticos	Poucos empreendimentos

Fonte: adaptado de: Brandon (1999); Pérez de las Heras (1999); Swarbrooke (2000a); Wearing; Neil (2000).

Quadro 3 - Interesses e Ameaças referentes às operadoras de ecoturismo

Interesses	Ameaças
Segurança financeira para os investimentos	Insegurança financeira
Apoio dos governos locais	Não apoio dos governos locais
Paisagens naturais, maior número de atrativos, de ofertas	Menor oferta de atrativos
Retorno significativo sobre o investimento	Retorno não-significativo
Lucros a curto prazo	Lucros x extrapolação de capacidade carga
Aumento no número de ecoturistas	Oferta inadequada à demanda
Infraestrutura já pronta e adequada	Custos altos para investir em infraestrutura
Mão de obra barata e capacitada	Mão de obra não capacitada
Maior poder de decisão e gerenciamento	Interferência lideranças, Ong's, da comunidade
Centralização dos recursos e benefícios	Dividir eqüitativamente os recursos e benefícios
Ofertas diferenciadas	Ofertas não compatível com a demanda

Fonte: adaptado de: Brandon (1999); Pérez de las Heras (1999); Swarbrooke (2000a); Wearing; Neil (2000)

Quadro 4 - Interesses e Ameaças referentes às comunidades

Interesses	Ameaças
Renda e empregos a longo prazo	Empregos temporários; subalternos
Melhoria na qualidade de vida	Nenhuma elevação na qualidade de vida
Educação formal e educação ambiental	Não acesso à educação
Alimentos, água limpa	Fome, água contaminada
Oportunidade/tomada decisões; gerenciamento	Não participação e gerenciamento
Respeito às tradições locais	Estrangeirismos
Desenvolvimento/novos mercados de artesanato	Artesanato padronizado
Saúde	Falta de perspectivas em relação à saúde
Conservação do patrimônio ecológico, cultural	Ambientes poluídos
Respeito ao saber local	Invasão de outras formas de saber
Capacitação	Não capacitação
Parcerias responsáveis	Parcerias irresponsáveis
Diversificação de atividades	Centralizar ecoturismo como tábua de salvação
Privacidade	Invasão de privacidade
Distribuição dos benefícios para todos	Lucros apenas para poucos
Licença para fotos	Desrespeito
Segurança	Aumento da criminalidade; insegurança
Políticas públicas locais adequadas	Ausência de políticas públicas
Fiscalização	Não fiscalização
Projetos e sua implementação	Ausência de projetos e sua implementação
Sistema integrado de planejamento	Ausência de sistema integrado de planejamento
Zoneamento econômico, ecológico	Ausência de zoneamento (altos custos)
Regulamentação	Não regulamentação
Capacidade de carga adequada	Capacidade de carga inadequada

Fonte: adaptado de: Brandon (1999); Pérez de las Heras (1999); Swarbrooke (2000a); Wearing; Neil (2000).

2.3.10 Perfil; Poder de Compra

De acordo com Sociedade Internacional de Ecoturismo (2000), o perfil atual dos ecoturistas se configura da seguinte maneira: **Idade:** entre 35 e 54 anos; **Gênero:** 50% de mulheres; 50% de homens; **Educação:** 82% formação superior; **Modo de viagem:** 60% preferem viajar em dupla; 15% com familiares; 13% sozinhos; **Duração da viagem:** 50% gastam entre 08 a 14 dias; **Gastos:** 26% deles estão preparados para gastar entre USD\$ 1000 e USD\$ 1500; **Elementos da viagem:** vida selvagem; observação de pássaros; aventuras radicais; **Motivações:** vida silvestre; **Destinações:** América Central (Costa Rica e Belize); América do Sul: Equador (Galápagos); no Peru (Cuzco, Macchu Picchu, Nazca e os empreendimentos na Reserva do Manu e Tambopata); no Brasil, (Unidades de Conservação e os Parques Nacionais).

Para Mckercher (2002) há dois mercados com base na natureza: especialistas e generalistas. Os especialistas ou do tipo *hard* estão no grupo dos mais dedicados a experiências promotoras de atividades intensas em lugares longínquos; não esperam acomodações e comida requintada. Este perfil se encontra em dois estudos de caso: Napo Galeras e Pucani.

Os generalistas ou *soft* buscam excursões de curta duração, têm pouco conhecimento sobre a região, em excursões exploram a vida selvagem, porém com o conforto e regalias adequadas. Esta categoria representa uma grande fatia do mercado e está presente em dois estudos de caso: Napo *Wildlife Center* e Heath *Wild Life Center*.

Em 2003 uma investigação de Epler Wood International realizada no Equador e em Galápagos com 24 operadoras turísticas objetivou determinar os interesses ecosociais de seus clientes e como estes influíam na decisão de compra. Os resultados revelaram: apenas 42% têm muita consciência social; 50 % exibem um interesse em relação aos impactos sociais e ambientais. Quase 70% dos clientes das operadoras expressam não ter nenhum interesse nos assuntos ecosociais, ao elegerem um produto.

Para a pesquisa os consumidores são altamente inconsistentes. Embora, promulguem um alto interesse ecosocial para suas férias, não o convertem em ação quando realizam a compra. Por esta razão, os informes sobre a demanda do consumidor ecoturístico nos últimos anos podem não ser tão confiáveis quando se trata do consumidor eleger um produto verde para sua viagem.

Por sua vez, o processo de compra seja de pacote de turismo ou de ecoturismo sofre influência de quatro componentes, denominados de AIDA pelo *marketing*: *atenção*, *interesse*, *desejo* e *ação*. No primeiro estágio, *atenção* sobre o produto, o comprador atenta para características bases do produto, sendo a fase mais desafiante para as operadoras de ecoturismo: o produto somente é consumido a visita.

O segundo estágio é transformar a *atenção* em *interesse*. O consumidor pode fazer comparações: preço, acesso, facilidades, equipamento, modalidades de pagamento. O terceiro passo é estimular o público-alvo a ter *desejo* pelo seu produto, mais do que todos os outros, convencendo-o de que este é o mais apropriado para suas expectativas e desejos. Neste estágio, o *desejo* leva em conta diversos fatores: os benefícios oferecidos pelo produto e, a oferta ampliada de serviços na oferta ecoturística. O último passo é a *ação*, a conclusão da venda. Para se concluir uma venda em ecoturismo é preciso atentar para: os ecodestinos devem ser promovidos e vendidos por seus benefícios e não por suas características-bases, mesmo porque há vários produtos similares.

Nesse sentido, situar o produto ecoturístico sob a perspectiva de *marketing* será uma importante ferramenta estratégica voltada ao gerenciamento num cenário competitivo de turismo e viagens nos dias de hoje.

2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para testar as hipóteses e alcançar os objetivos propostos pelo projeto seguiu-se uma sistematização de processos à análise de dados visando fornecer perspectivas dentro de uma relação mais coerente entre as hipóteses, as categorias e as relações advindas ou não dessa interação. Buscando obter uma máxima amplitude na análise de dados se elegeu duas fases de análises: A primeira envolve uma avaliação da situação econômica, sociocultural, política e ambiental dos cinco grupos indígenas antes e depois do envolvimento nas experiências de ecoturismo. Nesta fase, também se abordou o histórico de desenvolvimento dos empreendimentos.

Na segunda fase, esta se dividiu em cinco estágios:

1º Estágio: neste, se procurou estabelecer como os empreendimentos estão superando as questões de isolamento e o uso/ausência de logística apropriada; Verificou-se, também, a questão a situação em relação ao mercado consumidor e o aproveitamento de infraestrutura dos centros/pólos turísticos para superar as barreiras no acesso.

2º Estágio: neste, se verificou quais os elementos componentes da oferta ecoturística através da utilização de componentes tanto do turismo cultural, do turismo ecológico e do turismo misto;

3º Estágio: aqui, se trabalhou com três passos:

1 Avaliação do nível de intervenção e envolvimento dos grupos indígenas nos projetos sobre questões consideradas essenciais como as linhas de articulação com instituições governamentais, organismos internacionais, Ong's e associações e federações indígenas, os tipos de investimentos recebidos e os modelos de gestão adotados;

2 Gestão: correlacionado aos temas de gestão, se examinou o gerenciamento administrativo e de recursos humanos, de recursos financeiros e de fluxo turístico e de *marketing*, onde se focou a as ferramentas de promoção e a cadeia de distribuição;

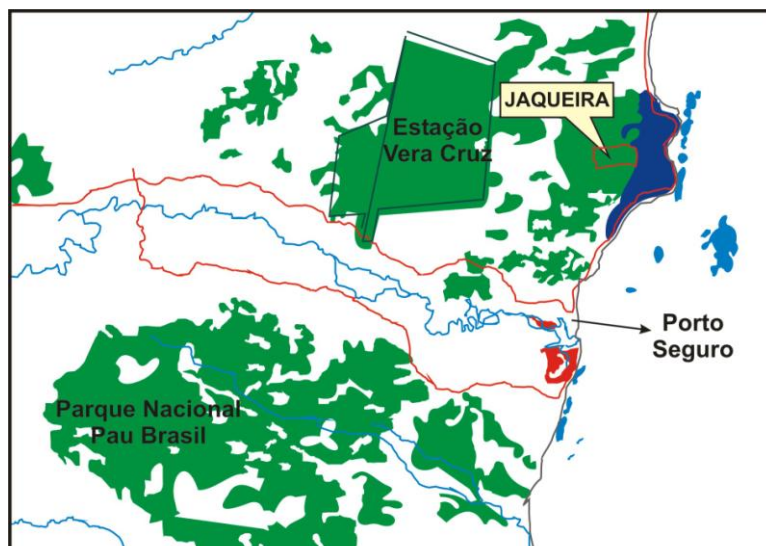
3 A Relação entre benefícios e custos referentes aos assuntos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Nos econômicos, se estabeleceu as seguintes categorias: geração de empregos e categoria beneficiada, mecanismos de redistribuição de renda, diversificação de renda e compra de insumos indígenas destinados à alimentação dos turistas. Nos sociais, se elegeu: investimentos e melhorias em serviços essenciais locais, organização da comunidade, cursos de capacitação e incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Nos culturais, se elegeu: a incorporação de modos produtivos e reprodutivos nas atrações, revitalização das manifestações culturais tradicionais e uso de rituais e *performances* culturais. Nos ambientais, se utilizou: uso de arquitetura e material regional na infraestrutura turística, utilização de medidas visando controlar e reduzir os impactos das atividades de ecoturismo, adoção de programas de defesa ambiente no local/entorno, orientação aos turistas e os principais danos.

4º Estágio: Análise de SWOT (FOFA), esta corresponde a um método de exame acerca da situação atual das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relativas aos aspectos da oferta ecoturística, do uso de logística, da situação de mercado e dos benefícios/custos econômicos, sociais, culturais, ambientais e mercadológicos advindos do ecoturismo.

3 RESULTADOS

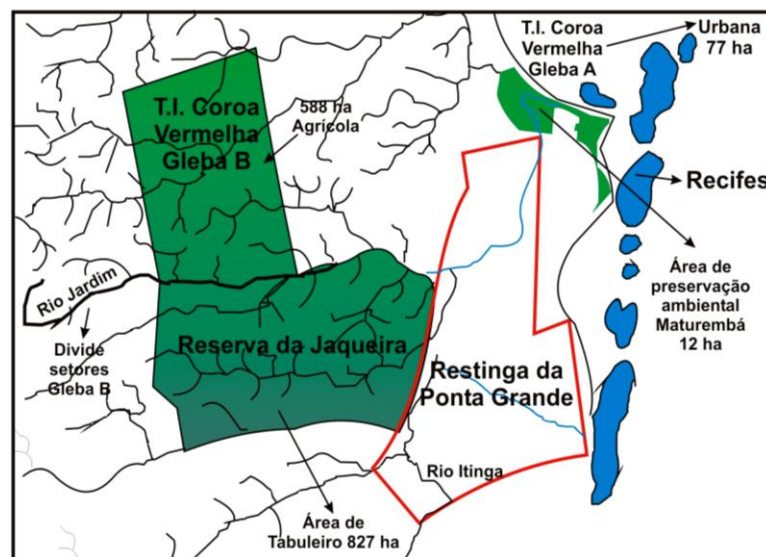
3.1 RESERVA DA JAQUEIRA – PORTO SEGURO-BRASIL

3.1.1 Localização geográfica; formas de acesso e de telecomunicações



Mapa 2 - Reserva Pataxó da Jaqueira

Fonte: Ong Flora Brasil



Mapa 3 - Terra Indígena Coroa Vermelha e Reserva Pataxó da Jaqueira

Fonte: elaborado a partir do mapa 1 e dados coletados em campo (Azevedo, 2003)

Reserva da Jaqueira se localiza em Porto Seguro, no km 13 da BR 367, a 10 km de Coroa Vermelha, no extremo sul da Bahia, região conhecida turisticamente por Costa do

Descobrimento. As formas de acesso à Reserva se dão por ônibus e carro, pela rodovia BR 367 ou a pé, 4 km de caminhada, por dentro de Coroa Vermelha e de 6 km, pela BR 367.

Os serviços de telecomunicações com a Reserva da Jaqueira se efetuam mediante uso de celulares; com as agências em Porto Seguro, os contatos se realizam através de telefone, correio eletrônico e visita. Com a sede Associação Pataxó de Ecoturismo, em Coroa Vermelha há contatos através de serviços de telefone e fax.

3.1.2 Natureza do empreendimento

Dentre seus recursos naturais, Reserva da Jaqueira é formada por áreas da Mata Atlântica do Descobrimento e sua proximidade com a costa representa um importante fragmento do Corredor Central da Mata Atlântica, com formações florísticas associadas a manguezais, restinga, costões rochosos, tabuleiros e dunas, além de se constituir uma área de trânsito entre a Estação Ecológica Vera Cruz.

A oferta ecoturística da Reserva da Jaqueira (foto 21) consta de uma visita de duas horas com os seguintes atrativos: palestra (foto 22), jogo de arco e flecha, apreciação do viveiro (foto 24), degustação de “*Mukucuy*” (em pataxó: peixe assado na folha da patioba¹²) com *cauim* (em tupi: bebida fermentada de mandioca), oficina de artesanato (foto 25)), dança do ritual “*Awê*” (foto 26), caminhada na trilha (foto 27) Lagoa Seca (1 160 m) com demonstração das armadilhas (foto 28); estas em número de dez, são muito apreciadas pelos turistas. A primeira chamada de *iskizô*, ou quebra cabeça tem a finalidade de pegar animais pequenos. O *fojo* destina-se a animais grandes. O mundéu de duas cabeças serve para pegar capivaras e pacas. O mundéu de uma (1) cabeça destina-se a aprisionar animais como paca, tatu, quati, tamanduá mirim. A esparrela captura o pássaro pelo pé. A arataca mata os animais grandes como onça e

¹² A patioba é uma planta com diversas utilidades; serve para transportar alimentos na caça; também como meio de comunicação. Na última, bate-se na patioba com um pedaço de pau, o ritmo compassado indica que há uma pessoa perdida na floresta; o ritmo repetido pede socorro.

veado. O laço de força esmaga o pescoço das aves. O laço de pé captura animais grandes. O surú serve para pegar peixe. Por último, a espera, armada perto de árvores frutíferas, acolhe o animal, só então, é morto pelo arco e flecha. As armadilhas estão ilustradas no Anexo A.



Foto 21- Ritual Awê
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 22- Armadilha
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 23- Viveiro
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 24- Oficina Artesanato
Fonte: Azevedo, 2003

A infraestrutura turística é formada por (13) “*kijemes*”; estes combinam o uso de arquitetura e materiais regionais (sapé, madeira e pentes de piassava), se destacando, o maior deles pelo seu trançado. No chão, de terra batida, num tipo de altar de madeira se fincou uma lança; ao seu redor, pedras dos mais variados tamanhos são descanso para samambaias, flores,

cocares de penas coloridas e diversos maracás. Os últimos são utilizados à invocação dos espíritos e para chamar os dançarinos ao ritual. Um “*kijeme*” menor abriga o artesanato (foto 29), onde lanças de madeira, arcos e flechas convivem com uma profusão de colares, pulseiras, brincos, colheres e as gamelas de madeira. Cobras dos tamanhos e espécies em vidros se exibem aos olhos dos turistas. Um outro serve de abrigo para o Pajé (foto 30) e o mais distante é a cozinha (foto 31).

Antes da trilha, um “*kijeme*”, guarda a “*tarimba*” (espécie de cama feita de galhos e esteira, usada pelos antepassados). O banheiro foge à arquitetura regional, se construiu em cimento, tijolo, ladrilho e telhas de barro. Um motor gerador joga água para os canos e luz ao banheiro.



Foto 25- *Kijeme* Artesanato
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 26- Trilha Lagoa Seca
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 27 - Entrada Reserva

Fonte: Azevedo, 2003



Foto 28 - “*Kijeme*” palestra/ritual

Fonte: Azevedo, 2003



Foto 29 – “*Kijeme*” Pajé

Fonte: Azevedo, 2003

Foto 30- “*Kijeme*” Cozinha

Fonte: Azevedo, 2003

3.1.3 Gestão

3.1.3.1 Administrativa

A Reserva da Jaqueira é gerenciada pela Associação Pataxó da Jaqueira, formada por membros indígenas de Coroa Vermelha. ASPECTUR é composta de um comitê diretivo, com seis diretores e mais oito departamentos de Meio Ambiente, Ecoturismo, Educação, Cultura e Esporte, Fiscalização e Segurança, Saúde, Agrícola e Artesanato; comitê diretivo e o departamental são eleitos por um período de 2 anos de exercício, podendo os membros diretivos ser reeleitos por mais (2) anos; os membros departamentais poderão ser reeleitos quantas vezes for possível para os respectivos cargos. O empreendimento é totalmente controlado pela ASPECTUR, não há participação de indígenas de outros grupos, mesmo dentro de Coroa Vermelha.

A respeito de sua linha de atuação e parcerias, a construção dos cinco “*kijemes*” da infraestrutura turística e a recuperação dos outros oito, construídos anteriormente pelos indígenas, se deu mediante doação de R\$ 130 mil do programa governamental PROECOTOUR, em agosto de 2000. Além da infraestrutura, o recurso foi investido em confecção de placas sinalizadoras, limpeza do terreno e confecção de materiais de publicidade (cartazes, bonés, camisetas). A piassava para os telhados foi doada por uma missionária australiana. Os banheiros foram construídos pelo Ministério da Cultura, em 1999.

Dentro de sua gestão, o grupo Pataxó da Jaqueira não tem desenvolvido um grau de contato e parceria com outros atores sociais, como as Secretarias de Turismo de Salvador, de Porto Seguro e de Santa Cruz de Cabrália. Embora compartilhe espaço com outras formas organizativas de base como cooperativas, associações de moradores e de artesanato locais e regionais, seu modo de atuação se volta ao isolamento, sem compartilhar a gestão e a divulgação com estas bases organizativas. Sua relação com os empreendimentos de turismo particulares é pequena no sentido de estabelecer parcerias objetivando a divulgação do projeto de ecoturismo,

Esta prática é reflexo dos conflitos entre os diversos clãs indígenas e pela disputa de terras com os empreendimentos, tensão surgida durante a luta pela demarcação das terras, ocorrida em 1997. O clima de reclamos se agitou a partir da divisão das terras, pagamento das indenizações, construção das moradias indígenas pelo governo federal e divisão de quadras, uma indígena, outra não-indígena.

O cenário de disputa por melhores indenizações, residências e territórios provocou sentimentos de rivalidade étnica e interétnica, principalmente, porque o grupo da Jaqueira se beneficiou com 827 has., mais de 50% da TI Pataxó. Ademais, os Pataxó da Jaqueira foram contemplados em dobro tanto pelo investimento recebido do PROECOTUR quanto pelo

controle de acesso à Reserva. Todos estes aspectos fornecem um clima de tensão tanto dos não-indígenas quanto dos indígenas em relação ao projeto de ecoturismo.

A “privatização” dos recursos naturais e da receita pelos membros dirigentes concorre para aumentar a rivalidade interétnica surgida durante os 20 anos de luta pela demarcação e homologação das terras indígenas.

3.1.3.2 Financeira e de fluxo turístico

A receita da ASPECTUR advém de quatro fontes de renda, todas resultantes do turismo: ingressos à Reserva da Jaqueira, venda de artesanato, cachês das apresentações e doações (captadas pela Brazil Travel); entretanto, segundo ASPECTUR, a principal receita se origina dos ingressos à visita. Em função disto, a receita é calculada com base apenas no total de ingressos correspondentes ao número de visitantes de cada mês/ano. Os ingressos são cobrados a R\$ 35 (Brazil Travel) e a R\$ 25 (Pataxó Turismo, Grou e Curuípe). Destes percentuais, R\$ 10 é repassado à ASPECTUR, ficando R\$ 25 para Brazil Travel cobrir gastos com traslado, intérprete e divulgação; R\$ 15 para as demais agências pagarem suas despesas.

Portanto, se efetuou a sistematização de dados da receita de acordo com informações de ASPECTUR: número de visitantes correspondentes aos anos de existência da iniciativa, tendo como base de cálculo a quantia de R\$ 10, conforme (Tabela 1).

Tabela 1- Receita com base no fluxo turístico Reserva da Jaqueira

ANOS	FLUXO TURISTAS	BASE CÁLCULO (R\$)	RECEITA (R\$)
2000	280	10	280

2001	2 764	10	2 764
2002	3 150	10	3 150
2003	5 345	10	5 345
2004	7 200	10	7 200
Total	18 739		18 739,

Fonte: Dados fornecidos ASPECTUR (2003,2004).

Através das informações da (Tabela 1), se percebe que a renda dos cachês e das doações não é computada na receita. As apresentações são geralmente em número de (1) ao mês por um período de (1) hora. Os cachês variam em torno de R\$ 400 (clubes de Porto Seguro) a R\$ 800 (Clube *Med* de Trancoso). As doações captadas pela *Brazil Travel*, normalmente, são recebidas três por ano, com quantias em média de R\$ 3 mil cada.

Quando indagado a respeito da ausência do não cômputo das doações e cachês na receita, Gerdion Aruã, presidente da ASPECTUR (2004) e encarregado pela contabilidade, alegou que: “os cachês e as doações não aconteciam de maneira regular a exemplo dos ingressos”. Sobre a destinação, respondeu: “os cachês são utilizados para comprar medicamentos, material escolar; as doações, à compra de equipamentos de computação, telefonia e material de escritório”.

Grande parte da receita é para cobrir custos de alimentação e os salários dos trabalhadores/voluntários (expressão usada pela ASPECTUR). Estes percentuais podem variar com o fluxo dos turistas; este, por sua vez, depende da alta (meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro), média (janeiro, março, abril e julho) e baixa (fevereiro, maio e junho) temporadas. Com base no número total de visitantes de cada um das temporadas dos anos 2001, 2002, 2003, se extraiu as médias, obtendo os seguintes resultados na (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados referentes ao fluxo turístico nas três estações

	Alta estação	Média	Baixa
2001	329,8	171,	144,3
2002	356,	281,2	81
2003	696,8	390,7	289

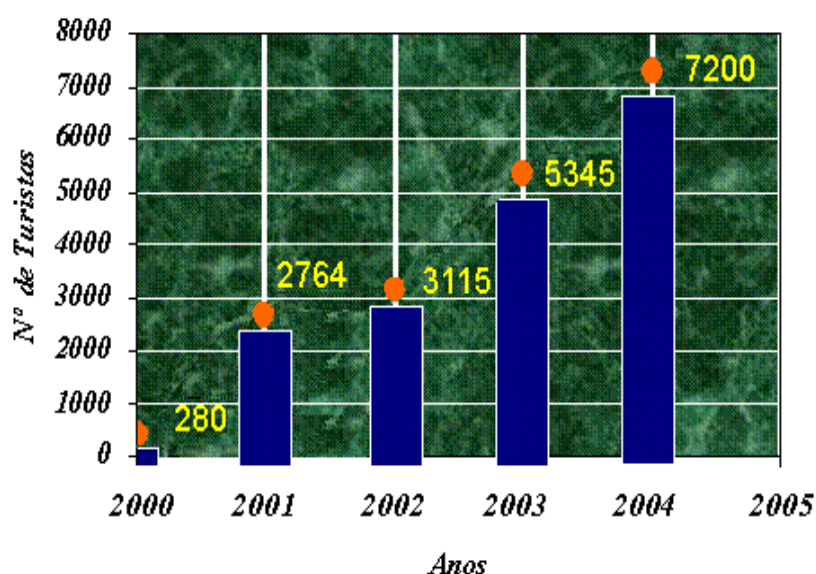
Total			
-------	--	--	--

Fonte: Dados coletados em campo (Azevedo 2003,2004).

Percebe-se que as altas e médias estações são primordiais ao empreendimento. Conforme informações de Gerdion Aruã, as mesmas cobrem os custos da iniciativa porque o turismo é a única fonte de renda do grupo. Pelas médias da (Tabela 2), a baixa estação ou sazonalidade, considerada um obstáculo à maioria dos projetos turísticos, especificamente, aqueles que dependem exclusivamente do fluxo turístico, está sendo contrabalanceada pelo fluxo constante da Costa do Descobrimento. Neste ponto, ao contrário do que acontece com grande parte das iniciativas quando há ociosidade da infraestrutura turística, na Jaqueira se observou que há diminuição de fluxo, mas não há ociosidade.

A iniciativa tem 4,5 anos de existência e sob o ponto de vista do Ciclo de Vida de Região Turística de Butler (1980) está no estágio de desenvolvimento, com fortes tendências de crescimento de fluxo de turistas, ilustrado no (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Ciclo de evolução do fluxo turístico Pataxó da Jaqueira



Fonte: elaborado a partir do modelo de Butler (1980) e dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004; ASPECTUR, 2004).

O empreendimento está numa fase de crescimento bastante acelerado e a imagem do projeto é altamente positiva diante dos turistas, conforme informações colhidas com os mesmos. A percepção dos turistas à primeira vista é de surpresa, por encontrar um tipo de experiência diferenciada que consegue aliar vários elementos numa só visita: recursos naturais da Mata Atlântica e recursos culturais indígenas. Segundo eles, o ritual “*Awê*” e a demonstração das armadilhas são as principais atrações, porque não supõem encontrar tais produtos oferecidos por indígenas “conhecidos” pela mídia e pelas agências de viagem como “profundamente aculturados” sem nada ‘tradicional’ para mostrar.

O incremento do fluxo na direção de sua consolidação é resultante de vários fatores, dentre eles: a imagem positiva diante dos turistas; estar em situação privilegiada de mercado; consolidação da Costa do Descobrimento como destino turístico; distribuição da oferta por quatro agências de viagens; em 2004, inovação, com novos atrativos (demonstração de confecção de artesanato, oficina de pintura e viveiro de plantas medicinais); as condições climáticas das várias estações são favoráveis à visita por sua facilidade de acesso; ademais, é o único projeto no gênero que envolve indígenas, recursos naturais e culturais num pólo de turismo de massa, não há concorrentes no Brasil.

3.1.3.3 De *marketing*

O pacote indígena é distribuído por quatro agências: *Brazil Travel* e Pataxó Turismo Grou, Curuípe, situadas em Porto Seguro. *Brazil Travel* e Pataxó Turismo são as principais, foram as primeiras a comercializar o pacote, desde o início do projeto. *Brazil Travel* pertence ao holandês Sr. Ton Van; a agência tem sete anos de existência e trabalha com grupos pequenos de estrangeiros (holandeses, italianos, alemães, portugueses).

A Pataxó Turismo tem como proprietária Maria Luisa Cruz, química e fotógrafa, residente em Porto Seguro há quase 11 anos. Luisa trabalha com três produtos: turismo de massa, turismo pedagógico e turismo da melhor idade. Conforme suas informações, a Reserva da Jaqueira está incluída nos três produtos. O pacote também é comercializado pela própria ASPECTUR através de contatos com os celulares dos dirigentes, todavia *Brazil Travel* e Pataxó Turismo são as principais agências encarregadas da distribuição do pacote ecoturístico.

Quanto ao material de promoção, a oferta consta no material de publicidade (*folder* e página *web*) somente de duas agências das quatro, encarregadas pela comercialização: *Brazil Travel* e Pataxó Turismo. ASPECTUR não tem material de promoção. Ademais, a iniciativa não consta do material publicitário relativo à Costa do Descobrimento, distribuído pela secretaria de turismo da Bahia nos aeroportos, feiras e agências de viagens, também, nunca participou de nenhuma feira regional, nacional, nem internacional.

3.1.4 Benefícios e custos

3.1.4.1 Econômicos

Segundo argumento predominante na literatura, o ecoturismo pode ser a estratégia mais viável às sociedades indígenas para concretizarem: renda, empregos, nova alternativa econômica, comercialização de artesanato, fixação dos jovens nas comunidades, além de conservação dos ambientes.

A partir desta constatação, nossa abordagem dos retornos e custos econômicos resultantes da Reserva Pataxó da Jaqueira quanto dos outros empreendimentos avalia o ecoturismo sob as seguintes categorias: número de postos de trabalhos e categoria beneficiada,

mecanismos de distribuição de renda, diversificação e fortalecimento das atividades produtivas e utilização de produtos indígenas ao turismo para o turismo.

Todas as fontes de renda do grupo Pataxó da Reserva da Jaqueira são resultantes do processo de turismo: ingressos à visita, doações, comercialização de artefatos culturais e apresentação de *performances* culturais nos clubes de Porto Seguro e Trancoso (*Clube Med*), conforme (Quadro 7).

Quadro 7 – Benefícios e custos econômicos Reserva da Jaqueira

Empregos gerados			Mecanismos Distribuição renda		Diversificação renda
Fixos	Temporais	Categoria Beneficiada	Ingressos:	Doações:	
20 Locais	10 locais	50% (14 a 17 anos) 25% (18 a 25 anos) 20 % (25 a 35 anos)	50% alimentos 30% salários 15% veículos; 5% escritório 0% manutenção infraestrutura	80% equipamentos 10% viveiro plantas medicinais 10% sala/aula	Incentivo Artesanato <i>Performances</i> culturais clubes

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004)

Dentre os benefícios relativos ao número de empregos gerados na Reserva da Jaqueira, estes giram em torno de vinte (20) postos de trabalhos permanentes e locais: (6) ao comitê diretivo da ASPECTUR, (8) aos departamentos de Meio Ambiente, Ecoturismo, Educação, Cultura e Esporte, Fiscalização e Segurança, Saúde, Agrícola e Artesanato também da associação; os outros (4) são destinados aos dançarinos e aos trilheiros mais experientes.

Os empregados temporários e locais giram em torno de 10 pessoas (dançarinos, vendedores de artesanato, trilheiros); dependendo da estação, os empregos temporários podem crescer ou diminuir. Na alta temporada, atingem o total de (20) postos temporários; na baixa, os números caem para (5).

A principal categoria beneficiada de empregos fixos e temporários é de jovens do gênero feminino com idade inferior a 18 anos, com um número significativo de (6) mulheres. Já para os jovens do gênero masculino com idade superior a 18 anos, há dificuldades para fixá-los no projeto, devido a outras oportunidades na comercialização de artesanato em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

A divisão de renda se procede do seguinte modo: os diretores da Associação e dos departamentos, um total de (16) pessoas percebe salários entre R\$ 300 e R\$ 400/mês; (4) pessoas percebem salários entre R\$ 80 a R\$ 100/mês; os temporários ficam com quantias entre R\$ 30 a R\$ 50/mês. Conforme, Gerdion Aruã, os salários podem crescer ou diminuir, dependendo da receita obtida com o fluxo de turistas. Acrescenta, ainda, em média 50% da receita da ASPECTUR é para cobrir gastos com alimentação dos trabalhadores e a compra dos peixes e mandioca para os turistas; 40%, em média se destina ao pagamento dos salários.

Constata-se um considerável nível de rentabilidade de receita, porém a redistribuição dos benefícios, não se aplica de modo equitativo aos membros do grupo; no entanto, os custos são distribuídos igualmente. Segundo os trabalhadores/voluntários os salários sofrem constantes atrasos e as quantias são consideradas mínimas pelos os mesmos em relação à tarefa desempenhada. Quando indagada sobre o assunto, ASPECTUR revelou que os custos são maiores do que a receita arrecadada, portanto, não há saldo suficiente para pagamento dos salários em dias.

A respeito de compra de insumos alimentícios produzidos pelos indígenas destinados à alimentação dos turistas não há, todos os produtos são comprados de não-indígenas: peixe, mandioca, farinha e cebolinha verde. No tocante ao retorno de parte das atividades produtivas tradicionais, a exemplo da plantação de mandioca, ingrediente importante à oferta regular de *cauim* e à produção de farinha, componente mais essencial na dieta alimentar do grupo, não se

notou nenhum incentivo neste sentido, embora junto à Reserva existem 588 has. de capoeira disponíveis ao cultivo.

Constata-se um considerável nível de rentabilidade de receita, porém a redistribuição dos benefícios, não se aplica de modo eqüitativo aos membros do grupo; no entanto, os custos são distribuídos igualmente. Segundo os trabalhadores os salários sofrem constantes atrasos e as quantias são consideradas mínimas pelos os mesmos em relação à tarefa desempenhada. Quando indagada sobre o assunto, ASPECTUR revelou que os custos são maiores do que a receita arrecadada, portanto, não há saldo suficiente para pagamento dos salários em dias.

Reserva gera o segundo maior número de postos de trabalhos (30) depois de NWC, embora por suas características de alto fluxo e situação perto dos mercados consumidores, se esperava valores maiores na oferta de trabalho, expectativa compartilhada com Doria (2004) em sua tese.

3.1.4.2 Sociais

A abordagem dos benefícios e custos sociais se dará com as seguintes variáveis: investimento e melhorias em serviços essenciais (saúde, educação e moradia), oferecimento de cursos capacitação, possibilidade de o ecoturismo promover coesão e organização social da comunidade, inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como a percepção do turismo pela comunidade local e turistas (Quadro 8).

Quadro 8 - Benefícios e custos sociais

Melhorias(educação, saúde, moradia)	Capacitação		Organização social	Inserção mulher mercado
	Inicial	Atual		
(1) Sala de aula Reserva	IESB	Tribos	ausência de organização antes da iniciativa	3 mulheres dirigentes maioria voluntários mulheres
	IBAMA	Jovens		

Fonte: Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Nos temas relevantes à organização social do grupo Pataxó da Jaqueira, não havia nenhum tipo de organização comunitária anterior à implantação do projeto. A associação ASPECTUR foi criada, em 1999, especificamente para gerenciar a iniciativa de ecoturismo e, desde então, tem assumido a gerência efetiva do empreendimento.

Em aspectos referentes à capacitação de recursos humanos, os cursos de capacitação na etapa inicial do projeto foram realizados em parceria com algumas entidades: o de ecoturismo pelo Instituto Estudos Sociais da Bahia (IESB), o de Combate a Incêndios Florestais foi resultado de uma parceria entre a Tecnominas - MG, o de Fiscal Ambiental foi realizado pelo Ibama de Salvador.

Durante o ano de 2001 e 2002, o projeto ficou sem parceiros na questão de capacitação, apesar do oferecimento do SEBRAE de Porto Seguro. A respeito do assunto, ASPECTUR, recusou a oferta porque acreditava não necessitar de cursos de artesanato e comercialização. Desse modo, a parceria do SEBRAE foi estabelecida com a Associação Indígena de Barra Velha. A Ong Flora Brasil, com sede em Porto Seguro fez, também, tentativas de manter parcerias, no entanto, não foi aceita pelos Pataxó da Reserva da Jaqueira, pelos mesmos motivos apresentados ao SEBRAE.

Segundo, ASPECTUR, as parcerias de capacitação eram para ser feitas com a Prefeitura de Porto Seguro, entretanto, tal fato não aconteceu devido a uma série de problemas técnicos e de ausência de recursos financeiros, inclusive a Prefeitura foi envolvida em escândalos financeiros em 2003.

Desde 2003, a Reserva da Jaqueira tem parceria com o Instituto Tribo Jovens, sediado em Porto Seguro. O Instituto tem convênio com o Programa FAT da Prefeitura de Porto Seguro e Salvador. Em função do convênio foram realizados de outubro de 2003 a janeiro de 2004 cursos de *marketing*, atendimento, qualidade nos serviços, desenvolvimento de projetos, relações humanas e ecoturismo. A participação é reduzida, num total de 05 membros (4 voluntários do gênero feminino e 1 diretor), porque à noite, os jovens do gênero masculino e maiores de 20 anos cursam a Escola de 2º grau ou trabalham em bares.

No tocante ao nível de escolaridade, uma parte do comitê diretivo possui o segundo grau em Magistério (3 pessoas) e (1) em Contabilidade. O restante, aproximadamente, (4) pessoas estão cursando a Escola de 2º grau. A maioria dos voluntários estuda na Escola Indígena de 1º grau. Um dos grandes problemas verificados na área escolar é a evasão nas altas e médias temporadas, há uma saída constante dos “dançarinos” das salas de aula. Em virtude disto, se construiu em 2004 uma sala de aula na Reserva da Jaqueira com doações de material de construção da Instituição do Dízimo Entidade de Assistência Social sem fins lucrativos (Pirassununga-SP).

A implantação de uma sala de aula não resolve o assunto de evasão, ajudará apenas na diminuição dos custos e frete dos veículos nos deslocamentos dos “dançarinos” de Coroa Vermelha ao projeto, em Porto Seguro. A evasão escolar continuará, pois com o crescimento do fluxo demonstrado no (Gráfico 2, p.) o empreendimento está numa fase de crescimento bastante acelerado.

De acordo com os dirigentes, o crescimento de fluxo tende a se incrementar nos próximos anos, devido ao fato de estarem buscando parcerias com o Ministério de Turismo, IBAMA e FUNAI e, ao fato da Costa do Descobrimento continuar a consolidando seu fluxo turístico. A atitude de buscar novos parceiros e investimentos é reflexo da necessidade de conseguir financiamentos para cobrir os gastos com manutenção e aumentar a infraestrutura

turística, confeccionar material de promoção, implantar programas de conservação. Essa nova linha de atuação da ASPECTUR pode ser considerada relevante no sentido de sua gestão sair do ‘isolamento’ e procurar ativar melhor seu nível de intervenção junto às parcerias. O grupo ainda não obteve resultados financeiros das negociações.

No tocante a investimento em serviços de moradia, educação e saúde, com exceção da construção de uma sala de aula na Reserva, a infraestrutura destes serviços em Coroa Vermelha foi toda implantada em decorrência da comemoração dos 500 anos do Brasil. No entanto, o ecoturismo trouxe melhorias na qualidade de vida, na moradia e no consumo de objetos eletroeletrônicos e domésticos dos líderes/dirigentes do projeto.

A respeito da inserção de mulheres no mercado de trabalho, um fator altamente benéfico se dá mediante ocupação de três mulheres em cargos de direção da ASPECTUR, ademais, a maioria dos trabalhadores/voluntários é do gênero feminino, perfazendo 30% do total de postos de trabalho.

Em assuntos pertinentes ao fato do ecoturismo produzir mudanças nos padrões sociais, em sua grande parte, estas são oriundas do processo de aculturação sofrido pelo grupo Pataxó, quando ficou inviabilizado de ocupar suas terras em detrimento de projetos agropecuários. Outro fator na contribuição da situação foi o envolvimento dos indígenas com o turismo de massa, desenvolvido desde os anos 80 na atual Costa do Descobrimento; o envolvimento se deu através da comercialização de artesanato. Mencionam-se algumas mudanças oriundas do ecoturismo, esta se dá através do incremento de renda família, com maior poder aquisitivo há aquisição de novos meios de transporte (bicicletas), objetos de consumo (aparelhos de TV, de som e eletrodomésticos).

3.1.4.3 Culturais

Na Reserva Pataxó da Jaqueira, os benefícios culturais se mostraram visíveis na medida em que os atrativos foram reconstruídos aos antigos modos de produção e reprodução dos Pataxó (Quadro 9)

Quadro 9 – Benefícios e custos culturais

Valorização modos produção/reprodução Atrativos	Revitalização formas simbólicas	Uso de <i>performances</i> Culturais
Recriação dos modos de produção e reprodução nos atrativos	Sim	Ritual <i>Awê</i>

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

A possibilidade de conseguir renda e conservação através de atividades de ecoturismo levou os Pataxó da Jaqueira a buscarem a “recriação” de suas formas simbólicas (língua, costumes, rituais, artesanato) para reconstruí-los sob forma de atrativos e *performances* culturais, destinados à apreciação e usufruto dos visitantes.

As *performances* culturais são vistas por alguns pesquisadores como descaracterizações das tradições. Longe de desvalorizar ou descaracterizar as culturas indígenas, as atividades de ecoturismo se atrelaram à reinvenção das formas simbólicas e incrementaram aos Pataxó o fortalecimento das identidades de “índios do descobrimento” e “índios turísticos”, imagens propiciadas pelo turismo de massa.

Em nossa concepção, as *performances* se moldam na “habilidade de separar o sagrado do profano”, portanto, ao montarem-nas, os indígenas tanto os Pataxó quanto os Quichua e os Asháninka e Yine-Piro estão construindo sua relação de significados para inseri-los em

determinados contextos e processos sociohistóricos. Todo esse processo se dá em razão de atrelar o valor simbólico ao valor econômico, lugar onde a cultura pode assegurar fortalecimento étnico e renda. Em relação às mudanças culturais sofridas, o grau de assimilação e aculturação do grupo é bastante significativo, tem escala maior em relação às demais etnias estudadas.

3.1.4.4 Ambientais

Em relação aos benefícios e custos ambientais se utilizou as seguintes variáveis: o uso de arquitetura e material regional da infraestrutura turística, as medidas utilizadas para controlar/reduzir os impactos do turismo no empreendimento, os programas de defesa do meio ambiente no local e no entorno, o tipo de capacitação recebida pelas pessoas envolvidas e como se dá a orientação aos turistas e os principais danos relativos ao empreendimento e à comunidade, Quadro 15.

Quadro 10 - Benefícios e custos ambientais Reserva Pataxó da Jaqueira

Moldes Infraestrutura turística	Medidas p/ controlar/ reduzir impactos turismo	Programas defesa meio ambiente local/ entorno	Capacitação; orientação aos turistas	Principais Danos
13 <i>Kijemes</i> moldes material regional	-----	-----	-----	-não definição áreas exclusivas -extrapolação capacidade trilha -infraestrutura subutilizada

Fonte: Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Na Reserva da Jaqueira, apesar do projeto representar um importante fragmento do Corredor Central da Mata Atlântica e uma área de trânsito entre a Estação Ecológica Vera Cruz, tais fatos não se constituíram em importantes elementos de conservação. O empreendimento não tem controle e nem influência sobre seu entorno. Em seu entorno, sofre impactos ambientais no seu entorno, trazidos pela especulação imobiliária, pela expansão agropecuária, pela caça e extração de madeira de alto valor comercial, realizada tanto por indígenas e por não-indígenas.

Em relação à infraestrutura turística não houve definição de áreas exclusivas às atividades de ecoturismo e às atividades indígenas. A arquitetura dos 13 “*kijemes*” foi inspirada nos moldes tradicionais: uso de material regional (madeira, palha e sapé) e o formato de redondo das cabanas. Todavia, mal dimensionadas e subutilizadas e se misturam com as áreas exclusivas ao uso indígena.

Uma só trilha é usada, geralmente, com grupos grandes de turistas (de 20 a 30 pessoas) prejudicando o aparecimento de animais, danificando o solo e provocando erosão. As armadilhas necessitam de manutenção, algumas estão quebradas. Também não há torres de posto de observação de animais. Há também uma visível ausência de cuidados ambientais em relação ao tratamento do lixo, mistura de dejetos orgânicos com inorgânicos, poluição com sacos plásticos. As lixeiras, em número reduzido, são sacos plásticos utilizados para tal finalidade. Não há depósitos apropriados à coleta seletiva de lixo e reciclagem.

Diante do exposto, se observou que não houve o planejamento para aplicação de medidas para reduzir os possíveis impactos, mesmo sendo a oferta ecoturística uma visita de duas horas. No tocante à sensibilização dos visitantes, não se verificou qualquer nível de informação e orientação em cuidados ambientais aos turistas.

3.1.5 Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento

A Reserva Pataxó da Jaqueira é o único projeto de ecoturismo desenvolvido atualmente no Brasil no gênero, se localizado em Porto Seguro, no pólo de turismo Costa do Descobrimento e tem, nos dias de hoje, 4,5 anos de existência. Gerenciado pela ASPECTUR, apresenta um cenário de alto fluxo turístico de visitantes internacionais e nacionais e internacionais vindos a Porto Seguro, em busca do consumo de sol, mar, praia e o agito baiano. Na Reserva da Jaqueira o ecoturismo é a principal fonte de renda, oferecendo serviços de um pacote de atrativos e recursos naturais e culturais indígenas, perto dos grandes centros, com situação privilegiada de mercado, compartilhando espaço com médios e grandes empreendimentos particulares voltados ao turismo de sol, mar e agito baiano.

Os serviços da visita à Reserva Pataxó da Jaqueira tendem fortemente para um pacote básico: recepção e atrativos, apresentando problemas de irregularidade de serviços, elementos do pacote e facilidades necessárias às atividades.

Reserva da Jaqueira se difere de todos dos demais estudos de casos inseridos na Amazônia, principalmente em relação à facilidade de acesso, à proximidade dos mercados consumidores, fluxo turístico e com aproveitamento de toda a infraestrutura de serviços de transporte, de alimentação, de acomodação e de lazer do turismo litorâneo.

Contudo, três aspectos relevantes podem diminuir as possibilidades de Reserva da Pataxó da Jaqueira de alcançar êxito nos diversos níveis de atuação: ausência de um estabelecimento de capacidade de carga para seus ambientes, especificamente, para sua única trilha; problemas com atraso no pagamento dos salários e ausência de um claro cenário de benefícios ao conjunto de pessoas envolvidas.

Mapa 4- Localização do EBC Napo Galeras

Fonte: Carta Cartográfica elaborada por André Braun – escala 1/50 000, 1987
Instituto Geográfico Militar do Equador

Napo Galeras faz parte do distrito (município) de Tena, departamento (estado) de Napo, província (região) de Napo e se localiza praticamente entre o Parque Nacional Sumaco-Galeras e da Reserva Biosfera Sumaco, na comunidade indígena *Las Galeras*, na confluência do rio alto Napo e rio Huambuno.

As formas de acesso a Tena-Napo Galeras se dão por via terrestre através da estrada Tena-Baeza-Quito, com duração de (5 horas), por USD\$ 6; por via aérea, 35 minutos e por US\$ 120 (ida/volta). A saída Tena para *Las Galeras* é feita do escritório de RICANCIE em carro (1h.) até o porto de *Ahuano*; a partir daí até *Misi Cocha* uma viagem de meia hora em bote motorizado; depois, uma caminhada de (2 ou 3 horas) por floresta primária e secundária até a comunidade *Las Galeras*.

Existem contatos com a RICANCIE através de serviços de telecomunicações (telefone, fax e correio eletrônico), no entanto, são serviços precários e irregulares; em *Las Galeras*, os contatos dos comunitários e turistas com RICANCIE se efetuam por rádio transistores.

3.2.2 Natureza do empreendimento

Napo Galeras possui belezas cênicas de áreas protegidas do Parque Nacional Sumaco-Napo-Galeras (205 249 has. e da Reserva Biosfera Sumaco (901 930 has.), ambas unidades situadas entre as regiões de Napo e Coca. Em seus arredores vivem mais de 80 mil habitantes, sendo 70% indígenas Quichua do alto Napo; 30% de colonos. De acordo com (VALAREZO, 2002; MEZA, 2002) a região é um mosaico de diversos e formações ecológicas subandinas e formações montanhosas do Sumaco, Pan de Azúcar e da Cordilheira de Galeras. A temperatura varia entre 25 °C e 30° C.

Os meses mais chuvosos são de abril a agosto. A altitude varia entre 600 a 3 400 metros sobre o nível do mar (m.s.n.m.). A riqueza hidrológica está constituída por numerosos rios, sendo os de Napo e Coca, os principais.

Conforme Holdridge (1967), nas áreas se encontram zonas de vidas correspondentes a bosque úmido tropical, bosque muito úmido premontano, bosque muito úmido montano baixo, bosque fluvial premontano e bosque fluvial montano. Nestas se localizam uma grande diversidade de formações vegetais e de diversidade animal. s, papagaios e periquitos.

Turisticamente, a região tem uma enorme variedade de paisagens de rios, cascatas, vales, cavernas com petróglifos e formações montanhosas, se destacando o vulcão Sumaco e a Cordilheira Napo Galeras. Napo Galeras é um lugar privilegiado por inúmeros jardins de plantas medicinais, rios com cascatas e por seu observatório natural na Cordilheira.

A oferta ecoturística consta de pacotes com duração de 4 dias/3 noites, ao preço de USD 35 dia/pessoa, com os seguintes atrativos: visita à comunidade, passeio etnobotânico, observação de animais no mirador natural da Cordilheira, demonstração das armadilhas de caça, oficina de artesanato, conhecimento de plantas medicinais (AnexoB), banho, pesca e lavagem de ouro, jogo de arco e flecha, elaboração e degustação da *chicha*, ida à *chacra*, limpeza e purificação com o *sháman*, contos e lendas da comunidade. Na última noite, os indígenas

oferecem uma festa típica com apresentação de rituais e bebidas tradicionais. No retorno, a Tena, o pacote inclui uma visita ao Museu Amazônico.



Foto 31- Lavagem ouro
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 32- Pesca camarão
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 33- Confeção cesto

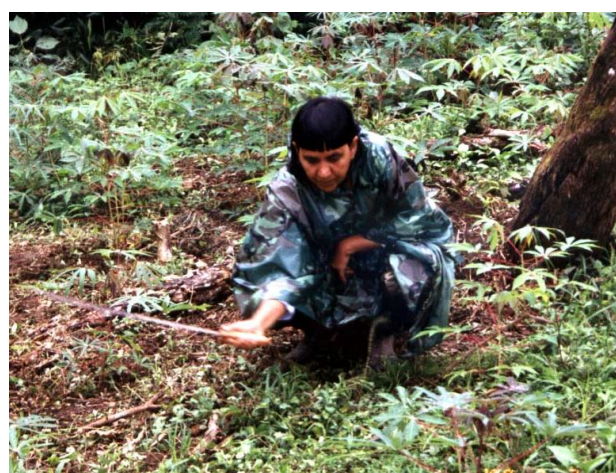


Foto 34- Limpeza *chacra*

Fonte: Azevedo, 2003



Foto 35- Passeio canoa
Fonte: Azevedo, 2003

Fonte: Azevedo, 2003



Foto 36- Ritual de despedida
Fonte: Azevedo, 2003

A infraestrutura turística fica situada em um arroio acalmado do rio Huambuno, a uma distância de 10 min. de caminhada do povoado. Consiste de três cabanas retangulares, avarandadas, de madeira de cedro, paredes de bambu, piso de troncos de plameira (*Bactris* e *Iriarteia*) e telhado de palha *toquilla*¹³. Duas cabanas servem de dormitório, com capacidade total para 12 pessoas, os quartos são individuais e equipados com ducha privada, banheiro em ladrilho com água encanada, lavatório e inodoro.

O mobiliário é simples, cama, banco e um criado-mudo, todos em madeira (cedro). Na varanda se encontram pequenas cadeiras de descanso. À frente da cabana maior, localiza-se um (1) comedor-cozinha, com uma mesa e quatro bancos de madeira. O lugar é ventilado, com várias janelas para o rio e às *chacras*.

Sobre alimentação são ofertadas (3) refeições por dia com comidas regionais e típicas, se destacando nas típicas: *tacacho* (banana pacova madura cozida e amassada em formato de bola, depois frita com azeite e cebola roxa) e *tacone* (várias rodela de banana verde pacova montadas em pequenas porções, fritas e salpicadas com sal ou açúcar).



Foto 37- Cabana turística
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 38- Cabana turística
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 39- Comedor
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 40- Cozinha
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 41- Reservatório de Água
Fonte: Azevedo, 2003

Foto 42-Refeições
Fonte: Azevedo, 2003

A infraestrutura fica situada em um arroio acalmado do rio Huambuno, a uma distância de 10 min. de caminhada do povoado. Consiste de três cabanas retangulares, avarandadas, de madeira de cedro, paredes de bambu, piso dos gêneros *Bactris* e *Iriarteia*; telhado de palha *toquilla*¹⁴. Duas cabanas servem de dormitório, com capacidade para 12 pessoas, equipados com ducha privada, banheiro em ladrilho com água encanada, lavatório e inodoro.

O mobiliário é simples, cama, banco e um criado-mudo, todos em madeira (cedro). Na varanda se encontram pequenas cadeiras de descanso. À frente da cabana maior, localiza-se um (1) comedor-cozinha, com uma mesa e quatro bancos de madeira. O lugar é ventilado, com várias janelas para o rio e às *chacras*.

3.2.3 Gestão

3.2.3.1 Administrativa

A construção da infraestrutura turística de Napo Galeras se deu mediante doação USAID/GTZ, RICANCIE não quis informar o montante das doações recebidas e destinadas à construção e à implantação da infraestrutura turística. A iniciativa existe desde 1994 e tem, hoje, 10 anos de existência. Napo Galeras é gerenciada de forma comunitária pela RICANCIE, pelos guias Francisco Aguinda e Milton Shiguango, pelo encarregado comunitário da infraestrutura turística e pelos demais comunitários. Os serviços de transporte (fluvial e terrestre) a partir do porto de *Ahuano*, alojamento, alimentação e desenvolvimento das atividades de ecoturismo dos

¹⁴ Com as folhas desta planta que se fazem os chapéus chamados do Chile e do Panamá.

turistas são de competência da comunidade de *Las Galeras*. RICANCIE se encarrega da comercialização, promoção, distribuição e contato com os visitantes.

RICANCIE desde sua criação em 1993, tem procurado coordenar os esforços para organizar os projetos de ecoturismo com base nas comunidades indígenas Quichua do alto rio Napo. Com esta estratégia, RICANCIE e os comunitários envolvidos têm conseguido assegurar e controlar grande parte dos recursos naturais dos territórios indígenas em face de companhias de petróleo e madeira e empreendimentos de ecoturismo particulares nos seus entornos.

Através de articulações com as federações indígenas, rede conseguiu financiamento, apoio técnico e curso de capacitação com inúmeros parceiros tanto em nível regional quanto internacional. O sistema de *minga* na construção dos EBC proporcionou a participação dos Quichua em fases consideradas importantes para os comunitários aderirem aos novos projeto de alternativa econômica.

De 1993 até 2002, RICANCIE teve investimentos da USAID e Sociedade Alemanha de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), apoio técnico e cursos de capacitação da Universidade da Califórnia, do Instituto para o Ecodesenvolvimento Regional Amazônico (ECORAE), do Fundo de Investimento Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA) e do Instituto Florestal e de Áreas Naturais do Equador (INEFAN) e apoio político de COICA, CONFENIAE e FOIN. Hoje, RICANCIE tem apoio técnico de ECORAE e do organismo internacional espanhol *Ayuda en Acción* através da *Fundación Acción Amazônia*, com sede em Quito e apoio político de FOIN e da COICA, desse modo consegue fazer parte da política de turismo do Ministério do Turismo e da Secretaria de Turismo de Napo.

Desde então, RICANCIE tem se conseguido se firmar como uma rede bem estruturada ao obter a permissão legal para a operação de seus EBC. Além disso, a maioria de seus guias indígenas tem licença concedida pela Corporação de Turismo do Equador (CETUR). Para RICANCIE e os comunitários (informação pessoal), através dos EBC, se cria postos de

trabalhos, novas fontes de ingressos, proteção aos recursos naturais e se oferece uma alternativa

ANOS	FLUXO TURISTAS	BASE CÁLCULO (R\$)	RECEITA (R\$)
De 1994-1999	100	105	10 500
2000	160	105	16 800
2001	280	105	29 400
2002	160	105	16 800
2003	180	105	18 900
2004	220	105	23 100
Total	1 100		115 500,

à agricultura intensiva, responsável em grande parte pelos problemas ambientais que hoje, os indígenas enfrentam.

3.2.3.2 Financeira e de fluxo turístico

A gestão financeira é controlada por RICANCIE e pela comunidade de *Las Galeras*. Conforme dados de RICANCIE e os guias de Napo Galeras recebeu dos anos 1994 a 2004 o equivalente a 1 100 turistas. RICANCIE recebe dos turistas o equivalente a um pacote de uma pessoa (4 dias/3noites, R\$ 140). Dos R\$ 140, RICANCIE fica com 25%, R\$ 35, para cobrir despesas com administração, promoção e *marketing*; repassa a Napo Galeras 75% (R\$ 105) para pagamento de transporte fluvial e terrestre, alimentação de turistas empregados, Tabela 3.

Tabela 3 – receita com base no fluxo de turistas Napo Galeras

Tabela 3- Receita com base na fluxo de turistas Napo Galeras

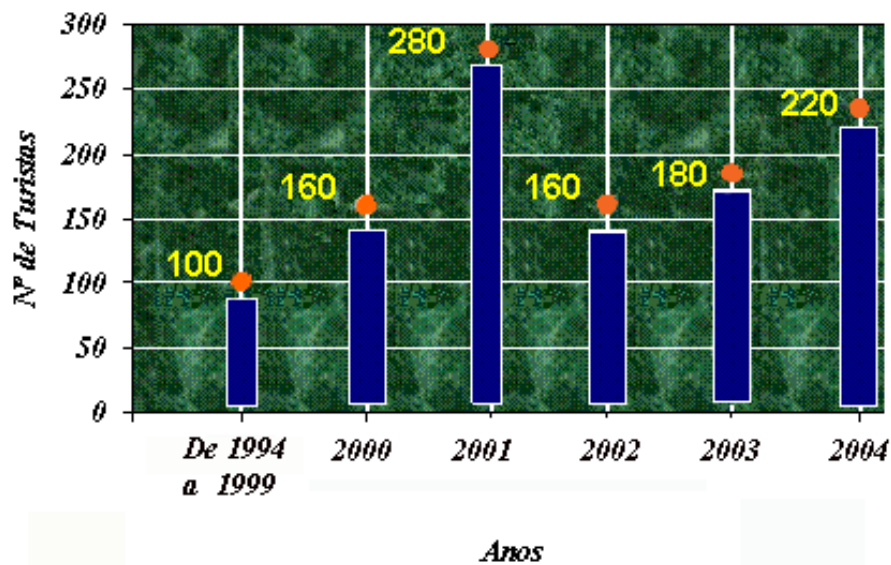
Fonte: Dados fornecidos por RICANCIE (2003,2004)

César Cerda do Departamento de Promoção de RICANCIE informa que os (9) EBC participantes da rede recebem no total em torno de 2000 ecoturistas/ano e que Napo Galeras é o EBC que recebe menos turistas porque é distante e seu acesso é difícil. Outro problema apontado pelos guias e por RICANCIE em relação ao fato de Napo Galeras receber menos turistas diz respeito ao fator sazonalidade, o período das chuvas (setembro, outubro, novembro, dezembro), chegando inclusive a infraestrutura ficar ociosa e a comunidade *Las Galeras* ficar sem acesso, pois os caminhos terrestres se tornam intransitáveis.

Os meses mais secos (janeiro e fevereiro) e os menos chuvosos (junho, julho e agosto) por serem os menos chuvosos são tidos como os melhores, ou sejam são considerados como alta temporada para Napo Galeras. Neste período de alta estação o número de turistas é maior, chegando a um total de 40 visitantes por cada mês. Conforme as informações de Cerda e dos guias, os grupos de turistas de Napo Galeras são pequenos, entre 2 ao máximo de 4 pessoas. Embora, a capacidade do albergue seja de 12 pessoas, se trabalha normalmente com 4 turistas, ou seja, a taxa média de ocupação é em torno de 30% em relação a sua capacidade total.

Napo Galeras tem hoje, 10 anos de existência Napo Galeras; sob o ponto de vista do Ciclo de Vida de Região Turística de Butler (1980), se encontra no estágio de consolidação de fluxo, na medida em que aumentou seu fluxo em 2004, em relação aos anos de 2002 e 2003 ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Ciclo de evolução do fluxo turístico de Napo Galeras



Fonte: elaborado a partir do modelo de Butler (1980), dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Segundo Butler (1980) a consolidação é uma fase crítica, o produto pode estabilizar ou estagnar. No caso de Napo Galeras, o fluxo pode se estabilizar e alcançar melhores índices de consolidação, pois o empreendimento tem forte imagem através da rede RICANCIE. Ademais, a percepção dos visitantes é a mais favorável no que diz respeito à diversidade de paisagens andinas e amazônicas, à observação de animais e ao desenvolvimento de atividades com oferecimento de vários tipos de atrativos desde caminhada etnobotânicas a oportunidades de turismo de aventura na Cordilheira.

Mesmo enfatizando o motivo da visita, que é a observação de paisagens e animais, a maioria deles considera a festa de despedida como uma oportunidade intercultural diferente de outras experiências já vivenciadas.

3.2.3.3 De marketing

O pacote de Napo Galeras é distribuído diretamente pelo *site* de RICANCIE. Indiretamente, se comercializa através da agência de viagem nacional Oro Travel S. A., em Quito, divulgada pelo *web*. Em 2004, procurou-se a referida agência, entretanto, foi impossível de ser localizada. A promoção está fraca, sem material publicitário, apenas com *kits* impressos sobre todos os projetos e seus atrativos no escritório de RICANCIE. Os impressos podem lidos e xerocopiados (o pagamento das cópias fica por conta dos turistas).

O principal meio de divulgação é a página *web*. Há publicações impressas, artigos publicados em revistas especializadas (*Cultural Survival Quartely*), artigos de pesquisadores divulgados na Internet e dois livros sobre os EBC do Equador. Entretanto, nenhum deste material é mencionado no *site* da RICANCIE. O projeto também consta de vários guias de viagens e dos materiais publicitários institucionais e das agências de viagens (impresso e *web*).

Em 2002, RICANCIE participou da feira internacional de Eventos (Expo-2000 Hannover), na Alemanha para divulgar os (09) EBC desenvolvidos na região do alto rio Napo.

3.2.4 Benefícios e custos

3.2.4.1 Econômicos

No caso de Napo Galeras, o ecoturismo se constitui numa nova alternativa econômica e complementar às atividades tradicionais (cultivo, pesca, coleta e lavagem de ouro) através da geração de empregos, redistribuição de renda e incentivos à diversificação de renda, Quadro 17.

Quadro 11 - Benefícios e custos econômicos Napo Galeras

Empregos gerados				Mecanismos distribuição renda	Diversificação renda	
Fixos	Rotativos	Temporais	Categoria beneficiada	Receita total RICANCIE 100%	Incentivo	Não Incentivo
06 locais	03 locais	01 local	90% (30 a 50 anos)	25% RICANCIE	-artesanato	-transporte

			10% (50 a 60 anos)	75% Napo Galeras: -10% transporte -30% alimentos - 30% salários (R\$ 9dia/pessoa) - 5% educação; saúde - 0% manutenção	-10% insumos comprado na comunidade	-criação animais domésticos
--	--	--	--------------------	---	-------------------------------------	-----------------------------

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003).

Napo Galeras tem gerado (10) postos de trabalhos locais: (6) fixos (2 guias, 2 artesãos 1 cozinheira e ajudante de serviços gerais); (3) em regime rotativo (camareira e cozinheira) e (1) temporário. Cada pessoa recebe por dia (R\$ 9). Todos postos rotativos são trocados a cada grupo de turistas. Há aproximadamente quatro mulheres já devidamente capacitadas para realizarem esta rotatividade. Aproximadamente a taxa de empregos gerada por Napo Galeras é de 10% para (180 habitantes de *las Galeras*).

As principais categorias beneficiadas são de adultos maiores e da terceira idade. Os idosos (uma mulher e um homem) se encarregam da confecção das armadilhas, de contarem as história e lendas da região. Os mais jovens são guias e se ocupam da cozinha e dos serviços gerais. As atividades de turismo não oferecem oportunidades aos entre 18 e 25 anos; estes não se fixam na localidade, trabalham nas companhias petroleiras.

Em relação aos mecanismos de redistribuição de renda, RICANCIE recebe 100% do pacote, fica com 25% e repassa 75% à comunidade. Do percentual de 75%, a comunidade distribui do seguinte modo: 30% paga os mantimentos comprados em Tena, 30% é destinado ao pagamento de pessoal, 10% ao transporte e 5% à educação.

Menciona-se que os percentuais de divisão de renda são variáveis, depende do número de turistas, entretanto, diferentemente da Reserva da Jaqueira, os salários não são acrescidos, se utiliza o trabalho de mais pessoas visando trazer benefícios maiores ao conjunto. Os salários de

Napo Galeras representam em aproximadamente 40% da renda familiar; as atividades extrativas representam 60%.

De acordo com informações de Francisco e Milton, depois da compra de mantimentos em Tena, pagamento ao pessoal de transporte e aos encarregados do albergue, pouco sobra para ser investido na compra de material escolar, medicamentos e alguns reparos na manutenção. Em relação à manutenção, percebeu-se que uma cabana de alojamento está praticamente sem condições de hospedagem. Para fazer frente aos gastos nas áreas educacionais e de saúde, os turistas são convidados a fazerem doações na festa do último dia.

No tocante a incentivos na diversificação de renda resultante, esta se deu em dois pontos: oficina de artesanato e a compra de produtos indígenas utilizados na alimentação dos turistas (mandioca, banana, palmito e frutas silvestres). Entretanto, não houve incentivo à criação de animais domésticos voltados à alimentação dos turistas e nos serviços de transporte.

3.2.4.2 Sociais

Napo Galeras apresenta benefícios sociais a respeito de capacitação, principalmente, na fase inicial; investimentos e melhorias em serviços essenciais, diversificação de renda e na relação de gênero tem ofertado postos de trabalhos às mulheres, Quadro 18.

Quadro 12 – Benefícios e custos sociais

Melhorias(educação, saúde, moradia)	Capacitação		Organização social	Inserção mulher mercado
	inicial	atual		
-mudança estrutura escola - construção comedor crianças	Univ. Califórnia INEFAM ECORAE <i>Acción</i>	ECORAE <i>Acción</i> <i>Amazonía</i>	-Presença bases organizativas anterior	- inserção mulher (04) postos trabalhos

-compra medicamentos, material escolar e motor gerador (luz)	<i>Amazonía</i>			
--	-----------------	--	--	--

Fonte: Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003).

Nos assuntos de investimentos e melhorias de saúde, educação e infraestrutura houve aplicação de recursos em relação aos seguintes aspectos: melhoria da estrutura da escola de 1º grau (substituição da madeira e palha por cimento, tijolo e amianto), construção de um comedior voltado à merenda das crianças, compra de medicamentos, de material escolar e de um motor gerador de eletricidade.

Na capacitação de recursos humanos, na fase inicial, houve oficinas de capacitação em Tena e em *Las Galeras*. Os dois guias passaram mais tempo se capacitando em Tena, cerca de três meses, receberam noções de ecossistemas, atividades de ecoturismo, *marketing* e atendimento. As mulheres participaram de uma oficina de capacitação em *Las Galeras*, onde receberam noções de higiene, manipulação de alimentos e receitas compatíveis com os gêneros alimentícios comprados em Tena, pois tinham relutância em usar determinados condimentos (alho). Atualmente, houve apenas uma oficina de atendimento para os guias em Tena.

Em relação ao nível de escolaridade, os mais velhos são praticamente analfabetos; os mais jovens possuem nível de escolaridade mínimo. Um fator socialmente e etnicamente benéfico se deve fato de todos os moradores falarem Quichua, dos mais velhos às crianças. Os mais jovens, em grande parte, do gênero masculino falam quichua e espanhol; as mulheres e os mais velhos (tanto gênero masculino quanto do feminino) são falantes incipientes do espanhol. *Las Galeras* não oferece educação secundária.

Na relação de gênero houve oferecimento de (4) postos de trabalhos às mulheres com um percentual de 50% dos postos gerados; as mulheres ocupam tarefas relativas à oficina de

artesanato, cozinha e serviços gerais. A exemplo da Reserva Pataxó da Jaqueira, nenhuma mulher ocupa cargo de dirigente.

Em referência às mudanças de padrões sociais, pela proximidade com diversos atores sociais (missionários, companhias petroleiras e Ong's) a maioria delas ocorreu em assuntos de alimentação, moradia, alimentação e consumo por objetos de consumo, principalmente de ferramentas de trabalho, combustível, lanternas e pilhas. Ligado a mudanças trazidas pelo ecoturismo, com o incremento na renda familiar, houve uma procura maior por aparelhos como rádios e comidas enlatadas, a exemplo de lata de atum.

Um dos fortes benefícios em Napo Galeras são as bases organizativas anteriores ao empreendimento, fator considerado imprescindível ao fortalecimento da autogestão dentro da perspectiva de gerenciamento e controle da comunidade local. Relacionado com a percepção do turismo pela comunidade a coesão interna do grupo e sua pequena densidade demográfica facilitaram a adesão ao projeto e ao desenvolvimento das atividades de ecoturismo ao mesmo tempo das atividades de economia tradicional. Outro ponto relevante que fortaleceu a percepção da comunidade em relação ao turismo foi o sistema de *minga* utilizado na construção do albergue.

3.2.4.3 Culturais

Em Napo Galeras, o ecoturismo fortaleceu o sentimento étnico e as manifestações culturais e houve uma incorporação de todos os modos de produção e reprodução nos atrativos, proporcionando-se, assim, a elevação da autoestima dos locais, Quador 19.

Quadro 13 - Benefícios e custos culturais

Valorização modos produção/reprodução Atrativos	Revitalização formas simbólicas	Uso de <i>performances</i> Culturais
Todos os atrativos	Sim	Ritual

Fonte: Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003).

Uma revitalização de suma importância se deu com a criação de um conjunto musical e danças tradicionais com alunos e professores da escola. Em 2003, o conjunto foi incorporado nos atrativos. A inserção das atividades produtivas e reprodutivas nos atrativos, segundo os moradores, foi um processo muito importante para afirmar suas expressões culturais, algumas já esquecidas e não realizadas continuamente antes do projeto, a exemplo do ritual apresentado na festa de despedida. As atrações de Napo Galeras proporcionam uma experiência intercultural vivencial tanto aos visitantes quanto aos locais.

3.2.4.4 Ambientais

Napo Galeras se localiza entre duas áreas de conservação Reserva Biosfera Sumaco e Parque Nacional-Sumaco-Galeras locais com a maioria de sua população os indígenas Quichua do alto Napo. A pressão nos ecossistemas é grande, em parte, devido aos projetos de colonização no entorno, às companhias petrolíferas, à ausência de mecanismos eficientes do órgão fiscalizador e, também, ao turismo desordenado desenvolvido por inúmeras operadoras de ecoturismo particulares.

No que tange aos benefícios e danos ambientais advindos do ecoturismo, em Napo Galeras se implantou um sistema de ocupação de ambientes de acordo com as necessidades da comunidade e das atividades de ecoturismo. O Plano de Aproveitamento de ambientes, foi inspirado no modelo adotado pelos Quichua na Praia do Cuyabeno. Assim, as zonas foram divididas do seguinte modo: intensiva indígena (destinada às casas e aos cultivos); de caça e

pesca de subsistência; de turismo intensivo (infraestrutura turística e uso de bote motorizado); de turismo de mínimo impacto (excursões a pé ou uso de canoas); de máxima proteção (usada para estudos científicos com permissão dos indígenas).

Em Napo Galeras, os ambientes ao desenvolvimento das atividades turísticas são propícios e distantes da zona de ocupação intensiva indígena, com exceção da visita. O bote motorizado somente é usado no rio Napo; no rio Huambuno, seu afluente, se usa canoa a remo.

Os principais benefícios e danos ambientais de Napo Galeras se encontram no Quadro 20.

Quadro 14 - Benefícios e custos ambientais

Infraestrutura turística	Medidas p/ controlar/reduzir impactos turismo	Programas defesa meio ambiente local/entorno	Capacitação locais; orientação aos turistas	Principais danos
-3 cabanas molde, material regional - boa dimensão -capacidade carga adequada	-Definição áreas exclusivas -Adequada capacidade carga	-não caçar de espingarda -não usar penas artefatos	-manual de conduta em Tena	-ausência código conduta no local -ausência cuidados ambientais -ruído gerador -uso lenha

Fonte: Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003).

A infraestrutura turística das três cabanas segue os moldes da arquitetura regional e utiliza materiais regionais (madeira, argila e palha). A distância do albergue/comunidade é considerada benéfica; deixa um espaço à privacidade tanto dos hóspedes quanto dos indígenas. O nível de conforto térmico é aceitável, sendo os alojamentos projetados de modo a receber sombra das árvores possuindo, os mesmos, uma boa ventilação. Através de janelas se descortinam paisagens diversas do rio Huambuno, das *chacras*, dos jardins de plantas medicinais e da Cordilheira Napo Galeras.

As cabanas são adequadas à capacidade de carga de turistas, garantem manutenção de áreas vegetais adjacentes e o acesso e passagem dos animais. Dentre os impactos negativos, se destacam: extração de materiais à construção do albergue sem um plano de manejo; latas vazias de conserva e sacos plásticos perto das cabanas e das *chacras*; ruído do gerador de eletricidade; uso de lenha para tornar potável a água e para o cozimento dos alimentos.

No tocante ao manejo de dejetos, alguns materiais são consumidos pelo fogo, os demais são jogados em áreas distantes ou enterrados. Em pequenas áreas cerca das escolas, dos quintais e da sede da Associação se encontram sacos plásticos e latas de conserva enferrujadas. Na capacitação dos locais em temas ambientais e informação aos turistas, segundo os guias, estes receberam algumas informações: evitar a caça de espingarda nas zonas, especificamente de proteção máxima e evitar retirar as plumas das águias e araras para a confecção de ornamentos. No escritório da RICANCIE-Tena, há um material afixado sobre condutas apropriadas dentro da comunidade *Las Galeras*.

3.2.5 Avaliação principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento

Napo Galeras, localizado entre o Parque Sumaco Galeras e a Reserva Biosfera Sumaco é um projeto com diversos concorrentes na Amazônia equatoriana, inclusive tem concorrência dentro dos EBC gerenciados por RICANCIE, a exemplo de *Río Blanco*. Com modelo de gerenciamento coletivo entre RICANCIE e os Quichua de *Las Galeras*, o empreendimento tem 10 anos de existência, atualmente, apresenta um cenário de fluxo médio, mas pequeno em relação à sua capacidade de carga. Sua oferta de serviços consta de transporte, alojamento, alimentação e atrações baseadas em recursos naturais, tradicionais e culturais, em um local isolado dos grandes centros, mas compartilhando espaço com empreendimentos de EBC da RICANCIE e particulares como o *Flotel Orellana* e o *Lodge La Selva*.

Os serviços de Napo Galeras tendem fortemente para um pacote com oferta de transporte terrestre e fluvial, guias indígenas licenciados, alojamento simples e confortável, alimentação regional e todas as atrações com raízes locais, se destacando as cerimônias de xamamismo, o ritual na festa de despedida e o mirador natural da Cordilheira. Seu produto está dirigido ao segmento *hard*, perfil de turistas que buscam atividades de médio a grande esforço físico, alojamento simples, alimentação típica e preço mais acessível. Napo Galeras se beneficia do fluxo dos visitantes internacionais vindos a Galápagos.

Em relação dos serviços de qualidade, há falhas na comunicação, na distribuição e atendimento com o escritório de RICANCIE, entretanto, em Napo Galeras a percepção dos comunitários em relação às atividades de ecoturismo, mesmo com 10 anos de existência, ainda é de sentimento de controle e envolvimento com as atividades.

Atualmente, a não consolidação de seu fluxo turístico de Napo Galeras se deve em parte a vários fatores: aumento de concorrentes com produtos e preços similares, mas com mais facilidade de acesso, em Tena e em grande parte da Amazônia equatoriana; ausência de investimentos na área de *marketing* e ausência de melhorias nos serviços e nos equipamentos.

3.3 NAPO WILDLIFE CENTER

3.3.1 Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações



Mapa 5 - Localização de Napo Wildlife Center

Fonte: Mapa exclusivo desenhado para *Napo Wildlife Center* pelo grupo Geo Graphos 2003.

NWC se localiza, no Lago *Añangu*, território da comunidade Quichua a 3,5 km em linha reta ao sul do rio Napo, dentro da parte norte do Parque Nacional Yasuní, província de Orellana, cuja capital se chama Coca.

Suas formas de acesso se dão mediante vôo a partir de Quito, embarque num bote motorizado a partir de Coca; a viagem até o posto de apoio é aproximadamente 2 horas e passando ao limite noroeste da Reserva Biosfera Yasuní. Depois, se segue de canoa até o lago “*Añangu*”, aonde se localiza o *lodge*, com uma viagem de 3 h. O trajeto é deslumbrante, podendo-se mirar bosques de palmeiras inundados de águas pretas e densas com uma variedade animal e de flora.

Nos serviços de telecomunicações, os mesmos se efetuam a partir do albergue através do uso de radio de HF (transistor) e telefones celulares. Com os escritórios de Quito e Coca, o contato se realiza através de telefones convencionais, fax, serviços de internet e correio eletrônico.

3.3.2 Natureza do empreendimento

NWC se localiza no Parque Nacional Yasuní, considerado o maior parque do Equador continental, situado entre as províncias de Orellana e de Pastaza, com limites ao norte com o rio Napo, a este com o Peru; a oeste, com a união dos rios Rumiyaçu e Tiputini. Nele se encontram assentados os indígenas Huaroani e os Quichua do baixo rio Napo.

O clima é quente e úmido com precipitação anual de 2 000 a 4 000 mm anuais. A topografia da região consiste de uma planície com pequenas ondulações, entre 300 a 600 m.s.n.m. As temperaturas oscilam entre 18°C e 35. Os principais rios da região são os Yasuní, Tiputini, Napo e Coca.

De acordo com Holdridge (1967) no Parque se há zonas de vida de bosque úmido tropical e bosque muito úmido tropical e nestes se encontram uma variedade animal e de fauna correspondentes aos referidos ambientes. Os atrativos turísticos ficam por conta da riqueza biológica e lacustre, espécies vegetais e animais impressionantes, principalmente, no Lago *Añangu*. Foram inventariadas 562 espécies de pássaros, 11 espécies de macacos e a família da lontra gigante.

A oferta ecoturística consta de pacotes com duração de 4 dias/3noites ao preço respectivo de R\$ 1 785 por pessoa, a passagem aérea ao custo de (R\$ 360 ida/volta fica ao encargo do passageiro). As saídas de Quito são de segunda a sexta feiras. O pacote oferece transporte, alojamento, alimentação e atrativos. Os últimos constam de: visita aos dois *saladeros* ou *lamederos*¹⁵ de araras (azul e amarela, vermelha, vermelha e verde), periquitos e louros de várias espécies, cerimônia de limpeza e purificação com o *sháman*, explicação e elaboração da *chicha*, passeios etnobotânicos, observação de animais nas duas torres, focagem de jacaré, remo, natação, pesca, jogo de arco e flecha e oficina de artesanato.



o Equador
utilizado é

de as

Foto 43- Torre

Fonte: Azevedo, 2004



Foto 45- Cabana Pajé
Fonte: Azevedo, 2004

Foto 44- Torre

Fonte: NWC, 2004



Foto 46- Artesanato
Fonte: Azevedo, 2004



Foto 47- Passeio canoa
Fonte: Azevedo, 2004



Foto 48- Colpa
Fonte: Azevedo, 2004

A infraestrutura consiste de dez cabanas construídas em diversos níveis para oferecer visão individual do lago, floresta e animais, mais escritório, alojamento para empregados, lavanderia, manutenção e casa administrativa. As cabanas em adobe, madeira (cedro, pupunha e capirona) têm paredes de bambu e de argila, teto de palha *locata* e *toquilla*. Os quartos são

equipados com uma cama de casal, *King Size* e outra de solteiro, todas com mosquiteiros, além de banheiros privados com inodoro, lavatório e ducha com água quente, sabão biodegradável, ventiladores de teto, cômodas, criados-mudos e porta-vela.

Uma grande janela de vidro permite o desfrute de uma vista ímpar. Na varanda, redes de algodão convidam ao descanso. O comedor-cozinha é amplo e possui áreas de descanso e socialização, pequena biblioteca, bar e serviços de banheiro.

São oferecidas três refeições, em sua maioria com culinária de padrão internacional. Na culinária típica se oferece “*pataraschca*” (em quichua: peixe envolto em folha e assado na brasa) e *cebiche* (tiras de peixe ou pedaços de frutos do mar marinados em suco de limão, cebola e pimenta), servidos com mandioca ou banana pacova frita ou cozida. Há oferta também de comida vegetariana.



Foto 49- Cabana turística
Fonte: Azevedo, 2004



Foto 50 – Dormitório
Fonte: Azevedo, 2004



Foto 51: Descanso
Fonte: Azevedo, 2004



Foto 53: Reservatório de Água
Fonte: Azevedo, 2004

Foto 52: Cabana
Fonte: Azevedo, 2004



Foto 54 - Comedor
Fonte: Azevedo, 2004

3.3.3 Gestão

3.3.3.1 Administrativa

NWC é gerenciada de forma coletiva pela Associação Quichua *Añangu* e pela Fundação Eco Equador, responsável pela captação de recursos junto à *Tropical Nature*. Pelo contrato firmado, em 2001, entre Eco Equador e *Añangu* as partes devem compartilhar os benefícios da seguinte forma: Eco Equador é proprietária de 51% das ações no albergue e os indígenas são acionistas de 49%, dividindo os custos na ordem de 1/1, ou seja, 50% - 50%. A totalidade da infraestrutura pertence à comunidade e Eco Equador tem direito exclusivo mediante concessão de operação turística por 20 anos. Após o período, a comunidade terá a opção de continuar com a sociedade ou se separar e continuar como proprietários absolutos. Eco Equador se responsabilizou pela capacitação.

A construção da infraestrutura turística e administrativa se deu com financiamento de USD\$ 1,3 milhões da Tropical *Nature*, captados por sua sócia a Fundação Eco Equador. Dos USD\$ 1,3 (40% foi aplicado em materiais de construção, pagamento de pessoal; 40%, em equipamentos; 20% em atividades administrativos, de mercado, capacitação e organização. Grande parte dos contratos de madeira, extração e preparação dos pentes de palha e argila foi executado pelos comunitários. O empréstimo dever ser pago ao final do terceiro ano de operação.

A Eco Equador se responsabiliza pelos serviços de logística (transporte aéreo, fluvial e terrestre), equipamentos, comercialização, distribuição e promoção a partir de Quito. Em Coca, se encarrega o escritório da Associação indígena. Os comunitários são responsáveis pelos serviços: transporte, cozinha, camareira, guia, jardinagem e limpeza. No albergue, um administrador não-indígena gerencia os serviços de recepção, alojamento e alimentação. Dois guias especializados, não-indígenas e bilíngües (espanhol e inglês) junto com os dois guias indígenas se incumbem das tarefas relativas às atrações e lazer.

Eco Equador e a associação indígena mantêm parcerias com a Tropical *Nature*, a Ong Peru Verde e a Ong Bio Brasil, com sede em Salvador, além das associações regionais indígenas localizadas em Coca. As bases organizativas e hierárquicas da associação *Añangu*, têm promovido oportunidades aos membros da comunidade de participarem do desenvolvimento, da gestão de instalações e atividades de ecoturismo e a referida situação impulsionou, assim, importante base à criação de uma eficiente parceria mercadológica em aspectos promocionais e de venda.

3.3.3.2 Financeira e gestão de fluxo turístico

A gestão financeira é compartilhada entre Eco Equador e a associação *Añangu*, os

ANOS	FLUXO TURISTAS	BASE CÁLCULO (R\$)	RECEITA (R\$)
2004	440	1 775,	78 100,
2005	700	1 775,	123 250,
Total	1 140		201 350,

sócios têm como objetivo usar toda a capacidade de leitos do NWC até o final de 2005, e assim, gerar de 35% a 40% de lucro para efetuar o pagamento do empréstimo. No momento grande parte da receita está sendo destinada às despesas com logística, transporte, pagamento de salários, promoção e distribuição do produto e manutenção da infraestrutura. Sobre o fluxo turístico o *lodge*, segundo informações coletadas com Eco Equador (abril 2005) a capacidade de leitos está ocupado por todo o ano 2005. Desde o início, NWC vem ocupando 100% de toda a sua capacidade. A receita teve como base o cálculo da quantia de R\$ 1 775, cifra correspondente ao pacote de 4 dias/3 noites, o mais utilizado pelos turistas. O fluxo e receita de NWC constam na Tabela 4.

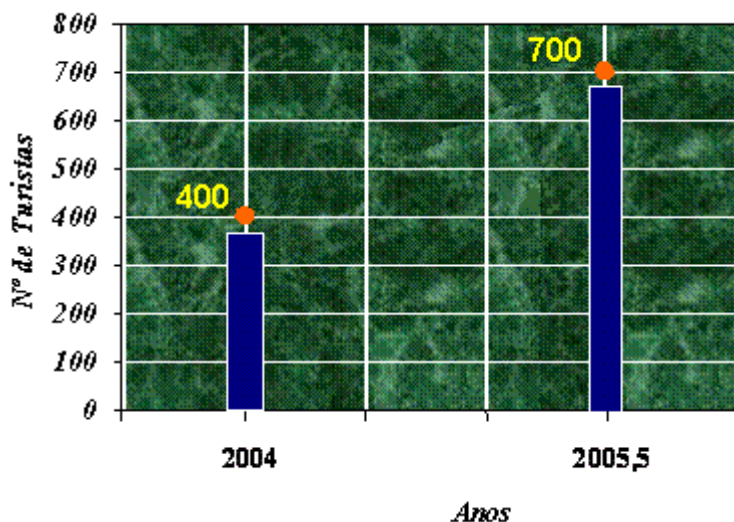
Tabela 4- Receita com base no fluxo turístico Napo Galeras

Fonte: Dados fornecidos EcoEquador (2004,2005).

Quanto à questão de sazonalidade, o albergue parece desconhecê-lo como obstáculo, tem 100% de seus leitos ocupados.

NWC tem aproximadamente 1,5 anos de existência; sob o ponto de vista; apesar de pouco tempo vida como oferta ecoturística, NWC vem ocupando toda a sua capacidade de leitos, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Ciclo de evolução do fluxo turístico de NWC



Fonte: elaborado a partir do modelo de Butler (1980), dados coletados em campo (Azevedo, 2004) e NWC (2005).

NWC apresenta um fluxo consolidado e adequado à sua capacidade de suporte, e com uma projeção de atingir 1000 turistas até o final de 2005. Grande parte desta consolidação se deve à sua gerência de *marketing*; por sua posição, atualmente é conhecido internacionalmente como o albergue de luxo da Amazônia equatoriana que trabalha com tecnologia de ponta; as equipes tanto indígenas quanto não-indígenas são capacitadas e experientes; o albergue oferece serviços de luxo rude com observação de animais e aves dificilmente observados em outros *lodges*.

3.3.3.3 De *marketing*

O pacote de NWC é divulgado e distribuído diretamente por Eco Equador pela página *web*, fax e correio eletrônico com o escritório em Quito e Coca. O material de promoção é ilustrativo e o *site* do projeto é constantemente atualizado com eventos relativos à iniciativa: inserção de novos atrativos, visita de pessoal especializado para observação de pássaros e as matérias de reportagem divulgadas nos jornais internacionais, a exemplo de: *New York Times*

(seção viagem, agosto 2004); *Tribune Herald* (agosto 2004); e canais televisivos especializados (Planeta Terra - BBC, 2004); BBWF - Um dos 10 sítios de mais pássaros do mundo (2004).

O projeto participou de várias feiras de viagem e especializada ao segmento de mercado de observadores de aves:

2003 - ITB - Berlim-Alemanha; WTM

- Mercado Mundial de Viagem – Londres/Inglaterra
- Mercado de Viagem América Latina – Quito- Equador
- Mercado de Viagem América Latina- Iguazu – Brasil.

2004 - BBWF Observadores de Pássaros - Inglaterra

3.3.4 Benefícios e custos

3.3.4.1 Econômicos

Para a comunidade *Añangu*-Bocana, o ecoturismo se constitui uma alternativa econômica nova e complementar às atividades produtivas primárias. NWC tem gerado postos de trabalhos, incentivado a diversificação e os mecanismos de redistribuição tem grande poder de intervenção da Associação *Añangu*, Quadro 21.

Quadro 15 – Benefícios e custos econômicos NWC

Empregos gerados			Mecanismos de distribuição de renda	Diversificação de renda	
Fixos	Temporais	Categoria beneficiada		Incentivo:	Não incentivo
18 locais	11 locais	-70% (20 a 30 anos)	51% Eco Equador		
02 não indígenas		-30% (31 a 50 anos)	49% comunidade	-serviços transporte /logística	-criação animais domésticos
			19% alimentos		
			9% transporte		
			10% infraestrutura	-artesanato	
			10% salários (R\$ 21/dia)		
			1% educação		

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004) e NWC (2005).

NWC tem gerado (31) postos de trabalhos locais: (20) permanentes (motoristas, guias indígenas, almoxarifado, camareiras, garçom, cozinheiro e ajudante de cozinha, jardinagem e serviços gerais); (11) postos temporários (canoeiros, serviços gerais e ajudantes). Os cargos de gerente, estação de geração de luz elétrica e de água e bar são ocupados por (2) não-indígenas. Cada empregado indígena ou não indígena recebe por dia R\$ 21. Somente o gerente não-indígena tem outro salário (quantia não fornecida). Os guias não-indígenas (02) recebem R\$ 105/dia cada um, mais as gorjetas dos turistas.

Atualmente, de acordo com a associação, a receita se reverte para pagar os custos de implantação, salários, alimentação, combustível e manutenção da infraestrutura. Os indígenas têm conseguido devido à sua estrutura organizativa e coesão interna decidir a utilização de 1% dos 49%, depois de pago as despesas, em áreas de educação. Quanto à distribuição de renda e sua aplicação, percebeu-se um controle muito benéfico da comunidade no assunto. O cenário de benefícios é muito mais claro e substancial do que na Reserva da Jaqueira, na medida em que ambos têm fluxo turístico consolidado.

O albergue NWC diversificou as fontes de renda através de serviços de transporte, logística, guias e artesanato. Entretanto, não se observou nenhum fortalecimento relacionado aos serviços de: à criação de animais domésticos voltados à alimentação dos turistas. Grande parte dos gêneros alimentícios se origina de Quito. A principal categoria beneficiada pelos empregos é de jovens com mais de 20 anos e adultos maiores. Os mais jovens são guias, canoeiros, cozinheiros e ajudantes de serviços gerais. Os mais velhos (as mulheres) são camareiras e responsáveis pelas plantações em torno do albergue e do jardim de plantas medicinais.

3.3.4.2 Sociais

Os indígenas de *Añangu* têm conseguido devido à sua estrutura organizativa e coesão interna decidir a utilização de seus benefícios, Quadro 16.

Quadro 16 – Benefícios e custos sociais

Melhorias(educação, saúde, moradia)	Capacitação		Organização social	Inserção mulher mercado
	inicial	Atual		
- compra painéis solares escola - 1% educação 2º grau jovens em Coca - construção oficina artesanato	Eco Equador	Eco Equador	-Presença bases organizativas anterior	- inserção mulher (04) postos trabalhos Presença de capital social anterior - Inserção mulheres (3) postos trabalhos - não há inserção mulheres dirigentes

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004) e NWC (2005)

Depois de dividir o pagamento das despesas com Eco Equador, a comunidade está destinada 1% dos 49%, à educação através de compra de material escolar; investimentos nos estudantes em Coca; fornecimento de painel solar às escolas de Bocana; pagamento dos professores e compra de medicamentos. Eco Equador se responsabilizou financeiramente pela construção de uma oficina de artesanato

Apesar da maioria dos empregados indígenas já possuem experiência entre (05 a 08 anos) em outros *lodges* (*La Selva e Sacha Lodge*) oficinas de capacitação voltadas aos temas de guia, ecoturismo, *marketing*, atendimento, qualidade nos serviços, manipulação de alimentos, camareira e artesanato foram realizadas tanto em *Añangu* quanto em Coca.

Em relação ao nível de escolaridade, todos os empregados são alfabetizados, bilíngües (quichua e espanhol); entre os mais jovens, alguns possuem nível secundário; os mais velhos possuem nível primário. O gerente não-indígena é formado em Administração, com domínio de inglês. Atualmente, há uma oficina de capacitação aos canoeiros e guias na língua inglesa.

Relacionados com as mudanças nos padrões sociais e de consumo, estão à proximidade da comunidade com Coca, o contato com as companhias petroleiras e as funções na área de turismo desempenhadas nos outros albergues. As mais substanciais se referem à alimentação, ao vestuário e ao consumo de: ferramentas, rádios, vestuário, combustível e latas de conserva.

Relativas ao ecoturismo, como a renda familiar tem sido incrementada, grande parte dos ganhos se destina à compra de eletroeletrônicos e enlatados.

No tocante à percepção do turismo pela população local, se percebe que os mesmos apresentam sentimento de euforia não somente pela geração de emprego, mas especialmente porque estão gerenciando um empreendimento que lhes pertence e não necessitam serem mais empregados de outros estabelecimentos.

3.3.4.3 Culturais

Em *Añangu*, segundo informações dos empregados do albergue e das mulheres artesãs, as atividades de ecoturismo possibilitaram o fortalecimento étnico e nas manifestações culturais dos Quichua do baixo Napo, Quadro 23.

Quadro 17 – Benefícios e custos culturais

Valorização modos produção/reprodução atrativos	Revitalização formas simbólicas	Uso de rituais/ <i>performances</i> Culturais
Todos os atrativos	Sim	Ritual

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Houve uma relativa incorporação dos modos de produção e reprodução nas atividades de ecoturismo (principalmente relacionado com a limpeza e purificação feita pelo *sháman* e a demonstração da elaboração da *chicha*). Verificou-se a ausência de mais atrativos com referências socioculturais a exemplo de apresentar os cultivos, danças, canções, contos e lendas. Em 2005, o artesanato ganhou uma revitalização de relevante importância: montou-se uma oficina e as artesãs demonstram sua arte fazendo os ornamentos junto com os turistas. A ênfase do *lodge* é na observação de pássaros.

As atrações de NWC estão mais voltadas à observação de aves seja no *saladero*, nas duas torres ou nos passeios de canoa. Outro aspecto interessante a ser mencionado é que os guias indígenas com exceção de Giovany Rivadera, não apresentam grandes contribuições em relação ao conhecimento da flora e fauna. Como a maioria dos hóspedes só fala inglês, quem toma a dianteira nas explicações são os guias não-indígenas, falantes do idioma. Os dois guias não indígenas, um naturalista e o outro biólogo são especializados somente em aves, portanto, se deixa de conhecer recursos de flora especiais. Em decorrência, somente parte das atrações pertencem e são controladas pelas pessoas da localidade. Em resumo, a experiência intercultural vivencial diminui tanto para os visitantes quanto para os locais.

Em NWC, contato com os indígenas se dá mais pela prestação de serviços (botes, canoas, camareiras, garçons), através de um contato mais impessoal, mesmo porque os moradores não se concentram em um só local, estão espalhados no entorno do lago.

3.3.4.4 Ambientais

Em NWC, conforme dados de Eco Equador e dos líderes da associação antes da implantação do albergue foi realizado um estudo de impactos ambientais e há um plano de manejo em relação ao uso de algumas árvores, manejo do lago e conservação das aves. Em relação às atividades de turismo foi estabelecido um zoneamento em diversas áreas, de acordo com as necessidades da comunidade e das atividades de ecoturismo, Quadro 24.

Quadro 18- Benefícios e custos ambientais

Infraestrutura turística	Medidas p/ controlar/reduzir impactos turismo	Programas defesa ambiente local/entorno	Orientação aos turistas	Principais Danos
-molde e material regional	-definição áreas exclusivas	-programas conservação		

-capacidade carga adequada -localização distante do lago - paisagismo - uso de espaço/vegetação passagem	- tecnologias baixo impacto	ambiental lago, madeira - não incentivo à caça -programa ambiental escolar	- código conduta afixado nas portas dos dormitórios	-----
---	-----------------------------	--	---	-------

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

A infraestrutura turística tem capacidade adequada, proporciona conforto com luxo, ventilação e observação de paisagens e animais com tecnologias de baixo impacto. A distância do *lodge* comunidade traz privacidade aos hóspedes e aos residentes. As cabanas e o restaurante mesmo com traços de requinte nos cômodos, na decoração e nos móveis, albergue consegue concretizar paisagismo com o ambiente, através de instalação, materiais e técnicas de baixo impacto. Manteve espaço e vegetação entre as cabanas, necessárias à passagem tanto de turistas quanto de animais. Por se situar em uma planície, provavelmente, a infraestrutura deixou de optar pelo uso de passarelas de madeira, então, se construiu rampas em argila, seixos e areia, com vegetação aos lados.

O usufruto dos atrativos é realizado longe da área de ocupação intensiva indígena, com exceção da visita. Bote motorizado é utilizado nos rios Napo, Coca e Tiputini; no lago *Añangu* se utiliza canoa. Dentre as medidas utilizadas para reduzir os impactos ambientais se destacam:

- a) projeto com tecnologia de ponta visando à redução dos impactos ambientais (2 motores de popa elétricos (12 kw cada e de 4 tempos e 4 painéis solares com um conjunto de 12 baterias de estação de 500 amperes/2kw) que geram energia para 60 focos de luz de baixa intensidade, 20 ventiladores de teto, três refrigeradores e 1 freezer vertical, além de proporcionar água quente aos banheiros; o abastecimento de eletricidade é de 24 horas.

- b) os resíduos plásticos, metálicos e baterias são levados de avião para Quito;
- c) todos os detergentes são biodegradáveis;
- d) o papel é incinerado e o resíduo orgânico enterrado;
- e) todos os motores de popa são de 4 tempos;
- f) 80% da energia são provenientes de painéis solares e os barcos são pintados de verde;
- g) utilização de depósito para colher água da chuva para usos de jardinagem e domésticos;
- h) manejo do lago
- i) projetos de conservação de aves e macacos.

No manejo dos dejetos, se observou treinamento/conscientização no sentido de tratamento de lixo orgânico e inorgânico na comunidade de Bocana, através de depósitos apropriados para tal destino. Não há lixo jogado nem perto da escola, nem perto do albergue.

NWC apresenta características de sustentabilidade ecológica mediante uso de avaliação dos impactos antes da construção de instalações, uso de tecnologia local, aplicação de modelos de planejamento e gestão de ambientes, através de controle de visitação e zoneamento de áreas naturais, turísticas e da comunidade.

Sumarizando, NWC se localiza sob a influência de uma área de conservação, com atividades de médio esforço físico, relativa facilidade de acesso via aérea e fluvial, equipamentos de qualidade e a maioria de suas atividades são realizadas mediante uso de bote e canoa. Apresenta um fluxo consolidado e adequado à sua capacidade de carga. Sua gestão compartilhada entre Eco Equador e comunitários, como sócios, tem concretizando resguardo de territórios através do controle e acesso aos recursos naturais, programas de conservação e de manejo do lago.

O empreendimento se destaca por apresentar diferentes características dos demais: os turistas vêm diretamente ao *lodge*, portanto já trabalha com segmento de turista. Apesar o projeto está na fase de exploração, a ocupação de leitos é pertinente e se notou envolvimento da população com as atividades de ecoturismo, sem o abandono das atividades tradicionais.

3.3.5 Avaliação dos principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento

NWC, localizado no Parque Nacional Yasuní, é um empreendimento com vários concorrentes na Amazônia equatoriana. Envolve um modelo de gestão compartilhada entre a Fundação Eco Equador e os indígenas Quichua do baixo Napo, comunidade **Añangu**. Com apenas 1,5 anos de existência, apresenta um cenário de alto fluxo turístico, mas adequado à sua capacidade de carga, com oferta de serviços, equipamentos de qualidade, equipe experiente, relativa facilidade de acesso através de via aérea e fluvial. Trabalha com um Divide espaço com três empreendimentos particulares a exemplo do *La Selva*, *Sacha Lodge* e *Casa del Suizo*.

Os serviços de NWC oferecem: transporte desde o aeroporto ao porto, botes motorizados com conforto, entrada ao Parque Nacional Yasuní (USD\$ 10) e restaurante de padrão internacional. Além destes serviços, há lavanderia, capas de chuva e botas de borracha, biblioteca, amplo espaço de descanso, bar com bebidas internacionais e típicas, quartos amplos e frescos, guias especializados bilíngües (espanhol e inglês), guias indígenas, sucos naturais de frutas aos turistas na chegada de cada atividade, equipe atenta e experiente.

O produto está voltado ao perfil *soft*, pessoas interessadas em observar animais, conhecer outros povos, mas tudo com conforto, serviços e equipamentos de qualidade e a maioria de suas atividades são realizadas mediante uso de bote e canoa. Neste ponto NWC tem muito a oferecer: as equipes tanto indígena quanto não-indígena são eficientes, conhecem o trabalho. Sua gestão

Mapa 6 - Localização Centro Pucani

Fonte: Carta Cartográfica Nacional-Escala 1/1000.000

IGN- PNUD/PNC:INEI

Ministério da Agricultura 2002

Pucani está situado na selva central peruana, na confluência do baixo rio Urubamba e rio Tambo, município de Atalaya, estado de *Raymondi*, região de Ucayali, num território compartilhado por duas etnias, Asháninka e Yine-Piro. Suas formas de acesso se dão pela via mais utilizada pelos turistas, *avioneta* de Lima- Atalaya (60 min.). A viagem fluvial até Pucani (em torno de 2 horas) é realizada em um bote motorizado; nesta, se observam: rios, pedras, praias de areia preta, bancos de areia com tartarugas, garças, mergulhões, acampamentos improvisados de pescadores, botes de transporte de pessoas e de produtos e, principalmente, botes da companhia petroleira Camisea. Depois, segue-se uma caminhada de 30 a 40 min. até Pucani.

Os serviços de telecomunicações com Atalaya são precários e irregulares; a partir de Pucani e *Nueva Libertad de Pukani* são efetuados por rádios transistores. No escritório de *Inka Natura Travel* (Cusco) e da Peru Verde (Cusco/Lima) há serviços de telefone, fax e correio eletrônico. Não há nenhum ponto de apoio da Peru Verde e *Inka Natura Travel* em Atalaya.

3.4.2 Natureza do empreendimento

Na região do Ucayali se encontram zonas de vida correspondentes aos estratos de floresta úmida tropical e floresta premontana muito úmida, caracterizadas por solos anualmente inundáveis (várzeas), solos eventualmente inundáveis e solos não inundáveis (terras firmes) com formações vegetais e fauna típicas destes ambientes (ROJAS, 1994).

Turisticamente a região do Ucayali se destaca pela observação de paisagens e pela riqueza hidrológica dos rios Ucayali, Urubamba e Tambo, com observação de animais silvestres (se destacando a capivara e lontra), principalmente nas inúmeras *colpas*¹⁶ de araras e várias espécies de periquitos e louros.

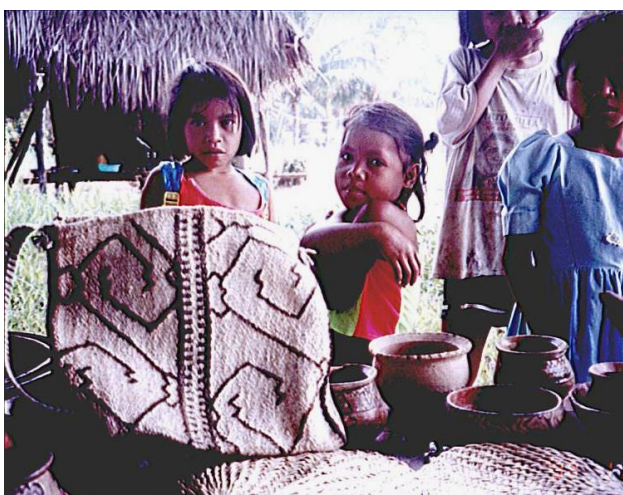
A oferta turística oferece pacote com duração de 6dias/6noites, ao preço de R\$ 105dia/por pessoa, com oferta de hospedagem, alimentação, transporte fluvial, guias e os seguintes atrativos. Estes, consistem de banhos no rio Pucani, caminhada até *Nueva Libertad de Pukani*, oficina de artesanato com as artesãs de ambas aldeias, visita às escolas, passeios de canoa para observar flora e fauna, partida de futebol com as crianças, caminhadas etnobotânicas e participação em uma *minga* (limpeza da escola, da *chacra* ou do terreno) junto com as mulheres e as crianças.



Foto 55- *Minga*
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 56- Artesanato Pucani
Fonte: Azevedo, 2003



Barraços nas margens dos rios, local onde as araras, os periquitos e os louros se reúnem para se alimentarem dos sais minerais, nutrientes encontrados no solo argiloso



Foto 57- Artesenato Libertad
Fonte: Azevedo, 2003

Foto 58- Futebol Pucani
Fonte: Azevedo, 2003

Como não havia alojamento turístico até setembro de 2003, o posto de saúde de Centro Pucani (Foto 62), servia de hospedagem. O banho era realizado no rio Pucani ou na bomba de água instalada ao lado da casa do professor Miqueas. O turista deveria levar saco de dormir ou rede, além de mosquiteiro.

Em outubro de 2004, à beira do rio Pucani foi construída a infraestrutura turística de três cabanas em formato retangular, em madeira (*pona, tornillo, quinina, bambu*), cobertura de palha. Duas servem de alojamento, com dormitórios e banheiros compartilhados; os banheiros são em ladrilho/argila/cimento e equipados com serviços de inodoro, chuveiro e pia. O mobiliário é simples, cama com mosquiteiro, banquetas e cabide para roupas. Cada cabana abriga quatro (4) turistas e a capacidade total dos leitos corresponde a (12) pessoas. Construiu-se também um comedor-cozinha, no formato redondo. A infraestrutura permite ampla visão do rio, da fauna e da flora. O uso de janelas teladas ajuda na ventilação e na proteção aos mosquitos.

A culinária com a oferta de três refeições é predominantemente regional e típica. Na última se destaca *patarashca, timbuchi ou chilcano* (peixe cozido) *bueten* (comida típica de banana verde cozida amassada com pescado), *sancocho* (espécie de caldeirada de galinha com legumes, verduras e tubérculos) e *patacones*.



Foto 59 - Posto de Saúde Pucani
Fonte: Azevedo, 2003

Foto 60- Comedor Cozinha
Fonte: Mujica, 2004



Foto 61- Atual cabana turística
Fonte: Mujica, 2004

3.4.3 Gestão

3.4.3.1 Administrativa

A construção das quatro cabanas da infraestrutura turística de Pucani se realizou devido à doação, em 2004, de USD 10 mil da *Tropical Nature*, captados por sua sócia Peru Verde. Peru Verde foi responsável pela capacitação na fase inicial e atual. Pucani tem gestão compartilhada entre os chefes comunais de Centro Pucani e *Nueva Libertad de Pukani*, mais o vice-presidente da Organização Indígena da Região de Atalaya (OIRA) e a Ong Peru Verde.

Os líderes comunitários Bernardino Asháninka e Rosário Elizabety Yine-Piro se encarregam do transporte fluvial, hospedagem, refeições e as atrações. O biólogo e especialistas

em ecoturismo da Peru Verde, Oscar Mujica e se encarrega do contato com os turistas interessados.

3.4.3.2 Financeira e de fluxo turístico

O gerenciamento financeiro é controlado pelos dois líderes comunitários, encarregados do recebimento do pagamento dos turistas, das compras de gêneros alimentícios e de combustível, pagamento dos salários e manutenção da infraestrutura. Compete, também, à comunidade os mecanismos de redistribuição de renda em serviços essenciais. Mediante

ANOS	FLUXO TURISTAS	BASE CÁLCULO (R\$)	RECEITA (R\$)
2002	16	210,	3 360
2003	20	210,	4 200
2004	12	210,	2 320
Total	48		9 880,

informações de Oscar Mujica e os dirigentes, Pucani recebe dos turistas a quantia de R\$ 210, o equivalente a um pacote de 6dias/5noites. De 2002 a 2004 obteve uma receita correspondente a R\$ 10 080, com um fluxo total de 48 pessoas, Tabela 5.

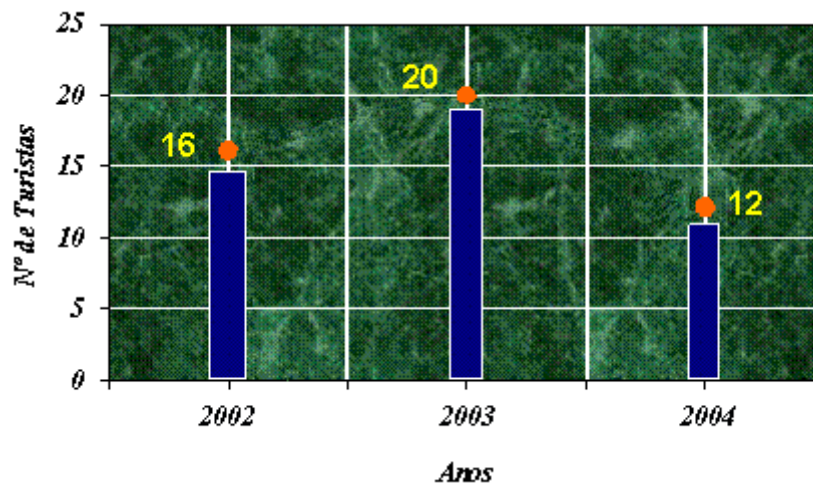
Tabela 5: Receita com base no fluxo turístico Pucani

Fonte: Dados fornecidos Peru Verde (2003, 2004).

O fator sazonalidade, meses chuvosos (outubro, novembro, dezembro de janeiro) afeta a iniciativa junto com o problema de logística. Para Pucani, os meses ideais para se receber turistas são os meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, as *avionetas*, responsáveis pelo transporte aéreo têm serviços mais regulares do que no período de chuvas.

Atualmente, Pucani tem 2,5 anos de existência; sob o ponto de vista do modelo Ciclo de Vida de uma Região de Butler (1980), se encontra na fase inicial, no estágio de envolvimento e exploração de fluxo turístico, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Ciclo de evolução do fluxo turístico Pucani



Fonte: elaborado a partir do modelo de Butler (1980), dados coletados em campo (Azevedo, 2003, Mujica, 2004).

O pequeno fluxo de Pucani se deve principalmente ao fato de o mesmo não ter se transformado em uma oferta ecoturística propriamente dita, com processo de distribuição e promoção. Mesmo com todos estes obstáculos, Pucani oferece atividades de caráter vivencial de costumes de duas etnias Asháninka e Yine-Piro junto a recursos naturais de ambientes de várzeas e interfluviais responsáveis pelas inúmeras *colpas* destinadas à observação de araras, papagaios e periquitos dos mais variados espécies. Ademais, Pucani pode impulsionar seu fluxo turístico com o aproveitamento dos turistas com interesse nos recursos arqueológicos e históricos do Peru.

A construção da infraestrutura turística deve possibilitar maiores oportunidades para Pucani se tornar um ecodestino e aumentar seu fluxo turístico. Um dos grandes seus problemas

como produto turístico, é seu acesso por via aérea, os serviços da aeronave atual são irregulares, depende das boas condições do tempo. Um recurso a ser utilizado concomitantemente com o serviço aéreo, seria utilizar a via rodoviária, usada pelo pacote ecoturístico pela operadora de ecoturismo *Pantiacolla*, em Cusco.

3.4.3.3. De marketing

Mesmo depois da construção da infraestrutura turística, Pucani não tem canais de comercialização. Não existe material de promoção e nem a iniciativa se encontra divulgada nas páginas *web* de Peru Verde e de sua agência de viagem *Inka Natura Travel*. O contato se dá através da Peru Verde por correio eletrônico

Em entrevista (outubro de 2004) com Carmem Guevara, coordenadora de receptivo e de relações externas da *Inka Natura Travel* se indagou da mesma qual o motivo de Pucani não ser divulgada como produto turístico pela operadora de ecoturismo. Segundo Guevara, “Pucani não se constituía um verdadeiro ecodestino, os custos de transporte aéreo eram altos, somente se operava à base de serviços de *avionetas*, uma vez por semana e com serviços irregulares e deficientes por causa das condições do tempo”.

Peru Verde e sua operadora de ecoturismo *Inka Natura Travel* já participaram de várias feiras de turismo nacionais e internacionais, inclusive em 2004, ganhou pelo segundo ano o prêmio *Adventure Travel Peru* do Governo Regional de Cusco por seus pacotes destinados a *Inka Trail* e a *Machu Picchu*.

3.4.4 Benefícios e custos

3.4.4.1 Econômicos

Em Pucani, o ecoturismo é alternativa econômica complementar às atividades de cultivo, pesca, coleta, extração de madeira, com geração de empregos, redistribuição de renda, aplicação de investimentos em serviços locais e na promoção de diversificação de renda, Quadro 25.

Quadro 19 – Benefícios e custos econômicos Pucani

Empregos gerados				Mecanismos distribuição	Diversificação renda	
Fixos	Temporais	Rotativos	Categoria beneficiada		Incentivo:	
06 locais	02 locais	08 locais	- 40% (30 a 40 anos) - 60% (41 a 50 anos)	- 20% transporte - 20% alimentos - 40% salários (R\$ 30/dia) -20% comunidade	-serviços transporte /logística -artesanato	-criação animais domésticos

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Em Pucani, antes da infraestrutura turística, duas mulheres, uma Yine e outra Asháninka desempenhavam tarefas de cozinha e limpeza, cada uma recebendo (R\$ 15). Com a construção do albergue, houve uma geração de (16) postos de trabalho: (6) em sistema permanente, destinados aos trabalhos de cozinha, camareira, guia e oficina de artesanato; (2) temporários: limpeza e serviços gerais; (8) em sistema de rodízio: (6) fiscais da “colpa”; (1) cozinheira e (1) camareira. Cada trabalhador do albergue recebe (R\$ 30/dia).

Cada fiscal recebe a quantia de (R\$ 300); a quantia paga aos fiscais independe da receita e do fluxo turístico, porque os custos são bancados pela Peru Verde em parceria com Tropical Nature através de um programa de conservação ambiental. Este projeto conseguiu doação de USD\$ 10mil captados pela Tropical Nature junto ao organismo internacional American Bird Conservancy.

Em Pucani, as atividades de turismo oferecem postos de trabalho aos jovens adultos e idosos (fiscais das *colpas*), entretanto, os jovens entre 20 e 30 anos não se fixam na localidade: são empregados em Atalaya

A redistribuição da receita é controlada pelos líderes e comunidade e tem beneficiado 16 famílias, (8) pessoas de cada aldeia com a geração de empregos. O ecoturismo tem contribuído com 30% da renda familiar, 70% advém da economia de subsistência.

A iniciativa proporcionou um maior desenvolvimento e ampliação dos artefatos culturais no sentido de comercialização, especificamente, em relação às peças de cerâmicas. Os serviços de porto, embarcação e transporte são realizados por pessoas ligadas diretamente à comunidade, os quais recebem um pagamento para efetivar os serviços. Um dos impactos positivos na diversificação da fonte de renda se dá principalmente na compra de insumos indígenas à alimentação dos turistas (frangos, peixes, mandioca, banana, feijão, palmito e frutas)..

Apesar do fluxo pequeno de turistas, a redistribuição dos lucros é equitativa, controlada pelos líderes e pela comunidade e tem beneficiado 16 famílias, além proporcionar melhorias em serviços locais, diferentemente de Reserva da Jaqueira. Mesmo enfrentando problemas de logística, distribuição e promoção, as comunidades têm se envolvido no ecoturismo, sem abandonar seus modos produtivos tradicionais.

3.4.4.2 Sociais

Em Pucani, os benefícios advindos do ecoturismo se mostraram em aspectos de investimento/melhorais em serviços locais, cursos de capacitação, fortalecimento das bases organizativas das etnias, bem como a incorporação de mulheres no mercado de trabalho, Quadro

Quadro 20 – Benefícios e custos sociais

Melhorias(educação, saúde, moradia)	Capacitação		Organização social	Inserção mulher mercado
	inicial	atual		
- compra medicamentos -compra motor gerador (luz) -compra material escolar	Peru Verde/ voluntariado	Peru Verde/ voluntariado	-Presença de bases organizativas anterior ao projeto	- incorporação de (8) mulheres postos trabalhos

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Em assuntos de investimento/melhorias em serviços essenciais locais, se observou a aquisição de medicamentos e de (1) motor gerador de eletricidade para Centro Pucani. Os materiais escolares foram destinados às duas comunidades.

Em temas referentes à capacitação, Peru Verde investiu em oficinas de manipulação e preparo de alimentos, noções de higiene, serviços de camareira, oficinas de atendimento e noções de ecoturismo para os guias. A maioria dos cursos de capacitação se realizou através do sistema de voluntariado internacional, mediante as parcerias de Peru Verde.

Em assuntos de escolaridade todos os empregados do albergue têm nível de escolaridade relativo ao ensino fundamental. Os mais velhos são alfabetizados. O nível de escolaridade encontrado em ambas aldeias é maior do que em Napo Galeras. Tanto os jovens quanto os mais velhos são bilíngües (Asháninka, Yine e espanhol).

Antes do projeto as duas comunidades já possuíam associações de comunitários e as mesmas estão se fortalecendo com as atividades de ecoturismo, na medida em que os gestores do empreendimento são os chefes comunais. Além disso, o trabalho coletivo sob sistema de *minga* na construção da infraestrutura turística contribuiu para a adesão da comunidade ao projeto. Neste, aproximadamente (15) indígenas entre Asháninka e Yine-Piro se

responsabilizaram pela extração da madeira, confecção dos pentes de palhas, preparação da argila, dentre outros. Por seu trabalho, cada indígena recebeu o equivalente a R\$ 20 ao dia.

Relativo à percepção do turismo pela comunidade, a *minga* trouxe maiores oportunidades dos indígenas se comprometerem com as atividades de ecoturismo porque segundo os mesmos, estavam relutantes em aderir a essa alternativa econômica porque era uma atividade diferente de seus hábitos cotidianos, ao contrário dos Quichua do alto e baixo rio Napo que já tinham contatos anteriores com o turismo.

No que tange a mudanças de padrões sociais, a proximidade das CCNN com Atalaya e Sepahua e o contato com colonos (através de assentamentos dirigidos), missionários e as ondas de violência praticadas pelo Sendero Luminoso provocaram mudanças nos valores, costumes e tradições das duas etnias: padrões de vestuário, cultivos, alimentação, moradia e de consumo. Há uma dependência maior dos produtos externos: ferramentas, latas de conserva, pilhas, lanternas, máquinas de costura, rádios, equipamentos de som e combustível e, principalmente, espingardas.

Com o ecoturismo, as mudanças se operam em níveis de aquisição maior por medicamentos, rádios, enlatados e máquinas de costura.

3.4.4.3 Culturais

Em Pucani, o ecoturismo está fortalecendo o sentimento étnico e as manifestações culturais das etnias Asháninka e Yine-Piro, Quadro 27.

Quadro 21 – Benefícios e custos culturais

Valorização modos produção/reprodução atrativos	Revitalização formas simbólicas	Uso de rituais/<i>performances</i> Culturais
Parte de atrativos	Sim	Não

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Parte das atividades produtivas e reprodutivas das etnias Asháninka e Yine-Piro foram incorporadas nas atrações de Pucani, estas dividem com a observação de aves os atrativos.

3.4.4.4 Ambientais

Em Pucani, a iniciativa não está localizada sob influência de nenhuma unidade de conservação, o projeto se destaca por suas áreas de várzeas dos rios Ucayali, Urubamba e Tambo. As áreas de ocupação indígena e turística foram estabelecidas de modo similar ao Plano de Aproveitamento utilizado em Napo Galeras e NWC, Quadro 28 .

Quadro 22 - Benefícios e custos ambientais

Infraestrutura turística	Medidas p/ controlar/reduzir impactos turismo	Programas defesa ambiente local/entorno	Orientação aos turistas	Principais danos
-3 cabanas molde, material regional - boa dimensão -capacidade carga adequada	-definição áreas exclusivas -adequada capacidade	-programas conservação <i>colpas</i> - evitar caçar - evitar retirar penas aves	-----	-ausência código conduta turistas -ausência cuidados ambientais -uso lenha cozimento -ruído gerador

Fonte: Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

Os ambientes ao desenvolvimento das atividades são propícios e os danos reduzidos: o bote motorizado é usado nos rios Ucayali, Tambo e Urubamba; no rio Pucani, são utilizadas apenas canoas a remo.

A infraestrutura turística de três cabanas se baseia em materiais regionais (madeira, palha e argila), é adequada à capacidade de carga do fluxo de turistas, é distante da comunidade, a situação beneficia tanto à privacidade dos hóspedes e dos moradores. A arquitetura garante relativo conforto, usufruto de paisagens e ventilação. Na construção das cabanas se mantiveram áreas vegetais adjacentes, as edificações são esparsas para facilitar o acesso das pessoas e de animais.

A respeito de manejo dos dejetos, os materiais inorgânicos são queimados pelo fogo, os demais são jogados em áreas distantes ou enterrados. Em pequenas áreas cerca das escolas e das sedes das Associações se encontram sacos plásticos e latas de conserva enferrujadas. Em termos de conservação ambiental Pucani possui um ponto relevante no aspecto de conservação das araras, periquitos e papagaios da “*colpa*”.

Na capacitação dos locais em temas ambientais e informação aos ecoturistas, não se percebeu nenhuma capacitação em relação ao tema de educação ambiental. O único cuidado visível é evitar retirar as plumas das aves para os cocares. Nos escritórios da Peru Verde não há manual de conduta.

Um dos grandes problemas de pressão ambiental enfrentados em Pucani é a caça e a extração predatória de madeira. A caça, embora restringida por questões de segurança, devido aos conflitos armados promovidos por Sendero Luminoso na área, ainda, se realiza, principalmente, para o autoconsumo. O consumo de carne de caça é considerado grande, mesmo porque todos os moradores possuem espingardas voltadas à tarefa de patrulhamento. Outro dano é a extração de madeira sem manejo, destinada à venda em Atalaya e Sepahua.

3.4.5 -Avaliação dos principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento

Pucani é o único empreendimento envolvendo terras e associação indígena na Amazônia central do Peru, na região do Ucayali. Seu principal concorrente é a Pousada Amazonas na região de Madre de Díos. Pucani tem 2,5 anos de existência, gestão compartilhada entre os Asháninka e Yine-Piro e Ong Peru Verde e as atividades de ecoturismo são complementares à economia tradicional.

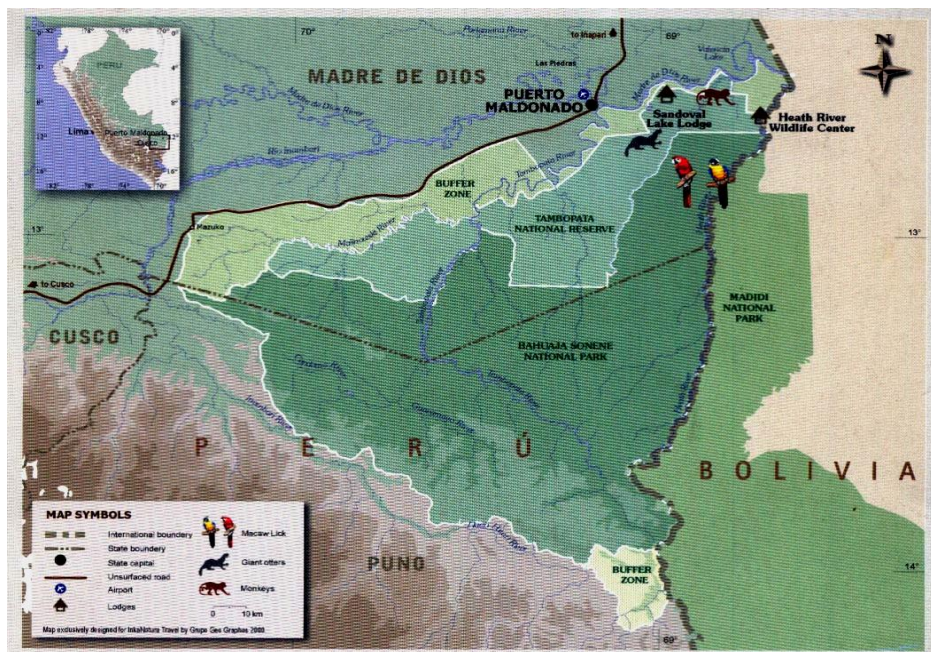
Pucani apresenta um cenário de fluxo turístico reduzido à sua capacidade de carga, isolado dos grandes centros, situação não privilegiada de mercado, com dificuldades de logística e transporte. Sua oferta consta de um pacote básico de serviços de transporte, alojamento, alimentação e desfrute de recursos naturais e culturais dos modos de produtivos e reprodutivos de duas etnias, cada uma com seu próprio idioma e costumes e a observação de aves.

Pucani atende visitantes com o perfil *hard*, pessoas interessadas no usufruto de paisagens, observação de animais, atividades de médio e alto esforço, alojamento simples, comida típica e sem padrão internacional e preços acessíveis. No aspecto de logística, depende de um voo semanal e seu acesso é dificultoso. No tocante à comercialização, esta não existe. O gerenciamento coletivo com a geração de 16 postos de trabalhos, a revitalização das manifestações culturais e o programa de conservação da “*colpa*”, são os fatores mais relevantes de Pucani.

Mesmo com todos estes obstáculos, Pucani oferece atividades de caráter vivencial de costumes de duas etnias Asháninka e Yine-Piro junto a recursos naturais de ambientes de várzeas e interfluviais responsáveis pelas inúmeras *colpas* destinadas à observação de araras, papagaios e periquitos dos mais variados espécies. Ademais, pode impulsionar seu fluxo turístico com o aproveitamento dos turistas com interesse nos recursos arqueológicos e históricos do Peru.

3.5 HEATH RIVER WILDLIFE CENTER- HRWC

3.5.1 Localização geográfica; formas de acesso; serviços de telecomunicações



Mapa 7 - Localização de Heath River Wildlife Center

Fonte: Desenhado exclusivamente para *Inka Natura Travel* por grupo Geo Graphos 2000

HRWC está localizado nas terras da comunidade indígena Ese'Eja, "*Sonene*", à margem direita do rio *Heath* e rio *Madre de Díos*, no município de Tambopata, estado de Tambopata, região *Madre de Díos*. HRWC se encontra sob influência de três Unidades de Conservação: Parque Nacional *Bahuaja-Sonene-Peru*, Parque Nacional *Madidi-Bolívia* e da Reserva Nacional de Tambopata.

Suas formas de acesso se realizam pela via mais utilizada pelos turistas, vôo Lima-Porto Maldonado (R\$ 360 ida/volta) e Cusco/Porto Maldonado (R\$ 240), ao encargo dos passageiros. A viagem fluvial de Porto Maldonado até Pucani é em bote motorizado, com aproximadamente 4,5 horas de duração pelos rios Tambopata, *Madre de Díos* e rio *Heath*. Às

margens destes rios se avistam garças, tangarás azuis, balsas de garimpeiros, palmeiras, bananeiras e bancos de areias.

Nos serviços de telecomunicações, a partir de HRWC, são efetuados por rádio transistor (rádios de onda curta). No escritório, em Porto Maldonado se conta com serviço de telefone, fax e correio telefônico.

3.5.2 Natureza do empreendimento

Conforme (UGARTE-OIT, 2000) por se encontrar sob a influência direta de três Unidades de Conservação, as paisagens têm ambientes de *Yungas* subtropicais (área intermediária entre a Cordilheira dos Andes e a planície Amazônica) e amazônicos do tipo subtropical. O regime de chuvas oscila entre 1000 e 4000 mm por ano; a temperatura varia entre 24°C e 31°C.

As três reservas contam com pisos ecológicos que variam entre os 250 e os 3 300 m. sobre o nível do mar em uma vasta área de bosques tropicais, oferecendo a presença de animais como: lobo de crina (*Chysocyon brachiuys*) e o sauím de coleira (*Saimini sciureus*). Na área foram inventariadas 575 espécies de pássaros, 1200 de borboletas, 103 de mamíferos (UGARTE-OIT, 2000).

A oferta ecoturística se compõe de um pacote de 4dias/3noites, ao preço de R\$ de 1 520/pessoa, com transporte terrestre (do aeroporto até o porto) e fluvial, alimentação, hospedagem e atrativos. Nas atrações constam caminhada etnobotânica, passeio em lagos para observação de lontras e aves, visita às *colpas* de araras, papagaios e periquitos, visita à aldeia, oficina de artesanato, visita a uma das reservas e observação noturna da anta.



Foto 62- Artesanato
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 64- Anta
Fonte: *Inka Natura Travel*, 2003

Foto 63- Colpa
Fonte: *Inka Natura Travel*, 2003



Foto 65- Visita
Fonte: Azevedo, 2003

A infraestrutura turística consiste de (6) cabanas com capacidade de leitos para um total de 12 pessoas; cada cabana é equipada com duas camas, banheiro privado, lavatório, ducha com água quente, ventilador e rede. Os dormitórios se encontram na parte baixa da planta e são ligados ao comedor-cozinha por meio de pontes de madeira (passarelas). O restaurante é amplo, equipado mesas, cadeiras, banheiros, bar, oficina de artesanato, sala de descanso e de leitura e varanda. Atrás se encontram o alojamento de empregados, casa administrativa, lavanderia e área de manutenção.

As habitações são em madeira (cedro e tornillo), com piso em tábuas de cedro beneficiadas, teto de palha do gênero *Astrocaryum* e *Genoma*, paredes de bambu e os banheiros de argila e ladrilhos. Ao redor das cabanas se encontra um bosque secundário com palmas dos gêneros *Socratea*, *Astrocaryum* e *Bactris*.



Foto 66- Passarela
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 67- Cabana
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 68- Comedor
Fonte: Azevedo, 2003



Foto 69- Varanda
Fonte: Azevedo, 2003

A culinária tem padrão internacional com oferta de alguns pratos típicos, onde se destacam: *timbuche* (caldo de pescado fresco); *inchicapi* (sopa de galinha com arroz e

castanha); *mingado de arroz* (tipo de arroz doce); sopa de *yuca* (pedaços de mandioca com carne seca picada temperada com coentro).

3.5.3 Gestão

3.5.3.1 Administrativa

A construção e operação do HRWC se efetuaram mediante investimento (empréstimo) de USD\$ 140 mil do Programa de Desenvolvimento Sustentável para Populações Indígenas da *Rainforest Action Network*, captados pelos sócios *Rainforest Expeditions* e a operadora de ecoturismo *Jungle Lodge*.

O contrato entre os sócios *Comunal Indian Lodge* dos indígenas Ese'Eja de *Sonene*, *Rainforest Expeditions* e *Jungle Lodge* estipula o seguinte em relação ao gerenciamento de recursos e operação: 60% à comunidade; 20% à *Rainforest Expeditions*; 20% à *Jungle Lodge*. A totalidade da infraestrutura pertence à comunidade indígena e *Rainforest Expeditions* tem direito de uso exclusivo deste mediante concessão de operação turística por 20 anos. Após este período, a comunidade terá a opção de continuar com a sociedade ou se separar, continuando desse modo, proprietária do albergue.

Rainforest Expeditions e *Jungle Lodge* se encarregam da logística, transporte (fluvial e terrestre), guias bilíngües (espanhol e inglês), comercialização e divulgação. A Associação Comunal se responsabiliza pela hospedagem, alimentação e atrativos. Dentro de sua linha política de atuação, a estrutura organizativa da empresa *Comunal Indian Lodge* é ineficiente quanto ao poder de negociação e de gerenciamento coletivo; desde seu início até o agosto de 2004, o albergue teve (4) pessoas ocupando o cargo de gerência, todos não-indígenas, inclusive estrangeiros; em setembro de 2004, um indígena boliviano Ese'Eja se encarregou da

administração do albergue. Pelo seu pouco tempo de administração não soube explicar a ausência de um envolvimento maior dos comunitários na gestão do HRWC, mas afirma que grande parte da ausência de comprometimento dos indígenas se deve ao conflito econômico e social entre eles e os colonos em *Sonene*.

A percepção dos indígenas, minoria em *Sonene*, em relação ao HRWC é de indiferença e apatia. De acordo com seus comentários, os mesmos não foram considerados como elementos decisores quando da implantação do projeto. Afirmam que o albergue era para ser construído na comunidade em Palma Real, local onde convivem mestiços e indígenas Ese'Eja. Entretanto, Palma Real não quis o projeto. E como o financiamento só aconteceria se no local houvesse indígenas, se construiu em *Sonene* que tem (6) famílias indígenas, as outras (16) de mestiços.

3.5.3.2 Financeira e de fluxo turístico

A gestão financeira é realizada por *Jungle Lodge*, não se obteve informações com o proprietário da operadora de ecoturismo. Conforme informações do gerente atual do HWRC, Eddy Tucha Melgar a maioria da receita fica com as duas operadoras para pagamento de transporte, combustível, compra de gêneros alimentícios em Porto Maldonado e pagamento dos guias bilíngües (espanhol e inglês). Uma parte desta receita, o equivalente a uma diária de R\$ 120 por turista, se destina ao HRWC para pagamento de pessoal.

Quanto ao fluxo de turistas, se obteve dados no livro de hóspedes, conforme Tabela 6.

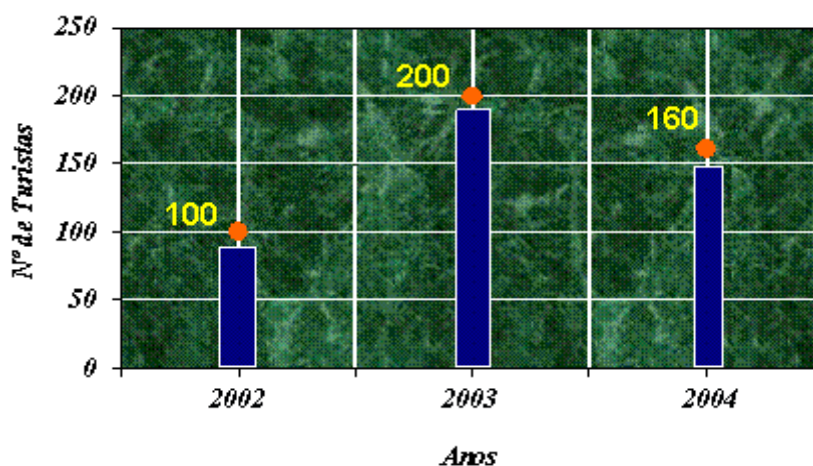
Tabela 6 - Receita com base no fluxo turístico de HRWC

Fonte: Dados coletados em campo (Azevedo 2003,2004).

ANOS	FLUXO TURISTAS	BASE CÁLCULO (R\$)	RECEITA (R\$)
2002	100	120	12 000,
2003	200	120	24 000,
2004	160	120	19 400,
Total	460		55 400,

HRWC existe desde setembro de 2002, com mais de 2,5 anos de duração; sob a visão do modelo Ciclo de Vida de uma região de Butler (1980) se encontra na fase de exploração de fluxo turístico, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – Ciclo de evolução do fluxo turístico HRWC



Fonte: elaborado a partir do modelo de Butler (1980) e dados coletados em campo (Azevedo, 2003, 2004).

HRWC se localiza sob a influência de três áreas de conservação e perto de um pólo consolidado como propicio às atividades de ecoturismo Tambopata; tem acesso relativamente fácil, com aproveitamento da infraestrutura de serviços (aeroporto, porto, transporte terrestre, telecomunicações, dentre outros), sua logística é eficiente e conta com uma equipe não-indígena experiente e guias especializados.

Contudo, este cenário não representa melhores índices de desempenho no fluxo turístico. Verificou-se que o albergue faz parte de um circuito combinado entre o *Lodge Sandoval Lake* e, mais recentemente, com o *Lodge Pampas del Heath*, dentro da Reserva Parque Nacional *Madidi*-Bolívia. Estes pela sua diversidade de aves e por possuírem torres de observação recebem um fluxo considerável de observadores de pássaros. Geralmente, os turistas ficam apenas uma noite no HRWC, no dia seguinte seguem para estes *lodges*. A situação foi constatada durante a investigação, através de informações de *Inka Nature Travel* (agência encarregada da divulgação e distribuição até agosto de 2004), o gerente do HRWC e com os turistas pesquisados.

Em função do conflito latente entre colonos e indígenas em *Sonene* e na medida em que o *lodge* não conseguiu minimizar o clima de tensão, não houve envolvidos nem dos indígenas, nem dos mestiços.

3.5.3.3 De Marketing

O pacote de HRWC deveria a, princípio, possuir três operadoras de ecoturismo na sua distribuição e divulgação *Inka Natura Travel*, *Jungle Lodge* e *Rainforest* com material promocional pelas páginas *web* através de serviços de telefone, fax e correio eletrônico com os escritórios das referidas operadoras em Porto Maldonado e Cusco. Entretanto, dentro da página *web* tanto da *Jungle Lodge* quanto da *Rainforest Expeditions* não se encontrou qualquer menção do referido albergue, apenas na página de *Inka Nature Travel* e da Peru Verde. No escritório em Porto Maldonado, não se obteve informações acerca do assunto. Todos os dados acerca de HRWC foram obtidos com Peru Verde e sua operadora de ecoturismo *Inka Nature Travel*.

3.5.4 Benefícios e custos

3.5.4.1 Econômicos

Para a comunidade *Sonene*, o ecoturismo não se constitui em uma nova alternativa econômica e/ou complementar às atividades primárias (plantio, pesca, coleta da castanha do Brasil e ovos de tartaruga, extração de madeira e da caça de animais silvestres), as principais fontes de renda do grupo indígena Ese'Eja, Quadro 29.

Quadro 23 - Benefícios e custos econômicos HRWC

Empregos gerados			Mecanismos de redistribuição de renda	Diversificação de renda
Fixos	Temporários	Categoria beneficiada	-90% logística, alimentos, guias não indígenas - 10% salários	não houve incentivo
- 3 - 2 locais - 1 não local	- 2 locais	- 90% (25 a 35 anos) - 10% (35 a 45 anos)		

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003)

Em *Sonene*, as atividades de ecoturismo têm gerado (5) postos de trabalhos: (2) fixos e locais; (1) fixo/não local; (2) temporários/locais. Os salários do camareiro e ajudante de serviços gerais são de R\$ 21 ao dia, para cada um deles. O gerente e o cozinheiro percebem mensalmente salários de R\$ 600. A principal categoria beneficiada está entre 25 e 35 anos. Em aspectos de taxa de fixação, há uma mínima fixação de jovens do gênero masculino com menos de 25 anos, a maioria migra para Porto Maldonado para trabalhar com serviços gerais

Em relação à compra de insumos indígenas, os gêneros alimentícios até a banana e mandioca são comprados em Porto Maldonado. Pelos dados do Quadro 29, percebe-se que a

maioria da receita do HRWC, em torno de 90% se destina ao custeio de transporte, alimentação e pagamento dos salários dos (2) guias bilíngüe não-indígenas; estes recebem a quantia de R\$ 105 ao dia, cada um. 10% da receita se destina ao pagamento dos empregados do *lodge*.

No que tange ao incentivo de diversificação de renda, não houve maior desenvolvimento e ampliação dos artefatos culturais no sentido de comercialização; os serviços de porto, embarcação e transporte são realizados por pessoas não-indígenas e não ligadas à comunidade. Os empregados do *Jungle Lodge* são responsáveis pela logística.

3.5.4.2 Sociais

No tocante aos benefícios e custos sociais de HRWC, se abordou indicadores acerca de investimento e melhorias nos serviços essenciais locais, o tipo de capacitação recebida pelos empregados, o nível das bases organizativas anteriores à implantação do empreendimento e a inserção de mulheres nos postos de trabalhos, Quadro 30.

Quadro 24 - Benefícios e custos sociais

Melhorias (educação, saúde, moradia)	Capacitação		Organização social	Inserção mulher mercado
	Inicial	Atual		
- parque infantil junto à escola	-----	-----	-ausência bases organizativas anterior	- não incorporação mulheres postos trabalhos

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003).

Em relação a investimento em infraestrutura e serviços essenciais (saúde, educação e habitação), houve a construção de um parque infantil perto da escola e o desenvolvimento de um projeto de compostagem destinado aos alunos; ambos sem manutenção e completamente desativados.

Em relação à capacitação, não houve oficinas, o gerente por ter sido empregado de outro estabelecimento de turismo tem noções de contabilidade e administração. O cozinheiro não-indígena já havia ocupado o cargo em outros empreendimentos de Tambopata. O ajudante e o camareiro receberam instruções dos diversos gerentes que passaram pelo *lodge*.

Em aspectos de escolaridade, os indígenas de *Sonene* são analfabetos; um ponto benéfico encontrado é que mesmo compartilhando território tanto em *Sonene* e em Palma Real (local de origem deles), se expressam em seu idioma. A maioria é bilíngüe tanto os mais jovens quanto os mais idosos.

Na relação de gênero, HRWC não incorporou a mão de obra feminina nas tarefas de camareira, cozinha e encarregadas das oficinas de artesanato. Quando indagadas sobre o assunto, elas declararam que preferiam trabalhar com a coleta da castanha do Brasil e os ovos de tartaruga porque eram atividades geradoras de renda.

Em relação ao capital social, a Associação foi criada para gerenciar o albergue em parceria com seus sócios *Jungle Lodge* e *Rainforest Expeditions*, contudo não tem efetivamente gerenciado o empreendimento.

Em temas pertinentes ao fato do ecoturismo ter produzido mudanças em padrões socioculturais, o grupo indígena devido aos contatos anteriores já possui um grande processo de aculturação em relação às etnias Quichua e Asháninka e Yine-Piro. Seus padrões sociais e de consumo se voltam à aquisição de rádios, pilhas e lanternas, ferramentas de trabalho e, principalmente, à aquisição de painéis solares destinados à geração de eletricidade.

3.5.4.3 Culturais

No tocante aos benefícios e custos culturais, com exceção da visita à aldeia, os modos de produção e de reprodução dos Ese'Eja não estão incorporados nos atrativos, Quadro 31.

Quadro 25 - Benefícios e custos culturais

Valorização modos produção/reprodução Atrativos	Revitalização formas simbólicas	Uso de rituais/<i>performances</i> Culturais
Somente um atrativo	Não	Não

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003).

A ênfase das atrações do albergue é a observação de animais (anta), as araras, os papagaios e periquitos da “*colpa*”. Na ausência de comprometimento dos indígenas com o ecoturismo, não houve fortalecimento das tradições, nem do artesanato.

3.5.4.4 Ambientais

Nos benefícios e custos ambientais se avaliou o tipo de arquitetura e material utilizado na infraestrutura, as medidas utilizadas para controlar/reduzir os impactos advindos do empreendimento, o desenvolvimento de programas de conservação e cuidados ambientais no local e no entorno. Abordou-se, também, se há algum tipo de orientação e manual de conduta aos turistas e análise dos principais danos nos ambientes, Quadro 31.

Quadro 26 - Benefícios e custos ambientais

Infraestrutura turística	Medidas p/ controlar/reduzir impactos turismo	Programas defesa ambiente local/entorno	Orientação aos turistas	Principais danos
-molde/materiais regionais -capacidade carga adequada -uso de passarelas	- definição áreas exclusivas - uso algumas tecnologias baixo impacto	-programa compostagem escolar	-----	- ruído gerador

Fonte: elaborado a partir de dados coletados em campo (Azevedo, 2003)..

As atividades de ecoturismo e produtivas foram definidas com base na definição de zonas destinadas ao turismo e à comunidade, se utilizando um Plano de Aproveitamento de ambientes similar ao desenvolvidos nos empreendimentos do Equador e, em Pucani, selva central do Peru.

O albergue possui adequada capacidade de carga, foi construído com material e arquitetura regional, garante conforto térmico, ventilação e usufruto de paisagens. Oferece espaços de vegetação à passagem de animais e humanos, seu paisagismo se coadunou com os ambientes dentro da perspectiva de ser um *lodge* luxuoso, mas com o uso de algumas tecnologias de baixo impacto. Dentre elas, se destacam o uso de gás propano para aquecer a água do banho, separação de lixo, detergentes biodegradáveis e uso de passarelas e de caminhos sinalizados no acesso ao *lodge*. Apesar da ênfase de seus atrativos ser a observação da anta e aves nas *colpas*, não nenhum programa de conservação destes animais. Em temas voltados à orientação dos turistas, há um manual com regras, afixado nas portas dos quartos.

3.5.5 Avaliação dos principais pontos e tendências para o futuro do empreendimento

HRWC, localizado sob influência de três áreas de conservação (Reserva Nacional de Tambopata, Parque Nacional *Bahuaja-Sonene* e Parque Nacional *Maddi*-Bolívia) envolve um modelo de gestão diferente dos outros empreendimentos, com associação indígena dos Ese'Eja de *Sonene* e duas operadoras de ecoturismo privadas, *Jungle Lodge* e *Rainforest Expeditions*. HRWC é um empreendimento com vários concorrentes no Peru, principalmente os situados no pólo ecoturístico Reserva do Manu e na Reserva Candamo Tambopata, como o Pousada Amazonas e o *Sandoval Lake*, na Reserva Parque Nacional *Maddi*-Bolívia, como o Pampas *del Heath*, com mais 2,5 anos de operação, com relativa facilidade de acesso por vias aérea e fluvial e apresenta um cenário de pequeno fluxo em relação à sua capacidade de carga.

Sua oferta consta serviços de transporte, alojamento, culinária de padrão internacional, atrativos com ênfase na observação de animais, equipamentos de qualidade e equipe não-indígena experiente. Atende principalmente aos turistas estrangeiros dos Estados Unidos, da Inglaterra, Suíça e Portugal e, em menores proporções, do mercado nacional.

O empreendimento apresenta problemas de gerência financeira e administrativa por parte da empresa indígena, gera poucas oportunidades de trabalho aos indígenas, principalmente, às mulheres. O gerenciamento administrativo é ineficiente por parte dos indígenas. Há ausência de controle e envolvimento dos Ese'eja pelo empreendimento. Percebeu-se que a Sonene não estava preparada para trabalhar com o turismo, então o nível de seu envolvimento é muito baixo. Em função disto, o ecoturismo não se concretiza como uma alternativa econômica e/ou complementar aos cultivos e, principalmente, à coleta da castanha do Brasil, à extração de madeira e à caça de animais silvestres. Apesar de possuir um modelo gestão (empresas privadas e comunidade) referenciado pelos especialistas como um dos mais

favoráveis na gestão de mercado, HRWC não obtém credibilidade de benefícios aos locais e não consolida um espaço no cenário turístico regional.

4 DISCUSSÃO

Neste capítulo discutimos dados levantados nos cinco empreendimentos de ecoturismo, identificando os seguintes elementos norteadores: 1 questão da localização e estratégias logísticas para superar barreiras; 2 a natureza do empreendimento: os recursos naturais, históricos e culturais utilizados como elementos do turismo ecológico e do turismo cultural; 3 a relevância das iniciativas para assegurar o controle de território e o acesso aos recursos naturais; 4 modelo de gestão adotado com ênfase na administrativa, financeira, de fluxo turístico, de *marketing* e de recursos humanos, todos eles voltados ao processo de se constituírem em componentes diferenciais nos vários níveis de gerenciamento.

Em seguida, serão abordados os benefícios e custos econômicos, sociais, culturais e ambientais promovidos pelo ecoturismo. Por último, se realizará uma análise de SWOT de cada empreendimento para analisar suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de fatores sobre os seguintes fatores: tipo de investimento e modelo de parceria adotados, logística, situação de mercado, grau do fluxo turístico, nível de gerenciamento, controle e participação das comunidades diante de suas parcerias e o grau de benefícios nos diversos níveis, resultantes destas formas de gerenciamento e intervenção.

4.1 Localização, acesso e logística

Em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de iniciativas na Amazônia, há uma tese dominante que grande parte de suas dificuldades se dá pela localização das mesmas em locais isolados, com falta de apoio de infraestrutura e serviços irregulares de transportes e de comunicações. A respeito das condições atuais das populações da Amazônia, Clay (2002)

declara que os empreendimentos na região enfrentam obstáculos em vários aspectos, dentre eles às grandes distâncias dos principais mercados.

No turismo, conforme McKercher (2002), o acesso ao mercado está relacionado à vantagem competitiva e comparativa que uma destinação tem em relação a outras, tendo em vista que sua posição favorável perante aos mercados principais. Conforme a teoria de acesso de mercado, uma destinação com acesso relativamente mais fácil a um mercado tirará proveito de taxas de utilização mais altas em comparação com uma destinação com produtos semelhantes, porém com dificuldade de acesso. Em termos práticos, significa que a maioria das pessoas comprará ofertas com mais facilidade de acesso, mesmo no ecoturismo, a menos que o produto de maior distância ofereça um caráter único.

Aplicada a teoria ao ecoturismo, faz-se necessário retirar a visão romântica de que no mesmo a localização não é fator primordial e que os recursos naturais se bastam por si sós. As atividades de ecoturismo bem planejadas e implementadas concebem produtos ecoturísticos agregados a condições de acesso, alojamento, alimentação, segurança de equipamentos e atendimento de qualidade.

Dos cinco estudos de casos, quatro se localizam em ambientes amazônicos e subandinos do Peru e do Equador e uma só iniciativa se localiza em ambientes da Mata Atlântica, precisamente, no pólo de turismo denominado Costa do Descobrimento. Decorrentes destas posições se encontram três cenários relacionados com os fatores isolamento e logística e a superação ou não dos obstáculos resultantes deste processo.

No primeiro cenário, fora da Amazônia e com facilidade de acesso e aproveitamento do fluxo turístico e dos serviços do pólo de turismo está o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira, situado no extremo sul da Bahia, numa área litorânea, com situação privilegiada de acesso e perto de todo o tipo de infraestrutura pertinente aos pólos de turismo de massa.

Num outro contexto, dentro da Amazônia, dois se apresentam com mais facilidade de acesso e a superação dos obstáculos se deram através do uso de logística própria e pelo aproveitamento da infraestrutura de transporte e serviços de comunicação dos centros situados próximos aos mesmos. Nestes, se inserem o NWC e o HRWC.

No terceiro cenário, os empreendimentos se posicionam pelo difícil acesso e o isolamento destes são resultados das condições climáticas das áreas amazônicas onde se localizam, da ausência de logística própria e da falta de apoio de serviços de transporte e de comunicação regulares dos centros povoados mais próximos. Nestes, se inserem Napo Galeras e Pucani.

Situação do porte em que o estabelecimento oferece relativa facilidade de acesso e utilização de logística apropriada, foi comprovada em dois dos quatro situados na Amazônia, se destacando em melhores posições, o NWC, seguido do HRWC.

4.2 Natureza e componentes da oferta ecoturística

Para a OIT (2001), o EBC consiste na oferta de serviços aos viajantes com alto poder aquisitivo para compartilhar experiências de usufruto de recursos naturais, históricos e culturais e não somente atrativos vinculados ao turismo ecológico. Conforme Drumm e Wesche (1999) o turismo baseado em comunidade se aproxima do turismo cultural, étnico e do patrimônio cultural e seus atrativos devem se concentrar nas tradições e nas populações locais.

Qual é o nível de atratividade dos pacotes de ecoturismo baseado em comunidade? Quais os elementos oferecidos para torná-lo uma experiência única aos consumidores? Por que um tem mais caráter intercultural do que outro?

Verificou-se que todos os empreendimentos oferecem pacotes com ofertas similares ao enfocarem suas atividades através de componentes do turismo cultural e turismo ecológico;

contudo, há similitudes e variações graduais de diferenças em cada um. Dentre as atividades componentes do turismo ecológico se destacam o oferecimento de passeios etnobotânico, observação de aves (torres, miradores naturais, *colpas*), passeios de canoa, banhos nos rios, natação, pesca, lavagem de ouro e apreciação de jardins de plantas medicinais e jogo de arco e flecha, Quadro 37.

Por sua vez, os elementos incorporados pelo turismo cultural são: cerimônias de xamamismo, encenações de rituais e *performances* culturais, oficina de artesanato, participação no sistema de *mingas* (limpeza *chacras*, escolas, sedes das associações), narração de contos e lendas, demonstração da elaboração da *chicha*, museu e noções da língua indígena, Quadro 38. Há atividades que são mistas porque combina elementos dos dois tipos ao mesmo tempo em que se pratica a atividade, Quadro 40.

Quadro 27 – Atividades componentes do turismo ecológico

	Reserva Jaqueira	Napo Galeras	NWC	Pucani	HRWC
Trilhas	X	X	X	X	X
Observação animais/aves		X	X	X	X
banhos rio		X	X	X	X
Natação		X	X	X	
Pesca		X	X		
Passeios canoa		X	X	X	X

Quadro 28 – Atividades componentes do turismo cultural

	Reserva Jaqueira	Napo Galeras	NWC	Pucani	HRWC
xamamismo		X	X		
Rituais	X	X			
<i>performances culturais</i>	X				
Oficina artesanato	X	X	X	X	
participação <i>mingas</i>		X		X	
Narração contos/lendas		X			
Elaboração <i>chicha</i>		X	X		
Museu		X			
Noções idioma indígena		X			

Quadro 29 - Atividades mistas

	Reserva Jaqueira	Napo Galeras	NWC	Pucani	HRWC
Passeios etnobotânicos	X	X	X	X	X
lavagem ouro		X			
jogo arco/flecha	X	X	X		

Quadro 30 - Número de atividades oferecidas por cada pacote

	Reserva Jaqueira	Napo Galeras	NWC	Pucani	HRWC
Ecológicas	1	6	6	5	4
Misto	3	4	3	1	1
Cultural	4	8	3	2	
Total	8	18	12	8	5

Através dos Quadros 33 e 34 se observa que em todos os pacotes há combinação entre os elementos do turismo ecológico e do turismo cultural, ilustrado no Quadro 35. Levando-se em

conta a perspectiva de Drumm e Wesche que nos EBC a concentração dos atrativos e interesses deve ser nas raízes locais das populações, tal fato é referendado em dois dos cinco casos, com maior ênfase em Napo Galeras e Reserva da Jaqueira (menor gradação). Nestes, as atividades ecológicas praticamente se igualam às culturais. Nas demais ofertas, há uma predominância de turismo ecológico, fato encontrado em NWC (em menores escalas) e HRWC e Pucani (em maior escala).

Pelas constatações acima, se observa que os grupos indígenas não se constituem num “fim”, mas num “meio”, porque são em seus territórios, especificamente na Amazônia (Equador, Peru e Brasil) que se encontram significativos recursos naturais, ainda não depredados e animais a serem observados. O resultado da pesquisa corrobora a investigação de Epler Wood (2004) quando indica que o maior interesse dos ecoturistas ao se deslocarem a países em desenvolvimento é ver natureza silvestre.

Pela exposição de Epler Wood e pelas situações encontradas, o mercado de ecoturismo é composto de um grupo de consumidores dispostos a pagar um preço, para satisfazer seus desejos de observação da vida silvestre. Nesta apreciação, se houver oportunidade de usufruto para vivenciar culturas de povos diferentes, a experiência se torna mais intercultural, segundo nossa pesquisa realizada com os ecoturistas nos estabelecimentos. De acordo com nossos dados, na Reserva da Jaqueira, 50% de suas atividades são de caráter cultural; no Napo Galeras, 50% se dirige ao turismo cultural; em NWC, 50%, é do turismo ecológico; em Pucani, 80%, corresponde a atividades ecológicas; no HRWC, mais de 90%, corresponde ao turismo ecológico.

4.3 Resguardo de territórios

Uma de nossas hipóteses formulada se refere ao fato do ecoturismo promover o resguardo territorial e o controle sobre os recursos naturais, dos quais dependem em grande parte os indígenas da Amazônia para efetivarem sua economia tradicional. Sobre o assunto, Chase Smith (1995; 2002) enfatiza que os projetos de alternativas econômicas são criados para que os comunitários possam ter maior controle e acesso de seus territórios e recursos naturais diante das pressões de diversos atores sociais; depois se pensa na gestão de mercado.

Em relação ao fato de iniciativas coletivas indígenas promoverem o resguardo de território, a situação se evidenciou em quatro iniciativas, Reserva da Jaqueira, Napo Galeras, NWC e Pucani. Em HRWC, as atividades de ecoturismo não conseguiram favorecer o controle territorial por parte dos Ese'Eja de *Sonene* devido, principalmente, ao conflito econômico e social existente entre colonos e indígenas, surgido desde a formação da comunidade e pela ausência de preparação dos comunitários à nova atividade.

4.4 Eficácia de gestão administrativa e gerenciamento de mercado

Conforme base teórica e hipótese formulada, as empresas coletivas podem assegurar o controle de território e de recursos naturais, porém não alcançam eficácia de gestão e não são eficientes do ponto de vista de mercado. Sobre o assunto, Chase Smith (1995; 2002) demonstra através de vários estudos de casos de manejo florestal no Peru, no Equador e na Colômbia: em geral, as empresas coletivas (implantadas através de doações) não são viáveis, sendo a falta de sentido de propriedade pessoal e a natureza das atuais condições dos grupos indígenas. Antes, a produção, a distribuição e o consumo de produtos indígenas tinham como base as relações de parentesco; nos dias de hoje, elas tendem a se realizar em torno da economia de mercado, onde

suas características sociais e culturais de organização não determinam as regras de mercado. Este conflito, segundo, Chase Smith (1995; 2002) tem sido uma das principais razões de insucesso das iniciativas coletivas.

Clay (2002) apóia a tese de Chase Smith (1995) ao afirmar que na maioria das vezes os projetos administrados por associações comunitárias, os dirigentes cobrem seus gastos pessoais com a receita da iniciativa. Há pouca expectativa de responsabilidade contábil pelo uso dos fundos doados e de acordo com Chase Smith (2002) o empreendimento dependente de “doação” não tem mostrado muito êxito em melhorar a posição dos indígenas no seu conjunto, nem tem promovido necessariamente uma maior solidariedade no interior da comunidade.

Pelos enunciados dos autores acima, o modelo de gerenciamento das empresas coletivas têm poucas condições de gestão eficiente, especialmente, quando esse modelo tem a “doação” como recurso financeiro. McCay e Jenttoft (2002) sugerem que as empresas comunitárias e a tragédias dos bens comuns sejam pensadas como falha da comunidade e falha do mercado. Em relação às falhas da comunidade enumera os seguintes fatores: falta de conhecimento, desorganização, estratificação, conflitos de interesses e rivalidade interétnica.

Outros autores enfatizam que grande parte das dificuldades das iniciativas obterem eficácia de gestão administrativa e de mercado, se dá em razão do modelo de gestão e parceria. Indaga-se, qual modelo de gestão e quais os tipos de investimentos e de parcerias proporcionam melhores desempenhos de mercado e eficácia de gerenciamento? De acordo com os argumentos de Heher (2003), Burneo (2002) e o Manual de compilação de boas práticas (OMT, 2004) a gestão entre empresa privada e comunidade tem mais possibilidades de êxito, porque supõe mais eficácia de gestão e o investimento não é uma “doação”, mas um empréstimo a ser pago, conseqüentemente, haverá mais responsabilidade contábil.

A respeito das experiências de gestão compartilhada não serem viáveis do ponto de vista de mercado e eficácia de gestão porque foram criadas para assegurar os territórios e não como

empresas de negócios, os resultados são diferentes para as cinco localidades. Duas se destacam pelo desempenho no gerenciamento mercadológico e na eficácia de gestão de fluxo turístico: Reserva da Jaqueira e NWC. Todavia, cada caso tem suas próprias especificidades.

Através de tipo de investimentos (Reserva da Jaqueira: doação; NWC: empréstimo) e modelos de gestão diferentes (Reserva: associação indígena; NWC: Associação indígena e Fundação Eco Equador) ambos apresentam altos fluxos turísticos e na gestão mercadológica utilizam diversas estratégias e parcerias direcionadas ao composto de venda, divulgação e distribuição da oferta ecoturística. Com estas ferramentas alcançam grande fluxo turístico, maior receita e ótimo desempenho mercadológico. Tais situações corroboram com a idéia de que o ecoturismo pode ser mais viável quando o empreendimento se localiza perto de mercados consumidores, em pólos de turismo e com toda acessibilidade e infraestrutura mínima de serviços de transporte e logística.

Os altos fluxos de Reserva e NWC ocorrem por processos diferentes: o da Jaqueira se dá pelo aproveitamento de turistas vindos para desfrutar as ofertas do turismo litorâneo na Costa do Descobrimento, pela sua situação privilegiada de mercado, facilidade de acesso e uso da infraestrutura da região. A oferta deste estabelecimento é de uma visita de 2 horas, portanto, não oferece serviços de hospedagem e de restaurante, o que facilita o atendimento e diminui o nível de exigências dos turistas em relação dos outros projetos.

No NWC, o alto fluxo é em decorrência de vários fatores interligados: se localiza numa região com potencialidades ao desenvolvimento de atividades de ecoturismo, devido às diferentes paisagens e à grande concentração de várias espécies de aves e macacos no Parque Nacional Yasuní; sua logística, equipamentos de qualidade e equipes experientes facilitam o acesso tanto por via aérea, terrestre e fluvial. Ademais, NWC tem sua própria fatia de mercado em seu fluxo turístico.

Esta condição do NWC o diferencia dos outros projetos que se utilizam do número de visitantes motivados por outros interesses: Reserva da Jaqueira (sol, mar e agito baiano); Napo Galeras (Galápagos), Pucani e HRWC (riqueza arqueológica e histórica do Peru).

Em dois empreendimentos (Napo Galeras e Pucani), devido ao seu isolamento, falta de resolução adequada na logística e precária comunicação com o mercado consumidor, se observou ótimos resultados no sentido de controle de acesso e uso de seus territórios diante das pressões advindas das companhias petroleiras e madeiras e do turismo desordenado praticado em seu entorno por operadoras de turismo particulares.

Porém, do ponto de vista de gestão de mercado, ambos enfrentam dificuldades na cadeia de distribuição e nas parcerias entre operadoras e prestadoras de serviços turísticos. Desse modo, especificamente, Napo Galeras se posiciona como uma experiência que convive com inúmera concorrência tanto de iniciativas particulares quanto dos projetos de ecoturismo com base em comunidade, desenvolvidos na região do alto rio Napo.

Em Napo Galeras e Pucani a capacidade de organização e o grau de intervenção não têm viabilizado uma efetiva gestão de mercado com os consumidores. Já em HRWC, apesar de possuir modelo de parceria idealizado por vários especialistas (comunidade e operadoras de ecoturismo privadas), o mesmo não tem conseguido alcançar indícios de melhor desempenho no sentido de fortalecer o controle territorial por parte dos indígenas.

O clima de tensão e conflito entre os colonos e indígenas Ese'Eja da comunidade de *Sonene*, oriundos desde a titulação da comunidade, em 1986 e mais a ausência de capacidade organizativa da associação indígena se refletem em sentimentos de indiferença em relação ao *lodge*. Tal situação demonstra que o tipo de modelo de gestão, de parceria e de investimentos sozinhos, sem o apoio da comunidade não são suficientes para o empreendimento ganhar eficácia de mercado e de gestão administrativa. A necessidade de haver bases organizativas anteriores, uma coesão interna maior e uma preparação dos recursos humanos à nova alternativa

econômica são determinantes para as experiências atingirem o sucesso como empreendimentos de negócio e no grau de intervenção indígena.

A gestão empresarial e a eficácia administrativa das iniciativas sob qualquer tipo de modelo de gerenciamento e parceria requerem conhecimento de mercado, ferramentas de comunicação e noções de contabilidade, pessoal tecnicamente qualificado. Em relação à preparação dos recursos humanos, segundo Swarbrooke (2000c), grande parte da teoria geral sobre o turismo sustentável focaliza o turista, as operadoras e as agências; os recursos humanos são relegados ao segundo plano.

No entanto, o turismo é se compõe de um conjunto de elementos para efetivarem o consumo da oferta. Dentre eles se destaca a prestação de serviços, o atendimento e a satisfação do cliente; estes são responsáveis pela qualidade do produto oferecido. A gestão empresarial e a eficácia administrativa das iniciativas sob qualquer tipo de modelo de gerenciamento e parceria requerem conhecimento de mercado, ferramentas de comunicação e noções de contabilidade, pessoal tecnicamente qualificado.

Um problema encontrado a maioria dos empreendimentos pesquisados é que a capacitação de recursos humanos só acontece no período inicial à operação das atividades, quando grande parte dos investimentos financeiros, ainda, existe. No decorrer do projeto, a capacitação começa a se tornar quase que um “luxo”, um investimento desnecessário. O interessante seria a oferta de treinamento contínuo, uma vez que o ecoturismo é uma nova atividade, muito diferente dos costumeiros modos produtivos dos indígenas.

Em todos os estabelecimentos houve cursos de capacitação voltados às questões de noções de ecoturismo, atendimento e prestação de serviços, manipulação de alimentos, noções de higiene e conhecimentos de serviços de camareira. Entretanto, enquanto esta capacitação veio no decorrer da construção da iniciativa (NWC e Napo Galeras), outros vieram apenas quando os albergues deram início às suas operações (Pucani e Reserva da Jaqueira).

Além da capacitação se tornar um elemento necessário antes das operações, os estabelecimentos em que os indígenas já possuíam experiência e conhecimentos das tarefas demonstraram gerência efetiva em relação à prestação de serviços e de atendimento, se destacando o NWC. 90% de seus empregados já tinham experiência prática de (5 a 8 anos) em outros *lodges* como o *Sacha Lodge* e *La Selva*. O NWC apresenta equipes experientes tanto indígena quanto não-indígena, tecnicamente qualificadas, nas questões básicas de prestação de serviços, fator que lhe possibilitou um alto índice de autosustentabilidade em curto prazo.

Outros elementos contribuem para o fracasso das experiências coletivas, segundo McCay e Jentoft (2002) a ausência da intervenção do Estado se constitui também em uma das principais falhas das iniciativas coletivas. Para eles, o Estado tem um papel legítimo para cumprir no manejo dos recursos naturais, entretanto, a maioria de suas intervenções provoca mais erosão na comunidade do que benefícios.

Verificou-se que a intervenção do Estado nos papéis de fiscalizador dos recursos naturais, provedor de apoio técnico e de recursos financeiros não se registrou em pequenas proporções, especificamente em investimento ocorreu na Reserva da Jaqueira. Na tarefa de patrocinar apoio técnico, a situação se evidenciou apenas em Napo Galeras. Relacionado com o papel de fiscalização de recursos naturais bem como o de assegurar o uso de recursos pelos grupos indígenas, constatou-se a fragilidade de sua atuação em todos eles.

Um problema observado sobre os mecanismos de redistribuição é a ausência de transparência da gestão financeira de alguns empreendimentos, nesta condição se encontram dois estabelecimentos: Reserva da Jaqueira e HRWC.

4.5 Benefícios e custos econômicos

De acordo com Colvin (1999), Pérez de las Heras (1999), Wearing e Neil (2000), Swarbrooke (2000a) o ecoturismo é uma atividade portadora de grandes vantagens econômicas, precisamente, quando se trata de fomentar e diversificar a renda para os habitantes de uma localidade. Os autores enfatizam o papel do ecoturismo, sob condição de turismo sustentável e de uma nova alternativa econômica aos residentes; esta deverá ser desenvolvida concomitantemente com as atividades de economia tradicional, pode ser complementar, mas não substitutiva.

Dentre os danos, Pérez de las Heras (1999), Wearing e Neil (2000), argumentam que grande parte deles ocorre quando há evasão de renda para os não-locais ou quando o turismo substitui as atividades extrativistas. Para minimizar os danos, utiliza-se.

Dentre os danos, Brandon (1996), Zeppel (1997), Colvin (1999) a influência de organizações comunitárias e o grau de intervenção da comunidade diante dos parceiros corroboram à sua redução e ao cumprimento dos objetivos dos projetos: assegurar territórios e promover benefícios em todos os níveis.

Observou-se que o ecoturismo tem potencial gerar benefícios aos grupos indígenas envolvidos, mas o grau de maiores benefícios depende da localização do estabelecimento, da situação de mercado, da coesão interna do grupo e do poder de negociação/articulação para defender seus interesses junto às parcerias.

O número de benefícios econômicos pode ser mais expressivo quando a iniciativa tem acesso facilitado, possui logística apropriada, tem situação privilegiada de mercado, tem alto fluxo turístico e se aproveita da infraestrutura e dos serviços dos grandes e médios centros. Nos demais, as vantagens econômicas são menores devido ao isolamento, à não situação privilegiada de mercado, ao médio e pequeno fluxo e aos problemas de logística e falta de apoio de serviços regulares de transporte e comunicações. Mesmo nestes, as oportunidades de trabalho podem ser

consideradas significativas diante da densidade demográfica das populações envolvidas (de 100 a 200 habitantes).

Tentou-se reunir as iniciativas em blocos para melhor sistematização de dados, contudo, todas elas têm suas próprias especificidades. Em função do exposto, se estabeleceu cinco condições resultantes de benefícios.

Na primeira condição, o grupo já perdeu todo contato com base na economia tradicional, em função disto, todas suas fontes de renda são resultantes do processo de turismo. Apesar de possuir terras agriculturáveis perto do empreendimento, não se mostram interessados em fazer cultivos para suprir necessidades de insumos básicos ao pacote turístico: mandioca. Neste empreendimento, por sua localização privilegiada e pelo seu alto fluxo a geração de empregos está em torno de (30) postos, sendo 20 fixos e 10 temporários. É o caso da Reserva da Jaqueira. Para esta condição, se esperava valores maiores na oferta de trabalho, expectativa compartilhada com Doria (2004) em sua tese.

A segunda condição se desenvolve em NWC, nesta o ecoturismo se constitui uma nova alternativa econômica e complementar aos produtos indígenas, aumenta a renda das famílias envolvidas e assegura que os comunitários possam se dedicar ao mesmo tempo às suas atividades produtivas de subsistência. O empreendimento apresenta situação próxima ao centro consumidor, sua logística e equipamentos de qualidade diminuem consideravelmente as dificuldades de acesso. Aqui, se encontrou o maior número de oferta de (31) postos de trabalhos, sendo 18 permanentes e 11 temporários. Este projeto tem o maior número de empregos em relação aos demais.

Na terceira condição, o ecoturismo é uma alternativa econômica e complementar às atividades extrativistas, o mesmo é realizado concomitantemente com os modos produtivos tradicionais e o ecoturismo assegura incremento na renda dos comunitários. O empreendimento tem um cenário de isolamento, com problemas de logística, situação não privilegiada de

mercado, mas com um médio fluxo turístico. Na geração de empregos concretiza (10) postos de trabalhos: (6) permanentes, (3) rotativos e (1) temporário. É o caso de Napo Galeras.

A quarta condição se dá com Pucani, onde o ecoturismo é uma atividade complementar aos modos produtivos extrativistas, o acesso é dificultoso pela ausência de logística, a iniciativa apresenta problemas de isolamento dos centros e mercados consumidores e a ausência de gestão de mercado para atrair mais turistas concorre para reduzir seu fluxo. Neste, o número de empregos de (10): (6) fixos, (2) temporários e (8) rotativos.

A quinta condição ocorre em HRWC, a experiência tem relativa facilidade de acesso, se localiza perto de centros voltados ao ecoturismo, possui logística apropriada, boa distribuição, médio fluxo turístico, mas o ecoturismo não consegue ser alternativa econômica e nem complementar às atividades extrativistas. Aqui, a principal fonte de renda advém da economia tradicional. Neste, a geração de empregos é de (5) postos, sendo (3) permanentes e (2) temporários.

As condições 1, 2 e 5, por suas características apresentam cenários com mais probabilidades de geração de benefícios econômicos, principalmente, pela oferta de empregos, Quadro 37.

Quadro 31 – Cenários de condições mais propícias à geração de benefícios econômicos

	Facilidade acesso	Acesso mercado consumidor	Aproveitamento Infraestrutura centros/pólos	Cadeia distribuição	Números postos trabalhos
Reserva Jaqueira	X	X	X	X	30
NWC	X	X	X	X	31
HRWC	X	X	X	X	05*

* HRWC não respalda totalmente a hipótese

Entretanto, a situação não se respaldou na de número 5. No geral os empreendimentos com maior número de empregos foram resultantes de suas condições de mercado, facilidade de

acesso, uso de cadeia de distribuição, utilização de ferramentas de promoção e capacidade de intervenção da comunidade no gerenciamento de mercado.

O NWC apresenta um valor mais expressivo do que na Jaqueira porque perfaz quase 80% da população considerando que *Añangu* tem 160 pessoas. Em ambos, os salários recibos pelos indígenas contribuem diretamente para aumentar a renda familiar em maiores e menores proporções. Em NWC, um fator que se deve atentar é evitar o abandono das atividades produtivas, haja vista que o ecoturismo está trazendo visíveis vantagens econômicas aos Quichua do baixo Napo. Há uma tendência de abandono gradativo nas comunidades que apresentam vantagens econômicas maiores, condição observada por Ugarte (2002) e Doria (2004), na Pousada Amazonas.

No que tange verificar como se dão os mecanismos de redistribuição, grande parte destes mecanismos esbarra em obstáculos como: obter dados seguros acerca da receita e informações confiáveis em relação ao ingresso de turistas, saber exatamente o percentual de lucro. São assuntos delicados e os voltados à gestão financeira e utilização dos ganhos são os mais difíceis de serem obtidos com confiabilidade.

A forma de divisão dos recursos gerados pelo ecoturismo e a redistribuição de benefícios e custos foi diferente em cada localidade. Cada um deles dependeu do tipo de financiamento, do modelo de gestão, da capacidade de intervenção dos comunitários diante de seus parceiros e, sobretudo, do gerenciamento de mercado e cadeia de distribuição com os consumidores para atrair mais turistas e, assim, incrementar o fluxo.

Na divisão de recursos é a pequena compreensão do funcionamento do mercado e há uma tendência dos dirigentes usarem parte dos recursos financeiros para suas despesas pessoais, o que referenda a tese de Clay (2002) quando enfatiza que nas gestões comunitárias é pouca expectativa de responsabilidade contábil pelo uso dos fundos doados. Na gestão de fluxo, as anotações, são deficientes e os dados são repassados aleatoriamente.

Em relação à redistribuição de benefícios e diversificação de renda, se percebeu que maiores benefícios nas localidades ocorrem onde a capacidade de intervenção, articulação dos indígenas e a transparência financeira promovem melhor grau de controle no assunto. Um problema observado sobre os mecanismos de redistribuição é a ausência de transparência da gestão financeira de alguns empreendimentos, nesta condição se encontram dois estabelecimentos: Reserva da Jaqueira e HRWC. Em ambos os casos, maior parte desta ausência de transparência contábil dos recursos e de divisão de benefícios de modo eqüitativo são resultantes de conflitos de interesses, de rivalidades interétnicas e também da falta de bases organizativas prévias antes da implantação dos projetos. Nas localidades onde já havia qualquer tipo de organização anterior, os resultados quanto à transparência contábil e aos mecanismos de redistribuição são mais claros (NWC, Pucani e Napo Galeras).

Reserva e NWC demonstram o mesmo cenário de fluxo turístico consolidado, entretanto, os benefícios econômicos de NWC são muito tangíveis ao todo conjunto da etnia do que na Reserva.

Um fato altamente benéfico compartilhado por Napo Galeras e Pucani é o oferecimento de trabalhos no sistema de revezamento ou rodízio. O processo evita o abandono das atividades tradicionais, permite uma redistribuição melhor de renda ao conjunto de comunitários e favorece que um número maior de residentes tenha acesso à capacitação para desempenhar a tarefa.

Além destes fatores, os moradores são beneficiados no sentido de se adaptarem gradativamente a uma nova realidade de mercado e no sentido de conseguirem conhecimentos adequados quando surgir necessidade de disputarem uma vaga a outros empregos. A situação de rodízio é característica de projetos comunitários desenvolvidos em escalas médias (Napo Galeras) e pequenas (Pucani) de fluxo turístico e onde o número de habitantes das comunidades é pequeno.

Pucani (maior escala) e Napo Galeras (menor escala) também compartilham um maior consumo de produtos indígenas destinados à alimentação dos turistas. A respeito de diversificação de renda, Pucani se destaca dos demais por diversificar as fontes de renda mediante oferecimento de trabalhos na área de transporte, produção de insumos indígenas e comercialização de artesanato.

HRWC, por sua vez, não tem controle e nem se envolveu no empreendimento, resultando na ausência do comprometimento do albergue de se constituir em mais uma alternativa econômica aliada aos setores primários de produção. O número de postos de trabalhos locais não se expressa de maneira relevante diante do número de indígenas (30) residentes em *Sonene*.

4.6 Benefícios e custos sociais

De acordo com a WWF (2003) o EBC é uma nova tendência de turismo, aonde a comunidade tem controle significativo, envolvimento, desenvolvimento, administração e os benefícios permanecem no local. Correlacionado com os custos, Brandon (1996), Zeppel (1997), Colvin (1999), Wesche e Drumm (1999) apontam os seguintes fatores: ausência de capacitação da comunidade como um todo, interferência nas organizações sociais, não envolvimento e controle pela comunidade e, principalmente, no caso das populações tradicionais, o abandono das atividades produtivas. Grande parte destes autores reconhece que a coesão interna da comunidade, a capacidade efetiva de organização e gestão comunitária, o nível de capacitação recebida podem minimizar os danos sociais.

No que tange aos benefícios sociais, dois princípios do turismo sustentável se dirigem ao desenvolvimento local, ou seja, os benefícios da atividade devem permanecer na localidade, visando promover melhorias na qualidade de vida dos residentes; e o turismo deve ser

responsável pela implantação de infraestrutura básica objetivando dar suporte logístico ao desenvolvimento das atividades (SWARBROOKE, 2000a).

Estes indicadores são referendados pelo (IBGE, 2000) na avaliação de qualidade de vida. Segundo o órgão, os indicadores são os números de bens existentes no domicílio e o nível de melhorias no seu entorno, como postos de saúde, escolas, serviços de eletrificação, pavimentação, dentre outros que informam a situação econômica das famílias e das localidades em que elas residem (IBGE, 2000).

Dados coletados nos estudos de casos não confirmam a existência do aspecto de melhorias significativas no entorno dos domicílios, nem nos locais com maior fluxo turístico e situação privilegiada de mercado, a exemplo da Reserva da Jaqueira. Grande parte da infraestrutura e de serviços de transporte urbano e rodoviário, de comunicação, bancário, eletrificação, restaurantes, pousadas e alimentação em torno deste estabelecimento foi em decorrência dos investimentos relativos aos 500 anos e também pela interligação entre Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália (Coroa Vermelha é ponto de passagem entre as duas).

Sobre este assunto, nas outras iniciativas as melhorias de serviços de saúde, escola, e transporte no entorno dos núcleos populacionais não são decorrentes do ecoturismo, foram implementados por programas governamentais, alguns em parceria com organismos internacionais, como o caso de Ucayali, no Peru.

Relacionado com o número de bens existentes nos domicílios, o ecoturismo tem contribuído à aquisição de alguns bens, embora a quantidade deles sejam maiores em locais com maior fluxo turístico. Nestes, a aquisição de bens varia: na Reserva se destina à compra de bicicletas, celulares, equipamentos de som e eletrodomésticos; em NWC, são lanternas, ferramentas para o trabalho, rádios, motores e combustível para os botes, dentre outros.

Em todas as comunidades houve investimentos em infraestrutura básica em serviços essenciais dentro das comunidades, porém as escalas são variáveis; os maiores índices foram encontrados em NWC, seguido de Napo Galeras, Pucani, Reserva da Jaqueira e HRWC.

No tocante à necessidade das comunidades possuírem bases organizativas, o capital social de cada iniciativa é um fator primordial na eficiência de autogestão e controle dos empreendimentos. Conforme Putnam (1999) o capital social e organização se constituem em pré-condições ao desenvolvimento e ao desempenho de novas atividades econômicas. A organização posterior pode acontecer quando as comunidades se envolvem em outras atividades diferentes de seus hábitos cotidianos, principalmente, diante de situações onde se faz necessária base organizativa para gerenciar a nova realidade de mercado. Quando não há, as pessoas podem se adaptar aos novos cenários para fazer uso melhor das oportunidades, como na Reserva da Jaqueira.

Nas iniciativas com associações anteriores às atividades de ecoturismo, estas consolidam maiores características de sustentabilidade, principalmente, no tocante ao controle e gerenciamento do empreendimento (Napo Galeras, NWC e Pucani). Estes resultados consubstanciam a tese de que a organização comunitária é um ponto chave para se obter sucesso no empreendimento, pois a atuação em conjunto viabiliza melhores oportunidades e reduz as possibilidades de fracasso.

Nos aspectos de organização social, em três dos cinco estudos de casos, já estava organizada antes da implantação do projeto. A prévia organização dos demais estabelecimentos de ecoturismo evidencia que a organização prévia e posterior traz melhor redistribuição de benefícios, relacionados à melhoria na qualidade de vida dos envolvidos no projeto, reduz conflitos interétnicos, sentimentos de desconfiança e desinteresse por parte dos outros grupos indígenas em relação ao projeto. Com a exceção de HRWC e Reserva da Jaqueira, o ecoturismo

nos demais projetos contribuiu para aumentar o sentimento de união dos comunitários em torno de interesses comuns diante de um novo contexto mercadológico.

No tocante à capacitação, o oferecimento da mesma tanto na fase inicial quanto na atual pode trazer melhores benefícios na gestão de mercado e administrativa. Ressalta-se que nos empreendimentos todos tiveram acesso a cursos de capacitação e aperfeiçoamento, visando dar suporte suficiente às pessoas para desempenharem suas tarefas. Nos empreendimentos em que a capacitação foi realizada desde o início e seguiu até a operação e, conseqüentemente, se oferece regularmente, as pessoas conseguem melhores resultados nas questões de atendimento e prestação de serviços, como no caso de NWC.

Em função do exposto, verificou-se que a capacitação, o nível de escolaridade, a presença de conhecimentos básicos de leitura, escrita e operações matemáticas aliados a noções de prestação de serviços e contabilidade são essenciais para se obter melhores resultados no desempenho desta mais nova atividade econômica e de mercado. Em situação de oposição, como no caso de HRWC, a ausência de capacitação dificultou o envolvimento e um maior grau de intervenção de gestão no albergue por parte dos comunitários. .

Reserva e NWC apresentam os melhores indicadores de escolaridade; mesmo com baixos níveis de escolaridade, em Pucani e Napo Galeras não se percebeu a exclusão de pessoas consideradas com menos conhecimentos formais de escolaridade nos postos de trabalhos, o ausência de escolaridade não se tornou um fator limitante, na medida em que as pessoas envolvidas tiveram cursos de capacitação para desempenharem suas tarefas.

Um problema encontrado em todas as iniciativas foi a dificuldade de fixação de jovens através da oferta de trabalho, em sua maioria, as categorias beneficiadas são de adultos maiores e idosos; grande parte dos jovens parte em busca de trabalho nas petroleiras, nas madeireiras e em serviços gerais.

Por suas taxas de fixação de jovens se destacam NWC e Reserva da Jaqueira. Relacionado com o NWC, a fixação de jovens com idade superior a 18 anos, principalmente, do gênero masculino. O que contribuiu para fixá-los foi o oferecimento de postos de trabalhos (especificamente de canoeiros) e com vantagens econômicas, a exemplo dos salários serem maiores do que nos outros empreendimentos. Reserva da Jaqueira por sua vez, tem uma taxa de fixação voltada aos jovens do gênero feminino, com idade menor aos 18 anos com os postos de dançarinos do ritual “*Awê*”.

Atualmente nas comunidades indígenas amazônicas as mulheres cumprem cada vez mais tarefas (roça, pesca, trabalhos comunitários, confecção de artesanato, lides domésticas) uma vez que os homens estão estabelecendo um maior contato com o mundo exterior e com o mercado de trabalho. A economia tradicional se transforma cada vez mais em domínio das mulheres, com uma diminuição do papel do homem na comunidade. A situação tem concorrido para abrir espaços às mulheres no mercado de trabalho e o ecoturismo demonstrou favorecer espaços à relação de gênero.

No ecoturismo as mulheres estão envolvidas em diversos tipos de tarefas: camareira, cozinheiras, ajudantes de serviços gerais e em cargos de gerenciamento o que tem favorecido a participação das mulheres nesta nova alternativa econômica e em diferentes níveis de atuação. A incorporação das mulheres no mercado de trabalho se deu na maioria dos empreendimentos, inclusive com cargos de dirigentes (Reserva e Pucani). Nos demais, couberam às mulheres tarefas operacionais. O único que não oferece postos às mulheres é o HRWC. Tal situação se dá porque o salário do albergue é menor em relação aos ganhos conseguidos pelas mulheres na coleta da castanha do Brasil e dos ovos de tartaruga.

Em relação à percepção do turismo pela comunidade, a maioria dos problemas surge quando os projetos promovem atividades incompatíveis com a satisfação das necessidades diárias, como as extrativistas; concorrendo para produzir o efeito social do turismo nas

comunidades receptoras através da alteração do cotidiano e hábitos dos indivíduos. Este efeito social não foi percebido em três das cinco comunidades, duas diferem desta situação, uma por não desenvolver mais atividades da economia tradicional, Reserva; a outra, pelo fato do ecoturismo não conseguido ser nova alternativa econômica e nem complementar às atividades primárias.

À medida que a manutenção das atividades extrativistas está sendo realizada concomitantemente com o ecoturismo em três das cinco comunidades, o ecoturismo foi considerado como um fator positivo à valorização dos hábitos cotidianos próprios de cada comunidade, conforme depoimentos dos comunitários. Dessa forma, o ecoturismo assegura o não afastamento das atividades extrativistas.

Outra percepção da comunidade em relação ao turismo demonstra que esta atividade traz mudanças, é analisada pelo modelo de Irridex de Doxey (1976) apud Swarbrooke (2000c); o modelo procura explicar o efeito social do turismo sobre a comunidade através dos danos sociais nas mesmas. Para isto, o autor utiliza diversas escalas de sentimentos que os residentes experimentam ao lidar com o turismo.

De acordo com este modelo, o sentimento da maioria das comunidades se encontra na fase inicial, caracterizada pelo sentimento de euforia com o desenvolvimento do turismo. Neste estágio, os benefícios, principalmente, os econômicos são os mais visíveis devido à geração de empregos. Há oportunidades para a população local e o dinheiro flui paralelamente à chegada dos turistas. As gradações desta fase são variáveis, a exemplo de Napo Galeras, com 10 anos de existência, com seu produto numa fase intermediária e crítica, entre o estágio de consolidação e estagnação segundo o modelo de Butler (1980), a percepção dos moradores é ainda de euforia com o turismo. Já na Reserva com o fluxo turístico consolidado, a fase de euforia está sendo substituída pela fase de apatia e os contatos entre o visitante e o residente já é mais formal.

Os danos sociais, em localidades onde o turismo é a única fonte de renda, são mais difíceis de serem revertidos, pois as vantagens econômicas substituem os custos, condição referenciada por Dória (2004). Nas localidades onde o ecoturismo tem o mesmo peso ou é complementar à economia tradicional, os custos têm mais possibilidades de serem superados pela coesão interna da comunidade. A situação ideal seria que os benefícios fossem maiores dos que os danos, principalmente, porque eles representam melhorias na qualidade de vida das comunidades. Benefícios dificilmente concretizados com outro tipo de atividade, segundo a maioria dos comunitários.

Nas mudanças de padrões de consumo (alimentação, vestuário e objetos), grande parte destas se origina pelos níveis de contatos estabelecidos anteriormente com diversos atores sociais e pela proximidade das cidades. Ligado ao ecoturismo, se percebeu haver um desejo de consumo maior por objetos tecnológicos nas áreas com maior fluxo turístico e receita (Reserva e NWC), porque os salários são maiores e o poder aquisitivo das famílias também. Ademais, nestas a diversidade alimentar é maior, em relação ao consumo de proteínas, guloseimas e refrigerantes.

Nas de menor fluxo e menor salário, os objetos de consumo estão mais ligados à compra de ferramentas para trabalho, pilhas para as lanternas e rádios, combustível para os motores. Aqui, a diversidade alimentar é bem menor e há grande consumo de enlatados, principalmente, de atum.

Mesmo com impactos negativos em menor grau, o ecoturismo quando utilizado como exclusiva fonte de renda (especificamente nas localidades com alto fluxo turístico) apresenta muito mais danos na comunidade, uma vez que o poder aquisitivo dos residentes se torna maior e as pessoas não envolvidas começam a sentir sentimentos de rivalidade. Esta específica situação se encontrou na Reserva.

Em todos os empreendimentos, se verificou a dificuldade de se trabalhar em equipe, pois a maioria dos indígenas da Amazônia, ainda, tem basicamente a família como unidade de produção. Segundo Chase Smith (1995) a organização e a produção dos grupos indígenas, mesmo inseridos em outra realidade de mercado, ainda se baseiam em relações de parentesco. Mesmo envolvidos em atividades que requerem o sistema de trabalho coletivo como as *mingas*, a dificuldade de trabalhar por meses em conjunto, provoca a dificuldade de se envolver em ações coletivas, principalmente, quando estas ações afastam as pessoas do convívio familiar, situações encontradas por Ugarte (2002) e Dória (2004) na Pousada Amazonas.

Em nossas pesquisas, as dificuldades estão sendo superadas, gradativamente, porque na maioria das localidades os estabelecimentos não são tão distantes dos povoados indígenas e as pessoas podem retornar ao convívio após as atividades. Entretanto, problema de trabalho em equipe é maior, especificamente, nas localidades onde o fluxo de turistas é alto e maior a equipe, como no caso da Reserva. Especificamente, em NWC, a situação está sendo contornada na medida em que os indígenas já se acostumaram com este tipo de afastamento, experiência acumulada em iniciativas anteriores.

4.7 Benefícios e custos culturais

Correlacionado com o fato das culturas indígenas serem vulneráveis aos impactos socioculturais através do ecoturismo, Brandon (1996) e Zeppel (1997), Wearing e Neil (2000) alegam que os indígenas sofrem diretamente os impactos danosos do turismo, na medida em que as culturas indígenas são usadas para se vender os pacotes; contudo, há medidas a serem tomadas para diminuir os danos.

Torna-se importante mencionar que nas comunidades pesquisadas, houve um número mais significativo de benefícios culturais do que danos através das atividades de ecoturismo s

levando em conta que as culturas indígenas não os principais motivos na escolha do pacote, a ênfase é nos recursos naturais, especificamente, na observação de aves.

Especificamente, os recursos naturais, a diversidade biológica e grande parte dos ambientes não depredados se encontram nos territórios indígenas, especialmente, na Amazônia, onde os grupos indígenas dependem destes recursos para manterem suas formas produtivas e reprodutivas. Desse modo, as atividades do turismo cultural quando não se igualam ao número de atividades do turismo ecológico, no geral, têm sido eclipsadas pelo usufruto de paisagens, e observação de animais (EPLER WOOD, 2004).

O referido fato é corroborado através de observações participantes e pesquisas realizadas com os turistas nos empreendimentos. A constatação se apóia na investigação de Epler Wood (2004) quando indica que o maior interesse dos ecoturistas ao se deslocarem a países em desenvolvimento é ver a natureza silvestre. Em nossa concepção o “eclipse das culturas indígenas” substancialmente minimiza os danos culturais advindos do ecoturismo e se transforma na forma de separar o que é sagrado às etnias e o que pode ser mostrado aos turistas.

No sentido de revalorizar e reafirmar os valores culturais, Reserva da Jaqueira se diferencia dos demais, pois é o conjunto de elementos tradicionais dos Pataxó “recriados” nos atrativos e nas *performances* culturais que se constituem no principal motivo de se visitar o projeto, mesmo porque não há animais a serem contemplados. Além disso, a oferta da Reserva combina recursos naturais da Mata Atlântica e formas culturais indígenas, se destacando dos demais produtos da Costa do Descobrimento voltados exclusivamente ao turismo de massa. Neste sentido

Dados levantados em todas as localidades indicam ter havido uma incorporação das formas tradicionais produtivas e reprodutivas nas atrações oferecidas aos ecoturistas, embora com escalas diferentes. Conforme Swarbrooke (2002c), os atrativos com raízes locais apresentam características de sustentabilidade sociocultural porque pertencem e são controlados

pelos residentes. Referenda-se a tese e acrescenta-se o seguinte: a situação favorece a autoestima e proporciona revitalização cultural aos indígenas.

Diferentemente das demais etnias que ainda se inserem na economia tradicional, os Pataxó da Jaqueira abandonaram este tipo de economia e a viabilizaram, nos dias de hoje, ao recuperar praticamente todas as suas tradições e costumes sob forma de atrativos e de *performances* culturais. Isto fortaleceu etnicamente os Pataxó.

Nas demais experiências, o ecoturismo é uma atividade realizada concomitantemente com a economia de subsistência, neste sentido, a experiência vivencial e intercultural se dá em maior escala, se destacando Napo Galeras pela sua posição de possuir o maior número de atrativos com base econômica e sociocultural no grupo indígena Quichua do alto Napo.

4.8 Benefícios e custos ambientais

Segundo Boo (1995) e Brandon (1996), dentro de sua filosofia, o ecoturismo deve servir para gerar receita e cobrir os custos de conservação da área, entretanto, a referida condição somente se daria em localidades com alto fluxo, ingressos com altos preços e políticas governamentais dirigidas a custear a proteção destas áreas, tal como acontece na Costa Rica.

Correlacionados com benefícios ambientais, o ecoturismo em seus princípios, objetiva apoiar a conservação da fauna e flora, proporcionar limites e padrões de conservação no sentido de utilizar um mínimo de zoneamento, ou seja, estabelecer zonas de ocupações intensivas ao ecoturismo e aos indígenas, bem como indicar zonas de proteção máxima, locais onde a caça deve ser evitada e entrada de visitantes deve ser supervisionada.

Acredita-se que os problemas mais difíceis se serem contornados na área ambiental sejam o manejo de dejetos e a ausência de programas para redução dos custos ambientais no tocante à conservação de animais, planos de manejo à extração de madeira e uso adequado dos ambientes.

Normalmente, as oficinas de capacitação privilegiam noções de atendimento, hospedagem e manipulação de alimentos, sendo o cuidado com o meio ambiente, relegado ao segundo plano.

As estratégias e instrumentos adotados no uso dos recursos naturais e a conseqüente minimização de danos são diferentes para cada comunidade e os mesmo estão de acordo com os ambientes nos quais as atividades se desenvolvem e também conforme as características dos produtos turísticos. A condição de aplicação de programas de conservação ambiental se evidenciou em três das cinco localidades. Em NWC devido aos altos investimentos recebidos pelo empreendimento e também a um fluxo consolidado em apenas 1,5 anos de existência, parte da receita está sendo destinada a programas de conservação de aves e macacos, considerados os motivos da vinda dos turistas. Pucani, por sua vez, tem investimento próprio da Ong Peru Verde para trabalhar com programas de conservação de suas “*colpas*”; o apoio financeiro independe da receita da experiência.

Dados levantados quatro dos cinco estudos mostram um tipo de zoneamento mínimo, denominado de Plano de Aproveitamento, onde se estabelece diversas áreas, de acordo com as necessidades da comunidade e das atividades de ecoturismo. As áreas foram delimitadas assim: zona intensiva indígena (destinada às casas e aos cultivos); zona de caça e pesca de subsistência (além da caça e da pesca, usa-se na coleta de plantas medicinais e argila); zona de turismo intensivo (infraestrutura turística e operações turísticas permanentes); zona de turismo de mínimo impacto (excursões a pé ou uso de canoas); zona de administração (área administrativa, manutenção, alojamento empregados, dentre outros); zona de máxima proteção (usada para estudos científicos com permissão dos indígenas).

O desenvolvimento deste sistema de atividades relacionadas com zonas de ocupação intensiva, destinadas aos usos indígenas e do ecoturismo e fixação anterior da capacidade de carga da infraestrutura turísticas, ocorreu em grande parte das experiências. Tal condição não foi implementada na Reserva da Jaqueira. No tocante ao uso de tecnologias de baixo impacto e

cuidados ambientais, dois dos cinco estabelecimentos (NWC e HRWC) alcançam melhores indicadores, em relação aos demais, no uso de separação de lixo, utilização de detergentes biodegradáveis e, alternativas na aquecimento da água do banho.

Nos demais, se verificou a ausência de tecnologias de baixo impacto, principalmente, no que se refere, à ausência de motores de popa de (4) tempos. Um problema dividido por quatro dos cinco empreendimentos se refere ao uso de motores geradores de eletricidade, somente NWC utiliza tecnologia de ponta através de um conjunto de painéis solares e baterias de estação.

Em relação à infraestrutura turística, todos optaram por arquitetura e uso de matérias primas regionais. As cabanas conseguiram se integrar à paisagem e alguns (NWC e HRWC em maiores escalas) consolidaram a tese de ser “alojamento confortável sob visão regional”; neste fator, conseguiram atender aos requisitos de abrigo e, ao mesmo tempo, projetarem uma imagem de paisagismo voltada a um respeito maior com a flora e a fauna. Com exceção da Reserva, as demais instalações souberam privilegiar o respeito à capacidade de carga de seus ambientes, especificamente das trilhas.

A respeito de o ecoturismo influenciar o uso de cuidados ambientais, de um modo geral, o mesmo promoveu influências positivas para diminuir a caça e o consumo de carne silvestre (Napo Galeras e NWC com grande destaque). As medidas se efetivaram uma vez que os animais são importantes atrativos destinados à observação dos ecoturistas, entretanto, não foi capaz de evitar a extração predatória de madeira, a exemplo de Pucani e HRWC. O consumo de carne de caça em Pucani e HRWC, ainda, é grande em comparação aos demais.

4.9 Análise de SWOT de cada empreendimento

A análise de SWOT consiste no exame dos recursos disponíveis de uma empresa em relação a vários aspectos relacionados com o produto, subsistência financeira, equipe, capacidade, mercado e promoção. A abordagem Análise de SWOT (FOFA) corresponde a um modo eficaz de analisar a situação atual dos aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e de mercado, além de ser um método de projetar as ameaças e oportunidades futuras que possam ter efeitos positivos e negativos nos ecoturistas e nos negócios das empresas de ecoturismo.

As potencialidades são as forças, os pontos fortes do produto, formatam a imagem da oferta; o produto é base de qualquer negócio; a empresa deve oferecê-lo de maneira diferenciada para que o consumidor queira consumi-lo. As forças oferecem uma compreensão mais clara sobre o desenvolvimento e a capitalização das vantagens competitivas sustentáveis, habilitando a empresa a se posicionar com eficiência no mercado em relação a seus concorrentes. No ecoturismo, as forças estão formatadas na oferta, no oferecimento de equipamento de qualidade, na marca turística, no gerenciamento efetivo de recursos humanos, financeiros e técnicos e na rede de distribuição. Em resumo, as forças no ecoturismo são catalisadores que proporcionam melhores benefícios econômicos, sociais, culturais, ambientais e mercadológicos.

As fraquezas são os pontos fracos do produto, do mercado ou da organização interna, são características deficientes ou fracas em comparação com as da concorrência. Outras fraquezas se relacionam à cadeia de distribuição e ao processo de promoção e comunicação. A distribuição são os locais onde os produtos/serviços estarão disponíveis. No ecoturismo, as fraquezas correspondem à falta de informação sobre o produto e aos problemas de distribuição, aos danos e ausência da minimização destes impactos econômicos, sociais, culturais, ambientais e mercadológicos. .

As oportunidades são aqueles fatores externos que apresentam circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento de futuros negócios. O ecoturismo é uma oportunidade, desde que a oferta

esteja bem desenvolvida, distribuída, o acesso seja facilitado e a logística apropriada. Além destes fatores, nas oportunidades para o ecoturismo se encontram os mecanismos de comunicação e cadeia de distribuição.

As ameaças são também características externas que colocam em risco a posição atual das empresas, por exemplos os concorrentes, alterações nas medidas governamentais, períodos de insegurança e fatores climáticos, caracterizados pela sazonalidade. As ameaças ou fragilidades podem colocar tudo a perder se não forem antecipadas e trabalhadas a tempo.

Estabeleceu-se uma análise de SWOT para cada empreendimento no sentido de analisar suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da oferta, do acesso, do tipo de investimento e modelo de gestão, gerenciamento mercadológico e de gestão de fluxo turístico e aos benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais, Quadro 38.

Quadro 32: Análise de SWOT

	Investimento Modelo	Turismo	Situação mercado	Fluxo turístico	Nível controle	Grau Gestão comunidade	Benefícios
Reserva Jaqueira	Governo ASPECTUR	Única fonte	privilegiada	alto	alto	Alto	grandes
Napo Galeras	USAID/GTZ RICANCIE Ass.comunitária	Fonte alternativa/complementar	não privilegiada	médio	alto	Médio	médios
NWC	Tropical Nature Eco Equador Ass.comunitária	Fonte alternativa/complementar	média privilegiada	alto	alto	Alto	grandes
Pucani	Tropical Nature Peru Verde Ass.comunitária	Fonte complementar	não privilegiada	reduzido	médio	regular	pequenos
HRWC	Operadoras						

	ecoturismo privadas Ass.comunitária	-----	média privilegiada	médio	nenhum	reduzido	reduzidos
--	---	-------	-----------------------	-------	--------	----------	-----------

4.9.1 Reserva da Jaqueira

Neste, o ecoturismo se constitui na única fonte de renda, com altas probabilidades de gerar um maior número de benefícios econômicos, traduzido em geração de renda, melhoria das condições de vida dos envolvidos e maior nível de capacitação. A autosuficiência se alcançou em curto prazo, por ser a única no gênero em um pólo de turismo consolidado em turismo litorâneo, situação de mercado privilegiada e por se utilizar da infraestrutura da região e uma eficiente gestão de mercado.

Entretanto, esta autosuficiência pode não caracterizar alcance de sustentabilidade a longo prazo e os benefícios econômicos advindos podem não ser suficientes para minimizar alguns danos socioculturais e ambientais que já se apresentam: pouca redistribuição de benefícios ao conjunto da etnia e extrapolação da capacidade de seus ambientes com vistas a obter maior renda.

Os benefícios econômicos conseguidos pelo ecoturismo a curto prazo e oriundos de uma única fonte de renda, dentro da perspectiva de turismo sustentável não devem justificar a ausência de fixação/respeito à capacidade de carga

4.9.2 NWC

Aqui, o ecoturismo é fonte alternativa e complementar; o empreendimento demonstra grandes viabilidades de gerar maior número de benefícios, traduzido em empregos, geração de renda e uma melhor redistribuição das melhorias ao conjunto da comunidade, melhoria das

condições de vida não somente dos envolvidos, mas também uma redistribuição equitativa ao conjunto da comunidade. A autosuficiência, reflexo do capital social e da eficiente gestão mercadológica dos sócios, Eco Equador e *Añangu*, está sendo alcançada a curto prazo pelo alto investimento, pela eficiente gestão de mercado e do fluxo já consolidado em pouco tempo de existência.

A experiência corre o risco de transformar o turismo em sua única fonte de renda; até o momento, as medidas minimizadoras dos danos socioculturais e ambientais se equivalem. O cenário mostra grandes probabilidades de autosuficiência a longo prazo.

4.9.3 Napo Galeras

Neste, o ecoturismo se constitui numa fonte alternativa e complementar à economia tradicional indicando a geração de postos de trabalhos, melhorias nas condições de vida da maioria dos residentes pela sua pequena densidade demográfica e também pelo grau de intervenção no revertimento de melhorias ao conjunto dos indígenas.

A autosuficiência já foi alcançada durante o tempo de existência da experiência (10 anos). No momento, a mesma se encontra em risco devido a problemas de distribuição e promoção. Tais processos não se constituem em grandes obstáculos de ser vencidos/reduzidos, pois a capacidade organizativa comunitária é alta e capacidade de carga dos ambientes pode suportar um fluxo maior, sem que isto signifique danos ambientais.

Pelo seu isolamento e problemas de logística pode ser necessário do projeto ter constante investimento e auxílio técnico, o que pode resultar em sua não viabilidade econômica. Este modelo é considerado o mais benéfico às comunidades pela autogestão, entretanto, o que pode trazer menos benefícios econômicos.

4.9.4 Pucani

Neste, as atividades tradicionais são as principais fontes de renda e o ecoturismo gera renda complementar, entretanto, o ecoturismo concretiza geração de empregos e fornece melhorias para o conjunto dos envolvidos mesmo com o fluxo reduzido e com problemas de isolamento e logística. O empreendimento, ainda, não conseguiu firmar na gestão mercadológica.

A autosuficiência poderá ser alcançada a longo prazo, pois o capital social prévio e a organização comunitária das etnias são altos e podem ajudar a viabilizar um melhor fluxo e gestão de mercado. O problema de logística e seu isolamento são ameaças ao alcance de sustentabilidade a curto prazo e pelo seu isolamento dos mercados consumidores, pode exigir mais investimentos e auxílio técnico, o que pode resultar em sua insustentabilidade econômica.

4.9.5 HRWC

Aqui, as atividades tradicionais se constituem na principal fonte de renda e o ecoturismo não concretiza renda complementar; a geração de empregos é pequena, apesar do médio fluxo turístico, da relativa acessibilidade e da comercialização. Neste, as pessoas não estavam preparadas para trabalhar com esta nova alternativa. Outros fatos se destacam neste quadro: as atividades tradicionais geram mais renda e a ausência de capacidade organizativa comunitária. Neste, a autosuficiência deverá ser mais difícil de ser alcançada, embora possua ótimos elementos na gestão de distribuição.

4.10 Viabilidades e perspectivas dos empreendimentos

Os resultados do SWOT demonstraram que cada estabelecimento tem suas próprias viabilidades, condicionadas ao tipo de investimento recebido, ao modelo de gestão escolhido, à situação de mercado, ao tamanho do fluxo turístico, à gestão e ao número de benefícios que asseguram aos envolvidos.

No geral, compartilhando similitudes e diferenças, algumas iniciativas comprovam um maior número de condições propícias para obter melhor desempenho mercadológico, de gestão de fluxo turístico e geração de postos de trabalhos; se ressaltam que as viabilidades destes estão condicionadas à facilidade de acesso, situação privilegiada de mercado, uso de logística apropriada e aproveitamento dos serviços de comunicação e meios de transporte dos centros/pólos de turismo. Nos cinco estudos, dois se apresentam com tais condições, Reserva da Jaqueira e NWC. Estes possuem maiores probabilidades de concretizarem melhores vantagens econômicas a curto prazo e a autosustentabilidade pode se prolongar por mais tempo. . HRWC com médio fluxo e logística própria, localizado perto de infraestrutura e do mercado consumidor tem condições do ecoturismo se constituir uma alternativa complementar, desde que consiga superar suas dificuldades de falha de comunidade.

As condições implementadas nos demais concretizam menores benefícios econômicos, a sustentabilidade deverá ser alcançada a longo prazo, necessitando de mais apoio em questões de superação de isolamento através de logística mais adequada e uso de estratégias de distribuição e contato com o mercado consumidor.

Sumarizando, os resultados obtidos nos cinco estudos de caso demonstram que os benefícios advindos das atividades de ecoturismo ocorrem em níveis de controle territorial e de recursos naturais, geração de renda, melhoria na qualidade de vida dos indígenas, no uso de algumas estratégias na conservação e na revitalização das manifestações culturais. O ecoturismo

pode se constituir numa nova alternativa econômica e complementar à economia de subsistência dos indígenas envolvidos.

Todavia, a concretização dos benefícios só se evidencia mediante a algumas condições: investimento, controle e envolvimento das comunidades em todas as etapas da iniciativa; o fato dos residentes já possuírem bases organizativas e a efetiva capacitação da comunidade na implantação e no decorrer da iniciativa; grau de intervenção da comunidade diante das parcerias e capacidade de gestão de administrativa, financeira e de mercado dos comunitários.

Independente do modelo de gerenciamento, todos os empreendimentos envolveram diferentes recursos financeiros, apoio técnico governamental, de organismos internacionais e de Ong's nas fases de elaboração, implantação e, principalmente, nas fases iniciais de operação. Por sua vez, houve índices maiores e menores de participação ou não da comunidade nos projetos, variando, assim, os motivos de adesão imediata e afastamento.

Para os de adesão/envolvimento, se ressaltam os seguintes fatores: o ecoturismo se constituir numa alternativa econômica mais viável do que as outras; os territórios indígenas possuírem belezas cênicas, elementos necessários ao desenvolvimento do ecoturismo; aproveitar o "boom" do mercado verde; Dentre os que favoreceram o não comprometimento estão: ausência de preparação à atividade; o fato das atividades extrativistas trazerem mais renda; a demora em se obter resultados imediatos e a ausência de credibilidade em outra alternativa não usual em seus modos de produção.

CONCLUSÕES

Na pesquisa se formulou três hipóteses como elementos norteadores do processo na obtenção de dados; as três foram validadas, todavia há condições para que o ecoturismo se constitua numa nova alternativa econômica e/ou complementar às atividades extrativistas com todos os seus benefícios e tensões aos grupos indígenas.

O mercado de ecoturismo é composto de um grupo de consumidores dispostos a pagar um preço, considerado alto para o turismo convencional, para satisfazer seus desejos de apreciar vida silvestre e vivenciar culturas indígenas. Sob esta perspectiva, nas iniciativas de ecoturismo deve haver recursos financeiros, humanos e logísticos visando realizarem as expectativas dos ecoturistas.

Os empreendimentos com melhores oportunidades de mercado, com situação privilegiada perto de centros e/ou de pólos de turismo já consolidados, com aproveitamento de uso da infraestrutura destes centros e com logística adequada demonstram mais condições de apresentar altos fluxos turísticos e, desse modo, promover mais vantagens econômicas.

Nos demais, onde o isolamento do mercado consumidor e os problemas de logística não são superados facilmente por meios de equipamentos apropriados tanto dos empreendimentos quanto da infraestrutura de serviços estatais, o fluxo turístico apresenta tendências que variam do médio ao pequeno. Com isto, as possibilidades de maiores benefícios econômicos diminuem.

A facilidade de acesso, o uso de logística própria e de serviços públicos na superação de barreiras de isolamento demonstrou que se faz necessário retirar a ‘visão romântica’ de que no ecoturismo bastam os recursos naturais por si sós. Os produtos ecoturísticos devem ser concebidos com condições de logística, alojamento, alimentação e segurança de equipamentos.

Relacionado com o fator dos estabelecimentos terem sido implantados para efetivar controle territorial e de recursos naturais, a hipótese foi validada para quatro dos cinco casos; com as iniciativas de ecoturismo, os indígenas puderam estabelecer níveis maiores de controle de seus territórios em face às pressões das empresas madeireiras, mineradoras e petroleiras e do turismo desordenado praticado por muitas operadoras de ecoturismo particulares.

Os modelos de gestão e tipos de investimentos dos projetos de ecoturismo baseado em comunidade - EBC são diferentes em cada iniciativa, no entanto, se observou que independente destes fatores, todos envolveram apoio técnico governamental, ou empresarial ou de organismos internacionais e nacionais em todas as fases do projeto de implantação, outros apenas no processo de operação. Tais investimentos e incentivo técnico se revelaram importantes processos para fomentar eficácia administrativa e mercadológica às iniciativas diante da concorrência de inúmeros projetos de ecoturismo de empresas particulares na Amazônia equatoriana e peruana.

A respeito de diretrizes de políticas públicas voltadas ao planejamento e à operação de estabelecimentos de ecoturismo e na proteção dos recursos naturais, se observou uma frágil capacidade dos governos locais em termos de gestão sustentável e de aplicação de instrumentos legislativos na conservação dos ambientes. Para o turismo, a ausência de políticas públicas dirigidas ao assunto é visível na maioria dos casos, se verificando um maior comprometimento do poder público no Equador.

Sob a ótica de que as iniciativas coletivas podem não ser viáveis do ponto de vista de mercado, para se obter resultados satisfatórios mediante geração de receita e de fluxo turístico constante, as experiências de ecoturismo, sob quaisquer modelos de operação necessitam atender aos seguintes requisitos: vender produtos com qualidade e diferenciados, facilitar o acesso de todas as informações necessárias aos ecoturistas como natureza do produto, acesso, transporte, custos, atendimento personalizado, guias regionais e bilíngües.

Além destes fatores, quando os empreendimentos estão localizados perto dos mercados consumidores, possuem fluxo contínuo e têm apoio de logística, de serviços de transporte e de meios de comunicação, os mesmos se caracterizam por uma eficiente gestão de mercado. As estratégias de *marketing*, a criação de parcerias entre operadoras e prestadoras de serviços turísticos e mecanismos de distribuição do pacote proporcionam um cenário mais consolidado de se alcançar autosustentabilidade a curto prazo.

No geral, quando alcançam autosustentabilidade a curto prazo, há uma tendência para se abandonar as atividades de economia tradicional, na medida em que maiores vantagens econômicas possam superar os danos socioculturais; tal fato não foi evidenciado em nosso estudo. Numa, as atividades tradicionais já sido abandonadas antes do projeto e as atividades de ecoturismo, atualmente, são a única fonte de renda o grupo. Na outra, o ecoturismo é realizado concomitantemente com a economia tradicional, mesmo com as vantagens econômicas ocorrendo no pouco tempo de existência da iniciativa.

Nos estabelecimentos onde o ecoturismo é uma alternativa e/ou complementar à economia tradicional, mas que a oferta se caracteriza pelo isolamento, pela dificuldade de superar os obstáculos de logística e por estar mais longe dos mercados consumidores, a gestão de mercado se mostra com menos eficácia. Nestes, a ausência de um conjunto de ferramentas mercadológicas para impulsionar o fluxo turístico e a distribuição da oferta ecoturística concorre para fragilizar a relação com o mercado. Aqui, para se potenciar as cadeias de distribuição, podem ser necessários mais investimento e apoio técnico, o que pode inviabilizar os projetos, já que a autosustentabilidade deverá vir a longo prazo e os investimentos podem não ocorrer.

Quando há oportunidades de empregos e mecanismos fortalecendo a coesão interna, poder de intervenção e de negociação na gestão de todos os aspectos das atividades desenvolvidas pelos indígenas, os benefícios tanto econômicos, socioculturais e ambientais são mais tangíveis e mais fáceis de serem alcançados. Ao ser visível a relação de benefícios, se torna mais fácil o interesse dos comunitários em aderirem à nova alternativa, deixando de lado a indiferença, a passividade e o receio de se comprometerem com uma nova realidade de mercado.

Constatou-se que os benefícios socioculturais acontecem com mais intensidade quando o ecoturismo é uma atividade alternativa e/ou complementar aos modos produtivos tradicionais. Ademais, a distribuição destes benefícios de modo equitativo e a minimização dos danos somente se dão quando há coesão interna, capital social prévio e capacidade de articulação junto aos parceiros. Os danos podem ser minimizados conforme o poder de atuação das comunidades e quanto menor forem as rivalidades interétnicas.

No que tange ao aspecto do ecoturismo fortalecer a organização comunitária houve fortalecimento em apenas quatro das cinco iniciativas; deve se considerar que os níveis foram diferenciados, naquelas em que já havia bases organizativas prévias, o ecoturismo se tornou um

elemento potencial na sua consolidação; ademais, os níveis organizativos anteriores podem reduzir os conflitos interétnicos e fortalecer o conjunto de envolvidos.

A respeito de redistribuição de benefícios econômicos de maneira mais equitativa, a sua redistribuição ocorre quando há coesão interna da comunidade para superar os conflitos e quando as vantagens são tangíveis ao conjunto da etnia. Em temas voltados à capacitação, os empreendimentos com pessoas já experientes no assunto e o desenvolvimento de cursos de capacitação em todas as fases favoreceram um cenário maior de desempenhos nos diversos níveis de prestação de serviços, atendimento e gerenciamento por parte dos comunitários.

Correlacionado com benefícios culturais, percebeu-se que o ecoturismo contribuiu à recriação, à afirmação cultural e à revitalização das manifestações tradicionais, com exceção de uma iniciativa. A incorporação de atrativos com raízes locais, promoveu autoestima nos residentes e promoveu um caráter mais intercultural às ofertas com ênfase na observação de animais.

Em temas de mudanças nos padrões sociais e culturais, a maioria se deve a contatos anteriores com diversos atores, inclusive com o turismo desenvolvido pelas operadoras de turismo privadas, as quais faziam visitas às comunidades sem, no entanto, trazerem benefícios econômicos e socioculturais através da geração de emprego e no envolvimento dos mesmos.

Pelo exposto, conclui-se que o ecoturismo pode trazer vários níveis de sustentabilidade, mas somente sob algumas condições. O comprometimento de todos na questão, um eficiente composto mercadológico e a superação dos transtornos no acesso daria melhores oportunidades a todos os modelos de gerenciamento. Ademais, as manifestações culturais e tradicionais indígenas aliadas à vida silvestre podem se constituir em elementos importantes e definidores à participação dos indígenas na busca de autogestionar seus empreendimentos. Desse modo, o *marketing* de visibilidade às atuais condições indígenas será mais efetivo na busca de renda, territorialidade e autoafirmação étnica.

REFERÊNCIAS

AGREDA, M. ¿Son las ONG la industria de la solidaridad? Disponível em: <<http://www.barcelona2004.org>>. Acesso em: 25 set. 2004. 10p.

ALEXÍADES, M. N; PELUSO, D. M. L. La sociedade Ese' Eja: una aproximación histórica a suas orígenes, distribuição, asentamiento y subsistência. In: CASTILLO, B. H; ALTAMIRANO, A. G. (eds.). **Los Pueblos Indígenas de Madre de Dios: historia, etnografia y coyuntura**. Lima: Tarea Gráfica Educativa: IWGIA: FENAMAD. 160-200 p.

ANDERSEN, D. L. Uma Janela para o Mundo Natural: o projeto de instalações ecoturísticas. In: LINDBERG, K., HAWKINS, D. E. (eds.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. 225-256 p.

AZEVEDO, L. E. C. Programs of Indian: small packages, great business in the 500 years? In: SECOND INTERNATIONAL CONGRESS & EXHIBITION ON ECOTOURISM. 2000, Salvador. **Anais...** Salvador: Biosfera, 2000. p. 34-6.

_____. Aldeia dos Lagos dá o troco. **Revista Amazônia 21**. Manaus, ano 2, n. 09, p. 40-3, jun. 2000.

_____. Do arco e flecha à cibernética. **Revista Amazônia 21**. Manaus, ano 2, n. 12, p. 44-47, set. 2000.

_____. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade das populações tradicionais da Amazônia? In: PRIMEIRO SIMPÓSIO E EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS PAÍSES DA BACIA AMAZÔNICA, 2001, Manaus. **Anais...** Rio de Janeiro: Biosfera, 2001. p. 62-64.

_____. Etnoturismo: ¿Una Propuesta Sostenible para las Sociedades Indígenas? In: DÉCIMO CONGRESO BIENAL DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL PARA EL ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COLECTIVA (IASCP), 2004, Oaxaca. LOS RECURSOS DE USO COMÚN EN UNA ERA DE TRANSICIÓN GLOBAL: RETOS, RIESGOS Y OPORTUNIDADES. **Anales electronicos...** Oaxaca, México: IASCP, 2004. p. 223. Disponível em: <<http://www.iascp.2004.org/mx.paper-306.pdf>>.

_____. Hotéis de Selva no Amazonas: *ecodesign*, meio ambiente e sustentabilidade? In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL-ENTBL-2004, Curitiba. Planejamento do Turismo para o Desenvolvimento Local. **Anais eletrônicos...** Curitiba, PR:UFPR, 2004. Disponível em :<<http://www.entbl.tur.br/>>.

BALÉE, W. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CASTRO, E; CUNHA, M.C. (orgs.). **Amazônia, Etnologia e História Indígena**. São Paulo: FAPEP: USP, 1993. 384-394 p. (Série estudos).

BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: PNMA, 1995.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998. 512 p.

BISSO, A. S. Del ser Piro y el ser Yine apuntes sobre la identidad, historia y territorialidad del pueblo indígena Yine. In: CASTILLO, B. H; ALTAMIRANO, A. G. (eds.). **Los Pueblos Indígenas de Madre de Dios: historia, etnografía y coyuntura**. Lima: Tarea Gráfica Educativa: IWGIA: FENAMAD. 127-144 p.

BNDES/PNUD. Gestão participativa para o desenvolvimento local. Relatório. Recife, 2001. Relatório. Mimeografado.

BOO, E. **The Ecotourism Boom: lanning for Development and Management**. Washington, (WHN Technical Paper Series. Paper #2), 1992.

BOORSTIN, D. **The image: a guide to pseudo-events in America**. Nova York: First Vintagebooks Edition, 1992. 71-117 p.

BRANDON, K. **Ecotourism and Conservation: a review of key issues**. Washington, D.C.: The World Bank, 1996. 69 p. (Biodiversity series)

_____.Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. In: LINDBERG, K., HAWKINS, D. E., (eds.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. 225-255 p.

BURNEO, L. **Diagnostico del Ecoturismo en la región Amazónica**. GTZ- Proyecto Conservación del Bosque Tropical de la Amazonía. Disponível em: <http://diagnostico_ecoturismo_amazonico_lucia_burneo_may_2004.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2004. 153 p.

BUTLER, R. W. The concept of a tourism area cycle of evolution implications for the management of resources. **Revista Canadian Geographer**. n. 24, 1980. 5-12 p.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 112-132 p.

CASTILLO, B. H. **Los Pueblos Indígena en Aislamiento: su lucha por la sobrevivencia y la libertad**. Lima: Tarea Gráfica Educativa: IWGIA 2002. 240 p.

CARTER, F. MOORE, M. Ecotourism in the 21st Century, **First International Conference in Ecotourism**. September, Brisbane, QLD.p. 25-27.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede**. v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAUPER, S. P. Participación de las Comunidades Indígenas Amazónicas en el Desarrollo de las Actividades Ecoturísticas. In: CONSERVACIÓN DE LA BIODIVERSIDAD DEL LOS ANDES Y LA AMAZONÍA, 2001, Cuzco. **Resumos...** Cuzco: Perú, 200. 54-55 p.

CEBALLOS-LASCURAIN, H..**Tourism, Ecotourism and Protected Areas**. v.2, n.3, 1991. 31-35 p.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano: artes do fazer**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CIMI- **Povos indígenas e Situação Jurídica das Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/situacaojur.htm>.> Acesso em: 15 jun. 2002.

CHACALTANA, J. **El turismo en el Perú: perspectivas de crecimiento y generación de empleo**. 2003. Disponível em: <<http://www.oit.org>>. Acesso em: 20 dez. 2004.

CHASE SMITH, R. Iniciativas económicas: buscando el nuevo camino. In: _____; WRAY, N. **Amazonia: economía indígena y mercado: los desafíos del desarrollo**. Lima, Quito: COICA/OXFAM América, 1995. p. 185-278.

_____ El don que hierre: reciprocidad y gestión de proyectos en la Amazonía indígena. In: _____; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía**. LIMA: IEP, 2002. p. 155-179.

CLAY, J. W. Generating income and conserving resources: 20 lessons from the field. In: _____; ANDERSON, A. (orgs.). **Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis**. São Paulo, Peirópolis, Brasília, DF: IIEB, 2002.

COLVI, J.G. Ecoturismo indígena: el programa Capiroña en la provincia de Napo, Ecuador. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/>> Acesso em: 30 nov. 2001. 174-177 p.

COICA/CONFENAIE. **Ecoturismo: lineamientos básicos de una propuesta política para el manejo del ecoturismo en los territorios de las nacionalidades indígenas de la Amazonía ecuatoriana**. Quito, 1993, no publicado.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. Populações Tradicionais e conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, et al. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: ISA, 2001.

DESCOLA, P. **La Selva Culta: simbolismo y praxis en la Ecología de los Achuar**. 3. ed., Quito: Abya-Yala, 1996. 303-362 p.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. 170 p.

DORIA, C.R.C. **Viabilidade do ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia**. 2004. 270 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2004

DRUMM, A; MOORE, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo: um manual para os profissionais para os profissionais em conservação**. Disponível em: www.conserveonline.org/ecotourism_development.v.1>. Acesso em: 24 mar. 2004. 56 p.

EAGLES, P. F. J. Understanding the market for sustainable tourism. In: MCCOOL, S. F.; WATSON, A. E. (orgs.) **Linking tourism, the environment, and sustainability tropical**. Minneapolis, Ogden, UT: U.S. Intermountain Research Station, 1995.

EDELI, D. Selling Culture with Selling out: community ecotourism in the global economy. **Revista- Harvard Review of Latin American**. Cambridge: Harvard College, 2002. 24-26 p.

EMBRATUR. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/estatistica>>. Acesso em: 19 jun. 2002.

_____. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo 2º Semestre de 2004**. Brasília. Disponível em :< www.embratur.gov.br/portalbrasileirodoturismo>. Acesso em: 20 jul. 2004.

EPLER WOOD INTERNATIONAL. El Reportaje Epler Wood. 2004. **La Brecha del Mercado Verde**. Disponível em: <<http://www.eplerwood.com>>. Acesso: em 12 jun. 2004. 11 p.

EPLER WOOD INTERNATIONAL. El Reportaje Epler Wood. 2003. **Mercadeo Etico**. Disponível em: < <http://www.eplerwood.com>>. Acesso em: 12 jun. 2004. 8 p.

ESPINOZA, R. A. **Definiendo el turismo responsable**. 2004. Disponível em: <<http://www.ecoturismolatino/definiendoturismoresponsableecoturismolatino.pdf>>. Acesso em: 25 agos. 2004. 4 p.

FAUSTINO, G. **Estudo complementar ao Estudo de Impacto Ambiental Vera Cruz Florestal**. Mimeografado, 1995 [ms]

FEATHERSTONE, M. (org.). **Cultura Global - nacionalismo, globalização e modernidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995 (Col. Cidade Aberta-série Megalópolis).

FEENY, D. et al. The tragedy of the commons: twenty two years later. **Human Ecology**. v. 8, n.1, 1990. 1-19 p.

FERNANDES SILVA, J. A. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 341-368.

FEURSTEIN, R. **Mediated Learning Experience**. Englad: Leelp. Ed. Freund, Tublising House Ltda, 1994.

FILHO MARÉS, C. F. S. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá Editora, Curitiba, 2001. 123 p.

FIKSEL, J. **Design for environment: creating eco-efficient products and processes**. New York: McGraw-Hill, 1996.

FUNASA. **Censo dos Pataxó no extremo sul da Bahia**. 2004. Disponível: <<http://www.funasa.censopataxo.org.br>>. Acesso em: 22 nov. 2004.

GEF-PNUD-UNOPS-Atlas y Base de Datos: **Amazonía Peruana. Comunidades Indígenas, Conocimientos y Tierras Tituladas**. Lima: GEF-PNUD-UNOPS, 1997.

GOMEZ-POMPA, A; KAUS, A. Taming the wilderness myth. In: **Bioscience**. vol. 42, n. 4, 1992.

GRAY, A. O impacto da biodiversidade sobre os povos indígenas. SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 109-128.

GRÖNROOS, C. **Marketing: gerenciamento e serviços: a competição por serviços na hora da verdade**. Rio de Janeiro: Campus, 1995. 404 p.

GRÜNEWALD, R. A. **Os Índios do Descobrimento**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001. 244 p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**. v.162, 1968. 243-1248 p.

HEHER, S. **Ecotourism, investment and development: models, donors, NGOs and private entrepreneurs**. Disponível em: <http://ecotourism_donors_and_investment_models_v.6.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2004. 86p.

HEISE, M; LANDEO, L; BANT, A. **Relaciones Indígenas de Género en la Amazonía Peruana**. CAAAP: Perú, 1999. 148 p.

HOLDRIGE, L. **Life Zone Ecology**. San José, Costa Rica: Revisé Edit. Tropical Science Center, 1967.

HONEY, M. **Eco-tourism and Sustainable: Who Owns Paradise?**. Washington: Island Press, 1999. 400 p.

HORWICK, R. H., et al. O Ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize. In: LINDBERG, K., HAWKINS, D.E., (eds.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. 257-284 p.

IBGE- 2000. Conceitos do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 agos. 2004.

INEI- Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda de 1993**. Lima: INEI, 1993.

_____. **El turismo nacional interno en los hogares urbanos**. Lima: DTDES/INEI, 1999.

_____. **Compendio de estadísticas económicas y financieras**. Lima: INEI, 1998a, 1998b.

IRVINE, D. Indigenous Federations and the Market: the Runa del Napo, Ecuador. In: WEBER, R; BUTLER, J.; LARSON, P. (eds.). **Indigenous Peoples and Conservation Organizations: experiences in Collaboration**. WWF-Brasil/FUNAI, 2000.

JÖHR, H. **O Verde é Negócio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

KOTLER, P.; ZALTMAN, G. Social Marketing: an approach to Planned Social Change. **Journal of Marketing**. jul. 1971. 3-12 p.

_____; REIN, I.; HADER, D. **Marketing Público**. São Paulo: Makron Books, 1995. 596 p.
_____. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1996. 680 p.

_____ ; REIN I.; STOLLER, M. **Marketing de Alta Visibilidade**. São Paulo: Makron Books, 1999. 368 p.

_____ ; ARMSTRONG, G. **Principles of Marketign**. 8 ed. Prentice-Hall, 1999. 486 p.

_____ ; BOWEN, J. ; MAKENS, J. **Marketing for Hospitality and Tourism**. 3^a ed. New Jersey: Prentice Hall: Pearson Education International, 2003. 768 p.

LE BOT, Y. Na vanguarda das lutas contra o Neoliberalismo. **Porantim**. Ano xxi, n. 224. Brasília-DF, abril, 2000.

LE COINTE, P. **Amazônia Brasileira III- Árvores e Plantas úteis (indígenas e aclimadas)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. 506 p.

LEFF, E. Espaço, lugar y tiempo: la reapropiación social da la natureza y la construcción local de la racionalidad ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento**. n. 1, jan./jun. 2000, Curitiba, PR: UFPR, 2000. p. 57-69.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidades, complexidade, poder**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LIMA, M. Capitalismo nas Aldeias. **Revista Veja**, Brasília, ano 21, p. 82, jan. 2001.

LINDERBERG, K; HUBER, R. M. Questões econômicas na gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, K., HAWKINS, D. E. (eds.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2.ed. São Paulo: Senac, 1999. p. 25-29.

MACCANNELL, D. **The tourist: a new theory of the leisure class**. Nova Cork: Schcken Books, 1976.

MAFFESOLI, M. **O Tempo das Tribos; o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGALHÃES, A. C. (1993). **Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais**. Universidade e Meio Ambiente. Belém-UFPA: Numa.

MALDONADO, C. **Síntesis de los 19 estudios sobre ecoturismo sostenible con comunidades indígenas en Bolivia, Ecuador y Perú**. Lima: OIT, 2001. Disponível em: <<http://www.redturs.org>>. Acesso em: 25 agos. 2004. 12 p.

MARQUES, J. G. **Pescando Pescadores: etnoecologia abrangente no baixo são Francisco alagoano**. S.P.: NUPAUB-USP, 1995. p. 158-175.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper, 1954.

MCCAY, B. J.; JENTOFT, S. ¿Falla De Mercado O de la Comunidad? Perspectivas Críticas de la Investigación sobre la Propiedad Colectiva. In: CHASE SMITH, R.; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía**. Lima: IEP: 2002. 78-99 p.

MCGRATH, D. (1993). Fisheries and evolution of resource managment on lower Amazon Floodpain. **Human Ecology**. v. 21, n. 2, p. 167-195.

MCKERCHER, B. **Turismo de Natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MENDES, A; SACHS, I. A inserção da Amazônia no Mundo. In: CASTRO, E; PINTON, F. (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997.

MENDOZA, M. C. Tradición oral Ese'jeja. In: CASTILLO, B. H; ALTAMIRANO, A. G. (edits.). **Los Pueblos Indígenas de Madre de Dios: historia, etnografía y coyuntura**. Lima: Tarea Gráfica Educativa: IWGIA: FENAMAD. p. 229-242.

MEZA, M. V. **Ecología y Biodiversidad del Ecuador**. Ecuador: Centro de Impresión, 2002. 232 .

MIDDLETON, V.T.C. **Marketing de Turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 552 p.

MIECZKOWSKI, Z. **Environmental issues of tourism and recreation**. University Press of America, Inc: Lanham, Maryland, 1995.

Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. **Manual Indígena de Ecoturismo**. MMA: Brasília, 1997. 6p.

MINISTERIO DE TURISMO ECUADOR. **Cultura y Sociedad- Cultura de la Amazonía**. Disponível em: <<http://www.viveecuador.com>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

MORIN, F.; SANTANA, R. Globalización, transnacionalización y pueblos autóctonos. In: _____ (edits.). **Lo Transnacional, instrumento y desafío para los pueblos indígenas**. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Ala, 2002.

OEA- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Aspectos socioeconômicos del Napo**. <<http://www.oas.org/usde/publications/unit/oea>>. Acesso em: 20 jul. 2004. 4 p.

OIT- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. Desarrollo Sostenible del Ucayali. Equipo Multidisciplinario para los países andinos, 2003. Disponível em: <<http://www.oit.org.desarrollo-sostenible-ucayali>>. Acesso em: 23 agos. 2003.

OIT- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. **Gestión del turismo sostenible y competitivo. Alianzas entre Estado, Empresa y Comunidad. Los casos de los indígenas en Bolívia, Ecuador y Perú**. 2001. Disponível em: <<http://www.oit.org.ecoturismo-comunidad>>. Acesso em: 22 jun. 2004.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Fronteiras Étnicas e identidades emergentes. In: RICARDO et al. (orgs.). **Povos Indígenas do Brasil 1991/95**. São Paulo: ISA, 1993.

_____. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 61- 86.

_____. Uma etnologia dos “Índios Misturados” ? obstáculos e perspectivas. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; SILVA, E. **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 1999.

OLIVEIRA, R.C. Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados** - Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.14, n. 40, set./dez. 2000, p. 213-230.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO- OMT. Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo: uma compilação de boas práticas. São Paulo: Rocco, 2004.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 236 p.

PANDO, O. P. **Amazonía 500 años**. Universidad Nacional de San Antonio Abad del Cuzco, 1996

PELEGRINO FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993. 190 p. (Col. Turismo).

PÉREZ DE LAS HERAS, M. **La Guía del Ecoturismo: o cómo conservar la naturaleza a través del Turismo**. Madrid: Mundi Prensa, 1999. 277p.

PERREAULT, T. A. **Movilización política e identidad indígena en el alto Napo**. Quito, Abya-Yala, 2002.

PETRAS, J. As duas faces das ONG's na América Latina. **Jornal Porantim**. Belém, set. 2002. Caderno Ameríndia, p. 12

PORTO ALEGRE, M. S. Quatro desafios e um dilema da Historia Indígena. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; SILVA, E. **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 1999.

POSEY, D. A. Os povos Tradicionais e a Conservação da Biodiversidade. In: PAVAN, C. (coord.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. vol.1, São Paulo: Unesp. 1996. p. 149- 157.

PROGRAMA AMAZÔNIA. **Políticas Públicas para a Amazônia 97/98: rumos, tendências e propostas**. São Paulo: Amigos da Terra, 1998. (série Mind the Gap, 4). 100 p.

_____. **Políticas Públicas coerentes para a região amazônica: a harmonização das políticas públicas com os objetivos do Programa Piloto para as Florestas Tropicais brasileiras.** São Paulo: Amigos da Terra, 1994. (série Mind the Gap). 79 p.

PROMPERU. **El perfil del turista extranjero.** Lima, 1998a. Disponível em: <<http://www.promperu.com.pe>>. Acesso em: 22 nov. 2004.

_____. **El perfil del turista nacional.** Lima, 1998b. Disponível em: <<http://www.promperu.com.pe>>. Acesso em: 22 nov. 2004.

_____. **Turismo rural a nível mundial: Madre de Díos.** 2003. Disponível em: <<http://www.promperu.com.pe>>. Acesso em: 22 nov. 2004.

_____. **Turismo en el Perú: desarrollo y perspectivas.** 2004. Disponível em: <<http://www.promperu.com.pe>>. Acesso em: 27 nov. 2004.

PUTNAM, R. D. Capital social e o desempenho institucional. In: _____ **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 173-189.

RICARDO, B. A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil e a biodiversidade na Amazônia. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Estação Liberdade: ISA, 2001.

REDFORD, K. **The ecological Noble Savage.** Cultural Survival Quarterly, ano 15, v. 1, 1991. p. 46-48.

_____. A Floresta Vazia. In: VALLADARES-PADUA, C.; BODMER, R. E. (orgs.). **Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil.** MCT/CNPq/Ipê/Sociedade Civil Mamiará, 1997.

REDCLIFT, M. **Sustainable Development, Exploring the contradictions.** Methuen: London, 1987.

ROCHA, G.O. R. Ecoturismo na Amazônia: uma análise das Políticas Planejadas pela Sudam. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, C.; et al. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papyrus, 2001. p. 171-8. (Col. turismo).

ROJAS, E. **Los Ashaninka: un pueblo tras el bosque**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994.

RUSCHMANN, D. V. **Turismo e planejamento sustentável: proteção do meio ambiente**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1999. 199 p. (Col. do turismo).

_____. CONSULTORES. Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável da Costa do Descobrimento. Disponível em: <http://www.iadb.org/regions/re_1/br/br0323.pditbh1.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2005.

SACHS, I. Desenvolvimento Sustentável, Bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P.; WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

SAMPAIO, J. A. L. Breve historia indígena no extremo-sul baiano e questão do território Pataxó em Monte Paschoal. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; SILVA, E. **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 1999.

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.secta.ba.gov.br/evolucao_turismo_negocio>. Acesso em: 22 de nov. 2004.

SILVA, M.C. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Edua, 1999. 309 p.

SILVEIRA, P. A. A Ideologia do “Verde” e o Marketing. **Revista Jurídica**. n. 22, mar., Lisboa, 1998.

SMITH, R. **Drama Bajo el Manto Amazónico: el turismo y otros problemas de los Huaorani en la actualidad**. Quito: Abya-Yala, 1996.

_____. **Manual de Ecoturismo: para guías y comunidades de la Amazonía ecuatoriana**. Cayambe-Ecuador: Gráficas Modelo, 2000.

SORIA, C. Desenvolvimento de política ambiental em Chile, Ecuador y Perú. In: FOY, P. **Derecho y Ambiente. Nuevas estimativas y proyecciones**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001.

_____. Lecciones de política ambiental en Ecuador y Perú en los 1990s. Petroleras, áreas naturales protegidas y pueblos indígenas en la Amazonía. **Revista del Taller de Derecho**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 2. ed., v. 1. São Paulo: Aleph, 2000a. 140 p. (Série Turismo).

_____. **Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. 2. ed., v. 5. São Paulo: Aleph, 2000b. 125 p. (Série Turismo).

_____. **Turismo Sustentável: gestão e marketing**. v. 4. São Paulo: Aleph, 2000c. 132 p. (Série Turismo).

_____; HORNER, S. **O Comportamento do Consumidor no Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 406 p. (Série Turismo).

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. 1995, 84p. p. 11- 44.

STEPARD KRECH III. **The Ecological Indian: myth and historian**. N.Y.: W.W. Norton & Company, 1999.

SUDAM-OEA. **Linhas básicas para um programa de desenvolvimento do turismo na região amazônica- versão regional**. Belém: SUDAM, 1995.

SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA- PDA: 1994-1997**. Belém: SUDAM, 1993.

_____. PNUD. **PLANO DE TURISMO DA AMAZÔNIA- PTA: 1992-1995**. Belém: SUDAM, 1992.

TERRONES F. M. **Naciones Amazónicas**. Perú: Editorial San Marcos, 2002.

TIES - The International Ecotourism Society. **Ecotourism statistical fact sheet**. 2000. Disponível em: <[http://www.ecotourismstatistical factsheet](http://www.ecotourismstatisticalfactsheet.org)>. Acesso em: 20 ago. 2003.

_____. **What is ecotourism?** Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism?>> .Acesso em: 24 mar. 2004.

THOMPSON, J. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UGARTE, L. M. **Ecoturismo Sostenible con comunidades indígenas: los casos de “Posada Amazonas y del “Centro de Investigaciones Tambopata”.** Lima: OIT, 2000. Disponível em: <<http://www.pousadaamazonas.pe>>. Acesso em: 25 ago. 2004. 27 p.

VENZKE, C. S.; NASCIMENTO, L.F. **O Ecodesign no Setor Moveleiro do Rio Grande do Sul.** 2002. Disponível em: <<http://www.read.adm.ufrgs.br/read30/artigos/Artigo03.pdf>> . Acesso em: 10 set. 2003.

VALAREZO, S. J. A. **La Selva, Los Pueblos su Historia: mitos, leyendas, tradiciones y fauna de la Amazonía ecuatoriana.** Quito-Ecuador: Abya-Yala, 2002. 150 p.

VARGAS, M. R. **Desplazados: El caso Ashaninka. Selva Central.** Lima: CAAPP, 1993. 80 p.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e impacto ambiental.** São Paulo: Manole, 2001. 256 p.

WESCHE, R; DRUMM, A. **Defending our Rainforest: a guide to community-based ecotourism en the Ecuadorian Amazon.** Quito- Ecuador. Abya-Yala, 1999. 211p.

WRAY. N. Economía Indígena e integración al mercado: el caso de los Quichua del Alto Napo, Ecuador. In: CHASE SMITH, R. _____ (edits.). **Amazonía: Economía Indígena y Mercado Los Desafíos del Desarrollo.** Lima, Quito: COICA/OXFAM América, 1995. p. 61-82 .

World Tourism Organization- WHO- 2002. **Tourism to the year 2000,** WTO: Madrid, 1999.

World Travel and Tourism Council- WWTC. **Travel and Tourism: a new economic perspective.** WWTC: Madrid., 1995.

WWF-BRASIL. **Manual de Ecoturismo com Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** São Paulo: WWF- Brasil, 2003. 470 p.

YUMBO LICUY, F. P. **Hierbas Medicinales de la Selva.** Quito: Abya-Yala/ECORAE, 1994.

ZEPPEL, H. **Ecotourism and Indigenous peoples.** 1997. Disponível em: <<http://www.ecotourismy poblacionindigena.com>>. Acesso em: 25 agos. 2000.

ANEXO A

ARMADILHAS PATAXÓ

Anexo B

Plantas Medicinais Quíchua Alto Napo

Nome Comum	Nome Científico	Nome Quichua	Nome Espanhol	Usos
Alho silvestre			Ajo silvestre	Pressão alta
Cacau Branco	<i>Cacau muyo</i>	Kila	Cacao blanco	Diarréia; cicatrizante
Café Robusto				Paludismo
Dorminhoca	<i>Mimosa sp.</i>			Analgésico
Erva de sangue	<i>Gesneriaceae</i>	Yahuar panga	Hierba de sangre	Menstruações
Erva Luiza	<i>Cymbopogan citratus</i>	Chirichiri muka	Hierba Luisa	
Espirito Santo	<i>Kalanchoe pinnata</i>	Chugri yuyo; pungui huanduc	Espiritu santo	Cicatrizante anti-inflamatório
Flor de banana	<i>Heliconia stricta</i>	cuhuan	Platanillo	Facilitar parto
Fruta pão	<i>Artocarpus altilis:</i>		Fruta pan	Feridas, tumores
Gengibre	<i>Zingiber officianale</i>	Ajirini	Jenjibre	Febre, gripe
Leite de olho	<i>Ficus insípida</i>	Ila	Leche de oje	
Marpindo	<i>Cordyline sp.</i>	Lamar pindo sisa	Marpindo	Picadura serpentes
Samambaia	<i>Chytea sp.</i>	Pichinchic	Helecho	Cicatrizante
Sara sara			Sano sano	Feridas
Sangue dragão	<i>Croton lechleri</i>	Lan		Inflamatório
Unha de gato	<i>Uncaria Tormentosa</i>	Rincricasha	Uña de gato	Inflamações

Urtiga	<i>Urera caracasana</i>	Chini	Ortiga	Articulações
--------	-------------------------	-------	--------	--------------

Fonte: a partir de dados de Yumbo Licuyo (1994); dados coletados em campo (Azevedo, 2003)

ANEXO C

MAPA –MEMÓRIA RESERVA DA JAQUEIRA

ANEXO D

MAPA-MEMÓRIA NAPO GALERAS

Elaborado por Azevedo (2004)

ANEXO E

MAPA-MEMÓRIA CENTRO PUCANI

Elaborado por Azevedo (2004).

